



Universidade de Brasília
Instituto de Letras – IL
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP
Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL

ANÁLISE SISTÊMICO-FUNCIONAL DE GÊNEROS ARGUMENTATIVOS

Gláucia Cristina Maia Réga Serra

Brasília

2017



Universidade de Brasília
Instituto de Letras – IL
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP
Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL

Glauca Cristina Maia Réga Serra

ANÁLISE SISTÊMICO-FUNCIONAL DE GÊNEROS ARGUMENTATIVOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Língua Portuguesa e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Linguística. Área de concentração: Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Edna Cristina Muniz da Silva

Brasília

2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SSE487a Serra, Glaucia Cristina Maia Réga
Análise sistêmico-funcional de gêneros argumentativos /
Glaucia Cristina Maia Réga Serra; orientador Edna Cristina
Muniz da Silva. -- Brasília, 2017.
226 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Linguística) --
Universidade de Brasília, 2017.

1. Gêneros textuais. 2. Argumentação. 3. Metafunções. 4.
Nominalização. I. Muniz da Silva, Edna Cristina , orient.
II. Título.

ANÁLISE SISTÊMICO-FUNCIONAL DE GÊNEROS ARGUMENTATIVOS

Glaucia Cristina Maia Réga Maia Serra

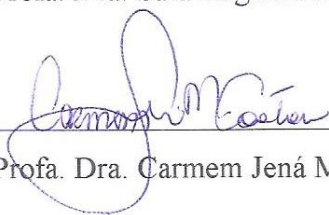
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Língua Portuguesa e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Linguística. Área de concentração: Linguagem e Sociedade.

Banca examinadora:



Profa. Dra. Edna Cristina Muniz da Silva – Orientadora e Presidente (UnB/PPGL)

Profa. Dra. Sara Regina Scotta Cabral - Membro efetivo externo (UFSM)



Profa. Dra. Carmem Jená Machado Caetano – Membro interno (UnB/PPGL)

Profa. Dra. Mara Lúcia Castilho – Membro suplente externo (Instituto Federal de Brasília-IFB)

DEDICATÓRIA

*A Deus, meu Salvador e Senhor.
À minha amada família.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, motivo de minha existência, que me permitiu e capacitou a realizar este sonho.

Aos meus amados pais, Paulo (*in memoriam*) e Irene, que cuidaram de mim e acreditaram no meu potencial, investindo, com amor e esforço incansável, em meus estudos e em minha vida.

Ao Paulo, o amado do meu coração, meu marido, presente de Deus, que, com grande amor e paciência, foi meu maior suporte e incentivo, estando ao meu lado em todos os momentos, sendo de fato meu melhor amigo nessa e em todas as caminhadas da vida.

Às minhas queridas filhas, Laís, Débora (*in memoriam*) e Júlia, heranças do Senhor, que sempre acreditaram em mim e me incentivaram a conquistar os meus sonhos, apoiando-me sempre, apesar do cansaço e da ausência.

Aos meus queridos irmãos, Sérgio e Karla, cunhados e sobrinhos e genro, que se alegraram comigo desde o início dessa caminhada.

À minha amada sogra, Maria Cecília, que, mesmo distante, foi meu suporte em oração, sempre com palavras de carinho.

À minha orientadora, Profa. Dra. Edna Cristina Muniz da Silva, que, incansável, se empenhou no meu desenvolvimento acadêmico, compartilhando conhecimentos, sanando dúvidas, compreendendo minhas dificuldades e investindo em amizade.

Às amigas Kelly, Fabiana e Rosana, que, desde o início, com sincera amizade, me guiaram na trilha do conhecimento, incentivando-me, lendo minhas produções e aconselhando-me.

Aos meus amigos de orientação, Danúzia e Alessandro, que me acolheram e tanto me incentivaram e ajudaram durante esse período acadêmico.

À Professora Dra. Maria Luíza Coroa, que contribuiu no meu desenvolvimento acadêmico com suas aulas de Análise do Discurso e Ensino e com suas observações em minha qualificação.

À Professora Dra. Carmem Jená, cujas aulas de Análise do Discurso 1 foram importantes na minha caminhada acadêmica, bem como para a construção desta pesquisa.

À Professora Dra. Sara Regina Scotta Cabral, cujas publicações tanto me auxiliaram na concretização deste trabalho.

À Professora Dra. Mara Lúcia Castilho, que contribuiu com suas observações no início deste trabalho.

À Ângela, Raquel, Vítor e Wellington, do PPGL, que foram solícitos, em momentos de necessidade.

À Sandra Campêlo, colega e especialista em ABNT, cujas aulas sobre Word Acadêmico foram importantes para a formatação desta pesquisa.

Ao Colégio Militar de Brasília, por ter concedido licença para capacitação, no intuito de que eu me dedicasse a este projeto.

Ao Coronel Pinheiro, que não poupou esforços para que eu pudesse me dedicar a esta pesquisa e concluí-la.

Aos meus queridos amigos, Giovana e Luiz Fernando, que me substituíram em sala de aula, para que eu concluísse esta pesquisa, além de sempre me incentivarem.

À amiga Paula, que acreditou em mim, incentivando-me nessa caminhada, lendo minhas produções e fazendo parceria comigo em apresentação de trabalho em congresso.

À amiga Elizete, sem a qual não teria recomeçado minha caminhada em prol do conhecimento na universidade.

A todos, colegas de disciplinas, colegas de trabalho e alunos, que, de alguma forma, contribuíram com a construção desta pesquisa e com a realização deste sonho.

*Feliz o homem que acha sabedoria, e o
homem que adquire conhecimento; porque
melhor é o lucro que ela dá do que o da
prata, e melhor a sua renda do que o ouro
mais fino.*

Provérbios 3. 13, 14

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar textos argumentativos utilizados em aulas, exercícios e provas do Ensino Médio do Colégio Militar de Brasília, a fim de identificar e descrever as configurações dos gêneros presentes nesse *corpus*, bem como as características léxico-gramaticais que auxiliam essa configuração. Esta pesquisa toma como base os pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1978, 1994; HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, 2014) e a perspectiva de gênero da Escola de Sydney (MARTIN e ROSE 2008, 2012). e As categorias gramaticais das Metafunções: Ideacional, as representações do mundo físico e da consciência; Interpessoal, a representação das relações estabelecidas entre autor e leitor; e Textual, a forma de organização das informações em texto, foram investigadas no intuito de se compreender de que forma esses elementos podem auxiliar o processo argumentativo. Analisou-se, também, a presença de nominalização nos textos como recurso argumentativo. Após as análises, pode-se constatar o uso da 1ª pessoa na metade dos textos e o uso frequente dos processos relacionais, conferindo subjetividade aos textos, o que se confirma com os estudos feitos quanto à modalização e a modulação. Além disso, a nominalização se manifesta como recurso eficaz no processo argumentativo, por meio do empacotamento de ideias, do apagamento do agente e da densidade que cria nos textos. Com base nas análises do *corpus*, composto de textos da Família dos Argumentos, nomenclatura segundo a Escola de Sydney, verificou-se a predominância de textos do gênero Exposição, que discute apenas um ponto de vista no texto. A divisão dos textos em etapas e fases revelou a predominância de fases *declarativas*, responsáveis pelo início da maioria das etapas e pelo estabelecimento dos tópicos frasais. Constatou-se também que esse tipo de análise é um recurso importante para que os alunos, que geralmente apresentam dificuldades no processo ensino e aprendizagem do texto argumentativo, possam não só compreender o processo de construção desse texto, mas também sejam capazes de produzi-lo de forma mais eficaz.

Palavras-chave: Gêneros Textuais. Argumentação. Metafunções. Nominalização.

ABSTRACT

This study aims to analyze argumentative texts used in classes, exercises and tests of the High School of Military College of Brasília, in order to identify and describe the configurations of the genres present in this *corpus*, as well as the lexical-grammatical characteristics that help this configuration. The theoretical and methodological frameworks of the Theory of Genres from Sydney School (MARTIN and ROSE, 2008, 2012) and Systemic Functional Linguistics (HALLIDAY, 1978, 1994; HALLIDAY and MATTHIESSEN, 2004, 2014) guide this research. The grammatical categories of Metafunctions: Ideational, representations of the physical world and consciousness; Interpersonal, representation of the relationships established between author and reader; and Textual, how information is organized in text, were investigated in order to understand how these elements can aid the argumentative process. It was also analyzed the presence of nominalization in the texts as an argumentative resource. After the analyzes, the use of the first person in almost 50% of the texts and the frequency of the relational processes could be verified, conferring subjectivity to the texts, which is confirmed by the studies made on modalization and modulation. In addition, nominalization appears as an effective resource in the argumentative process, by the packing of ideas, the erasing of the agent and the density it creates in texts. Based on the analysis of the corpus, composed of texts of the Family of Arguments, nomenclature according to the Sydney School, there was the predominance of texts of the genre Exposition, which discusses only one point of view in the text. The division of the texts into stages and phases showed the predominance of declarative phases, responsible for the beginning of most stages and the establishment of phrasal topics. This type of analysis is an important resource so that students, who usually present difficulties in the teaching and learning process of the argumentative text, can not only understand the construction of this text, but also be able to produce it more effectively.

Keywords: Textual Genres. Argumentation. Metafunctions. Nominalization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: RELAÇÃO ENTRE GÊNERO, REGISTRO E LINGUAGEM	29
FIGURA 2: RESUMO DOS PROCESSOS DO SISTEMA DE TRANSITIVIDADE DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL.....	44
FIGURA 3: TRANSFORMAÇÕES METAFÓRICAS.	56
FIGURA 4: CICLO PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DE GÊNERO.	59
FIGURA 5: LIVRO DE REDAÇÃO	73
FIGURA 6: LIVRO DE INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.	73
FIGURA 7: GRAMÁTICA ADOTADA.	74

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: ABORDAGENS TEÓRICAS DE GÊNERO.	20
QUADRO 2: RELAÇÃO ENTRE CONTEXTO DE SITUAÇÃO E LINGUAGEM	28
QUADRO 3: RESUMO DE REGISTRO.....	28
QUADRO 4: RELAÇÃO ENTRE GÊNERO, CONTEXTO E REGISTRO	29
QUADRO 5: RELAÇÃO ENTRE CONTEXTO, LINGUAGEM E SISTEMA GRAMATICAL	36
QUADRO 6: SISTEMA DE TRANSITIVIDADE	37
QUADRO 7: RELAÇÃO ENTRE PARTICIPANTES NO PROCESSO RELACIONAL.....	41
QUADRO 8: RESUMO DO SISTEMA DE TRANSITIVIDADE DA METAFUNÇÃO IDEACIONAL.....	45
QUADRO 9: FUNÇÕES DA FALA, VALORES DE TROCA E MODOS ORACIONAIS.....	46
QUADRO 10: FUNÇÕES DA FALA E REAÇÕES/RESPOSTA DO OUVINTE.....	47
QUADRO 11: RESUMO DO SISTEMA DE MODO	48
QUADRO 12: MODALIDADE E POLARIDADE.	50
QUADRO 13: FAMÍLIA DOS GÊNEROS.	60
QUADRO 14: GÊNERO “EXPOSIÇÃO”.	65
QUADRO 15: GÊNERO “DISCUSSÃO”.	65
QUADRO 16: QUADRO DE ETAPAS E FASES	66
QUADRO 17: MODELO DE QUADRO PARA ANÁLISE DE TEXTO EM ETAPAS E FASES.....	78

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADC – Análise do Discurso Crítica

CMB – Colégio Militar de Brasília

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ERG – Gênero nas Tradições Retórica e Sociológica

ESP – Inglês para Fins Específicos

EsPCEx – Escola Preparatória de Cadetes do Exército

GSF – Gramática Sistemico-Funcional

ISD – Interacionismo Sociodiscursivo

LSF – Linguística Sistemico-Funcional

PAS – Programa de Avaliação Seriada

PCNEM – Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

TGR – Teoria de Gêneros e Registros

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1	19
1. UM PANORAMA SOBRE GÊNERO.....	19
1.1. GÊNERO NAS TRADIÇÕES LITERÁRIAS	20
1.1.1. Abordagem Neoclássica	21
1.1.2. Abordagem Estruturalista.....	21
1.1.3. Abordagem Romântica e Pós-Romântica.....	22
1.1.4. Abordagem da Estética da Recepção	23
1.1.5. Abordagem dos Estudos Culturais	23
1.2. GÊNERO NAS TRADIÇÕES LINGUÍSTICAS	24
1.2.1. Linguística Histórica/ de Corpus	24
1.2.2. Inglês para Fins Específicos	25
1.2.3. Linguística Sistêmico-Funcional	27
1.3. GÊNERO NAS TRADIÇÕES RETÓRICA E SOCIOLÓGICA	31
1.4. TRADIÇÕES FRANCESA E SUÍÇA E OS ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL ...	32
CAPÍTULO 2	34
2. LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL	34
2.1. AS METAFUNÇÕES DA LINGUAGEM	36
2.1.1. Ideacional	37
2.1.1.1. Sistema de TRANSITIVIDADE	38
2.1.2. Interpessoal.....	45
2.1.2.1. Sistema de MODO	47
2.1.2.1.2. Modalidade.....	49
2.1.3. Textual	51
2.1.3.1. Sistema de TEMA	51
2.2. METÁFORA GRAMÁTICAL IDEACIONAL - NOMINALIZAÇÃO	54
2.3. PEDAGOGIA DE SYDNEY	58
2.3.1. Argumentação e Discurso	62
2.3.2. Família dos Argumentos – Escola de Sydney	63
CAPÍTULO 3	68

3. DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA	68
INTRODUÇÃO	68
3.1. PESQUISA SOCIAL	68
3.2. PESQUISA QUALITATIVA	69
3.3. PESQUISA DESCRITIVA.....	70
3.4. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL.....	70
3.5. QUESTÕES DE PESQUISA	72
3.6. DELIMITAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	72
3.7. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	76
3.8. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	79
CAPÍTULO 4 – ANÁLISES.....	80
INTRODUÇÃO	80
4.1. CONTEXTO DE ORIGEM DOS DADOS.....	80
4.2. ANÁLISE LINGUÍSTICA.....	81
4.2.1. Metafunção Ideacional	81
4.2.1.1. Processos	81
4.2.1.2. Participantes	91
4.2.1.3. Algumas considerações	96
4.2.2. Metafunção Interpessoal.....	98
4.2.2.1. Sujeito e Finito	98
4.2.2.2. Polaridade.....	102
4.2.2.3. Modalidade.....	102
4.2.3. Metafunção Textual.....	106
4.2.4. Metáfora Gramatical - Nominalização	107
4.2.4.1. Algumas considerações	113
4.3. ANÁLISE DE GÊNEROS TEXTUAIS.....	117
INTRODUÇÃO	117
4.3.1. Análise.....	118
4.3.2. Algumas considerações	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS	146
APÊNDICE.....	151
ANEXO.....	192

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita no Ensino Básico do Brasil ainda não atingiu os patamares desejados. Em busca de atingi-los, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), doravante PCNs, passaram a estabelecer os gêneros como base para o estudo da língua: estrutura, usos e significados. Nos anos iniciais do Ensino Básico (1ª fase do Ensino Fundamental), percebe-se um grande esforço em prol do estudo dos gêneros; entretanto, gradativamente, nos anos¹ seguintes, esse tipo de ensino se torna mais difícil de ser implementado. O Ensino Médio é a fase em que se encontra maior resistência por parte de professores em trabalhar com essa visão, pois buscam ensinar os aspectos da língua fora do texto.

O que se vê hoje, na realidade, quando há uma “tentativa” de se trabalhar com o texto em sala de aula, é o uso do “texto como pretexto” para desenvolver o ensino de aspectos gramaticais. Observa-se, portanto, a língua de forma descontextualizada, sem se compreender o porquê de seu uso, isto é, seu objetivo social. A escolha de estruturas linguísticas na formação de um tipo de texto depende desse objetivo e, assim, a compreensão do que envolve o texto, a conjuntura, bem com as escolhas linguísticas feitas e as partes que o compõem são importantes para compreendê-lo.

Os textos mais presentes em provas de vestibulares, bem como os exigidos em redações são os textos argumentativos; por isso são os mais trabalhados nos anos finais do Ensino Básico. No entanto, tem-se visto que muitos alunos não têm conseguido compreender as estruturas que envolvem esse tipo de texto, desconhecendo as partes que o compõem e, dessa forma, não sendo capazes de (re)produzi-lo, por mais que ele seja estudado no 9º ano e nas três séries do Ensino Médio. Ao tentarem reproduzir o texto chamado ‘dissertativo argumentativo’, entrelaçam-no com outros tipos de texto, como o narrativo, inadequadamente, de forma que o desconfigurem como tal. Ao se pedir um texto trazido de casa sobre determinado assunto, alguns fazem uso de cópias, alegando “ser muito difícil” desenvolver as argumentações nas configurações desse tipo de texto.

A partir desse problema, é importante refletir sobre as práticas que envolvem o ensino de textos argumentativos e investigar uma nova metodologia para o desenvolvimento da leitura e da escrita desses textos. Um processo de ensino e aprendizagem da língua por meio de gêneros amplia as possibilidades de compreensão das funções do texto, bem como desenvolve a

¹ Usa-se a palavra “anos” com o sentido de “séries” e não com a ideia de ‘passar do tempo’.

capacidade de se produzirem textos, fazendo-se escolhas léxico-gramaticais conscientes para se atingir um propósito estabelecido anteriormente. Gouveia (2013) afirma sobre gênero e aprendizagem:

A pedagogia da literacia baseada no gênero permite aos professores utilizar para leitura os seus materiais de ensino habituais, de modo a que os alunos sejam capazes de mobilizar estas leituras na produção de textos escritos de qualidade em todas as áreas do currículo, desenvolvendo a literacia e acelerando, deste modo, a sua aprendizagem.

O que muitas vezes não está claro para o aluno é que o ato de argumentar não é uma prerrogativa apenas dos textos chamados de “dissertativos argumentativos” pelas escolas do país. ‘Argumentar’ é um recurso encontrado em diversos gêneros. O objetivo de cada gênero é que precisa ficar claro para cada aluno. Entender que a comunicação acontece por meio de intenções prévias de cada indivíduo leva-se a compreensão de que para cada intenção tem-se uma forma de se utilizar a linguagem, escolhas, configurações de linguagem que se organizam para atingir o objetivo proposto, resultando em um gênero. Essa noção de gênero encontra-se nos Parâmetros Nacionais de Língua Portuguesa (1998, p. 49):

Formar escritores competentes, supõe, portanto, uma prática continuada de produção de textos na sala de aula, situações de produção de uma grande variedade de textos de fato e uma aproximação das condições de produção às circunstâncias nas quais se produzem esses textos. **Diferentes objetivos exigem diferentes gêneros e estes, por sua vez, têm suas formas características que precisam ser aprendidas.** (grifo da autora)

Os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio (2000) afirmam que os gêneros discursivos têm muito a dizer sobre a natureza social da língua e que a funcionalidade dos discursos “estipula o como e o que dizer” (p. 21).

Esta pesquisa, diante das dificuldades encontradas, apresenta um novo foco de ensino de textos de gênero argumentativo, a partir da análise das configurações de textos argumentativos escritos, escolhidos por professores para trabalhar em sala de aula ou usados em provas, no contexto do Ensino Médio do Colégio Militar de Brasília, durante o período de 2015 e 2017.

O trabalho proposto busca na Escola de Sydney, especialmente no mapeamento dos gêneros, a base para desenvolver o trabalho de análise das configurações dos gêneros da “Família dos Argumentos”, nomenclatura proposta pela Escola australiana. Entretanto, faz-se necessário compreender esses textos dentro da esfera da situação e da cultura nas quais o tipo de texto a ser analisado está inserido. Assim, entende-se a necessidade desses estudos em textos argumentativos do contexto brasileiro.

Por meio da análise desses textos, compreendendo-se as etapas e as fases que os compõem, apresenta-se aos professores uma alternativa concreta e possível de ensino dos gêneros argumentativos em que o aluno reconheça a intenção comunicativa e as possíveis configurações desse tipo de texto, facilitando, assim, seu processo de aprendizagem tanto da leitura quanto da escrita.

Além disso, faz-se necessário compreender aspectos relevantes presentes nesse tipo de texto como as escolhas léxico-gramaticais, entre elas, nominalizações e modalizações e modulações, elementos recorrentes para se atingir sua função social de avaliar, convencer, persuadir.

Esta pesquisa terá como base os construtos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional. Entretanto, utilizará como apoio a Linguística Textual. Este estudo é resultado de estudos acerca de gêneros textuais, linguagem e argumentação, sob a perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), e vincula-se aos estudos desenvolvidos pela Prof.^a Dra. Edna Cristina Muniz da Silva, no projeto LEITURA E ESCRITA DE GÊNEROS TEXTUAIS NA ESCOLA E NA VIDA, na linha de pesquisa sobre Discursos, Representações sociais e Textos, do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB) e pelo GRUPO DE PESQUISA E ESTUDO EM ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), coordenado pela Profa. Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni, que estudam as contribuições da LSF para o ensino de línguas e para a Análise de Discurso.

Com base no exposto e em leituras e reflexões do grupo de pesquisa coordenado pela Prof.^a Edna Cristina Muniz da Silva, estabeleceram-se as seguintes questões de pesquisa:

- a) Como os recursos léxico-gramaticais auxiliam na argumentação?
- b) Como a nominalização contribui para o processo argumentativo?
- c) Qual é a estrutura de gênero nos textos argumentativos examinados nesta pesquisa?
- d) Que estruturas são mais recorrentes nos textos argumentativos, considerando o propósito comunicativo?

- e) Como a perspectiva de gênero da Escola de Sydney pode contribuir para o ensino e aprendizagem de textos argumentativos?

Objetivo Geral

Analisar as configurações de textos dos gêneros da Família dos Argumentos do/no contexto brasileiro, para, por meio da identificação de suas etapas e fases, bem como dos recursos léxico-gramaticais que auxiliam no processo argumentativo, possibilitar melhorias no ensino e aprendizagem desses gêneros.

Objetivos específicos

- a) Identificar, em textos de Língua Portuguesa, com base na metodologia de mapeamento de textos usada pela Escola de Sydney, as configurações dos gêneros da Família dos Argumentos.
- b) Verificar como etapas e fases dos gêneros da Família dos Argumentos, ‘Exposição’ e ‘Discussão’, se organizam para a construção da argumentação.
- c) Identificar o uso do processo de nominalização, como recurso argumentativo.
- d) Verificar como os recursos léxico-gramaticais auxiliam no processo argumentativo.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, tem-se como base:

1. Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, 2014; FUZER e CABRAL, 2010).
2. Escola de Sydney (MARTIN e ROSE, 2007, 2008; 2012).
3. Linguística Textual (KOCK, 1978).

Ressalta-se que a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), na qual a Escola de Sydney está incluída, e a Linguística Textual estão preocupadas com aspectos linguísticos e sociais, isto é, como linguagem e sociedade se relacionam. Como a linguagem está inserida em contexto, a análise linguística está vinculada ao caráter social dos textos. Para a efetiva análise, serão utilizados os conceitos da Linguística Sistêmico-Funcional, contidos na Gramática Sistêmico-Funcional e na Escola de Sydney.

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos. Os Capítulos I e II apresentam o referencial teórico. O Capítulo I monta um panorama sobre gênero e o Capítulo II apresenta os

conceitos que servem como base para as análises do *corpus*, conceitos importantes como o de gênero, contextos de situação e de cultura, metafunções, argumentação, pedagogia de Sydney e nominalização, utilizados para análise dos dados desta pesquisa. O Capítulo III traz o desenho metodológico desta pesquisa, como os dados foram coletados/gerados e analisados. O Capítulo IV apresenta as análises, embasadas pelas teorias da Linguística Sistêmico-Funcional, incluindo-se a perspectiva de gênero da Escola de Sydney, com apoio do Linguística Textual. Finalmente, apresentam-se as considerações finais, com os resultados encontrados.

CAPÍTULO 1

1. UM PANORAMA SOBRE GÊNERO

Muitas são as pesquisas sobre gênero ao longo dos anos. Apesar disso, não há um consenso a respeito de sua definição. De acordo com Bawarshi e Reiff (2013), a etimologia da palavra *genre* (gênero textual), empréstimo do francês, pode-se ligar à ideia de *genus* (latim), que significa “espécie”, “classificação de coisas”, ligando-se, também, a *gender* (gênero social). Além disso, também apresentam a visão de que *genre* pode estar relacionado a *gener* (latim), que traz o sentido de “gerar”, correlacionando-se também a *gender*. A respeito dessa falta de consenso, os autores fazem a seguinte afirmação:

A despeito da produtividade da pesquisa sobre gêneros nos últimos trinta anos, o termo *gênero* em si continua sujeito a confusão, porque compete com teorias populares sobre gêneros como tipos de texto e como sistemas artificiais de classificação. Parte dessa confusão tem a ver com a seguinte questão: os gêneros apenas dividem e classificam as experiências, eventos e ações que representam (e consequentemente são concebidos como rótulos ou receptáculos de sentido) ou refletem e contribuem para moldar e até mesmo para gerar de modo culturalmente definido aquilo que representam (e assim desempenham um papel decisivo na produção de sentido)? (p. 16)

Considerando a etimologia e segundo os autores, o termo gênero era usado em prol de classificação, ênfase não mais existente. A visão atual é que gêneros não só organizam como criam espécies de textos, cujos traços formais, que não são arbitrariamente estabelecidos, relacionam-se a propósitos sociais. Faz-se necessário, portanto, compreender não só os traços formais dos gêneros, mas também seus propósitos sociais, pois estes agrupam textos pelas características semelhantes que apresentam, como tipos de interação, intenções comunicativas e papéis dos participantes.

Várias abordagens de ensino e aprendizagem de gêneros foram desenvolvidas ao longo dos anos, mas todas concordam que “os gêneros refletem e coordenam modos sociais de conhecer e agir no mundo” (p. 17). Os estudos sobre gênero são de grande importância para o processo de ensino e aprendizagem da escrita, uma vez que esta se formará a partir dos propósitos envolvidos no momento do ato comunicativo e de acordo com os papéis a serem desempenhados pelos participantes nessa atividade social. Assim, escrever é um ato social, direcionado, intencional. O produto final, o texto, é o resultado de escolhas, que envolvem

intenções, contexto, papéis, levando-nos, assim, aos gêneros. Estudar gênero, portanto, é ensinar escrita de forma direcionada socialmente, contextualizada e significativa.

Bazerman, Bonini e Figueiredo (2009) reconhecem a importância dos estudos dos gêneros para o ensino da escrita, ressaltando que os gêneros são ferramentas eficazes para os estudantes se tornarem capazes diante de “necessidades comunicativas especializadas” nas diversas áreas da vida. Dean (2008) afirma que um trabalho a partir dos gêneros poderia levar os alunos a entender a escrita como situada, levando-os a fazer uma ligação entre leitura e escrita.

Uma das grandes preocupações quanto a um ensino baseado nos gêneros, segundo Liu (2005), é que o processo de escrita se volte para a produção de um texto ideal, em vez de se compreender como a escrita representa as complexidades do mundo. Ressalta, ainda, a importância de se apresentar a visão de gênero da Escola de Sydney para professores de escrita.

Sobre gêneros, há muitas teorias e abordagens ao longo do tempo. A seguir, apresenta-se um panorama dessas abordagens, conforme Bawarshi e Reiff (2013).

Quadro 1: Abordagens Teóricas de Gênero

Tradições Literárias	Tradições Linguísticas	Tradições Retórica e Sociológica	Tradições Franco-suíças²
Neoclássica	Linguística de Corpus	Abordagem Comunicativa	
Estruturalista	Inglês para Fins Específicos	Abordagem Sociológica	
Romântica e Pós-Romântica	LSF – Escola de Sydney		
Estética da Recepção			
Estudos Culturais			

Fonte: Produzido pela autora, conforme panorama estabelecido por Bawarshi e Reiff, 2013.

1.1 GÊNERO NAS TRADIÇÕES LITERÁRIAS

Entre as diversas linhas de abordagens teóricas quanto ao ensino da escrita, a abordagem literária é a que menos se volta para esse tipo de ensino. Entretanto, é hoje importante para os estudos linguísticos e de gêneros, já que a visão de gênero mais difundida está relacionada a ela

² As Tradições Franco-Suíças, segundo Bawarshi e Reiff (2013: 22), “ao lado das Tradições Linguísticas e Sociorretóricas, têm sido objeto de síntese nos estudos brasileiros de gênero”.

e o ensino da escrita deve estar relacionado à compreensão dos gêneros. Assim, é importante entender o caminho que as teorias literárias seguiram quanto à definição e o uso dos gêneros e como isso afeta o ensino da escrita.

1.1.1 Abordagem Neoclássica.

Essa abordagem de gênero prevê um conjunto de regras sistemáticas, taxonomias teóricas e históricas, visando à classificação e à descrição de textos literários, bem como à organização das relações entre esses textos.

Vale ressaltar a diferença entre as abordagens teórica e histórica estabelecida por Todorov (2000). A teórica vê “os gêneros como categorias analíticas abstratas usadas para classificação de textos”, pois não surgem da realidade, mas de “categorias apriorísticas”. A histórica parte da realidade do momento histórico literário em que esses textos se manifestam, sendo observadas estruturas padrões que surgem nesse contexto literário.

A abordagem neoclássica define espécies de textos por categorias universais, a partir de estruturas formais ou arquétipos (FRYE, 1957) e relações temáticas. Essa abordagem não analisa os gêneros a partir dos contextos em que estão inseridos, dos quais surgiram, nem o processo pelo qual os usuários codificaram esses gêneros em seu contexto de uso (TODOROV, 2000). As categorias literárias neoclássicas se baseiam, conforme Gérard Genette (1992), na tríade literária: lírica, épica e dramática, o que revela que a abordagem neoclássica se preocupa com padrões universais dos textos para sistematizá-los no intuito de classificá-los.

A partir dessa visão, quanto à escrita, categorias universais de classificação foram criadas: descrição, narração, persuasão e exposição. Com categorias universais artificiais estabelecidas, e ainda ensinadas, perde-se a noção de que os gêneros estão ligados a um contexto de situação, dentro de uma cultura, influenciados diretamente por eles (Bawarshi e Reiff, 2013).

1.1.2 Abordagem Estruturalista

Nessa abordagem, os gêneros são instituições literárias, sócio-historicamente situadas, que “organizam e moldam textos e as diversas atividades literárias em uma realidade literária” (Bawarshi e Reiff, 2013: 33).

Os gêneros, chamados por Fishelov (1993) de “instituições sociais”, estruturam textos, coordenando as atividades literárias, quanto àqueles que participam delas, escrevem ou leem. Assim,

espera-se que o personagem de uma comédia realize certos atos e interaja com outros personagens de acordo com os princípios estruturais da ‘instituição’ literária da comédia (FISHELOV, 1993: 86)

E ainda,

os gêneros são essencialmente instituições literárias ou contratos sociais entre o escritor e um público específico, cuja função é especificar o uso adequado de determinado artefato cultural (JAMENSON, 1981: 106)

Os gêneros se tornam discursivos ao estruturarem valores e sentidos em configurações de espaço e tempo particulares, moldando interpretações e produções de textos. Dessa forma, moldam nossa percepção das atividades e interpretações literárias. O título de um texto de um determinado gênero, por exemplo, cria certa expectativa em relação à leitura, expectativa essa que seria diferente, caso o título fosse outro, se o gênero fosse outro, ou se esse título estivesse em outro tempo histórico, que, por estar situado, poderia não trazer as mesmas expectativas.

A abordagem estruturalista, porém, desconsidera a contribuição de gêneros não literários para o ensino da escrita, esquecendo que também representam realidades sociais.

1.1.3 Abordagem Romântica e Pós-Romântica

A visão concebida por essa abordagem contrária, ou melhor, nega a ideia de gênero nos textos literários, uma vez que acredita que o texto literário não está preso a convenções, ou à lógica, mas está além disso. Classificar uma obra de caráter estético, em termos de gênero, elimina a intuição, a verdadeira natureza das artes (CROCE, 1968). Assim, a literatura estaria fora do domínio do gênero de moldar textos, pois este o faz a partir da lógica, da limitação da categorização.

Derrida (2000) prefere dizer que não existe texto sem gênero; contudo o texto não pertence a um gênero, mas participa de um ou mais gêneros, mantendo o caráter de superioridade da literatura sobre o gênero. Para ele, “participar” assemelha-se a uma *performance*, que traz a ideia de que gêneros podem ser mesclados e reconstituídos continuamente. Dessa forma, ele não nega os gêneros, mas os submete às *performances* textuais.

O debate sobre o poder limitador dos gêneros sobre os textos literários causou dificuldades para o ensino da escrita, uma vez que se debatia sobre as “forças limitadoras das convenções de gênero” e a criatividade.

1.1.4 Abordagem da Estética da Recepção

Reconhece-se, nessa abordagem, o papel estrutural do gênero, mas com uma *performance* do leitor, principalmente do crítico literário, no processo de interpretação textual e não de produção (BAWARSHI e REIFF, 2013).

Isso quer dizer que o gênero passa a ser um argumento do leitor/crítico sobre o texto, funcionando como predições ou palpites (BAWARSHI e REIFF, 2013). De acordo com essa ideia, há certo dinamismo nos gêneros, uma vez que cada interpretação está ligada ao leitor, sendo situada e temporária.

O gênero é a ferramenta heurística do crítico, sua maneira escolhida ou definida de persuadir seu público a ver o texto literário em toda a sua plenitude ‘literária’ previamente inexplicável e então relacionar esse texto com outros similares ou, mais precisamente, com outros que possam ser explicados de forma similar” (ROSMARIN, 1985: 25)

Essa abordagem, ao adotar a visão de gênero como ferramenta interpretativa do leitor, elimina seu caráter social e seu papel na produção do texto, isto é, sua importância para a escrita.

1.1.5 Abordagem dos Estudos Culturais

Essa abordagem amplia a noção e o papel dos gêneros, abandonando a visão do gênero com caráter puramente estético ou de limitador da criatividade artística.

As abordagens dos estudos culturais procuram examinar a relação dinâmica entre os gêneros, os textos literários e os elementos socioculturais – particularmente, a maneira como os gêneros organizam, produzem, normalizam e ajudam a reproduzir tanto ações literárias como não literárias de maneira dinâmica, contínua e culturalmente definida e definidora. (BAWARSHI & REIFF, 2013: 39,40)

A abordagem dos estudos culturais, portanto, volta-se para a seguinte questão: como e quais gêneros são selecionados por leitores diante de determinadas práticas sociais.

Frow (2006) ressalta que instituições como escolas, agências publicitárias, editoras, entre outras, chamadas por ele de “regimes de leitura”, promovem o desenvolvimento do aprendizado de hábitos de leitura, o conhecimento de “regras de uso e relevância”. Assim, por intermédio de instituições, aprende-se a escolher adequadamente, diante de uma situação, o gênero a ser utilizado, isto é, tal conhecimento, adquirido nas práticas sociais, modela a forma como o leitor lida com os textos literários, identificando-os, selecionando-os, valorizando-os e vivenciando-os.

Segundo Todorov,

“os gêneros revelam os traços constitutivos da sociedade à qual pertencem”; como tal, “a sociedade escolhe e codifica os atos [de fala] que correspondem mais proximamente a sua ideologia; é por isso que a existência de certos gêneros em uma sociedade, e sua ausência noutra, são reveladoras daquela ideologia...” (*apud* BAWARSHI e REIFF, 2013: 41)

De acordo com Bawarshi e Reiff (2013), para essa abordagem, tanto o surgimento como a mudança de gêneros dependem das transformações sociais e ideológicas de uma sociedade. Deve-se, portanto, analisar como os gêneros participam da manutenção de práticas sociais, bem como valores, hierarquias e poderes.

Em síntese, essa abordagem traz a ideia de que textos trazem entrelaçamento de gêneros, entre gêneros literários e não literários. Além disso, a noção de gênero passa a considerar leitores, escritores, texto e contexto, diretamente ligados às práticas sociais e à ideologia de uma sociedade.

1.2 GÊNERO NAS TRADIÇÕES LINGUÍSTICAS

1.2.1 Linguística Histórica/ de Corpus

De acordo com Bawarshi e Reiff (2013), a Linguística de Corpus é relevante para o ensino de gêneros ao tratar da natureza das tipologias e da mudança linguística. Classificar passou a ser importante para a linguística histórica, quando seu olhar se voltou para o texto e

não meramente para a frase, como anteriormente (DILLER, 2001). Além disso, a Linguística Histórica/de Corpus ajuda a diferenciar a noção de gênero e modo³.

Duas trajetórias de classificação de texto são apresentadas por Diller (2001) na linguística textual: Dedutiva e Indutiva. A primeira, Dedutiva, em que se procuram criar categorias abrangentes para a classificação de gêneros e textos e “identificar arquétipos universais que possam classificar e descrever as relações entre textos literários” (BAWARSHI e REIFF, 2013: 56). As categorias abrangentes foram propostas por Longacre (1996). Ele propõe quatro tipos textuais nocionais (ou modos), “que subjazem à linguagem humana”: narrativo, expositivo, comportamental e procedural, os quais juntos ajudam a organizar os tipos textuais de superfície: gêneros (DILLER, 2001), como, por exemplo, o modo/tipo narrativo, que envolve romances, contos, entre outros.

A segunda trajetória, a Indutiva, classifica os textos a partir de padrões verificáveis, ajudando a classificação de gêneros. De grande auxílio a essa trajetória é a Linguística de Corpus, que emprega dados eletrônicos (corpora), na busca de padrões e variações de textos orais e escritos (BAWARSHI e REIFF, 2013). A partir disso, é possível referir-se a gêneros com maior ou menor complexidade, de acordo com os padrões ou variações que apresentam. Essa noção de maior ou menor complexidade leva à teoria dos Protótipos, em que Rosch (1978) adota uma classificação de um objeto a partir da aproximação a um modelo. Da mesma forma, a ideia de um texto se aproximar de um gênero viria da aproximação dele a um texto prototípico daquele gênero. Assim, alguns textos se aproximam mais do que outros desse “modelo” e, entre esses outros, há aqueles que ficam no limite com outro gênero, chamado de *híbrido*.

A Linguística Histórica/de Corpus tem permitido compreender a mudança linguística por meio dos gêneros, como quando uma forma linguística é introduzida em um gênero específico, geralmente de prestígio, passa a ser aceita em outros gêneros e, assim, é disseminada (KOHLEN, 2001).

1.2.2 Inglês para Fins Específicos (ESP)

Swales (1990) apresentou, em sua obra, teoria e metodologia sobre a análise de gêneros em Inglês para Fins Específicos, doravante ESP. A ESP se volta para o ensino do inglês a falantes não nativos em contextos acadêmicos e profissionais avançados, isto é, coloca-se como um instrumento específico para fins específicos. Os gêneros escolhidos nessa tradição

³ “Modo”, conforme Diller (2001), é utilizado nesse contexto como ‘tipo textual’.

linguística, portanto, são aqueles necessários para a comunidade em questão. Assim, os estudos se voltam para textos com linguagem científica, acadêmica. Os primeiros estudos eram qualitativos, com foco nas propriedades linguísticas e em sua variação.

A ESP, além da preocupação com gêneros específicos das áreas acadêmicas e profissionais, passa a se preocupar com os propósitos comunicativos de variedades da língua, aproximando-se da Linguística Sistêmico-Funcional, tradição linguística que será vista adiante. Dessa forma, ela busca não só estudar e descrever traços linguísticos, mas também analisar gêneros e propósitos comunicativos, revelando sua estrutura e escolhas sintáticas e lexicais.

O Inglês para Fins Específicos tem como alvo falantes não nativos do inglês, como estudantes internacionais, geralmente pós-graduandos, em universidades dos USA e da Inglaterra, considerados linguisticamente desfavorecidos, por não serem falantes nativos (BAWARSHI e REIFF, 2013). O ensino da ESP se volta para a necessidade desses estudantes, com foco em gêneros importantes para esse grupo: artigo de pesquisa, resenha de literatura, resumo para congresso, apresentação de trabalho, pedido de financiamento, cartas de apresentação para emprego, palestra acadêmica (BAWARSHI e REIFF, 2013), entre outros.

Bawarshi e Reiff (2013) afirmam que a ESP trabalha com gêneros em contextos definidos, chamados inicialmente por Swales de “comunidade discursiva” e, então, definidas como “redes sociorretóricas que se formam a fim de atuarem juntas em favor de um conjunto de objetivos comuns” (SWALES, 1990: 9).

Os gêneros como instrumento de ensino, portanto, levam membros da comunidade discursiva a atingirem propósitos. Sobre gênero, Bawarshi e Reiff (2013: 65, 66) ainda afirmam que

Swales define os gêneros, antes de tudo, como ações linguísticas e retóricas que envolvem o uso da linguagem para comunicar algo a alguém, em algum momento, em algum contexto e para algum propósito. Enquanto o evento comunicativo pode ser aleatório, idiossincrático e motivado por um propósito único e distintivo, o gênero representa uma classe de eventos comunicativos que se forma em resposta a um conjunto partilhado de propósitos comunicativos. O gênero, conseqüentemente, é uma classe relativamente estável de “eventos” linguísticos e retóricos tipificados pelos membros de uma comunidade discursiva, a fim de atingir objetivos comunicativos compartilhados.

Pesquisas mais atuais compreendem a necessidade de que gêneros sejam aprendidos não mais de forma isolada, mas em um conjunto de textos que se conectam para atingir a um propósito, chamado por Swales (2004) de “cadeias de gêneros”.

1.2.3 Linguística Sistêmico-Funcional (LSF)

Baseada especialmente nos estudos de Halliday (1978), a Linguística Sistêmico-Funcional tem sido importante para os estudos dos gêneros, pois mostram como estes são compreendidos e aplicados na análise do texto e no ensino de língua.

De acordo com Halliday, a língua se estrutura a partir da função social e do contexto. Isso quer dizer que, dentro de uma cultura, a linguagem se organiza de uma determinada forma para cumprir um propósito, uma função social. Assim, o rótulo de “funcional” se dá pelo fato de a linguagem ter uma função social, e “sistêmico” se explica pela organização que ela demanda, a partir de um “sistema de escolhas”, para cumprir cada propósito, propósito este de “realizar”, gerar sentido em dado contexto (Christie, 1999). Esses contextos são situações em que há interação/socialização de indivíduos e que são recorrentes, criando, então, uma linguagem tipificada, como um registro típico dessas situações. Portanto, para cada “contexto de situação”, há “registro”. A linguagem estrutura/configura, então, os sentidos criados nas interações entre falantes.

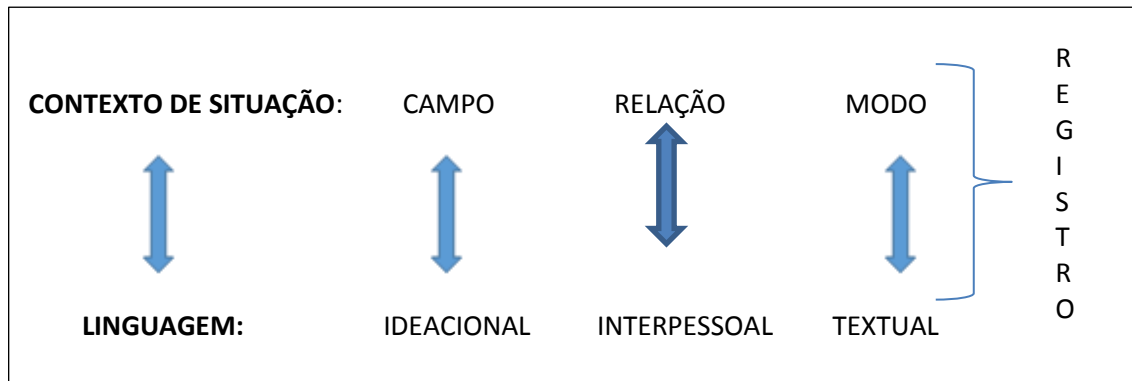
Ainda de acordo com Halliday (1978), o registro envolve três elementos importantes: o *campo*, que revela a situação em que a linguagem acontece, o que de fato está em andamento; a *relação*, que mostra como se dá a interação entre os participantes; e o *modo*, que indica como a linguagem se manifesta, qual o seu papel, como se dá a transmissão da mensagem. Assim, uma carta, por exemplo, revela a situação, o propósito, as interações entre os participantes e a forma de comunicação dessa linguagem.

Os elementos constitutivos do “contexto de situação” (campo, relações e modo) são encontrados na linguagem, uma vez que esta realiza aquele. Por isso, a linguagem apresenta Metafunções, que equivalem àqueles elementos do contexto de situação.

A Metafunção Ideacional representa, linguisticamente, a situação, a ação e pode ser encontrada por meio de perguntas como “Quem?”, “Quando?”, “Onde?”. Essa metafunção equivale ao *campo*. A Metafunção Interpessoal representa, linguisticamente, as interações entre os atores sociais, os papéis que assumem nessa socialização e equivale à *relação*. A Metafunção Textual representa, linguisticamente, a organização da mensagem e equivale ao *modo*.

Assim, baseado em Martin (1997), temos a seguinte relação entre contexto de situação e linguagem:

Quadro 2: Relação entre contexto de situação e linguagem



Fonte: Martin (1997, *apud* BAWARSHI & REIFF, 2013:49)

Apresentando essas ideias de outra forma, temos:

Quadro 3: Resumo de Registro

REGISTRO = CONTEXTO DE SITUAÇÃO + LINGUAGEM

Fonte: A autoria da pesquisadora baseado nos estudos de Halliday.

Segundo Bawarshi e Reiff (2013),

Halliday posiciona o gênero como um modo ou um conduto de comunicação, um dos meios textuais ou linguísticos disponíveis no registro, que ajuda os participantes da comunicação a perceber o tipo de situação. Dessa forma, (...), os *gêneros* são relegados a ferramentas tipificadas que os participantes usam no interior dos registros para agir e interagir em determinado tipo de situação. (p.49)

Os estudos de Halliday, ao fazer a ligação entre as situações de interação e os recursos léxico-gramaticais escolhidos para cada situação, influenciaram as abordagens de gênero da LSF, chamadas de “Escola de Sydney”, desenvolvida por Jim R. Martin e David Rose (2008 e 2012).

A visão da Escola de Sydney se volta para o letramento de alunos, na Austrália, em especial, os aborígenes, com o propósito de ensiná-los a compreender e a usar as escolhas linguísticas para as diversas situações. Martin, Christie e Rothery (1987) definem *gêneros* como

processos sociais porque os membros de uma cultura interagem entre si para realizá-los; são *guiados por objetivos* porque foram desenvolvidos a fim de fazer algo acontecer; e são *graduais* porque normalmente os participantes precisam dar mais um passo para alcançar seus objetivos. (p.59)

Martin, com sua proposta de gêneros, baseada em Halliday, relaciona contexto, registro e gênero, em que registro se liga ao contexto de situação e gênero ao contexto de cultura.

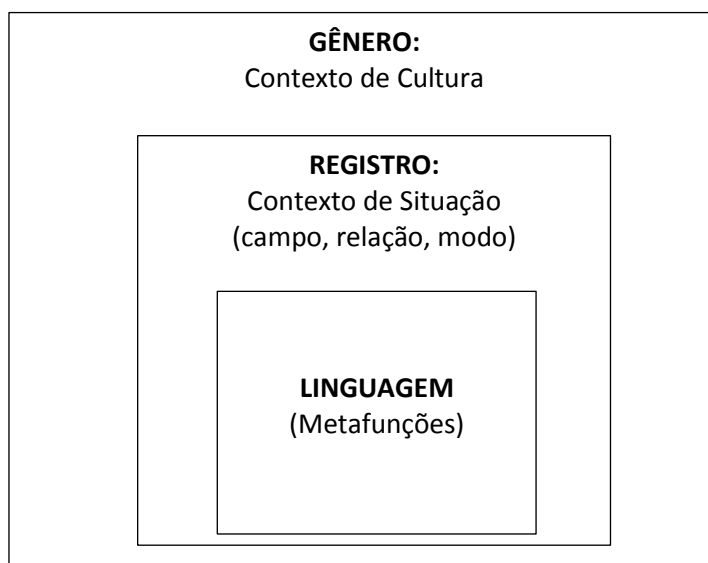
Quadro 4: Relação entre contexto, gênero e registro



Fonte: Autoria da pesquisadora baseado nos estudos de Halliday.

De acordo com Martin (1997 *apud* BAWARSHI & REIFF, 2013:51), “o registro (abrangendo campo, relação e modo) contextualiza a linguagem e, por sua vez, é contextualizado pelo gênero”, o que foi representado pela figura a seguir:

Figura 1: Relação entre gênero, registro e linguagem



Fonte: Adaptado de Martin (1992:496) pela autora deste trabalho.

Vian Jr. (2011: 83) afirma sobre essa relação que "escolhas em um plano determinam as escolhas no plano seguinte", o que mostra a estreita relação dos elementos apresentados.

De acordo com Martin e Rose (2012), a partir dessa visão, desenvolveu-se, na Austrália, um projeto, liderado pelo próprio Martin, de identificação de gêneros importantes para o letramento escolar e uma pedagogia de ensino desses gêneros, conhecido como Ciclo de Aprendizagem, com três etapas: modelagem, construção textual conjunta e construção textual individual.

Modelagem é a fase primeira, em que estudantes têm acesso a vários textos do mesmo gênero e investigam os elementos constitutivos do texto: contextos de cultura e de situação, propósitos sociais e aspectos linguísticos que realizem tais propósitos. A *construção conjunta do texto* é o segundo momento em que, a partir do entendimento dos contextos, dos propósitos sociais e dos traços linguísticos daquele gênero, professor e alunos constroem um texto representativo do gênero estudado. A última etapa, a *construção individual do texto*, é o momento em que os alunos, individualmente, desenvolvem as habilidades e os conhecimentos adquiridos na construção do próprio texto.

Feez e Joyce (1998), visando à inserção dos alunos no contexto ligado aos gêneros, para que não sejam meros repetidores de estruturas de gêneros, sem que de fato tenham compreendido 'onde', 'como' e 'por que' nasceram esses textos/gêneros, propõem mais uma etapa, sendo esta anterior à Modelagem: *construção do contexto*. Nessa fase, os alunos devem se envolver em ações que os levem a ter contato com o contexto cultural e situacional do texto em estudo, como "pesquisas, entrevistas, viagens de campo, representações de papéis e comparações transculturais" (Bawarshi e Reiff, 2013:54).

A perspectiva de gênero da LSF sofre algumas críticas, pois não discute a reprodução de ideologias nem o motivo da valorização de certos gêneros em detrimento de outros (Bawarshi e Reiff, 2013). Entretanto, a LSF é base para a comprovação linguística dessas questões.

A Linguística Sistêmico-Funcional, como qualquer outra teoria, possui um objetivo específico de analisar a língua e suas funções em seu contexto de situação e de cultura. Eis o motivo de tantas linhas teóricas sobre língua e gênero. Elas existem não apenas para contestar outras linhas, mas também para complementá-las. Os estudos de gênero da LSF têm permitido visualizar como propósitos sociais e linguagem estão ligados, partindo do contexto de cultura e de situação e no momento das interações, o que contribui para o processo de ensino e aprendizagem da escrita.

Como a base para este trabalho se encontra na Linguística Sistêmico-Funcional, foi necessária uma apresentação de gênero conforme essa teoria linguística de forma mais extensa. Mais adiante, retomar-se-á a visão de gênero de acordo com a LSF ainda não discutida até aqui, mas necessária para as análises a serem apresentadas.

1.3 GÊNERO NAS TRADIÇÕES RETÓRICA E SOCIOLÓGICA (ERG)

De acordo com Fleming (1998), “retórica” é uma forma de interação com um mundo, de existência, de conhecimento, de organização. Enfim, é social. Burke (1951), considerando a linguagem como símbolo, define retórica como a ação linguística que promove cooperação entre seres. A partir dessas definições, as abordagens retóricas se voltam para os gêneros como formas de ação retórica e social.

Para tais abordagens, assim como para as tradições linguísticas, os gêneros estão ligados ao contexto. Entretanto, para os estudos retóricos de gênero (ERG), gêneros não são meros eventos comunicativos compartilhados, mas, segundo Miller (1994), são formas de ação social dependentes da estrutura e complexidade de cada sociedade. Para ela, o gênero estrutura a ação social, pois liga o particular e o público, o indivíduo e a comunidade. Enfim, para Miller gêneros são ações retóricas tipificadas recorrentes.

Bazerman (1994) também vê o gênero como ação social e observa as recorrências de forma e conteúdo de um ato de comunicação, geradas a partir das intenções sociais reconhecidas. De acordo com ele, “uma forma textual que não é reconhecida como sendo tipo, tendo determinada força, não teria *status* nem valor social como gênero. Um gênero existe apenas à medida que seus usuários o reconhecem e o distinguem” (p. 81).

De acordo Bawarshi e Reiff (2013), o objetivo dos estudos está no desempenho das ações e relações sociais e no cumprimento de papéis sociais e na modelagem das realidades sociais. Essa visão traz implicações diferenciadas de como os gêneros são encarados no processo de ensino e aprendizagem.

Bawarshi e Reiff (2013: 81) resumem:

O foco de análise de gêneros nos ERG, dessa forma, foi dirigido para a compreensão de como os gêneros medeiam práticas, interações e realidades simbólicas situadas (...): em suma, o papel que os gêneros desempenham na maneira como os indivíduos experimentam, coconstroem e se engajam em práticas sociais e núcleos de atividades.

O gênero medeia o contexto e é mediado por ele. O contexto, para os ERG, é o início e a finalidade da análise de gênero. De acordo com Bazerman (2006: 23):

Os gêneros moldam os pensamentos que formamos e as comunicações através das quais interagimos. Os gêneros são os lugares familiares para onde nos dirigimos para criar ações comunicativas inteligíveis uns com os outros e são os modelos que utilizamos para explorar o não familiar.

Segundo Bawarshi e Reiff (2013:82), os gêneros apresentam caráter ideológico, além de “formas de cognição situada, ação social e reprodução social”.

Para algumas abordagens dos ERG, os gêneros não podem ser ensinados de forma explícita, uma vez que se relacionam a ações sociocognitivas complexas e dinâmicas. Outros estudiosos dessa linha, entretanto, passaram a buscar uma linha pedagógica, a partir da compreensão do contexto, vivenciando-se o aprendizado situado, etnográfico. Assim, percebe-se que certas situações se tornaram recorrentes, passando a investigar as estratégias retóricas possíveis a serem utilizadas como respostas a esses eventos situados e recorrentes, tipificados. Essas respostas se constituem nos gêneros (BLACK, 1965). A visão dos gêneros como tipificações significa que estas permitem o reconhecimento de situações recorrentes e agir sobre elas (MILLER, 1994).

1.4 TRADIÇÕES FRANCESA E SUÍÇA E OS ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL

O Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) é a base das tradições francesa e suíça de gêneros, sendo alguns nomes conhecidos dos ERG, como Bakthin, Vygotsky, Foucault e Habermas, referencial daquelas. O ISD, que considera aspectos sociológicos, linguísticos e retóricos, é uma “teoria da ação humana baseada em contextos sociais e discursivos e fundamentada em gêneros” (BAWARSHI e REIFF, 2013: 99).

Conforme Baltar *et al* (2009), no ISD, a linguagem é o ponto principal da atividade social humana, nas ações comunicativas coletivas e individuais, materializadas em gêneros por meio de textos, e, por isso, devem ser analisados os aspectos sociais e discursivos das ações humanas. Assim, a ISD, de acordo com os autores, volta-se para os planos motivacionais, os planos intencionais e os recursos e instrumentos disponíveis, uma vez que os indivíduos estão sempre negociando atividades aceitas socialmente, que criam motivos e permitem papéis sociais, e ações imediatas e situadas. Entende-se ‘atividade’ como a maneira compartilhada e socialmente definida de agir nas diversas situações e ‘ação’ como agir individualmente.

O ISD tem sido importante para análise de gêneros como para estudos pedagógicos. Analiticamente, investiga-se o conteúdo, o lugar e o momento, os participantes e seus papéis, o lugar social em que a interação se realiza, além dos efeitos da escrita. Pedagogicamente, os professores passam a ensinar a escrita textualmente, e não com ênfase gramatical, contextualizando a escrita.

O ISD tem influenciado os estudos de gênero no Brasil, diferentemente dos estudos norte-americanos, sobre os quais exerceu pouca influência. No Brasil, sintetizam-se várias tradições: “[...] as tradições francesa e suíça da pedagogia de gêneros, as tradições filosóficas europeias, a análise crítica do discurso, a tradição de gêneros da linguística sistêmico-funcional, o inglês para fins específicos e os estudos retóricos de gêneros” (BAWARSHI e REIFF, 2013:101). Para os autores, a pesquisa sobre gêneros e seu ensino feita no Brasil revela como a noção de tradições interligadas pode ampliar a visão dos gêneros quanto à função e ao ensino.

Araújo (2010), com pesquisa no Brasil sobre gêneros, entre 1980 e 2007, revela que, apesar de ainda se privilegiar uma abordagem teórica para a análise dos gêneros, o ISD é combinado com estratégias usadas na descrição de aspectos estruturais e léxico-gramaticais dos gêneros. Os estudos brasileiros sobre gênero mostram que tradições linguística e sociorretóricas não precisam ser excludentes, mas podem ampliar a visão de gênero, como descrito.

Esta pesquisa se vincula à Linguística Sistêmico-Funcional, inserida nas tradições linguísticas, ao tratar de aspectos que estruturam textos argumentativos brasileiros como gêneros, com base na Escola de Sydney, e escolhas léxico-gramaticais que atribuem significados no processo de convencimento do leitor.

CAPÍTULO 2

2. LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

Na primeira parte deste trabalho, apresentou-se um panorama sobre as tradições linguísticas e, entre elas, a Linguística Sistêmico-Funcional. Como este trabalho se alicerça nos pressupostos teóricos da LSF, faz-se necessário retomar, brevemente, alguns conceitos e desenvolver outros já citados anteriormente, a fim de se compreenderem os aspectos que envolvem gênero dentro dessa linha teórica.

Inicialmente, vale ressaltar que a LSF se volta para o estudo da língua em uso. Qualquer unidade de significado é chamada de texto, isto é, qualquer recurso semiótico produzido que traz significado para o outro que tem contato com ele é um texto, linguístico ou não (HALLIDAY, 1985; HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2009).

Para a configuração do texto e do sentido, a língua precisa se estruturar, o que acontece a partir do contexto, isto é, da situação em que a língua se faz necessária, bem como de seu propósito, a função que assume nesse contexto (HALLIDAY, 1978). Matthiessen e Halliday (2009), que consideram o contexto como elemento essencial para a configuração dos gêneros, observam dois tipos de contexto que influenciam a língua, mas que também são influenciados por ela: contexto de cultura e contexto de situação. O contexto de cultura está ligado diretamente à ideia de gênero e o de situação ao de registro, assuntos tratados no capítulo anterior.

Contexto é um sistema semiótico de mais alto nível no qual a linguagem está “encaixada”. Mais especificamente, a linguagem está encaixada em um contexto de cultura ou sistema social. Qualquer instância de linguagem como texto é encaixada no seu próprio contexto de situação. Contexto (...) é realizado por meio da linguagem; e sendo realizado pela linguagem por meio da linguagem significa que ele cria e é criado pela linguagem. (MATTHIESSEN e HALLIDAY, 2009: 88)

De acordo com Halliday (1985), a cultura é um conjunto de sistemas conectados. O contexto de cultura é mais abrangente que o contexto de situação. Ele é um sistema de experiências sociais, bem como do uso da língua, de forma que faça sentido em uma cultura. Por isso, é possível que aspectos de uma cultura sejam revelados por meio da linguagem, como ideologias que se configuram por meio da cultura. Por isso, Halliday afirma que o gênero está ligado ao contexto de cultura, pois, para ser reconhecido como tal, deve apresentar

características reconhecidas dentro de uma cultura. Nesse sentido, *contexto de cultura* é o resultado da padronização do discurso cujas características linguísticas são recorrentes, e em situações específicas.

Halliday (1994: 14) aborda o contexto de cultura da seguinte forma:

O contexto da cultura determina a natureza do código. Como uma língua se manifesta através de seus textos, a cultura se manifesta através de suas situações; assim, atendendo ao texto em situação, uma criança compreende o código e, ao usar o código para interpretar o texto, ela compreende a cultura. Dessa forma, para o indivíduo, o código engendra a cultura, e isso proporciona uma inércia poderosa para o processo de transmissão.

O contexto de situação, que caracteriza o registro, é o contexto imediato em que o texto se manifesta, o momento da prática social propriamente dita, o momento da interação. É nessa interação que os significados são construídos e negociados. Esses significados podem revelar informações do contexto de situação, o qual, para Halliday (1985), por ser uma prática de interação social, portanto já conhecida, permite predições no ato comunicativo, tanto por meio da fala quanto da escrita.

O registro, portanto, é visto como resultado da combinação entre a o contexto de situação em que se dá o texto e o significado deste nesse momento. Halliday afirma que o registro é determinado pela finalidade do uso da língua em dada situação.

“Um registro pode ser definido como a configuração de recursos semânticos que o membro de uma cultura tipicamente associa a um tipo de situação. É o potencial do significado que é acessível num dado contexto social” (1978:110).

A partir dessa visão, Halliday (1985) desdobra o contexto de situação em três categorias caracterizadoras: campo, relação e modo. Como visto anteriormente, o ‘campo’ refere-se ao acontecimento, à natureza da prática social, à representação do mundo; a ‘relação’, à natureza dos participantes e papéis que desempenham e negociam na interação; e o modo, à organização da mensagem, à forma de veiculação desse texto.

Essas três categorias se concretizam, em termos linguísticos, por meio da estrutura léxico-gramatical, que envolve variáveis gramaticais, chamadas de metafunções, estabelecidas por Halliday na Gramática Sistêmico-Funcional (GSF).

2.1 AS METAFUNÇÕES DA LINGUAGEM – LSF

Como dito anteriormente, Halliday (1985) relaciona as três categorias do contexto de situação (campo, relação e modo) às três funções da linguagem, também elencadas por ele e denominadas de metafunções, concretamente estruturadas na interação social dos usuários da língua.

A linguagem só se concretiza a partir de sua funcionalidade. Halliday (1985) afirma que a grande função da língua é dar significados. Assim, ele observa três significados produzidos pelo funcionamento da língua, as metafunções. São elas: a metafunção **ideacional**, que se relaciona à experiência de mundo, isto é, dá conta dos aspectos situacionais em que ocorre o fato e até do próprio fato; a metafunção **interpessoal**, que se volta para a interação entre os participantes do evento comunicativo, ligada à posição do sujeito diante dessa interação, e os papéis envolvidos; e a metafunção **textual**, que se refere à forma como essa interação é constituída como texto, considerando o contexto. As metafunções se realizam por sistemas gramaticais particulares, respectivamente, TRANSITIVIDADE, MODO e TEMA, pois é na oração que os aspectos de experiência, de interação e de configuração textual são aplicados, isto é, é na oração que as metafunções se realizam concretamente por meio de elementos léxico-gramaticais, a partir de escolhas feitas pelo sujeito no ato comunicativo.

O quadro a seguir, como postulado por Matthiessen e Halliday (2009), mostra a relação entre as categorias acima.

Quadro 5: Relação entre contexto, linguagem e sistema gramatical

CONTEXTO DE SITUAÇÃO (ambiente de produção do texto)	METAFUNÇÃO DA LINGUAGEM (sistemas de significação)	SISTEMA GRAMATICAL
Campo: refere-se ao fato, à natureza da prática social. Busca identificar o ambiente da interação.	Ideacional – refere-se ao que o texto diz, às representações das experiências do mundo interior e exterior do sujeito.	TRANSITIVIDADE
Relação: relaciona-se aos participantes, aos papéis que negociam e assumem na interação.	Interpessoal: revela ao processo sócio-interacional entre os sujeitos, aos papéis que esses representam.	MODO
Modo: diz respeito à organização do texto, a sua importância e função no contexto.	Textual: refere-se à estrutura do texto, a forma de organização da mensagem inserida no contexto.	TEMA

Fonte: Adaptado de Matthiessen e Halliday (2009: 53, 54, 88)

A análise proposta na introdução deste trabalho se insere principalmente nas metafunções ideacional e interpessoal, passando por alguns aspectos da metafunção textual.

2.1.1 Ideacional

A metafunção ideacional realiza o significado da experiência de mundo, isto é, busca entender o ambiente e o assunto envolvidos na produção discursiva. Segundo Halliday, ela simboliza a maneira como representamos as nossas experiências no mundo, internas ou externas, como pessoa que experimenta e observa o mundo. Portanto, essa metafunção vê a oração como representação, cujo significado é apresentado por meio do sistema de TRANSITIVIDADE da língua, que busca identificar a ação realizada, quem participa dessa ação e as circunstâncias envolvidas. Os elementos pelos quais essas informações são apresentadas são: processos, participantes e circunstâncias.

Os **Processos** são representações linguísticas das ações que fazem parte da realidade e são categorizadas conforme seu significado no momento da produção linguística. São formados por grupos verbais. Os **Participantes** apresentam os envolvidos na enunciação, seres animados ou inanimados, que promovem a ação ou são afetados por ela. São formados por grupos nominais. As **Circunstâncias** são elementos periféricos aos eventos, apresentam-se como grupos adverbiais ou grupos preposicionais e podem ocorrer com qualquer tipo de processo. Estas indicam lugar, tempo, modo, causa, entre outros.

Thompson (1996) ressalta que, a partir dos processos, pode-se conhecer o papel dos participantes no discurso. Com base nessa afirmação, a apresentação de cada processo seguirá a do(s) participante(s) a ele ligados.

- **Processos:** representações linguísticas das ações que fazem parte da realidade. São classificados conforme seu significado no momento do evento. Apresentam-se seis tipos de processo: material, relacional, mental, verbal, comportamental e existencial. Cada tipo de processo requer determinado(s) tipo(s) de participante(s).

Quadro 6 - Sistema da Transitividade⁴

Tipo de elemento	Tipicamente realizado por:
(i) processo	Grupo verbal
(ii) participante	Grupo nominal
(iii) circunstância	Grupo adverbial ou grupo preposicional

Fonte: Halliday, 2004: 177

⁴ A palavra "Transitividade", utilizada até agora em caixa alta para destaque, passará a ser grafada com a inicial maiúscula.

2.1.1.1 Sistema de Transitividade

a. **Material:** codifica experiências (ações e eventos) do mundo material, real. Essas ações podem ser criativas (criam algo) ou transformativas (alteram o estado de algo existente).

- **Participantes:** Ator: promove a ação; Meta: é afetado pela ação; Extensão (ou range ou escopo): não é afetado pela ação; Beneficiário: é beneficiado pela ação; Atributo: característica atribuída a um participante. O Atributo é um participante do processo relacional, como se verá, mas pode aparecer com processos materiais quando o resultado do processo é o estado em que Ator ou Meta se encontram depois de completado o processo.

Exemplo 1 [7]⁵:

<i>Os atiradores</i>	<i>querem transformar</i>	<i>outros (...)</i>	<i>em intolerantes iguais a ele.</i>
Ator	Processo material	Meta	Atributo

Exemplo 2 [14]:

<i>Um dos animais</i>	<i>passou a brincar</i>	<i>com a criança</i>	<i>por 10 minutos...</i>
Ator	Processo material	Circunstância	Circunstância

Segundo Thompson (2004), os processos materiais podem se subdividir em várias subcategorias. No entanto, nesta dissertação, serão consideradas apenas as duas principais categorias: os criativos e os transformativos.

Por meio dos processos criativos, Ator ou Meta vem a existir ou é construído. Nos transformativos, o desenrolar do processo transforma o Ator ou Meta.

⁵ Os números entre colchetes se referem ao texto de onde o exemplo foi retirado. Os textos encontram-se no Apêndice e no Anexo desta dissertação.

Exemplo 1 [7]: Processo Criativo

<i>Na Alemanha</i>	<i>foi criado</i>	<i>em outubro do ano passado</i>	<i>o grupo PEGIDA⁶...</i>
Circunstância	Pr. material	Circunstância	Meta

Exemplo 2 [9]: Processo Transformativo

<i>O modelo industrial clássico e os serviços associados</i>	<i>modaram</i>	<i>a escola e as metodologias educacionais do século XX.</i>
Ator	Pr. material	Meta

b. Mental: são experiências do mundo da consciência do falante/emissor. Referem-se à “percepção” (a partir do cinco sentidos), à “cognição” (a partir do pensamento), à “emoção” (a partir dos sentimentos) e ao “desejo” (a partir da vontade) (THOMPSON, 2004: 99).

- **Participantes:** Experienciador: aquele que percebe, pensa, sente ou deseja, por isso deve ser humano ou um ser personificado; Fenômeno: complemento do processo.

Exemplo 1 [19a]:

<i>[Eu]⁷</i>	<i>percebi</i>	<i>que, neste momento, nem na minha própria coluna de opinião posso falar sozinha.</i>
Experienciador	Pr. mental perceptivo	Metafenômeno ⁸

Exemplo 2 [8]:

<i>(...) ninguém</i>	<i>imaginaria</i>	<i>o que ia rolar.</i>
Experienciador	Processo mental cognitivo	Fenômeno

⁶ Patriotas Europeus Contra a Islamização do Ocidente.

⁷ Os elementos das orações entre colchetes e em itálico são termos elípticos na oração.

⁸ Metafenômeno é a oração ou conjunto de orações, geralmente, finita que se apresenta por meio de um processo mental perceptivo e desiderativo e representa uma ideia ou fato. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014: 505-506).

Exemplo 3 [11]:

<i>Por isso</i>	<i>[Eu]</i>	<i>gostaria</i>	<i>de (...) ver-me representada por Vossa Excelência.</i>
	Experienciador	Pr. mental emotivo	Fenômeno

Exemplo 4 [10]:

<i>Assim,</i>	<i>espero</i>	<i>que o Instituto Ponche Verde seja também galardoado com a mesma investidura...</i>
	Pr.mental desiderativo	Fenômeno

c. Relacional: estabelece relação entre dois participantes. Essas relações podem ser atributivas (classificam ou descrevem) ou identificadoras (definem).

As atributivas atribuem uma característica a um ser. Geralmente, características por meio de adjetivos são utilizados.

As identificadoras apresentam o processo de reversibilidade (“A” = “B” equivale a “B” = “A”), o que não acontece com as atributivas. Tanto estas quanto aquelas podem apresentar relações intensivas (“A” é “B”), de posse (“A” tem “B”) e de circunstância (“A” é/está em “B”) (FUZER e CABRAL, 2010). As identificadoras podem ser analisadas a partir de duas visões: provendo uma identidade ou relacionando forma e função.

Além do verbo ‘ser’, outros verbos podem aparecer como processo relacional: estar, ficar, parecer, tornar-se, permanecer, entre outros (FUZER e CABRAL, 2010: 72).

- **Participantes** das relações atributivas: Portador (a que se atribui uma característica) e Atributo (característica atribuída a um participante).

- **Participantes** das relações identificadoras: - ao prover identidade: Identificado (recebe a identidade) e Identificador (fornece a identidade); - ao relacionar forma e função: Característica e Valor.

Exemplos 1:

Quadro 7: Relação entre participantes no Processo Relacional⁹

	Atributiva	Identificadora
Intensiva	<i>José é feliz.</i>	<i>Brasília é a capital do Brasil. A capital do Brasil é Brasília.</i>
Possessiva	<i>Todos têm sonhos.</i>	<i>O carro é do meu amigo.</i>
Circunstancial	<i>O jantar será num sábado.</i>	<i>Nossa viagem será em 5 de abril. Em 5 de abril será nossa viagem.</i>

Fonte: Adaptado de FUZER e CABRAL (2010: 68).

- Atributiva:

Exemplos 2 [2] :

<i>O quadro</i>	<i>é</i>	<i>ruim.</i>
Portador	Processo relacional	Atributo

- Identificadora:

Exemplo 3 [9]:

<i>Na verdade,</i>	<i>aquele</i>	<i>foi</i>	<i>o capítulo preliminar das transformações em etapas de trabalho humano.</i>
	Identificado	Pr. relacional	Identificador

Exemplo 4 [1]:

<i>O maniqueísmo</i>	<i>é</i>	<i>o ópio dos tolos.</i>
Característica	Pr. relacional	Valor

⁹ Os exemplos, nesse caso, não foram retirados dos textos pertencentes ao *corpus* desta pesquisa, mas criados pela autora.

d. Verbal: promove troca simbólica de significado (EGGINS, 1994). São as que apresentam os processos do “dizer”, incluindo-se os verbos de mesmo campo semântico. Mathiessen e Halliday (2009) afirmam que os processos verbais criam passagens dialógicas, sendo de grande importância para a o discurso. A Verbiagem pode aparecer como Citação (discurso direto) ou Relato (discurso indireto).

- **Participantes:** Dizente: responsável pela ação verbal; Verbiagem: o que é dito (grupo nominal ou oração projetada); Alvo: o que é afetado pela mensagem; Receptor: a quem é destinada a mensagem.

Exemplo 1 [8]:

<i>“Roubaram a sexualidade desses meninos”</i>	<i>me</i>	<i>diz</i>	uma experiente terapeuta.
Citação ¹⁰	Receptor	Pr. verbal	Dizente

Exemplo 2 [6]:

<i>O silêncio</i>	<i>pode dizer</i>	<i>sobre um líder, uma organização, uma crise, uma relação.</i>	<i>muita coisa.</i>
Dizente	Pr. verbal	Alvo	Verbiagem

Exemplo 3 [13]:

<i>O pai</i>	<i>diz</i>	<i>que foi acidente.</i>
Dizente	Processo verbal	Relato ¹⁰

e. Comportamental: ligado aos comportamentos psicológicos e fisiológicos. Por apresentar características tanto do processo material quanto do mental, sua identificação nem sempre é tão clara quanto os demais (MATHIESSEN e HALLIDAY, 2009).

¹⁰ Quando o Processo Verbal projeta uma oração que é a reprodução da fala, a Verbiagem é uma Citação. Quando esse processo projeta a reprodução da fala, a Verbiagem é um Relato.

- **Participantes:** Comportante: o que age; Comportamento: o próprio comportamento.

Exemplo [13]:

<i>(...) sua filha pequena</i>	<i>estava chorando (...).</i>
Comportante	Processo Comportamental

f. Existencial: refere-se ao que existe ou acontece, isto é, representa a experiência de existir e de acontecer. Os verbos mais utilizados são os conhecidos como impessoais, da gramática tradicional, ‘haver’, ‘existir’, ‘acontecer’ e ‘ocorrer’. Necessariamente, só há um participante na oração.

- **Participantes:** Existente: pode ser representado por algo material, um fenômeno ou um evento.

Exemplo [12]:

<i>Não pode haver,</i>	<i>em uma democracia,</i>	<i>justiça pelas mãos da sociedade</i>
Pr. existencial	Circunstância	Existente

Figura 2 – Resumo dos processos do Sistema de Transitividade da Linguística Sistêmico-Funcional.



Fonte: Halliday e Mathiessen, 2004:172.

Ressalta-se que três dos seis processos podem ser chamados de subsidiários, pois se encontram entre dois outros, muitas vezes trazendo características deles. É o que acontece com o comportamental (entre material e mental), o verbal (entre mental e relacional) e o existencial (entre relacional e material).

Outro aspecto se faz necessário ressaltar. O participante de um processo nem sempre aparece na sentença, o que pode ocorrer, por exemplo, em orações na voz passiva. A escolha por esse tipo de estrutura, a voz passiva, e, portanto, a possibilidade de ocultar o participante é uma opção do autor do enunciado.

Exemplo [7]:

<i>A embaixada da Dinamarca em Beirute</i>	<i>foi incendiada.</i>
Meta	Processo material

No entanto, apesar de sempre ser uma opção do autor do enunciado a omissão de um participante, nem sempre ocorre por meio de uma passivação. O participante pode não estar materialmente presente, mas o enunciado claramente o apresenta ou o indetermina.

Exemplo 1 [14]:

(Eu)	<i>Lamento</i>	<i>a morte do gorila e o acidente envolvendo a criança.</i>
Ator	Pr. mental	Meta

Exemplo 2:

(?)	<i>Roubaram</i>	<i>a sexualidade desses meninos.</i>
Ator	Processo material	Meta

Quadro 8: Resumo do Sistema de Transitividade da Metafunção Ideacional

	Material	Mental	Verbal	Comportamental	Relacional	Existencial
P A R T I C I P A N T E S	Ator	Experienciador	Dizente	Comportante	Portador/ Identificado	Existente
	Meta	Fenômeno	Verbiagem	Comportamento	Atributo/ Identificador	
	Beneficiário		Alvo			
			Receptor			

Fonte: Criado pela pesquisadora com base em Halliday e Matthiessen (2004).

2.1.2 Interpessoal

A metafunção interpessoal volta-se para a forma como ocorre a interação e os papéis empenhados nessa interação, os quais são mediados pela linguagem. A interação se dá no meio social e é aí que se desenvolvem as identidades. Os conceitos de papel geralmente estão ligados às relações de solidariedade e poder. Nesse processo, relações são negociadas e atitudes e opiniões são expostas, produzindo significados, gerando, portanto, texto. O propósito da comunicação é interagir para estabelecer e manter ligações sociais, para alguma finalidade.

A oração é vista nessa metafunção como troca e é materializada por elementos léxico-gramaticais que são estudados pelo sistema de MODO. Na interação, observam-se dois aspectos: a) os papéis dos envolvidos no processo: “dar” e “pedir”; b) a natureza da troca: “informação” ou “bens de serviço”.

Da natureza da troca, surgem quatro categorias funcionais de linguagem: declaração, pergunta, oferta e comando. As ‘declarações’ e ‘perguntas’ constituem proposições, que podem ter resposta do interlocutor, como, entre outros, “afirmar”, “negar” e “duvidar”, por existirem essencialmente por meio da linguagem. Isso significa que a oração traz algo sobre o qual se pode argumentar. ‘Ofertas’ e ‘comandos’ caracterizam propostas, todas expressas por opções gramaticais. (Halliday, 1994, p.70). Nesse caso, a oração traz algo que não pode ser negada ou afirmada.

Assim, ao se utilizar a língua para se trocarem informações, ela se apresentará em forma de ‘proposição’. Ao se utilizar a língua para se bens e serviços (atividades), ela se apresentará como ‘proposta’ (FUZER e CABRAL, 2010). Halliday e Matthiessen (2014: 135) explicam essa relação de troca.

Os tipos mais fundamentais de discurso, que estão por trás de todos os tipos mais específicos que podemos eventualmente ser capazes de reconhecer, são apenas dois: (i) dar e (ii) exigir (ver Halliday, 1984a). Ou o falante está dando algo ao ouvinte ou ele está exigindo algo dele [...] Mesmo essas categorias elementares já envolvem noções complexas: dar meios "convidar a receber" e exigir meios "convidar a dar". O orador não está apenas fazendo algo por si mesmo; Ele também está exigindo algo do ouvinte. Normalmente, portanto, um "ato" de falar é algo que poderia ser mais apropriadamente chamado de interagir: é uma troca, em que dar implica receber e exigir implica dar em resposta. (grifo da autora).

Quadro 9: Funções da Fala, Valores de Troca e Modos Oracionais

Papel na Troca	Informações (Proposições)	Modo Oracional	Bens e Serviços (Propostas)	Modo Oracional
Dar	Declaração Ele me deu o livro.	Declarativo	Oferta Você quer o livro?	Interrogativo
Pedir	Pergunta O que ele lhe deu?	Interrogativo	Comando Dê-me o livro!	Imperativo

Fonte: Adaptado de Fuzer e Cabral (2010: 105), com base em Halliday e Matthiessen (2004: 107).

Fuzer e Cabral (2010) afirmam que, segundo Halliday (1989), a análise das trocas linguísticas revela o tipo de proposição ou proposta apresentado, ‘as atitudes e os julgamentos encapsulados na camada verbal’.

As funções de fala geram um movimento do ouvinte, uma reação, uma resposta, que pode se apresentar por meio de uma linguagem verbal ou não verbal.

Quadro 10: Funções da Fala e Reações/Resposta do Ouvinte

Valor Trocado	Funções Primárias da Fala	Resposta Esperada (Apoio)	Resposta Alternativa (Confronto)
Bens e Serviços (Proposta)	Oferta Você quer o livro?	Aceitação Sim, quero.	Rejeição Não, obrigada.
	Comando Dê-me o livro!	Empreendimento Aqui. Pegue-o.	Recusa De jeito nenhum.
Informação (Proposição)	Declaração Ele me deu o livro.	Reconhecimento OK./ Legal.	Contradição Não deu não.
	Pergunta O que ele lhe deu?	Resposta Ele me deu um livro.	Desconsideração Não tenho ideia. Desconsideração Por que quer saber?

Fonte: Adaptado de Fuzer e Cabral (2010: 106), com base em Halliday e Matthiessen (2004:108).

2.1.2.1 Sistema de MODO

A metafunção Interpessoal se realiza pelo sistema de MODO. A oração se organiza em dois componentes léxico-gramaticais básicos: Modo¹¹ e Resíduo. O Modo constitui-se de dois elementos: Sujeito, grupo nominal que equivale ao sujeito gramatical da oração, e Finito, parte do grupo verbal que carrega o tempo verbal e inclui a Polaridade (positiva, negativa) e a Modalidade (julgamento do falante em diferentes graus). O Resíduo consiste de três elementos: Predicador (processo que envolve o Sujeito); Complemento (potencial de sujeito, mas não o é); Adjunto (grupo adverbial ou preposicional, que indica circunstância).

¹¹ Modo, apenas com a letra inicial maiúscula, refere-se a um dos elementos constitutivos do sistema de MODO da metafunção interpessoal. MODO, como sistema, por sua vez, será grafado sempre com todas as letras maiúsculas, para diferenciar daquele.

Quadro 11: Resumo do Sistema de MODO.

Modo		Resíduo		
Sujeito	Finito	Predicador	Complemento	Adjunto
	- Tempo - Polaridade - Modalidade			

Fonte: Adaptado de Fuzer e Cabral (2010: 117), com base em Halliday e Matthiessen (2004).

Exemplo 1 [6]:

<i>Alguém</i>	<i>vai</i>	<i>criar</i>	<i>uma versão</i>	<i>sobre aquele silêncio</i>	<i>logo mais</i> ¹² .
Modo		Resíduo			
Sujeito	Finito	Predicador	Complemento	Complemento	Adjunto

No exemplo acima, o **Modo** (Sujeito + Finito) foi representado pelo sujeito “Alguém”, que equivale ao Sujeito do sistema de MODO, e pelo verbo auxiliar “vai”, chamado de Finito, pois carrega, primeiramente, a noção de *tempo* (presente) expressa pelo enunciado.

Exemplo 2:

<i>A sociedade brasileira</i>	<i>não* pode</i>	<i>ceder</i>	<i>a discursos irresponsáveis</i>	<i>como o da jornalista Raquel Sheherazade (...)</i>	
Modo		Resíduo			
Sujeito	Finito	Predicador	Complemento	Adjunto	

No exemplo 2, encontram-se os mesmos elementos anteriores do Modo (Sujeito e Finito), sendo que fica claro, no trecho, que o Finito apresenta, também, além do tempo, presente, *polaridade* negativa* com a presença do advérbio “não”.

¹² O adjunto dessa frase aparece, na realidade, no início da oração. A adaptação foi apenas para facilitar o quadro apresentado.

A *polaridade* trata da escolha do falante entre os polos ‘positivo’ e ‘negativo’. Assim, o exemplo 1 apresenta *polaridade positiva*¹³, uma vez que o verbo “vai” não apresenta qualquer tipo de negativa.

Há orações interrogativas que requerem o uso de polaridade em suas respostas, isto é, quando exigem uma resposta “sim” ou “não”, como “Você quer um suco?”. Essa pergunta pressupõe uma das duas respostas: “sim” ou “não”.

Declarações ou reações/ respostas que não se encontram nos polos situam-se no que se chama de Modalidade. Tratar-se-á da modalidade após serem apresentados os elementos do Resíduo.

Os exemplos 1 e 2 apresentam o **Resíduo** e seus elementos. O *Predicador*, primeiro elemento do Resíduo, é representado pelos verbos principais das orações: “criar” e “ceder”, respectivamente. O Predicador é efetivamente o processo que traz o significado verificado pelo sistema de Transitividade, da metafunção ideacional. Além disso, é ele quem mostra a voz em que a oração se encontra: ativa ou passiva.

O *Complemento*, outro elemento do Resíduo, também é verificado nos exemplos 1 e 2: “uma versão sobre aquele silêncio” e “a discursos irresponsáveis”, respectivamente. Geralmente, realiza-se por meio de um grupo nominal, como verificado nos exemplos.

O último elemento do Resíduo é o *Adjunto*, elemento que se forma por um grupo adverbial ou por grupo preposicional. O Adjunto indica circunstância de tempo, causa, modo, entre outros. Nos exemplos 1 e 2, há, respectivamente, a presença de “logo mais” e “como o da jornalista Raquel Sheherazade”, indicando tempo e comparação.

2.1.2.1.2 Modalidade

Esta seção se volta novamente para o estudo do Modo, que abrange o Sujeito e o Finito, mais especificamente para o Finito, que dá conta do *tempo*, da *polaridade* e da *modalidade*. Os dois primeiros itens já foram tratados anteriormente e, por isso, será explorada a noção de modalidade.

Quando se tratou de polaridade, falou-se de polos, de extremos, do sim e do não. A modalidade é o que se encontra entre esses polos, isto é, semanticamente, apesar de um enunciado se apresentar de forma afirmativa, podem-se perceber, por exemplo, possibilidades: *talvez*, *possivelmente*, *às vezes* (Thompson, 2004: 69). Esse recurso linguístico permite ao

¹³ Entende-se por *polaridade positiva* a sentença afirmativa, em que não haja presença de negação.

indivíduo expressar julgamento, opinião, avaliação, que estão presente nas interações argumentativas.

Retomando as ideias de proposição e proposta, Fairclough (2003: 168) afirma que, nas trocas de informação (conhecimento), portanto, *proposição*, a modalidade é epistêmica, pois se liga ao comprometimento com a verdade. Já nas trocas de bens de serviço (atividade), isto é, *proposta*, a modalidade é deôntica, uma vez que se refere ao comprometimento com a obrigatoriedade ou com a necessidade. O uso de Modalidade depende da situação em que o indivíduo se encontra, dos participantes da interação e do grau de interação que existe entre eles.

Assim, pode-se afirmar que as proposições apresentam graus de ‘probabilidade’, como *possivelmente* e *provavelmente*, e de ‘frequência’, como *sempre* e *frequentemente*. Nesse caso, há Modalização. As propostas apresentam graus de ‘obrigação’, por meio de comando, e graus de ‘inclinação’, por meio de ofertas. Essa situação apresenta-se como Modulação.

De acordo com Fuzer e Cabral (2010: 121), a ‘modalização’ pode ser expressa por verbos modais (pode, deve), adjuntos modais (possivelmente, certamente, frequentemente, raramente), grupos adverbiais (às vezes, sem dúvida) e expressões (é certo, é provável). Da mesma maneira, a ‘modulação’ pode se dar por meio de verbo modalizador (deve, deveria, precisa), adjuntos modais (necessariamente, obrigatoriamente) e expressões (é necessário, é esperado, está disposta a). A modalidade pode ser expressa em diferentes graus (alto, médio, baixo) (Thompson, 2004: 72), conforme se percebe no quadro a seguir.

Quadro 12: Modalidade e Polaridade

Polo Positivo (Polaridade)			
MODALIZAÇÃO (Modalidade Epistêmica)		MODULAÇÃO (Modalidade Deôntica)	
Probabilidade	Usualidade	Obrigaçã	Inclinaçã
Certo	Sempre	Necessário	Determinado
Provável	Usualmente	Aceitável	Desejoso
Possível	Às vezes	Permitido	Inclinado
Ex.: É provável que chova amanhã.	Ex.: Às vezes chove de amanhã.	Ex.: É necessário que você veja o projeto.	Ex.: Estou inclinado a aceitar a proposta.
Polo Negativo (Polaridade)			

Fonte: Adaptado com base em Fuzer e Cabral (2010: 121).

2.1.3 Textual

A Metafunção Textual organiza os significados das metafunções ideacional (das experiências) e interpessoal (das interações/relações) de forma coerente, isto é, transforma-os em texto. A oração é vista como mensagem materializada por meio dos elementos léxico-gramaticais estruturados. A organização da mensagem em textos se dá em dois níveis: Estrutura da Informação (nível do conteúdo), em que se apresentam a informação dada, já conhecida, e a informação nova, informação não conhecida ou não recuperável; e Estrutura Temática (nível da oração), em que se apresentam as funções Tema e Rema¹⁴. (FUZER e CABRAL, 2010).

2.1.3.1 Sistema de Tema

A metafunção textual realiza-se pelo sistema de Tema. O Tema se refere à estrutura de uma oração criada para se dar uma informação da oração, cujos elementos são componentes de uma mensagem, e o que está sendo dito se relaciona ao que foi anteriormente dito antes do discurso (Halliday, 1967: 212). Esse sistema é formado inicialmente por dois elementos: Tema e Rema. Geralmente, associa-se o ‘Tema’ a uma informação dada e o ‘Rema’ a uma informação nova.

A organização textual, entretanto, ocorre, gramaticalmente, por meio da escolha que o falante faz a respeito do elemento que iniciará a oração, o que compõe a estrutura temática do texto. Isso significa que nem sempre Tema significará informação dada, nem rema informação nova. O Tema é o ponto de partida da mensagem, o rótulo que sugere qual significado está ligado à primeira posição na oração. O Tema segue até o primeiro elemento da Transitividade. O Rema é a progressão de uma informação.

Exemplo 1 [17]:

<i>O paradoxo</i>	<i>Costuma rondar sistemas democráticos.</i>
Ator (1º elemento da Transitividade)	
Tema	Rema

¹⁴ A palavra “Tema”, como sistema, será sempre utilizada com inicial maiúscula, assim como o sistema da Transitividade.

Exemplo 2 [12]:

<i>Em poucos dias,</i>	<i>a reação em cadeia é alarmante.</i>
Circunstância (1º elemento da Transitividade)	
Tema	Rema

O Tema no exemplo 1 equivale ao Sujeito da frase. Quando isso acontece, diz-se que há um Tema *não marcado*, isto é, não há nada de incomum, pois, geralmente, é o sujeito que inicia uma oração. Já no exemplo 2, o elemento em posição temática é uma circunstância, menos usual. Assim, diz-se que há um Tema *marcado*. Retomando os exemplos, os Temas são assim definidos:

Exemplo 1 [17]*:

<i>O paradoxo</i>	<i>costuma rondar sistemas democráticos.</i>
Tema não marcado (presença do sujeito da oração)	Rema

Exemplo 2 [12]*:

<i>Em poucos dias,</i>	<i>a reação em cadeia é alarmante.</i>
Tema marcado (sem presença do sujeito da oração)	Rema

Os exemplos, a seguir, apresentam um elemento interpessoal.

Exemplo 3:

<i>Assim,</i>	<i>o governo</i>	<i>deve cuidar de assegurar aos gaúchos educandários bem estruturados</i>
	Ator (1º elemento da Transitividade)	
Tema Textual	Tema (Ideacional)	
Tema		Rema

Exemplo 4 [13]:

<i>Como</i>	<i>o menino</i>	<i>caiu?</i>
	Ator (1º elemento da Transitividade)	
Tema Interpessoal	Tema (Ideacional)	
Tema		Rema

Existem elementos que exercem a função de ligar orações e são chamados de Temas Textuais. Geralmente, apresentam-se como conjunções coordenativas; pronomes relativos; elementos sequencializadores, que criam a coesão com a ideia anterior; e os elementos de continuidade, que revelam a relação com o discurso anterior (FUZER e CABRAL, 2010: 141).

Exemplo 5 [19a]:

<i>E,</i>	<i>assim,</i>	<i>é achincalhado</i>	<i>pelos dois lados, como traidor de ambos.</i>
		processo (1º elemento da Transitividade)	
Tema Textual	Tema Textual	Tema (Ideacional)	
Tema			Rema

Exemplo 6 [9]:

<i>(...) mas,</i>	<i>certamente,</i>	<i>não terão capturado</i>	<i>a real dimensão em termos de impactos associados em todas as demais áreas.</i>
		Ator (1º elemento da Transitividade)	
Tema Textual	Tema Interpessoal	Tema (Ideacional)	
Tema			Rema

Uma oração pode se tornar Tema, quando uma oração dependente de uma principal toma a posição anterior a esta no discurso, isto é, toma a posição inicial. Essas orações podem ser finitas ou não finitas.

Exemplo 7 [9]:

Oração Dependente			Oração Principal	
<i>Embora</i>	<i>parte desses recursos e ferramentas</i>	<i>já esteja disponível há décadas,</i>	<i>seu uso intensivo</i>	<i>ainda está no seu início.</i>
Tema Textual	Tema Ideacional	Rema	Tema Ideacional	Rema
Tema			Rema	

O estudo da Estrutura Temática se faz necessário para esta dissertação, uma vez que o autor do texto argumentativo, foco desta pesquisa, ao organizar o discurso faz escolhas dos elementos que tomarão a posição de Tema, como informação dada, e Rema, como informação nova, na articulação do processo argumentativo no texto. Por isso, essa análise será importante para a descrição dos textos de gênero argumentativo.

2.2 METÁFORA GRAMATICAL IDEACIONAL - NOMINALIZAÇÃO

Na perspectiva sistêmico-funcional, a nominalização está intimamente relacionada ao conceito da metáfora gramatical, estudo este desenvolvido por Halliday (1994). Esse conceito confunde-se, muitas vezes, com o da metáfora lexical. Apesar de tratarem de um mesmo fenômeno, caminham em direções opostas. Segundo o autor, a metáfora tradicional ou lexical refere-se à mudança de sentido de uma palavra ou expressão; já a metáfora gramatical se refere à mudança de uma palavra ou expressão mais congruente (comum), ao apresentar um sentido, para outra menos congruente (menos comum) de representar tal significado. É uma forma alternativa ou metafórica de apresentá-lo.

[...] uma substituição de uma classe gramatical, ou uma estrutura gramatical por outra; por exemplo, *sua partida* ao invés de *ele partiu*. Aqui as palavras (ítems lexicais) são os mesmos; o que mudou é o seu lugar na gramática. Em vez do pronome *ele* + verbo *partiu*, funcionando como Ator + Processo em uma oração, temos o grupo nominal *sua partida*, determinado por dêitico + Coisa, funcionando como substantivo. (HALLIDAY, 1993a:79). (Grifos da autora)

A metáfora gramatical, então, envolve uma variação na expressão de significados, o que ocorre na linguagem, mais especificamente, na léxico-gramática, sendo chamada, portanto, de metáfora gramatical ideacional, uma vez que os aspectos léxico-gramaticais estão ligados à metafunção ideacional.

A mudança de significado de uma palavra ou expressão (metáfora lexical/tradicional) e a mudança linguística de um significado (metáfora gramatical ideacional) são exemplificadas a seguir:

- (1) *A função de reportar briga em muitos casos com interesses de alguns, em detrimento da necessidade de muitos em estarem informados.* [2] (Metáfora lexical)

O verbo “brigar” comumente possui o sentido de “lutar”, “discutir”. Nesse caso, o verbo foi utilizado com outro significado não comum.

- (2) a. *As opiniões formarão novas opiniões e multiplicarão comentários.* [6]

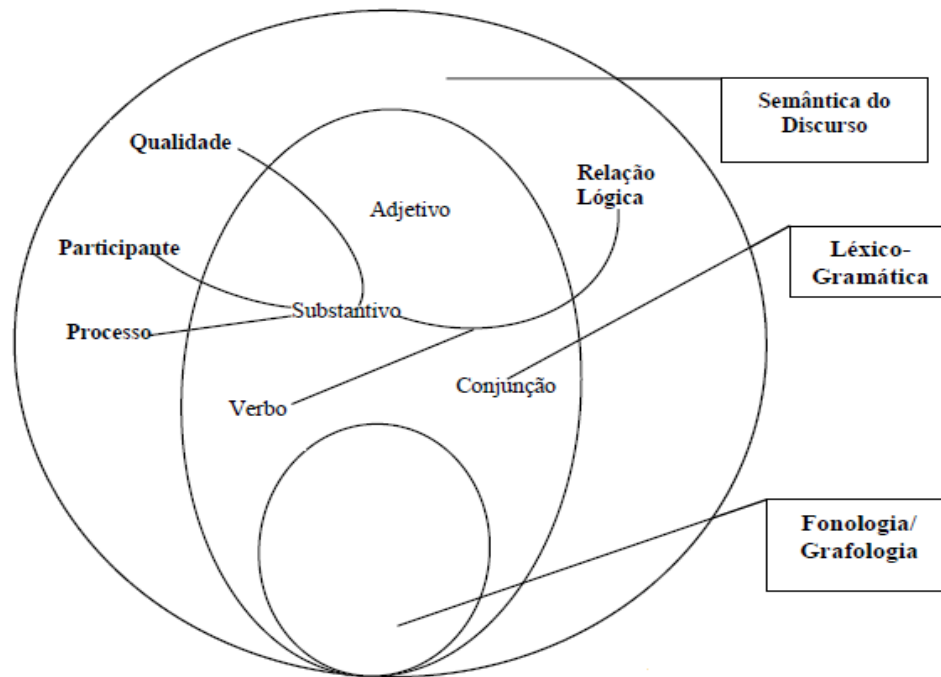
b. *A **formação** de novas opiniões e a **multiplicação** de comentários pelas opiniões.* (Metáfora gramatical)

De “a” para “b”, em 2, percebe-se uma manobra linguística para que as informações dadas por verbos passem a ser dadas por nomes, isto é, as informações deixam de serem dadas por orações e passam a existir por meio de grupos nominais. Assim, um mesmo significado se apresenta linguisticamente de forma diferente, por meio da nominalização.

Observa-se que a mudança gera algumas perdas e exige alguns acréscimos. Em “a”, há presença de ações (Processos) e um agente para ambos os processos. Na passagem para “b”, os processos se tornam substantivos, por meio da nominalização, e agregam a eles os outros elementos que passam a fazer parte do grupo nominal. Além disso, todo o grupo nominal expresso em “b” por si só não mais tem uma significação plena, perdendo o sentido, pois necessita de acréscimos para que o sentido do enunciado se dê de forma coesa e coerente (“acontecerão em breve”, por exemplo). Além disso, nota-se que a presença do agente em “b” cria um desconforto semântico.

Na metáfora gramatical, as formas nominais podem assumir funções que são usualmente realizadas por outras classes gramaticais, como participantes, processos, qualidades, entre outras. A figura adaptada de Martin (1993), mostra possíveis transformações que geram metáforas gramaticais.

Figura 3: Transformações Metafóricas



Fonte: Adaptado de Martin (1993: 152)

A figura apresenta a representação de uma linguagem mais metafórica, diferente de uma linguagem mais congruente. Processos, participantes e qualidades passam a desempenhar funções discursivas distintas, usualmente realizadas por outras classes gramaticais: um verbo, um substantivo e um adjetivo respectivamente.

- (3) a. *Pesquisas comprovam a relação entre os comerciais de alimentos e o sobrepeso infantil.* [15]
 b. *A comprovação da relação entre os comerciais de alimentos e o sobrepeso infantil pelas pesquisas (é um fato).*

No trecho em destaque em (a), tem-se nomes realizando as funções de Ator (*pesquisas*) e de Meta (*a relação entre os comerciais de alimentos e o sobrepeso infantil*) e um verbo realizando a função de processo (*comprovam*). Em (b), essas funções se realizam por outras classes gramaticais. O processo passa a ser realizado por um substantivo (*a comprovação*), o que era Meta passa a ser um modificador do processo nominalizado (*da relação entre os comerciais de alimentos e o sobrepeso infantil*) e o que era Ator passa ser Agente (*pesquisas*).

Halliday (2004) e Martin (2003) afirmam que a metáfora gramatical é uma construção mais elaborada, mais abstrata de discurso, sendo geralmente aprendida e utilizada a partir do nos anos finais do Ensino Básico. A metáfora gramatical caracteriza os diversos discursos da área científica.

(...) outro tipo de metáfora gramatical, metáfora ideacional, é aprendido mais tarde pelas crianças e não faz parte da gramática da conversa espontânea ordinária que as crianças encontram na casa e no bairro; em vez disso, está associada aos discursos da educação e da ciência, da burocracia e da lei. É provável que as crianças encontrem o tipo ideacional de metáfora quando (...) começarem a lidar com os discursos especializados do ensino secundário baseado em disciplinas. (HALLIDAY E MATTHIESSEN, 2004, p. 709)

A nominalização, por prescindir de recursos mentais mais abstratos para seu entendimento, é vista como estratégia de obscurecimento de sentido. De acordo com Eggins (2004), há dois motivos funcionais para se optar pela nominalização: organizar o texto priorizando ideias, razões e causas, em vez de atores; e (des)focalizar partes da sentença.

O tipo de organização retórica possibilitada por nominalizações torna-se uma opção apenas porque o texto escrito é elaborado, polido, bem trabalhado: a escrita permite, devido ao tempo que nos dá, reorganizar nossas frases para dar prioridade a diferentes partes, enquanto que na fala, a pressão da dinâmica de uma situação significa que nós geralmente não planejamos o que está por detrás do que falamos (EGGINS, 2004: 96).

A nominalização produz certas consequências no discurso como a possibilidade de perda de informações, como as indicações de modo e de tempo ou, ainda, do sujeito do verbo, despersonalizando, assim, a oração.

No exemplo 3a, em “Pesquisas comprovam a relação entre os comerciais de alimentos e o sobrepeso infantil”, percebe-se a presença de um processo que indica uma ação no presente do modo Indicativo. A nominalização da oração, “A comprovação da relação entre os comerciais de alimentos e o sobrepeso infantil pelas pesquisas”, despersonaliza-a, transformando a ação em uma abstração e retirando dela a ideia de tempo e do modo. Além disso, percebe-se a mudança do elemento temático da oração, isto é, elemento que se coloca em posição inicial com o intuito de ressaltá-lo. Enquanto, em “a”, ressalta-se ‘a pesquisa’, em ‘b’, ressalta-se toda a nominalização, com foco na ação encapsulada pelo núcleo ‘comprovação’.

É importante destacar que, geralmente, em uma transformação de oração como essa, apresentar-se-ia apenas ‘A comprovação da relação entre os comerciais de alimentos e o sobrepeso infantil’, omitindo-se o agente da ação, sujeito da oração não nominalizada.

Ao se fazer uso da nominalização, textos argumentativos/ persuasivos procuram apresentar objetivamente opiniões de tal forma que se torne difícil ao interlocutor discordar do que foi dito, evitando-se a negociação das informações, como também o potencial de contestação ou rejeição delas.

A visão da metáfora gramatical, de Halliday, contribui com os estudos sobre nominalização, como uma forma de escolha linguística para “se dizer o que se quer dizer”, isto é, no caso deste trabalho, como recurso que permite formas diferentes de se argumentar.

2.3 A PEDAGOGIA DE SIDNEY

Como já citado na exposição das tradições linguísticas, Jim Martin e David Rose, na Austrália, desenvolveram a pedagogia da Escola de Sidney, nas décadas de 1970 e 1980, com vistas às práticas de letramento escolar, propondo teoria e metodologia para o ensino de gênero nas escolas secundárias.

Os estudos propostos por essa escola têm como base a Linguística Sistêmico-Funcional, proposta por Halliday, que entende a linguagem como fruto da interação social de escolhas léxico-gramaticais constitutivas da linguagem nesses momentos de interação, de acordo com seus propósitos.

Nessa perspectiva, gênero está relacionado aos conceitos de cultura e situação (registro). É, no contexto de cultura, que se desenvolve o gênero, por ele estar ligado aos objetivos sociais e ideológicos que constituem uma cultura. Entretanto, é no contexto de situação que ele se realiza, isto é, no momento da existência do texto, da produção da mensagem, com suas configurações relevantes. Baseado nisso, Martin (1985: 250 *apud* Dell’Isola, 2007: 17) afirma que “os gêneros são a forma pela qual se faz (*sic*) as coisas quando a linguagem é usada para realizá-las”.

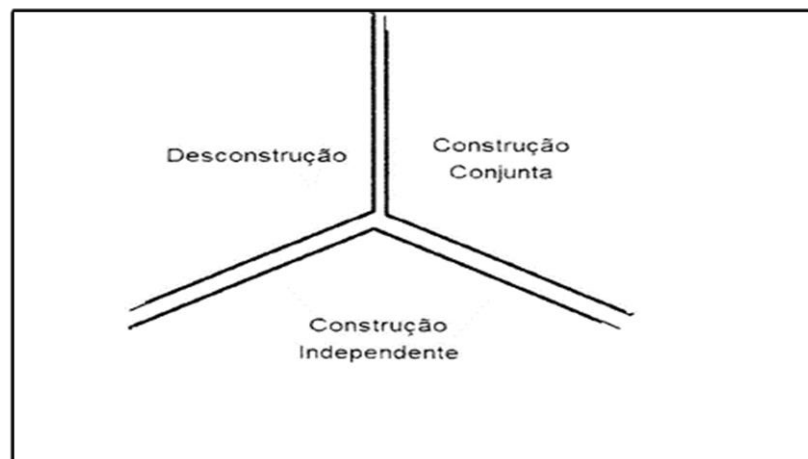
Muniz da Silva (2014), ressalta que, vista como sistema semiótico, a língua é estudada pela LSF quanto ao como é utilizada nas diversas situações e como ela se estrutura para esses usos. Ainda de acordo com Muniz da Silva, os estudiosos da LSF contam com três conceitos: registro, gênero e texto, definidos por ela:

Registro é uma configuração de significados que se associam tipicamente às variáveis do contexto de situação – campo (tópico ou foco da atividade), relação (papel das relações de poder e solidariedade na interação) e modo (papel da língua: oral, escrita, multimodal) do discurso. *Gênero* descreve o impacto do contexto de cultura nos textos por meio das etapas e fases da estrutura dos textos para as pessoas agirem no mundo usando a linguagem. *Texto* é qualquer uso da língua oral, escrita e multimodal, de qualquer extensão, que tem unidade de sentido (coerência) e propriedade de textura (coesão), que ligam suas partes. (MUNIZ DA SILVA, 2014: 233-234)

A proposta da Escola de Sydney, com foco em gêneros, o Ciclo de Aprendizagem, entende que estes possuem três propósitos comunicativos: envolver, informar e avaliar. Quanto à metodologia, o primeiro passo foi a investigação, por meio de mapeamento, de textos de diversos gêneros na Austrália (Martin e Rose, 2008), dividindo-os em etapas e fases, isto é, compreendendo as partes sempre presentes em cada gênero e aquelas que variam, o que Hasan (1989) chamou de ‘estágios obrigatórios’ e ‘estágios opcionais/interacionais’. A partir disso, seguem-se outros três momentos em que os alunos se deparam com textos: a *desconstrução*¹⁵ do texto, compreendendo-se as etapas e fases de cada gênero, para posterior *produção conjunta* de um texto (professor e alunos), como o que foi inicialmente analisado, e, finalmente, a *construção individual*, em que o aluno deverá mostrar sua competência linguística na produção do gênero trabalhado. Esses três passos, envolvendo alunos e professor, foram já detalhados ao se tratar da tradição linguística “Linguística Sistêmico-Funcional”, no primeiro capítulo desta dissertação.

Na figura, a seguir, adaptada por Muniz da Silva (2014), encontra-se a representação dessas etapas:

Figura 4: Ciclo para o ensino e aprendizagem de gênero



Fonte: Muniz da Silva (2014: 254) – Adaptado de Martin (2009: 16)

O momento anterior ao representado no que quadro, de grande importância para o desenvolvimento do Ciclo de Aprendizagem e foco desta pesquisa, é o mapeamento dos gêneros, para compreensão das etapas e fases que os configuram. Somente partir desse mapeamento, nomeiam-se os gêneros.

¹⁵ O termo “desconstrução”, usado por Martin e Rose, sobre o Ciclo de Aprendizagem, é utilizado no sentido de “decomposição” do texto, em etapas e fases, para que o aprendiz (re)conheça as estruturas do gênero em análise.

Vale ressaltar que a linguagem realiza os significados/propósitos pretendidos, os quais realizam o contexto em que surgem. Portanto, os aspectos léxico-gramaticais recorrentes para trazer determinados significados revelam configurações de gêneros e merecem especial atenção, especialmente para o processo de ensino e aprendizagem. As escolhas léxico-gramaticais, a forma como são agrupados em orações, configurando a mensagem, revelam intenções/ propósitos.

O quadro seguinte mostra a taxionomia organizada por propósitos sociais de acordo com Rose e Martin (2012:128).

QUADRO 13: FAMÍLIA DOS GÊNEROS

	Gênero	Propósito
Estórias	Relato	Contar eventos
	Narrativa	Resolver uma complicação
	Exemplo	Julgar caráter ou comportamento
	Episódio	Compartilhar uma reação emocional
	Observação	Comentar sobre um evento
	Notícia	Relatar eventos atuais
Registros Cronológicos	Autobiografia	Relatar eventos da própria vida
	Biografia	Relatar eventos da vida de outrem
	Relato Histórico	Relatar etapas históricas
	Explicação Histórica	Explicar etapas históricas
Explicações	Explicação Sequencial	Explicar uma sequência
	Explicação Condicional	Causas e efeitos alternativos
	Explicação Fatorial	Múltiplas causas para um efeito
	Explicação Consequencial	Múltiplos efeitos para uma causa
Relatórios	Relato Descritivo	Classificar e descrever entidades
	Relato Classificatório	Descrever tipos de entidades
	Relato Composicional	Descrever as partes de um todo
Procedimentos	Procedimento	Direcionar atividades
	Protocolo	Prescrever e proscreever ações
	Relato de procedimento	Relatar procedimentos

Argumentos	Exposição	Defender um ponto de vista
	Discussão	Discutir dois ou mais pontos de vista
Respostas a textos	Opinião	Desafiar a mensagem de um texto
	Resenha	Avaliar um texto musical, visual ou literário
	Interpretação	Interpretar os temas de um texto

Fonte: Tradução Oliveira e Muniz da Silva (2017: 15- 17). Adaptado de Rose (2015).

A partir dos propósitos sociais inicialmente estabelecidos pelos autores, podem-se agrupar as famílias dos gêneros da seguinte forma:

- a) Envolver: Estórias
- b) Informar: Registros Cronológicos, Explicações, Relatórios e Procedimentos
- c) Avaliar: Argumentos e Respostas a Textos

Em sua obra de 2012, Rose e Martin afirmam que o primeiro passo para se reconhecer um gênero é perceber a qual dos propósitos sociais o texto pertence. Entretanto, fazem a seguinte advertência: “Qualquer texto apresenta vários propósitos, mas o principal é o que determina a que família de gêneros ele pertence” (p.128).

De acordo com Muniz da Silva (2014), os gêneros, para a LSF, apresentam significados por meio de uma estruturação linguística recorrente no uso da linguagem, chamadas *etapas*,

que orientam linguisticamente os propósitos das interações, por isso devem ser estudados comparativamente para entendermos como se relacionam. Cada etapa de um gênero tem a função de expressar significados da estrutura do texto. Por exemplo, quando lemos ou ouvimos um texto que começa por “era uma vez...”, reconhecemos imediatamente uma narrativa de ficção. Todos os textos apresentam etapas estruturais típicas que os relacionam a outros textos com essa mesma configuração. (p. 234)

Assim, percebe-se que as *etapas* são configurações previsíveis e “relativamente estáveis de sua organização” (MARTIN e ROSE, 2008: 82) em textos de mesmo gênero; por isso a necessidade de comparar textos, a fim de perceber essa previsibilidade, além de entender que tipo de configurações e significados surgem como etapas nos diversos gêneros.

Cada etapa é composta de *fases*, que são configurações variáveis (MARTIN e ROSE, 2008) e que, sozinhas, não são capazes de configurar gênero. Entretanto, são essenciais para

compor ou desenvolver os significados textuais. É justamente por meio das fases que as diversas ideias contidas no texto e sua ligação com outras são percebidas. Para uma questão classificatória, *etapas* são grafadas com letra maiúscula e *fases* com letra minúscula.

2.3.1 Argumentação e Discurso

Optou-se por, nessa fase da pesquisa, trabalhar com alguns conceitos também de outra corrente teórica, a Linguística Textual, que auxilia a embasar as análises, com conceito sobre argumentação, assunto que será tratado, em seguida, conforme a Escola de Sydney.

Koch (1984) afirma que o ato de argumentar e o discurso, estão intimamente relacionados. Argumentar, para ela, com base nos estudos de Peralman (1970), considerando a retórica e não a lógica formal como valor de prova, significa ‘persuadir’, pois tem como objetivo a adesão ao que está sendo dito e, por isso, busca influenciar a vontade e as emoções do interlocutor no processo de interação.

Segundo Koch (1984), discurso é “ação verbal dotada de intencionalidade” e tem a intenção de produzir reações, efeitos, mais especificamente, de influenciar o comportamento do outro ou suas opiniões. O discurso só existe em um encadeamento coerente e progressivo de enunciados, que ela chama de “textualidade ou tessitura”, apresentando ideias, intenções e ideologias, constituindo-se em texto.

Para se argumentar a favor ou contra uma ideia, o sujeito, que se encontra inserido em um contexto social, cultural e histórico, apresenta suas intenções com base nas influências recebidas, que se concretizaram em ideologias. Koch (1984: 19) traduz essa ideia afirmando que

o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende ‘neutro’, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria subjetividade.

Assim, a argumentatividade caracteriza a linguagem como “ação dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia”. Nesse contexto, dá-se a interação social, por meio da língua, quando os papéis são instituídos: o EU e o(s) OUTRO(s). Ressalta-se aqui, novamente, como objeto de estudo, o texto escrito, que se diferencia do diálogo, ao estabelecer

o “eu” e o(s) “outro(s)” como “emissor” e “destinatário(s)”, não permitindo a troca de papéis entre locutor e interlocutor(es), pelo menos não da forma imediata que acontece no diálogo.

Dessa forma, a argumentação estrutura o discurso, de forma coerente e coesa. Essa estruturação, portanto, deve ser cuidadosa e os elementos estruturantes da argumentação devem ser elencados de tal forma que a intenção desejada seja atingida. Faz-se necessário, então, compreender que argumentar requer escolhas léxico-gramaticais e estruturais do texto, diferentes de outros sem a mesma intenção.

O estudo sobre argumentação é necessário para, também, capacitar o professor no processo de ensino e aprendizagem desse tipo de texto. De acordo com Koch (1984: 17, 18), o ensino da língua portuguesa deve

levar o aluno não apenas ao conhecimento da gramática de sua língua, mas – sobretudo – ao desenvolvimento da capacidade de refletir, de maneira crítica, sobre o mundo que o cerca e, em especial, sobre a utilização da língua como instrumento de interação social: faz-se preciso, para tanto, que ele se torne apto a compreender, analisar, interpretar e produzir textos verbais.

Na perspectiva sistêmico-funcional, a visão de argumentação se estabelece como atividade social realizada em situações interacionais específicas. De acordo com Breton (2003), a argumentação se constitui como atividade de todo discurso, em seus diferentes usos e funções sociais. Assim, argumentar é uma forma de comunicação, pois só se propõem argumentos quando há a intenção de compartilhar opiniões, bem como influenciar comportamentos (ABREU; NÓBREGA, 2015).

2.3.2 A Família dos Argumentos – Escola de Sydney

Nessa seção, continuar-se-á a trabalhar o estudo sobre gêneros segundo a Escola de Sydney, iniciado na seção 2.3, voltando-se agora para os gêneros que interessam a essa dissertação: os gêneros argumentativos.

No Brasil, nota-se que muitos alunos, no final Ensino Médio, não conseguem desenvolver textos argumentativos, mesmo tendo estudado esse tipo de texto desde o 9º ano do Ensino Fundamental. Na escola secundária, de acordo com Rose e Martin (2012), os jovens são levados a interpretar, fazendo julgamentos. É um período de abstração em que novos recursos mentais são exigidos dele, já que eles assumem o papel de analistas do texto (MUNIZ DA SILVA, 2015). Entender os gêneros passa pela interpretação e o julgamento dos textos, o que

requer capacidade de abstração, por isso, a grande dificuldade que se percebe no processo de ensino e aprendizagem desse tipo de texto.

Em sua obra, os mentores da Pedagogia de Sidney enfatizam a necessidade da leitura e da escrita de textos argumentativos, para que o indivíduo desenvolva os recursos necessários para avaliar questões, pontos de vista e textos e, assim, seja capaz de organizar argumentos persuasivos coerentes.

Uma unidade curricular que tenha como foco escrever um texto argumentativo deve incluir uma série de leituras envolvendo uma questão a ser debatida. Esses textos poderão ser usados como fontes, modelos, tipos para a construção do texto argumentativo (*persuasive writing*). (ROSE; MARTIN, 2012: 201)

Segundo Muniz da Silva (2015), a leitura e a produção escrita de argumentos têm como objetivo os recursos retóricos para “avaliar questões, pontos-de-vista e argumentos”, negociando posições no discurso.

Como visto no quadro das famílias dos gêneros, a família dos textos argumentativos se divide em dois gêneros: “Exposição” e “Discussão”. O primeiro argumenta um ponto de vista e o segundo discute dois ou mais pontos de vista.

Quando se fala em “texto expositivo”, imediatamente, pensa-se no texto dissertativo expositivo, amplamente ensinado nas escolas, com a ideia de que esse tipo de texto serve apenas para informar, não necessitando de argumentos para justificar as ideias propostas ou convencer o leitor delas.

Como apresentado, a visão do gênero Exposição, proposta por Rose e Martin, difere das ensinadas atualmente em grande parte das escolas brasileiras.

Ao contrário de outros tipos de texto, como *historical recounts*, *accounts* e explicações, as **exposições** apresentam opiniões que devem ser contestadas, utilizando-se argumentos como suporte. (2012:112) (grifos da autora)

Além disso, ressaltam que

Argumentos e textos críticos estão, por definição, contestando outras vozes, mas em mãos habilidosas suas conclusões podem fluir de forma tão natural que parecem incontestáveis. (2012:132).

Além de reconhecer a presença de argumentos para o estabelecimento de um texto como expositivo, os autores, após mapeamento desses gêneros, na Austrália, estabelecem algumas partes recorrentes nesses tipos de textos, as “etapas”, e outras não obrigatórias, mas que servem de suporte para as primeiras, as “fases”. Em textos argumentativos, podem aparecer fases diferentes das de outro texto de mesmo gênero (ROSE; MARTIN, 2012: 131). O quadro, a seguir, apresenta informações relativas à Exposição:

Quadro 14: Gênero “Exposição”

Propósito central	Família dos gêneros	Gênero	Propósito	Etapas	Fases
Avaliar	Argumentos	<u>Exposição</u>	Argumentar sobre um ponto de vista	Tese Argumentos Reiteração	argumento 1,2...n ¹⁶

Fonte: Feito pela pesquisadora com base nos pressupostos da Escola de Sydney.

O segundo gênero da família da Argumentação é a Discussão. No Brasil, ele seria chamado de texto dissertativo argumentativo, pois precisa de argumentos para defender pontos de vista. A diferença da visão adotada nas escolas brasileiras se encontra no fato de que a Discussão, proposta por Martin e Rose, discute dois ou mais pontos de vista, isto é, há presença de argumentos para mais de uma visão apresentada. A discussão de um ponto de vista, como visto, acontece no gênero Exposição. Da mesma forma que na Exposição, Martin e Rose também estabelecem as configurações do gênero Discussão: etapas e fases. O quadro seguinte apresenta informações relativas à Discussão:

Quadro 15: Gênero “Discussão”

Propósito central	Família dos gêneros	Gênero	Propósito	Etapas	Fases
Avaliar	Argumentos	<u>Discussão</u>	Argumentar sobre dois ou mais pontos de vista	Questão Lados Solução	lado 1,2...n ¹⁷

Fonte: Feito pela pesquisadora com base nos pressupostos da Escola de Sydney.

¹⁶ Os próprios estudos da Escola de Sydney, em suas principais obras *Genre Relations: mapping culture* (MARTIN; ROSE, 2008) e *Learning to Write, Reading to Learn: Genre, Knowledge and Pedagogy in the Sydney School* (ROSE; MARTIN, 2012), ressaltam outras fases para o gênero Exposição, nomeando-as conforme sua intenção comunicativa.

¹⁷ As mesmas observações feitas para as fases do gênero Exposição são consideradas para as fases do gênero Discussão.

Vários estudos sobre os gêneros argumentativos propõem outras fases para os gêneros da argumentação. Rose (2007) afirma em seu artigo que, apesar de haver mais estudos sobre as fases das Estórias, já foram identificados diversos tipos de fases em outros gêneros.

Othon Garcia, em *Comunicação em prosa moderna* (1999), estabelece outras fases para os textos argumentativos:

- Evidências: fatos, ilustrações, exemplos, dados estatísticos, citações.
- Raciocínio lógico-semântico: causa, efeito, comparação, semelhanças, contrastes...

Apresenta-se, a seguir, uma proposta de fases dos gêneros expositivos, de acordo com Oliveira e Muniz da Silva (2017), que tomaram como base Rose e Martin (2012), Rose (2007), Martin e Rose (2008), Garcia (1967[2010]), Meyer (2008), Fiorin (2015), Adam (2008) e Muniz da Silva (2015).

Quadro 16: Quadro de Etapas e Fases

Etapas	fases	
	tópico-frasal	evidências
<ul style="list-style-type: none"> • Tese • Argumentos • Reiteração 	<ul style="list-style-type: none"> • declaração inicial • definição • divisão • alusão histórica • interrogação 	<ul style="list-style-type: none"> • fato • citação • enumeração de detalhes • confronto • analogia e comparação • exemplo • causalidade • explanação • elaboração • comentário

Fo,nte: Oliveira e Muniz da Silva (2017: 20).

Muniz da Silva (2015: 34), ressalta que, em cada família de gêneros, o leitor assume papéis, os quais estão mais ou menos em primeiro plano.

Como as estórias envolvem os leitores, o papel como ‘participante do texto’ é central; como textos factuais informam, o papel como ‘usuário do texto’ predomina; avaliar textos coloca em primeiro plano o papel de ‘analista de texto’. Respostas analisam textos particulares, argumentos analisam-nos em geral. Em *Reading to Learn*, a análise de texto é um caminho para professores e estudantes se tornarem decodificadores, participantes e usuários de textos.

O estudo de gêneros em LSF oferece ferramentas para a descrição dos textos, dos recursos léxico-gramaticais utilizados, revelando o texto como pertencendo a um determinado gênero textual e não a outro. Essas ferramentas configuram-se em uma base teórico-metodológica, a Teoria de Gêneros e Registros (TGR). Sobre essa Teoria, Eggins e Martin (1994), afirmam.

[...] a Teoria de Gênero e Registro deve prover uma metodologia para realizar análise textual (...). Desse modo, uma teoria madura de gênero e registro envolve tanto um informe detalhado da linguagem como uma teoria de contexto e a relação entre contexto e linguagem. (MARTIN e EGGINS, 1994: 344)

CAPÍTULO 3

3 DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

INTRODUÇÃO

Este capítulo visa apresentar aspectos teóricos-metodológicos que se estabelecem como base desta pesquisa. A seção 3.1 traz o caráter social da pesquisa, por representar o mundo, os eventos e os atores envolvidos. A seção 3.2 apresenta o aspecto qualitativo, por esta pesquisa ter como objeto o texto. A seção 3.3 traz o aspecto descritivo, quanto aos objetivos da pesquisa, e a seção 3.4, o documental, quanto aos procedimentos. A seção 3.5 apresenta as questões de pesquisa. A seção 3.6 trata do *corpus* investigado na pesquisa com base na Gramática Sistemico-Funcional e na perspectiva de gênero da Escola de Sydney, e a seção 3.7 apresenta a descrição dos procedimentos da análise. A seção 3.8 faz algumas considerações sobre as análises do *corpus*.

3.1 PESQUISA SOCIAL

Para Goodman (1978, *apud* Flick, 2008: 85), o mundo se constrói socialmente por meio de formas diversas de conhecimento: “do conhecimento cotidiano à ciência e à arte como diferentes ‘modos de concepção do mundo’”. Para ele, a pesquisa social é uma análise desses modos de concepção do mundo e dos esforços construtivos dos participantes em sua vida cotidiana.

Flick (2008: 81) afirma:

O conhecimento é construído em processos de mudança social, é baseado no papel da linguagem nessas relações, e, sobretudo, tem funções sociais. As eventualidades dos processos sociais implicados têm influência naquilo que permanecerá como uma explicação válida ou conveniente. Os atos relativos à pesquisa constituem também parte da construção social daquilo que podemos tratar ou encontrar na pesquisa social.

O autor ainda afirma que as realidades são construídas de forma ativa pelos participantes pela atribuição de significados a certos eventos e objetos. A pesquisa social, portanto, volta-se para as realidades, as experiências de mundo, para as práticas sociais, envolvendo seus

participantes e sua linguagem, isto é, sua forma de comunicação. Busca uma resposta acerca de questionamentos sociais.

Esta pesquisa, que tem como objetivo a análise de textos como gêneros, isto é, como resultados de práticas sociais, apresentando funções, caracteriza-se como social. A análise proposta se baseia na Linguística Sistêmico-Funcional, focando os aspectos léxico-gramaticais e a visão gênero da Escola de Sydney, que vê o gênero como resultado de propósitos comunicativos.

3.2 PESQUISA QUALITATIVA

A abordagem qualitativa visa interpretar fenômenos reais, históricos ou sociais. Dá-se a interpretação por meio da interação entre a observação e a formulação do conceito, entre a teoria e a pesquisa empírica, e entre a explicação e a percepção (BULMER, 1977; FLICK, 2008). Encontra-se pesquisa qualitativa nos estudos que se voltam para a compreensão da vida humana, nos campos das ciências sociais (DENZIN, 2000; LINCOLN, 2001).

De acordo com Denzin (2000) e Lincoln (2001), há significados diversos para a abordagem qualitativa, com o desenvolvimento do pensamento científico, entretanto, pode-se afirmar, genericamente, que esse tipo de abordagem possui um enfoque interpretativo e naturalístico da realidade.

De acordo com Flick (2008: 14), a pesquisa qualitativa trabalha principalmente com textos. Segundo ele:

Os métodos para a coleta de informações – entrevistas ou de observações – produzem dados que são transformados em textos através de gravação e de transcrição. Os métodos de interpretação partem destes textos. (...) Muito resumidamente, o processo de pesquisa qualitativa pode ser representado como sendo um caminho da teoria ao texto e outro caminho do texto de volta à teoria. A interseção desses dois caminhos é a coleta de dados verbais ou visuais e a interpretação destes dentro de um plano específico de pesquisa.

A pesquisa qualitativa é relevante para os estudos das relações sociais pela “pluralização das esferas de vida”: “‘nova obscuridade’ (Habermas, 1996), a crescente ‘individualização das formas de vida e dos padrões biográficos’ (Beck, 1992) e a dissolução de ‘velhas’ desigualdades sociais dentro da nova diversidade de ambientes, subculturas, estilos e formas de vida” (FLICK, 2008: 20).

Para Flick (2008: 22), para que se utilizem os resultados das ciências sociais no cotidiano, as investigações devem estar ligadas aos problemas do dia a dia e não, como muitas vezes acontece, devem ficar presas a métodos de natureza quantitativa.

Denzin e Lincoln (2006: 17) afirmam que a pesquisa qualitativa

[...]é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes.

Segundo Flick (2008), observações, no processo de pesquisa, podem também ser analisadas de acordo com a frequência que aparecem. Podem-se comparar as frequências de cada categoria, unindo-se uma análise qualitativa à quantitativa.

A abordagem desta pesquisa é prioritariamente qualitativa, com o trabalho com textos, visando à interpretação e o levantamento de aspectos recorrentes e relevantes para a pesquisa.

3.3 PESQUISA DESCRITIVA

A pesquisa qualitativa pode se pautar em três objetivos: nos exploratórios, nos descritivos e nos explicativos (FLICK, 2008; GIBBS, 2009).

A pesquisa descritiva é o foco deste estudo. De acordo com os autores, a pesquisa descritiva tem como objetivo a descoberta e análise de fenômenos, buscando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los. A pesquisa descritiva leva o investigador a buscar informações sobre o que se deseja pesquisar, procurando descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987; OLIVEIRA, 1999).

O objetivo deste estudo se volta para a análise de textos argumentativos, como se configuram como gênero, segundo o proposto pela Escola de Sydney. Ao se falar em configuração, fala-se de descrição de diversos aspectos do texto, como tipos de argumentos, estruturas recorrentes e características léxico-gramaticais.

3.4 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

Fazer um delineamento de pesquisa significa fazer seu planejamento quanto à previsão de análise e à interpretação de coleta de dados. Ressalta-se o procedimento adotado para a coleta

de dados, que se divide em: os que fazem uso das fontes de papel, como a pesquisa bibliográfica e a documental; e as que têm dados fornecidos por pessoas, como a pesquisa experimental, a *ex-post facto*, o estudo de caso, a pesquisa-ação e a pesquisa participante (FLICK, 2008; GIBBS, 2009; GIL 2010). Este estudo, dos dois tipos apresentados, encontra-se no primeiro caso, pois inicialmente há a busca de bibliografia para embasamento da pesquisa, mas também se analisam textos, considerados, aqui, como documentos.

A pesquisa bibliográfica requer que o pesquisador busque o que se publicou sobre o assunto, em livros, artigos em periódicos científicos e anais de congresso, permitindo-se investigar o objeto de estudo de forma mais ampla. Além disso, busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do assunto, tema ou problema existentes (FLICK, 2008; GIL, 2010; KÖCHE, 2010; DRESCH et al., 2015), foco desta pesquisa.

Bravo (1991, apud SILVA, DAMACENO, MARTINS, SOBRAL e FARIAS, 2009) afirma que documentos são todas as realizações que o homem produz, que se mostram como indícios de sua ação, revelando suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver.

Flick (2008: 201), sobre documentos, faz a seguinte afirmação: “O uso de documentos para as análises tem uma longa tradição na pesquisa qualitativa – por exemplo, eles podem ser vistos como traços de experiências pessoais ou de interações institucionais”.

A pesquisa documental tem como base documentos autênticos, classificando os documentos como primários, o que não foram analisados, e secundários, os que já foram. A pesquisa documental possui três aspectos, iniciando com a escolha, o acesso e a análise dos documentos (CELLARD, 2008; DRESCH et al., 2015).

A pesquisa documental se torna relevante porque revela, de forma mais clara, um problema ou as hipóteses que conduzem a sua verificação, e não porque responde definitivamente a esse problema (SILVA et al., 2009).

Uma das vantagens da pesquisa documental é eliminar a influência do pesquisador, pois ele não interage com o autor do documento, não permitindo que este perceba o comportamento e reação daquele quanto ao texto que será analisado.

Ao conhecer o grupo de pesquisa da Professora Doutora Edna Cristina Muniz da Silva, Leitura e Escrita de Gêneros Textuais na Escola e na Vida, ainda como aluna especial na Universidade de Brasília (UnB), vindo posteriormente a fazer parte do grupo, a pesquisadora deste trabalho deparou-se com um grupo focado na pesquisa dos gêneros, segundo a Escola de Sydney, em materiais utilizados nas escolas brasileiras. Como trabalha com o Ensino Médio, no CMB, com Língua Portuguesa, e percebe a dificuldade de os alunos produzirem textos

argumentativos coerentes, resolveu trabalhar com os textos argumentativos, de acordo com o que propõe a LSF.

Com a decisão tomada, voltou-se para a pesquisa bibliográfica, para a compreensão da teoria e, posterior análise dos textos. Paralelamente a essa pesquisa, partiu-se para a coleta de dados, nesse caso, dos textos argumentativos a serem analisados. Sobre a coleta desse material, discorrer-se-á no item 3.6: Delimitação da Pesquisa.

3.5 QUESTÕES DE PESQUISA

As questões de pesquisa buscam esclarecer qual é objetivo das análises, isto é, o que se pretende revelar por meio destas. De acordo com Flick (2008), o pesquisador deve manter-se aberto a possíveis surpresas quanto aos resultados, ainda que esteja claro para ele o que se quer pesquisar.

A análise de textos dos gêneros da família da Argumentação proposta neste trabalho é motivada pelas seguintes questões de pesquisa:

- 3.5.1 Como os recursos léxico-gramaticais auxiliam na argumentação?
- 3.5.2 Como a nominalização contribui para o processo argumentativo?
- 3.5.3 Qual é a estrutura de gênero nos textos argumentativos examinados nesta pesquisa?
- 3.5.4 Que estruturas são mais recorrentes nos textos argumentativos, considerando o propósito comunicativo?
- 3.5.5 Como a perspectiva de gênero da Escola de Sydney pode contribuir para o ensino e aprendizagem de textos argumentativos?

3.6 DELIMITAÇÃO DO *CORPUS*

A proposta desta pesquisa é a análise de textos argumentativos brasileiros quanto às suas configurações, resultando em gêneros, à luz da Escola de Sydney, que pertence à Linguística Sistêmico-Funcional, de Halliday, e que propõe gêneros da Família dos Argumentos.

Segundo essa perspectiva, a Família dos Argumentos apresenta dois gêneros: o Expositivo, em que se encontra apenas um ponto de vista a ser discutido, e a Discussão, em que se encontram dois ou mais pontos de vista a serem debatidos.

Como o foco deste trabalho se volta para a sala de aula e o ensino e aprendizagem de textos argumentativos no Ensino Médio, inicialmente o foco da pesquisadora era analisar os textos argumentativos trabalhados no 3º ano do Ensino Médio do Colégio Militar de Brasília (CMB).

Apesar de, nessa série, a ênfase ser o trabalho com textos argumentativos por causa dos diversos tipos de provas de seleção, como vestibular, PAS, ENEM, EsPCEEx, em que a proposta de redação geralmente pede um texto “dissertativo argumentativo”, a pesquisadora encontrou dificuldade para a coleta de dados.

Primeiramente, o material anteriormente utilizado, seis apostilas, quatro de gramática e duas, respectivamente, de Interpretação de texto e de Redação, da coleção Poliedro, foi substituído por uma única gramática: Gramática – Texto: Análise e Construção de Sentido, de Maria Luísa M. Abaurre e Marcela Pontara.

Duas das quatro apostilas que foram utilizadas até 2015.

Figura 5: Livro de Redação

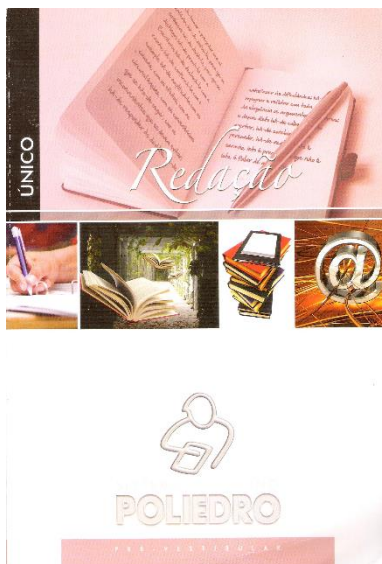
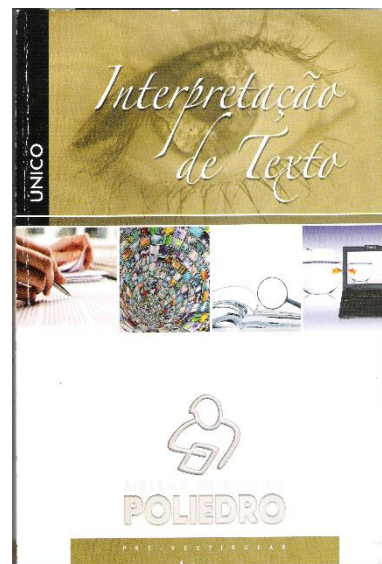
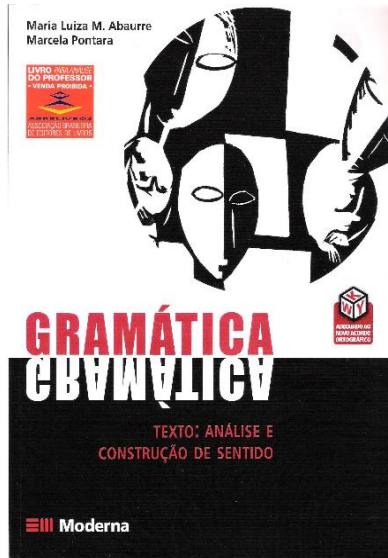


Figura 6: Livro de Interpretação de texto



Gramática que substituiu as apostilas em 2016.

Figura 7: Gramática adotada



Nas apostilas, especialmente nas duas últimas citadas, a pesquisadora se surpreendeu com a pequena quantidade de textos argumentativos para a análise, encontrando um número expressivo de textos narrativos.

Além disso, os textos argumentativos que poderiam compor o *corpus* da pesquisa encontravam-se fragmentados, isto é, havia apenas parte do texto, e às vezes um ou dois parágrafos. Por meio de pesquisa na internet, buscou-se a integralidade dos textos. Poucos foram encontrados. Assim, os textos dos livros, de uma forma geral, foram abandonados.

Na gramática que substituiu as apostilas, não se encontraram textos argumentativos segundo a perspectiva da Escola de Sydney. Os textos ali encontrados eram metalinguísticos, explicativos dos assuntos ali tratados.

Buscaram-se, então, os textos encontrados nos materiais preparados pelos professores da série em questão visando ao trabalho de questões gramaticais, de interpretação e de produção textual. Novamente, foi uma surpresa para a pesquisadora perceber que poucos textos eram argumentativos, mesmo tendo a série em questão foco em processos seletivos que pedem, em sua maioria, textos argumentativos.

Assim, a pesquisadora voltou-se para as demais séries do Ensino Médio, coletando textos argumentativos, utilizados em aulas, exercícios e provas, que pudessem ser utilizados nesta pesquisa. O resultado foi um *corpus* de 20 textos, reunidos ao longo de dois anos, 2016 e 2017, dos três anos/séries do Ensino Médio do Colégio Militar de Brasília. O último texto é o

mesmo que o anterior com partes suprimidas. Assim, optou-se por se considerarem 20 textos, em vez de 19, por apresentarem configurações diferentes. Os textos coletados foram retirados da internet, de livros e revistas pelos professores dos respectivos anos/séries do CMB.

Os textos são de temas diversos. Entre eles, entretanto, há textos que possuem a mesma temática. O *corpus* é composto por diferentes tipos de material, como cartas argumentativas, artigos de opinião e editoriais. Há textos que apresentam mais um caráter metafórico, conotativo ao discutir um assunto, fazendo uso de argumentos e enquadrando-se na proposta desta pesquisa. Não houve preocupação com o número de caracteres ou com a autoria. O único critério era que fossem textos que se encaixassem na definição de gêneros da Família dos Argumentos, segundo a Escola de Sydney, definição já explicada no início dessa seção.

A seguir, apresentam-se os títulos dos textos e uma breve ementa. A fonte/autoria dos textos encontra-se ao final de cada um no Apêndice e no Anexo. 1) *O maniqueísmo é o ópio dos tolos, um artigo de opinião* que trata da polarização do Brasil a partir de posições políticas contrárias; 2) *A imprensa no banco dos réus*, artigo de opinião que discute o papel da imprensa; 3) *A responsabilidade dos formadores de opinião*, artigo de opinião que discute o efeito de pessoas influentes nas diversas polarizações na sociedade; 4) *Mídia e dever de imparcialidade*, artigo de opinião que questiona se é possível a mídia ser imparcial; 5) *A participação social de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes*, artigo de opinião que trata da importância do jovem no processo de modernização social. 6) *O silêncio é um grande tagarela*, texto que trata do silêncio como grande forma de comunicação; 7) *Um atentado que tem por objetivo semear a intolerância*, editorial que discute o ataque a revista Charlie Hebdo, na França, em 2015; 8) *O sexo triste dos jovens*, artigo de opinião que questiona a maturidade dos jovens quanto à liberdade sexual e suas consequências; 9) *Educação em tempos de 'Pokémon go'*, artigo de opinião que ressalta a importância da tecnologia na educação; 10) *Carta argumentativa* (título dado pela pesquisadora), trata da qualidade de ensino e de estrutura em um instituto estadual de educação; 11) *Carta argumentativa* (título dado pela pesquisadora), discute a obrigatoriedade do voto no Brasil; 12) *Justiça pelas próprias mãos é estado de barbárie*, artigo de opinião que ressalta o estado de violência em que se encontra o país e questiona pessoas públicas que incentivam a justiça pelas próprias mãos; 13) *A vida não é teoria e ninguém sabe as respostas: o caso do gorila executado*, artigo de opinião que discute a morte de um gorila, após a queda de uma criança em seu *habitat*; 14) *Gorila é morto após criança cair na jaula*, artigo de opinião que trata do mesmo assunto do texto 13; 15) *A publicidade deve ser proibida para crianças?*, artigo de opinião, que trata de aspectos a favor e contra a publicidade voltada para as crianças; 16) *Faces do futuro*, editorial que discute o confronto

entre comodidade e segurança, de um lado, e a privacidade, de outro; 17) *Elegância e Racismo*, editorial que discute como combater o racismo nas sociedades; 18) *Redução é inconstitucional, dizem entidades*, texto que discute a redução penal para adolescente infratores; 19) *Acima dos muros*, artigo de opinião que discute ser posição quem não assume lados em questões de polarização no Brasil. 20) Mesmo texto do 19, configurado de forma diferente, por supressão de partes.

3.7 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A análise está dividida em duas partes. A primeira que se volta para as metafunções, segundo a LSF, e a segunda para a análise dos gêneros argumentativos, com base na Escola de Sydney.

Primeiramente, reuniu-se todo o material bibliográfico. Então, buscou-se, por meio das categorias da GSF, descrever as orações por meio das metafunções, com o intuito de descobrir aspectos linguísticos que ressaltassem o caráter argumentativo dos textos e de encontrar padrões linguísticos que auxiliassem as análises para o estudo do gênero, segundo a visão da Escola de Sydney.

Segundo o sistema da Transitividade, da metafunção ideacional, dividiram-se os textos em orações; em seguida, localizaram-se os processos, que foram classificados; após essa etapa, classificaram-se, também, os participantes do processo. Buscou-se encontrar, ainda, elementos que eram mais frequentes, bem como compreender o uso deles nos textos argumentativos.

Com base nas descrições do sistema da Transitividade, verificou-se, segundo o sistema de MODO, da metafunção interpessoal, que tipo de polaridade se encontrava mais presente nos textos, positiva ou negativa. Também, encontraram-se os elementos que revelavam modalidade, tanto a modalização quanto a modulação.

Quanto ao sistema de Tema, da metafunção textual, inicialmente, não houve intenção de fazer qualquer tipo de investigação nos textos. A necessidade surgiu na segunda parte da análise proposta.

A segunda etapa da análise, volta-se para a análise dos gêneros, conforme o proposto pela Escola de Sydney. Ao se deparar com os textos para a análise, a pesquisadora, inicialmente, escolheu um dos textos para fazer a investigação proposta. Como era a primeira análise, buscou-se um texto de uma lauda e meia, no máximo; portanto, sem muitos parágrafos.

Para compreensão dos procedimentos a seguir, fez-se necessário compreender o que significam “etapas” e “fases”, na perspectiva da Escola de Sydney, a qual tem seus pressupostos na LSF. Muniz da Silva (2015: 30), sobre esse assunto, escreveu:

As etapas que estruturam um gênero apresentam elementos relativamente estáveis, e seus rótulos são escritos com inicial maiúscula, entretanto as fases de etapa são variáveis, podendo ser únicas em um determinado texto, e seus rótulos são escritos com iniciais minúsculas.

Após diversas leituras do texto, para a compreensão das ideias, procurou-se o tópico frasal/ tese do texto para definição da primeira etapa do texto: Tese. Então, os argumentos foram encontrados, definindo-se uma segunda etapa: Argumentos. Em seguida, buscou-se a reiteração da tese, selecionando-se a última etapa: Reiteração.

Ao contrário do que se pensava, a divisão do texto em etapas não foi fácil. A investigadora utilizou outra cópia do texto para refazer a análise, consultando-se o material bibliográfico, especialmente de Martin e Rose, *Genre Relations: mapping Culture*, e de Rose e Martin, *Learning to Write, Reading to Learn: Genre, Knowledge and Pedagogy in the Sydney School*, estudiosos que propuseram a perspectiva de gênero adotada nesta pesquisa.

Com o texto dividido em etapas, passou-se a analisar as fases do texto. Logo de início, percebeu-se que as fases (classificações) propostas por Martin e Rose não seriam suficientes para abarcar os diversos significados encontrados. Além disso, a forma de se delimitar uma fase tornou-se um foco a ser definido, já que se poderia considerar como fase toda uma ideia geral contida em um trecho ou cada ideia que compõe essa ideia geral.

Para resolver a primeira questão, a da carência de fases para a classificação, buscou-se Othon Garcia e sua obra *Comunicação em prosa moderna*. Ele apresenta fases não citadas nos estudos da Escola de Sydney. Além dele, buscou-se, em *Reading Genre: a New Wave of Analysis*, de David Rose, que também cita fases não incluídas em suas obras com Jim Martin.

No intuito de se resolver a segunda questão, a delimitação da fase, tomou-se a seguinte postura, cada “frase” do texto seria considerada a estrutura mínima a ser analisada como uma *fase*. Quando “frases” compuseram uma única ideia, considerou-se essa formação de duas ou mais frases como *fase*. Tomou-se como ponto referencial de início de fase o ‘Tema’ da frase, isto é, o elemento que está em posição temática, inicial, com base no sistema de Tema da metafunção textual.

Após essas decisões, passou-se a refazer a análise das frases/fases. Terminado o texto inicial, outros textos foram analisados. Novamente, na análise das fases, encontrou-se dificuldade de classificação dos significados propostos, a partir das fases encontradas nos estudiosos citados.

Após a análise dos textos em etapas e fases, os textos foram colocados em quadros para melhor visualização e comparação dos dados. Então, comparou-se o resultado dos diversos textos, para indicar se as etapas e as fases verificadas em textos, da Austrália, escolhidos para compor os estudos apresentados nas obras de Martin e Rose, eram também verificadas nos textos brasileiros. Além disso, compararam-se os quadros, para a verificação das fases mais recorrentes nos textos analisados. Segue exemplo de quadro utilizado para análise dos textos.

Quadro 17 – Modelo de quadro para análise de texto em etapas e fases

ETAPAS (Classificações)	FASES (Classificações)	Nº do texto analisado: TEXTO 1
		TÍTULO DO TEXTO (Texto dividido em frases/fases.)
Tese		
Argumentos		
Reiteração da Tese		

Fonte: Elaborado pela autora.

3.8 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Trabalhar com diferentes textos, quanto à temática ou à forma de expressão (literário/não literário), por exemplo, trouxe algumas dificuldades em relação às análises, pois essas diferenças exigiam escolhas léxico-gramaticais diversas, uma vez que, para se chegar ao objetivo de argumentar, textos literários buscam a conotação, enquanto os textos não literários, a denotação.

No entanto, optou-se por permanecer com essas diferenças para se perceber se as configurações de textos argumentativos, segundo a perspectiva adotada nesta pesquisa, a da Escola de Sydney, independentemente do tema e da forma de expressão encontrados nos textos analisados, permaneciam as mesmas.

As análises se dividiram em duas etapas, que foram sendo analisadas paralelamente, à medida que elementos de uma contribuía para a outra etapa de análise. Assim, os sistemas de TRANSITIVIDADE, MODO e TEMA foram analisados, bem como os gêneros argumentativos, segundo a Escola de Sydney visando encontrar os elementos presentes nos textos argumentativos brasileiros.

No apêndice, encontram-se os quadros com as análises de cada texto, dividido em etapas e fases, destacando-se os elementos em posição temática que auxiliam a visualização da mudança de fase dentro de cada etapa do gênero estudado. Há dois textos 19: 19(a) e 19(b). Isso se deve ao fato de o primeiro ser integral, e o segundo parcial. Em seguida, apresenta-se o anexo, que traz todos os textos trabalhados nesta dissertação sem as análises propostas.

CAPÍTULO 4

4. ANÁLISES

INTRODUÇÃO

Apresentar-se-ão, neste capítulo, as análises sobre os textos coletados. As análises têm como referência a Linguística Sistêmico-Funcional, com base na Gramática Sistêmico-Funcional e a perspectiva de gênero da Escola de Sydney, com apoio da Linguística Textual. As análises têm como objetivo perceber os aspectos argumentativos nos textos, segundo os aspectos ressaltados a seguir. Na seção 4.1, apresentam-se informações necessárias para contextualizar os dados a serem analisados. A seção 4.2 introduz a análise linguística. A subseção 4.2.1 trata dos significados ideacionais encontrados nos diversos textos em questão. Na subseção 4.2.2, os significados interpessoais são apresentados. Na subseção 4.2.3, apresenta-se uma rápida análise de aspectos textuais segundo os significados textuais. A subseção 4.2.4 traz contribuições quanto à nominalização para articular informações. Por último, a seção 4.3 apresenta aspectos que contribuem para o estudo dos gêneros textuais.

4.1 CONTEXTO DE ORIGEM DOS DADOS

Os textos a serem analisados foram coletados das aulas de Língua Portuguesa dos três anos/séries do Ensino Médio do Colégio Militar de Brasília. Esses textos foram coletados pelos professores dos respectivos anos/séries, de revistas, livros e internet, e utilizados em aulas, exercícios e avaliações. Apesar de ser um colégio criado para os filhos de militares, que têm que mudar constantemente de cidade, o corpo discente é formado, também, por alunos da comunidade, em menor número, que ingressam no colégio por meio de concurso de seleção.

Como em qualquer outra escola, encontram-se alunos com habilidades de leitura e escrita desenvolvidas, mas também há aqueles que não as apresentam, revelando dificuldade na compreensão dos gêneros e na produção de argumentação.

Os textos analisados, de forma geral, apresentam temas diferentes, porém há alguns que trazem o mesmo assunto. Os temas se referem aos seguintes assuntos: formadores de opinião, política e juventude, sexo e juventude, educação, voto, violência, publicidade e infância, intolerância, comodidade e segurança, redução da maioria, proteção dos animais. Todos os temas dos textos estão presentes na sociedade e são apresentados e discutidos constantemente

pelos diversos meios de comunicação. A escola como lugar de debate e de construção de conhecimento entra nessa discussão para o desenvolvimento do ser crítico diante do que acontece na sociedade em que vive.

Não há uma divisão temática por ano/série. Os textos apresentam títulos, porém há alguns, como as cartas argumentativas, que não o fazem. Todos os textos foram coletados de livros, revistas ou da *internet*. Quanto ao posicionamento dos autores diante dos textos, em onze, dos 20, os autores se apresentam na 3ª pessoa do plural. Nos demais, aparecem na 1ª pessoa do singular. O uso da 1ª pessoa se deve, provavelmente, ao fato de grande parte dos textos serem artigos de opinião.

Ressalta-se a análise dos gêneros com base na Escola de Sydney. Os textos aqui estudados representam práticas sociais diversas, portanto são registros diferentes dessas práticas. Assim encontram-se nesta dissertação, para análise, textos que se configuram como carta argumentativa, editorial e artigo de opinião.

Há textos que foram utilizados em sala de aula incompletos, ou porque o professor o coletou de livro e ou *internet* nesse formato, ou porque ele mesmo fez a redução do texto.

4.2 ANÁLISE LINGUÍSTICA

Halliday (1985:53) afirma que “uma oração é o produto de três processos simultâneos. É ao mesmo tempo a representação de uma experiência, uma troca interativa e uma mensagem”. Os textos coletados serão analisados, a seguir, segundo cada uma dessas perspectivas.

4.2.1 Metafunção Ideacional

Segundo Halliday (2004), a função da metafunção ideacional é representar os acontecimentos do mundo físico, da experiência, como também os participantes envolvidos na nessas práticas sociais. Sua realização se dá por meio do sistema de Transitividade, que abarca processos, participantes e circunstâncias. Esses três itens são categorias semânticas que explicam de que maneira os eventos do mundo real são representados como estrutura linguística.

4.2.1.1 Processos

A oração representa processos como “fazer, acontecer, sentir e ser”. Halliday (1985:54) afirma que na representação de mundo o processo é o fator primordial, inclusive para a análise de outros elementos: “Em princípio um elemento ideacional é alguma coisa representando um

processo, um participante num processo (pessoa, coisa, instituição, etc) ou circunstância atendendo aquele processo (tempo, lugar, modo, etc).” Como já visto, para representar a experiência os processos podem ser: materiais, mentais, relacionais, verbais, comportamentais e existenciais.

Nos textos analisados, os processos mais encontrados foram os **materiais**. Isso significa que estes informam acontecimentos do presente, passado ou futuro, em que está envolvido algum tipo de energia para que haja criação ou transformação de algo no mundo físico.

No processo de construção da argumentação, no sentido de se persuadir o leitor, busca-se apresentar informações do mundo físico, da experiência, que se constroem por meio da visão do mundo real. Os processos materiais materializam os eventos, a realidade. Nesse sentido, os processos foram usados com a ideia de apresentação ou constatação de um fato, de uma opinião, ou uma sugestão, proposta.

Exemplos¹⁸:

- a) *O presidente Getúlio Vargas, que **chegou** ao poder por meio de um golpe de estado em 1930, renovado em 1937 com a instituição de uma ditadura, **implementou** sob seu governo uma legislação trabalhista e **introduziu** o Brasil na era industrial, **criando** as bases da nossa modernidade. [1]*
- b) *Como demonstra o estrago social, político e humanitário do nazi-fascismo europeu, não se deve **brincar** com certas coisas (...)¹⁹ [3]*
- c) *Um tempo histórico de aceleração temporal estaria **criando** uma nova juventude (Leccardi, 2006) [5]*
- d) *As políticas de segurança pública vêm se mostrando ineficazes há muito tempo, por isso mesmo é preciso **reagir** urgentemente por meio de uma força tarefa que **envolva** todas as esferas. [12]*
- e) *Apesar do apoio popular, é bastante difícil que **ocorram** alterações na forma de **punir** adolescentes infratores no médio prazo. [18]*

É importante ressaltar que, nos textos argumentativos analisados, grande parte dos processos materiais encontram-se nas orações dependentes e encaixadas.

¹⁸ Os exemplos retirados do *corpus* desta pesquisa, neste capítulo, estão identificados numericamente entre colchetes. Os textos completos encontram-se nas seções apêndice e anexo, devidamente numerados. Ressaltaram-se os processos de orações principais, dependentes, independentes e encaixadas.

¹⁹ As reticências, nos exemplos, significam que, além de trechos terem sido suprimidos, estes não eram necessários para a análise proposta.

O segundo tipo de processo mais encontrado nos textos foi o **relacional**, que é responsável por fazer a ligação entre atributo e portador. A posição de segundo lugar para os processos relacionais foi uma surpresa, uma vez que se ensina, nas escolas, que atributos devem ser evitados em textos com intenção argumentativa, pois aqueles se voltam para a subjetividade do autor do texto, retirando o caráter de impessoalidade, objetividade e, portanto, credibilidade. Assim, uma forma de se evitar a presença de atributo é a não utilização de processos relacionais.

No entanto, nos textos analisados, que foram retirados de diversas fontes, que apresentam vários temas e representam várias práticas sociais, a presença de processos relacionais se deu em larga escala. Nota-se que os textos argumentativos trazem uma carga de subjetividade, muitas vezes apresentando sua argumentação por meio de atributos, considerados verdadeiros, imutáveis ou intrínsecos aos objetos a que se referem, que podem convencer o leitor ou levá-lo à emoção, persuadindo-o em prol do ponto de vista desejado.

De acordo com FONTANINI (2002: 231), “os processos relacionais e mentais estabelecem, na maioria das vezes, conhecimentos, julgamentos ou comentários, baseados em pareceres ou sentimentos pessoais”. O uso dos processos relacionais auxilia nesse trabalho.

- Exemplos de processos relacionais atributivos, em que se une um ‘portador’ a um ‘atributo’:

- a) *O quadro é ruim.* [2]
- b) *Não nos **parece** ético que determinado veículo se venda ou se declare como imparcial ou pluralista e de fato só emita opiniões num determinado sentido.* [4]
- c) *O massacre na Charlie Hebdo não **foi** somente um ataque ao semanário satírico francês, nem apenas um ataque à liberdade de expressão. **Foi** um atentado da intolerância em favor da intolerância.* [7]
- d) *Mas, enquanto não **ficar** claro que voto é direito, expressão de uma vontade, não estaremos construindo um Estado verdadeiramente democrático.* [11]
- e) *Em poucos dias, a reação em cadeia é alarmante.*
- f) *A cena é assustadora e alarmante.* [13]
- g) ***Tornou-se** viral nas redes sociais e noticiado em toda a imprensa o “assassinato” de um gorila por funcionários de um zoológico nos Estados Unidos.* [14]

- Exemplos de processos relacionais identificativos, em que se une um ‘identificado’ a um ‘identificador’:

- a) *Precisamos estar na crista da onda em tudo, tão longe ainda da nossa vida adulta: sendo as mais gostosas e os mais espertos, desprezando os professores e iludindo os pais, sendo melancolicamente precoces em algumas coisas e tão infantilizados e ignorantes em outras, nisso incluindo nosso próprio corpo, emoções, saúde e vitalidade. [8]²⁰*
- b) *O saber formal, contudo, é a base para a ascensão social e espiritual de cada cidadão, como também para o desenvolvimento científico e tecnológico de qualquer país, logo, quanto maior a qualidade instrutiva desse saber, maior será a qualidade dos serviços e das condições de vida de um Estado (...) [10]*
- c) *O que a sociedade quer de verdade é o respeito e o cumprimento da legislação existente (...) [12]*

- Exemplos de processos relacionais possessivos, em que se une um ‘portador’ a um ‘possuído’:

- a) *Obviamente que, como um fenômeno complexo, esse tipo de comportamento social tem causas diversas. [3]*
- b) *Hoje, estes possuem um campo maior de autonomia frente às instituições do denominado “mundo adulto” para construir seus próprios acervos e identidades culturais. [5]*
- c) *O Zoo de Sam Diego nos EUA possui um banco genético de mais de 1.000 espécies ameaçadas de extinção, em maior ou menor grau. [14]*

O processo relacional mais encontrado no texto foi o **ser**, como processo relacional atributivo, seguido, não de perto, pelo identificativo. Além do processo **ser**, encontram-se muitos exemplos com **estar**, como atributivo.

- a) *A função de reportar briga em muitos casos com interesses de alguns, em detrimento da necessidade de muitos em estarem informados. [2]²¹*

²⁰ Esse exemplo é formado por vários processos relacionais. Marcou-se apenas o que se estabelece como processo relacional identificativo.

²¹ Considerar-se-á para esta pesquisa a forma nominal de participio de um verbo ligado a um processo nominal como atributo e não como uma estrutura de voz passiva.

- b) *Essas que pensamos estar (sic) menos expostas às crueldades da vida.* [8]
- c) *Alguns podem entendê-lo simplesmente como um jogo de sucesso e não **estarão** errados (...).* [9]
- d) *O gorila **está** morto./ Os pais **estão** assustados./ A sociedade **está** louca.* [13]
- e) *Embora esses quatro interlocutores **estejam** próximos do campo das esquerdas (...).* [19a]

Os processos **ser**, **estar** e **ficar** aparecem também seguidos de circunstância. Vale ressaltar que, segundo Cabral e Fuzer (2010), a análise linguística da LSF diferencia-se da análise da gramática tradicional. Apesar de esses processos, **ser** e **estar**, equivalerem aos verbos de ligação da gramática normativa, na LSF eles permanecem como processos relacionais quando seguidos de circunstâncias, o que não acontece na visão tradicional, pois se tornam intransitivos.

Exemplos de processos relacionais seguidos de circunstâncias:

- a) *A mídia **está** no banco dos réus frente a uma sociedade polarizada.* [2]
- b) *É assim nos Estados Unidos, país considerado por muitos como exemplar modelo democrático.* [11]
- c) *Os gorilas não deveriam **ficar** em seus habitats naturais?* [13]
- d) *Lado outro, **fico** à vontade em defender a postura do coordenador Zoológico em determinar o abatimento do animal (...)* [14]

Observa-se o uso de processo relacional seguido de circunstância, que, na realidade, se constitui um atributo, revelando o caráter metafórico que o processo relacional pode conferir à circunstância.

Trago para este espaço as vozes abafadas, as daqueles que não estão “em cima do muro”, mas (estão) “acima dos muros”, no plural. [19a]

O uso de “em cima do muro”, apesar de indicar lugar, não pode ser entendido de forma literal no contexto. Metaforicamente, a essa expressão significa que alguém está ‘indeciso’, o que revela o caráter de atributo da expressão. Da mesma forma, “acima dos muros” também é utilizado conotativamente, significando “alguém que não está indeciso, mas que tomou a decisão de não estar em nenhum dos dois lados apresentados”, revelando caracterização.

Os processos relacionais são importantes, também, para estabelecerem uma relação entre entidades, visando à definição, à identificação e à classificação, trazendo uma visão de que a ideia é inquestionável.

Exemplos:

- a) *Um dos aspectos mais relevantes trazido pelas eleições presidenciais no que tange à evolução e amadurecimento de nossas instituições democráticas é a questão da imparcialidade da mídia.*
- b) *O massacre na Charlie Hebdo não **foi** somente um ataque ao semanário satírico francês, nem apenas um ataque à liberdade de expressão. **Foi** um atentado da intolerância em favor da intolerância. [7]*
- c) *O aplicativo Pokémon Go, lançado há poucas semanas nos Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia, já é o jogo mais baixado da história da internet. [9]*
- d) *A educação, de maneira geral, é o maior patrimônio que um indivíduo pode adquirir durante a vida: é inalienável e imprescindível. [10]*
- e) *O saber formal, contudo, é a base para a ascensão social e espiritual de cada cidadão, como também para o desenvolvimento científico e tecnológico de qualquer país (...). [10]*

É interessante notar como o processo relacional pode trazer uma significação tão expressiva em um contexto, que reduz a força do processo material:

A imprensa não traz apenas a notícia. Ela é a notícia.

Pr. material

Pr. relacional

O texto 13, *A vida não é teoria e ninguém sabe as respostas: o caso do gorila executado*, é um editorial que termina sua argumentação com uma sequência de processos relacionais seguidos de atributos, quebrando sua estrutura textual em prosa, criando uma noção de versos, levando o leitor à reflexão de cada ideia apresentada nas orações, com base em toda a leitura.

*O que sabemos é que um menino caiu no fosso de um gorila num zoológico.
O menino **está** bem.
O gorila **está** morto.
Os pais **estão** assustados.
A sociedade **está** louca.
A vida segue.
Ninguém sabe as respostas.*

Apesar de os processos relacionais aparecerem, com muitos exemplos, em todos os textos, verificou-se que, em certos textos, sua frequência era ainda maior. Os editoriais e a os textos de caráter conotativo foram os textos que mais apresentaram processos relacionais. Entretanto, os diversos artigos de opinião também fizeram uso desse recurso em larga escala.

Em relação aos editoriais, percebe-se uma tentativa de aproximar o texto do leitor, de forma pessoal, por meio da subjetividade, dos atributos aplicados aos objetos de discussão. O que parece, entretanto, considerando o *corpus*, é que o uso desses processos se dá mais por uma escolha do autor do texto do que por exigência dos diferentes tipos de textos analisados.

O terceiro processo mais encontrado no *corpus* é o **mental**. Apesar de não ser o processo de maior frequência nos textos, ele é de grande relevância nos textos argumentativos, pois a argumentação tem como objetivo persuadir, mudar o pensamento do leitor, atividades que envolvem a mente, o pensamento.

Os processos mentais são processos relativos à representação do nosso mundo interior (THOMPSON, 1996); são os processos do *sentir*, do *gostar*, do *pensar* e do *querer*. Isso quer dizer que esses processos se voltam para as ações que dão conta não do mundo material, mas do fluxo de nosso pensamento, do mundo da consciência, ou de sua representação (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004). De acordo com esses autores, os processos mentais se subdividem em quatro tipos: ‘cognição’, ligada à decisão e à compreensão (pensar, saber, entender, decidir); ‘percepção’, voltada à observação de fenômenos (sentir); ‘emotivo’, relacionados aos sentimentos (gostar, amar); e ‘desiderativo’, relacionados ao desejo (querer, desejar).

Os processos mentais cognitivos, entre os processos mentais, são os mais presentes nos textos, uma vez que, como já dito, os textos argumentativos levam o leitor à reflexão, na tentativa de persuadi-lo, por meio do convencimento com argumentos, o que requer a articulação do pensamento. Por meio deles, é possível perceber crenças, valores e desejos representados em um texto.

Exemplos de processos mentais cognitivos:

- a) *A sociedade brasileira encontra-se dividida em duas porções, a das pessoas que **pensam** como nós (os bons, inteligentes e honestos) e a das que **pensam** diferente de nós (os maus, burros e corruptos).* [1]
- b) *É inocência **acreditar** que trazer qualquer dado não atingirá alguma parte.*
[2]

- c) (...) *é importante também **pensar** no que pode ter nos trazido até aqui.* [3]
- d) *Ocorre, contudo, que nossa Constituição se **preocupou** com a independência (...).* [4]
- e) *Ou você **pensa** que só o nosso falar, comunica?* [6]
- f) *Eventualmente não **sabemos** se vale ou não, então, a gente fica humilde e espera.* [8]

Exemplos de processos mentais perceptivos:

- a) *Alguns podem **entendê-lo** simplesmente como um jogo de sucesso e não estarão errados (...).* [9]
- b) *De forma análoga, adentrar uma sociedade com alto nível de automação, agora conjugada a máquinas que **aprendem** (...).* [9]
- c) (...) *sem falar no assoalho em farrapos e nas aberturas comprometidas, tanto quanto se pode **perceber** da estrutura pelos remendos e rachaduras visíveis às paredes.* [10]

Exemplos de processos mentais emotivos:

- a) *E se você não **gosta** do que está ouvindo, preste atenção no que está emitindo.* [6]
- b) *Boa parte dos eleitores desses votos apenas cumpriram uma obrigação para não **sofrerem** as penalidades da lei.* [11]
- c) *Os índices de criminalidade **assombram** o cidadão, é claro, e ele não obtém resposta imediata e satisfatória do poder público.* [11]

Exemplos de processos mentais desiderativos:

- a) *Não é ético **querer** "bater como advogado e apanhar como juiz" (...).* [4]
- b) *O que os atiradores da Charlie Hebdo no fundo **desejavam** era justamente fomentar essa tensão (...).* [7]
- c) *Os investimentos devem ser sensatos e **obedecer** a verdadeiras necessidades, e não se vincular a estereótipos (...).* [10]
- d) *É evidente que ninguém **queria** que o gorila fosse executado.* [13]

O processo mental desiderativo “querer” é o mais utilizado em sua categoria nos textos. Destaca-se, do texto 13, um trecho em que ‘querer’ é utilizado em sequência, como reforço para a argumentação pretendida, de explicar que a morte de um gorila no zoológico dos Estados Unidos não foi intencional nem ‘agradável’.

*É evidente que ninguém **queria** que o gorila fosse executado. Como também não **queríamos** que ele vivesse num zoológico. Como não **queríamos** que o menino caísse. Agora que vivemos (quase) todos em rede, poderemos decidir que sociedade **queremos**, o que a maioria considera certo ou errado, adequado ou não. [13]*

Em seguida, encontram-se nos textos os processos **verbais**. Estes são os processos do ‘dizer’, envolvendo “qualquer espécie de troca simbólica de significado” (HALLIDAY, 1985: 129).

Para fundamentar seus argumentos e atribuir veracidade, os textos utilizam a “fala” de outras pessoas e entidades que se fazem necessárias para conferir confiabilidade ao que está sendo dito: cientistas, estudiosos, revistas, jornalistas, testemunhas de situações em questão, entre outros. De acordo com Fuzer e Cabral (2010: 80), esse processo permite “atribuir informações a fontes exteriores”.

Exemplos²²:

- a) (...) *um homem de seus trinta anos **explicando** à jovem argentina que regressava a Buenos Aires (...).* [1]
- b) *Comecei esse artigo evocando um poeta, termino citando o escritor Jeferson Tenório, que em artigo no jornal Zero Hora, **sentenciou**: “Em tempos de ódio, parece que nossa melhor saída é a transgressão pelo afeto”.* [1]
- c) *Antes, os mais ortodoxos **comentavam** o dito popular de que “a verdade dói”.* [2]
- d) *O impensável ocorre muitas vezes em festinhas nas quais se servem bebidas alcoólicas (que elas tomam, ou pagariam mico diante das amigas, e com essa desculpa **convencem** os pais confusos) (...).* [8]
- e) *Há especialistas em animais que **dizem** que ele não ia fazer mal ao garoto porque ele não ‘bateu no peito’ (...).* [13]
- f) *“Somos todos macacos”, **diz** o slogan, obtendo a adesão de inúmeras celebridades.* [17]
- g) *“Mais uma vez, o jovem é tornado em bode expiatório da derrocada dos governos e falência das políticas públicas que eles representam. É transformar a vítima em réu”, **afirma**.* [18]

²² Os processos verbais de todos os exemplos estão de acordo com os listados por Fuzer e Cabral (2010).

Além disso, a ação em si promove a base argumentativa:

- a) *Uma parte da categoria, porém, se rende a uma ansiedade por não apenas **reportar**, mas também analisar, avaliar e **opinar**. [2]*
- b) *Ou seja, **responder** à questão de se algum nível de imparcialidade é passível de ser exigido no plano jurídico e no plano ético-jornalístico. [4]*
- c) *O silêncio pode **dizer** muita coisa sobre um líder, uma organização, uma crise, uma relação. [6]*

Temos ainda, relato de situações dentro do processo argumentativo:

- a) *Se pudesse interferir na conversa deles – o que não fiz – teria **perguntado** se podemos classificar de tolerante uma sociedade racista (...). [1]*
- b) *(...) um homem de seus trinta anos **explicando** à jovem argentina que regressava a Buenos Aires (...). [1]*
- c) *Uma vez no laboratório, era **explicado** aos participantes que alguns deles fariam o papel de professor e outros de aluno. [3]*
- d) *O jornal e os cartunistas foram **ameaçados**. [7]*

Outro processo encontrado nos textos, com relativa frequência, é o **existencial**, que indica “que alguma coisa existe ou acontece” (HALLIDAY, 1985:130) e possui apenas um participante. Em Língua Portuguesa, esse processo é realizado por “haver” e “existir”.

Exemplos:

- a) *(...) entre o preto e o branco **há** pelo menos 50 tons de cinza... [1]*
- b) ***Há** profissionais que ainda surpreendem por se manterem na labuta e ofício antigo de reportar, independentemente de paixões pessoais. [2]*
- c) *Afinal, não **existem** relações humanas sem comunicação. [6]*
- d) *Por que **existem** zoológicos? [13]*

Encontra-se também, nos textos, o verbo **haver** indicando tempo, o que mostra que, mesmo em textos argumentativos, sem caráter narrativo, a presença do tempo é recurso importante no processo de argumentação.

- a) *Há décadas o tema da integração de grandes comunidades muçulmanas nas sociedades ocidentais é alvo de debate e fricção em países europeus.* [7]
- b) *Embora parte desses recursos e ferramentas já esteja disponível há décadas, seu uso intensivo ainda está no seu início.* [9]
- c) *Não obstante, é, com certa alegria, que recebi há poucas semanas, por intermédio da mídia televisiva, a informação de que o governo concluiu cerca de 1.100 reformas de escolas públicas.* [10]
- d) *As políticas de segurança pública vêm se mostrando ineficazes há muito tempo (...).* [12]

Nem todos os textos argumentativos apresentam processo existencial.

O último tipo de processo é o **comportamental**. Responsáveis pela construção do comportamento humano, encontra-se entre o processo material e o mental, significando parcialmente ação e parcialmente experiência do sentir.

Geralmente, foram usados para relatar um evento que corrobora a argumentação ou uma constatação.

Exemplos:

- a) *Por isso, é preciso conversar. Saber o quê, quando, como **falar**. Saber **ouvir**. Saber responder. Interagir.* [6]
- b) *A mãe disse que sua filha pequena estava **chorando** (...).* [13]
- c) *(...) podendo levar o animal a um estresse e fúria repentina, o que colocaria em risco a vida da criança até que o gorila viesse a **adormecer**.* [14]

4.2.1.2 Participantes

Os participantes são as entidades envolvidas em um processo. Cada tipo de processo requer diferentes tipos de participantes, que podem ser representados por pessoas, coisas, seres animados ou inanimados, realizados por grupos nominais ou adjetivais.

Nos textos analisados, os participantes são diversificados, uma vez que os textos possuem temas diversos, como se percebe em alguns exemplos a seguir.

- a) *O **maniqueísmo** é o ópio do povo.* [1]

Os processos mentais envolvem, como participantes, o Experienciador e o Fenômeno, amplamente encontrados nos textos argumentativos.

- a) *Ou você pensa que só o nosso falar comunica.?* [2]
Experienciador Metafenômeno
- b) *(...) é importante também pensar no que pode ter nos trazido até aqui.* [3]
Metafenômeno
- c) *Ocorre, contudo, que nossa Constituição se preocupou com a independência que tais prestadores devem guardar do executivo-concedente na realização da atividade jornalística (...).* [4]
Experienciador
Fenômeno
- d) *Por isso, é preciso conversar. Saber o quê, quando, como falar. Saber ouvir. Saber responder. Interagir.* [6]
Fenômeno Fenômeno

No segundo exemplo, o Experienciador, de acordo com o contexto, é o “nós”, seres humanos, omitido pelo infinitivo do verbo. Na letra “c”, entretanto, percebe-se que o Experienciador não se apresenta com humano. Porém, percebe-se um processo metonímico, em que temos a obra no lugar de seus autores. O último exemplo apresenta o Fenômeno apenas, enquanto o Experienciador está, de certo modo, indefinido, pois se sabe que este é um ser humano. Os textos analisados trazem, como se percebe nos itens “a” e “d”, orações projetadas não finita e finita, respectivamente.

Quanto aos participantes dos processos verbais, apresentam-se nos textos, especialmente, o Dizente e a Verbiagem.

- a) *O silêncio pode dizer muita coisa sobre um líder, uma organização, uma crise, uma relação.* [6]
Dizente Verbiagem Alvo
- b) *O secretário geral da italiana Liga Norte, Matteo Salvini, criticou o papa Francisco por ele querer dialogar com o Islã.* [7]
Dizente Alvo
- c) *"Roubaram a sexualidade desses meninos", me diz uma experiente terapeuta.* [8]
Citação Receptor Dizente
- d) *(...) poder-se-ia dizer, grosso modo, que o IDH está diretamente ligado à questão educacional.* [10]
Relato

- e) *Se pudesse interferir na conversa deles – o que não fiz – (eu) teria perguntado se podemos classificar de tolerante uma sociedade racista (...), machista (...), homofóbica (...), xenófoba (...), e também, descobrimos há não muito tempo, fascista.* [1]

Verbiagem

De uma forma geral, os processos verbais, nos textos analisados, apresentam Dizentes humanos, o que corrobora a ideia de que os textos argumentativos buscam amparo, para o desenvolvimento da argumentação, em outras vozes. Além disso, os processos verbais promovem informações novas dentro do texto (Verbiagem). No texto argumentativo, muitas vezes, as informações são mais importantes do que quem as disse, como se observa nos exemplos anteriores.

O participante do processo existencial é único: Existente. A presença desse participante por meio do processo traz a ideia de algo inquestionável, que existe, sem a possibilidade de dúvida.

- a) *Além dos óbvios aspectos político e econômico, há **algo** também na esfera da moralidade social que preocupa.* [3]
- b) *Há **uma rua de mão dupla** entre aquilo que os jovens herdam e a capacidade de cada um construir seus próprios repertórios culturais.* [5]
- c) *Afinal, não existem **relações humanas** sem comunicação.* [6]
- d) *Às vezes há **o que não vale a pena ser assimilado**, então, vou buscar outras paisagens.* [8]

O último participante encontrado, e em menor escala, foi o Comportante, pertencente ao processo Comportamental. Poucos foram encontrados nos textos.

- a) *A mãe disse que **sua filha pequena** estava chorando (...).* [13]
Comportante
- b) *(...) podendo levar o animal a um estresse e fúria repentina, o que colocaria em risco a vida da criança até que **o gorila** viesse a adormecer.* [14]
Comportante
- c) *E **ninguém** mais se escuta, cada pessoa um muro em si mesma; um portão armado, um vidro blindado e com insuflm.* [19]
Comportante

Os participantes dos textos se apresentam de diversas formas: específico, com nome ou como algum tipo de categoria; genérico (plural); pessoa; objeto; entidade, elemento indefinido.

4.2.1.3 Algumas Considerações

Os textos são formados especialmente por orações declarativas, fazendo-se usos, em certos textos, de frases interrogativas. O texto 13 apresenta uma sequência de orações interrogativas para levar o leitor a não pensar de fato nas respostas, mas a concordar com a linha de raciocínio do autor do texto.

*Como o menino caiu? Foi negligência dos pais? Falta de segurança do local? Foi culpa da criança? **Uma criança pode ser culpada?** Foi culpa do Zoológico? **Por que existem zoológicos?** Os gorilas não deveriam ficar em seus habitats naturais? Precisava matar o gorila? Por que não deram tranquilizante? **Demora muito pra fazer efeito?** Foi a melhor decisão? O menino vai ficar estigmatizado para sempre por ter gerado a morte do gorila? O gorila ia fazer mal pro menino? **É possível responder a essa última pergunta?** Adianta fazer abaixo-assinado contra o zoológico e as autoridades que executaram o Gorila? **Todos os acidentes podem ser evitados ou acidente é acidente e faz parte da aleatoriedade do universo?** [13]*

Observa-se que, apesar de muitas dessas perguntas serem as que as pessoas estavam fazendo após o acontecido, algumas perguntas, destacadas no texto, já direcionam o leitor para o objetivo do autor do texto. As duas últimas perguntas destacadas são as mais persuasivas. Perguntar se é possível responder à pergunta anterior, que questiona a possibilidade de o gorila fazer mal à criança, é levar o leitor à clara resposta de que não se pode responder com segurança ao incerto. Assim, não seria possível garantir a segurança da criança.

Da mesma maneira, a última pergunta é praticamente uma afirmação lógica, o que leva novamente o leitor a chegar à conclusão de que matar o gorila não foi um erro, posição defendida no texto e claramente percebida pelo direcionamento das perguntas. Assim, percebe-se que orações interrogativas podem ser utilizadas como recurso argumentativo, quando não se quer dizer diretamente o que se espera que o outro acredite.

Outro aspecto a se ressaltar é que há predominância de orações na ordem direta nos textos, porém não raro se encontram inversões, especialmente com a mobilidade dos grupos adverbiais e com a presença de voz passiva. Os exemplos, a seguir, pertencem ao **texto 4** (apêndice e anexo). A construção dos dois textos se dá por meio de vários parágrafos se iniciarem por grupos adverbiais que, antes de trazerem a ideia pretendida, já fazem a “ressalva” que querem, para que o leitor antes de chegar à mensagem do trecho, já tenha em mente a base para compreendê-la.

- a) *Sem querer neste artigo ingressar no mérito de tal parcialidade, de sua origem, natureza e consequências políticas, pretenderemos nos cingir a seus aspectos jurídicos e éticos.*
- b) *Como linguagem que é, passará o relato do fato por todo o universo subjetivo de percepção da pessoa que produz o referido relato, podendo ser distorcida em sua finalidade maior, qual seja a de descrever, logo, de coincidir discurso e realidade descrita.*
- c) *No plano das opiniões, a imparcialidade, sempre tratada aqui como valor e não como técnica, não se dá pela objetividade ou universalidade do discurso, mas sim pela produção concorrente, no mesmo espaço, de discursos diversos, ou seja, pela noção de pluralismo, onde todos discursos diversos concorrem em igualdade de condições de convencimento.*
- d) *Em nosso ponto de vista, diferem substancialmente os regimes jurídicos da mídia impressa e da mídia de Televisão e rádio.*
- e) *De qualquer forma, as exigências tratadas, no tocante a estes veículos, têm caráter apenas ético, não sendo dotadas de juridicidade, nem submetendo os veículos a qualquer obrigação de natureza jurídica, nos termos de nossa ordem constitucional, ressalvado, claro, a preservação da honra e imagem nos termos da legislação penal e cível comuns.*

O uso da voz passiva analítica é mais frequente que o da voz passiva sintética, mas ambos aparecem, muitas vezes para ênfase de um elemento textual ou para apagamento de participante.

- a) *Sobre esta juventude ameaçada se depositam também as esperanças da renovação, muitas vezes idealizando-se (sic) uma natural capacidade dos jovens para a participação, a transformação e a mudança. [5]*
- b) *Para isso, atacaram o país, a cidade onde se desenvolveram os valores iluministas que há três séculos dominam a cultura política do Ocidente. [8]*
- c) *Na Suécia, por exemplo, é vetado qualquer tipo de propaganda para crianças. [15]*
- d) *Isso porque a maioria penal em 18 anos (estabelecida pelo artigo 228 da Constituição Federal) é considerada um direito fundamental dos adolescentes. [18]*

Em todas os exemplos, o agente do processo foi apagado. Ou o sujeito não era necessário para contribuir com a argumentação, não era conhecido ou era importante que ele desaparecesse nesse processo argumentativo. Na letra “a”, por exemplo, o agente das ações de “depositar” e “idealizar” não é apresentado. Isso se dá por não ser necessário, uma vez que está implícita a ideia de que todos o fazem.

Na letra “c”, está claro que existe um órgão do governo, uma lei, uma instância do governo que fez o veto. Portanto, o agente dessa ação não se faz necessário. Está no conhecimento “implícito” do povo.

Nos textos, portanto, encontram-se vozes passivas que, aparentemente, foram usadas intencionalmente, com um dos objetivos citados, e outras que aparentam estar presentes apenas por uma escolha do autor, seu próprio estilo. Entretanto, percebe-se a voz passiva também como recurso argumentativo.

4.2.2 Metafunção Interpessoal

A metafunção interpessoal, segundo Halliday e Matthiessen (2014), revelam como se constroem as interações entre participantes dentro do texto e entre o autor e o leitor. Assim, é possível perceber como se dá essa relação e se o texto se baseia em propostas (trocas de bens ou serviços) e/ou proposições (trocas de informações).

Os textos analisados, por trabalharem com argumentação, com a intenção de persuadir o leitor a assumir as ideias apresentadas e discutidas, trabalham, prioritariamente, com a troca de informações, as proposições. Como já citado, há especialmente orações declarativas com presença de interrogativas em alguns textos.

Dos textos analisados, quase a metade é composta por textos na 1ª pessoa do singular; mais da metade se encontra na 3ª pessoa do singular. Ressalta-se, novamente, o que pode explicar essa pequena diferença, que os textos argumentativos trabalhados em sala de aula do CMB se constituem de artigos de opinião, editoriais e cartas argumentativas.

4.2.2.1 Sujeito e Finito

Sujeito e Finito são elementos da metafunção interpessoal. Com base nas análises feitas na metafunção ideacional, percebe-se que a maioria das orações apresentam sujeito, estando as

orações na voz ativa, reflexiva ou passiva analítica ou sintética. As orações existenciais são as que não possuem sujeito, já tratadas anteriormente.

Os sujeitos das orações se apresentam de forma diversificada, com preferência pelos grupos nominais: pessoas, entidades, objetos, entre outros. Pode se apresentar de forma particular ou generalizada, concreta ou abstrata.

- a) *A **sociedade** não pode ceder a discursos irresponsáveis como o da jornalista (...).* [12]
- b) ***O fato** se deu quando uma criança de apenas quatro anos (...) subiu na grade (...).* [14]
- c) ***O Estado** tem a obrigação de interferir para defender o público infantil dessa lavagem cerebral publicitária.* [15]
- d) ***Empresas** podem reter dados faciais de seus clientes?* [16]
- e) ***O paradoxo** costuma rondar sistemas democráticos.* [17]
- f) ***Bruno Torturra** se dedica a experimentar novos caminhos para a participação política (...).* [19a]

Podem-se encontrar, entretanto, sujeitos oracionais, quando a ênfase recai duplamente sobre o sujeito: o sujeito como informação que gera outra(s) e o sujeito que ressalta a ação por meio do processo contido nele.

- a) *Por fim, também nos parece claro **que é vedada qualquer forma de censura ou intimidação estatal à atividade livre do jornalismo de opinião ou de produção de notícias** (...).* [4]
- b) *Nos séculos XIX e XX, **ensinar** estava basicamente associado a transmitir informações, técnicas e procedimentos compatíveis com as demandas do mundo do trabalho contemporâneo àquela época. Nos tempos atuais, **educar** passa a significar, principalmente, aquilo que permanece depois que esquecemos o que nos foi ensinado.* [9]
- c) *É lamentável **reconhecer a fragilidade das estruturas educacionais do Instituto Estadual de Educação Ponche Verde** (...).* [10]
- d) ***Concordar com esse tipo de opinião** é o caminho mais curto para o caos (...).* [12]

Quanto ao finito, os significados de tempo, modalidade e polaridade são apresentados por ele. A modalidade será vista em uma seção à parte.

No processo argumentativo dos textos, nota-se a preferência por processos que estão no tempo presente, isto é, tratam de assuntos que são atuais e que, portanto, devem ser do interesse do leitor. A predominância desse tempo verbal provavelmente se justifica pelo fato de que o processo argumentativo se dá no tempo presente, isto é, argumenta-se sempre no presente, considerando-se as ideias como atuais e, por isso, passíveis de serem aceitas.

Observa-se essa ideia nos exemplos, a seguir, que trazem os assuntos tratados em diversos textos e citados nos itens apresentados ao longo da seção 4.2.1, desta dissertação.

- a) *O maniqueísmo é o ópio do povo.* [1]
- b) *A mídia **está** no banco dos réus frente a uma sociedade polarizada.* [2]
- c) *A “questão juvenil” **vem** ocupando, nas últimas duas décadas, um lugar de significativa relevância no contexto das grandes inquietações mundiais.* [5]
- d) *O silêncio é um grande tagarela.* [6]
- e) *No campo educacional, **cabe** um destaque especial às possibilidades decorrentes do uso ilimitado dessas tecnologias digitais.* [9]
- f) *A educação, de maneira geral, é o maior patrimônio que um indivíduo pode adquirir durante a vida: é inalienável e imprescindível.* [10]
- g) *A discussão sobre esse assunto (obrigatoriedade do voto) **perde** sentido sem uma reflexão sobre seu significado.* [11]
- h) *Justiça pelas próprias mãos é estado de barbárie.* [12]
- i) *Gorila é morto após criança cair na jaula.* [14]
- j) *A publicidade **deve** ser proibida para crianças?*

Algumas dessas frases revelam, no entanto, ideias e argumentos que se constituem afirmações não relativas ao presente apenas, mas como verdades “atemporais”.

- a) *O maniqueísmo é o ópio do povo.* [1]
- b) *O silêncio é um grande tagarela.* [6]
- c) *A educação, de maneira geral, é o maior patrimônio que um indivíduo pode adquirir durante a vida: é inalienável e imprescindível.* [10]
- d) *Justiça pelas próprias mãos é estado de barbárie.* [12]

A presença de processos no passado se explicam em especial como apoio às ideias lançadas nos textos, como fatos acontecidos, corroborando a argumentação.

- a) *Quando crianças, ainda despidos de uma bagagem emocional e intelectual mais sofisticada, **tendemos** a separar as coisas do mundo em pares antagônicos para melhor entendê-lo: o dia e a noite, o doce e o salgado, o frio e o quente, o mocinho e o bandido.* [1]
- b) *O silêncio, coitado, que só **queria** se preservar **acabou** alimentando uma rede de conversas a seu respeito.* [6]
- c) *No ano corrente, pelo que sabe as aulas somente não **foram** interrompidas devido aos inspetores de segurança haverem permitido o funcionamento parcial de algumas instalações que, todavia, não passarão em nova devassa.* [10]
- d) *Neste ano de 2014, o Brasil **aumentou** sua participação no ranking de 50 cidades com maior índice de homicídios do mundo da ONG mexicana Conselho Cidadão Para a Segurança Pública e Justiça Penal.* [12]

No processo argumentativo dos textos, percebe-se que a presença do futuro se configura, geralmente, como uma previsão, uma conclusão.

- a) *É nesta perspectiva que os jovens são considerados a ponta de um iceberg que, se compreendida, pode explicar as linhas de força que **alicerçarão** as sociedades no futuro (Melucci, 2001 e 2004).* [5]
- b) *Mesmo que a mudez seja uma ação estratégica, não adianta. Logo mais, alguém **vai criar**²³ uma versão sobre aquele silêncio. Interpretá-lo e formar uma opinião. As percepções **serão** múltiplas. As interpretações **vão correr** soltas. As opiniões **formarão** novas opiniões e **multiplicarão** comentários.* [6]
- c) *Por exemplo, as consequências educacionais do uso intensivo de realidade aumentada e de inteligência artificial são ainda preliminares, mas **serão** profundas e duradouras.* [9]
- d) *Se seguirmos pelo caminho dos justiceiros e não combatermos isso prontamente, os números, que já superam países em guerra, **serão** bem piores.* [12]

²³ Apesar do verbo 'ir', nesse trecho, estar no tempo presente, ao ser utilizado como verbo auxiliar apresenta ideia de futuro, como os demais verbos no trecho, que, em conjunto, formam uma sequência de ideias no futuro.

4.2.2.2 Polaridade

De acordo com Halliday e Matthiessen (2004), a polaridade encontra-se nos polos, isto é, nos extremos. Em um polo, algo “é/acontece” (positivo); em outro polo algo não “é/acontece” (negativo). O advérbio “não”, posicionado ao lado do finito, marca a polaridade negativa. Caso ele não se apresente, a polaridade é positiva.

Os textos analisados apresentam prioritariamente a polaridade positiva, não deixando de fazer uso da polaridade negativa, para reforçar sua argumentação, como se apresenta nos exemplos a seguir.

- a) *Porque não adianta fingir que ninguém viu, que passou despercebido. Não passou. Nada passa despercebido – nem o silêncio.* [6]
- b) *Certamente não é coincidência que o atentado tenha ocorrido num momento de forte tensão política e social na Europa com relação à imigração islâmica.* [7]
- c) *Alguns podem entendê-lo simplesmente como um jogo de sucesso e não estarão errados, mas certamente não terão capturado a real dimensão em termos de impactos associados em todas as demais áreas.* [9]

Há casos em que o uso da polaridade positiva se apresentaria como a opção mais clara e viável. Entretanto, nota-se que os autores optaram por reforçar a negativa de um atributo ou de uma ação, como recurso argumentativo.

- a) *Para o Brasil, essa questão **não é irrelevante.*** [7]
(...em vez de ‘Para o Brasil, essa questão é relevante.’)
- b) *"A nós, adultos, cabe **não desviar os olhos, mas trabalhar na esperança de que um dia nossos adolescentes conheçam o sexo com ternura.**"* [8]
(...em vez de ‘A nós, adultos, cabe encarar essa situação e trabalhar na esperança de que um dia nossos adolescentes conheça o sexo com ternura.’)

4.2.2.3 Modalidade

Segundo Fuzer e Cabral (2010: 119), a modalidade, “é um recurso interpessoal utilizado para expressar significados relacionados ao julgamento do falante em diferentes graus. Refere-se a como falantes e escritores assumem uma posição, expressam uma opinião ou ponto de vista

ou fazem um julgamento.” Nos textos, encontram-se a ‘modalidade epistêmica’ ou ‘modalização’ e a ‘modalidade deôntica’ ou modulação.

A modalização, por meio da qual as informações apresentam ‘graus de probabilidade ou usualidade’ (FUZER e CABRAL, 2010: 120), são amplamente utilizadas nos textos como recurso argumentativo, para mostrar a possibilidade de algo ou para suavizar certas informações para que não pareçam conclusões inquestionáveis.

- a) (...) o que só **deve** ocorrer por votação de maioria de dois quintos do Congresso Nacional (§2º do art. 223). [4]
- b) **Sem dúvida**, os jovens são atores-chave desses processos e interagem com eles algumas vezes como protagonistas e beneficiários das mudanças (...). [5]
- c) O que é **perfeitamente normal** no universo humano. [6]
- d) A reação inicial na Europa sugere que os terroristas **podem** ter sucesso. [7]
- e) **Sobretudo**, sem serem estimuladas a lidar de modo tão insensato com algo que **pode** lhes causar traumas profundos, ou anular um aspecto muito rico de sua vida. [8]
- f) A educação, de maneira geral, é o maior patrimônio que um indivíduo **pode** adquirir durante a vida: é inalienável e imprescindível. [10]
- g) Tais números até **podem** servir para expressar a descrença de inúmeros brasileiros. [11]
- h) **É possível** responder a essa última pergunta? [13]

A modalização na letra “a” ocorre por meio do verbo modal “deve”, que no contexto não traz ideia de obrigatoriedade, mas a de possibilidade. O verbo poderia ser substituído, ressaltando essa ideia, por “é possível” sem alterar o sentido do trecho.

‘(...) o que só **é possível** ocorrer por votação de maioria de dois quintos do Congresso Nacional (§2º do art. 223)’.

Sem dúvida, na letra “b”, indica um alto grau de possibilidade, aproximando-se da polaridade positiva. Na letra “e”, percebe-se que o verbo modal “pode”, não só tem a intenção de trazer uma ideia de possibilidade, mas também de não se comprometer com uma conclusão.

Com maior frequência nos textos analisados, como pode se notar nos exemplos acima, encontra-se o verbo modal **poder**. Ele aparece em larga escala no conjunto de textos.

A modulação, que apresenta graus de obrigação e de inclinação, segundo Fuzer e Cabral (2010), também se apresenta nos textos, com muita recorrência.

- a) *Não bastasse a crise interna da mídia quanto aos rumos que o setor **deve** tomar (...). [2]*
- b) *Como demonstra o estrago social, político e humanitário do nazi-fascismo europeu, **não se deve** brincar com certas coisas (...). [3]*
- c) *Ocorre, contudo, que nossa Constituição se preocupou com a independência que tais prestadores **devem** guardar do executivo-concedente na realização da atividade jornalística (...). [4]*
- d) *Para tanto, **é necessário** não apenas uma política educacional bem desenvolvida e aplicada, com métodos atuais e pautada por parâmetros internacionais, ao invés de metodologias arcaicas e falidas, como também de ambientes de estudo seguros e confortáveis. [10]*
- e) *A sociedade brasileira **não pode** ceder a discursos irresponsáveis como o da jornalista (...). [12]*
- f) ***É preciso** frear a ação dos justiceiros rapidamente e mostrar à população brasileira que as instituições têm que ser respeitadas. [12]*
- g) *Antes de sermos ambientalistas, no meu caso apaixonado pela causa dos animais, **devemos** ser humanistas, entre a vida de um gorila e o risco de vida de um ser humano inocente, preserva-se a vida da criança.*
- h) ***Não se pode** privar um jovem de informação, seja de que tipo for. [15]*
- i) ***É preciso** promover o desarmamento. **É necessário** tentar enxergar acima dos muros – e derrubá-los. [19a]*

Apesar de se encontrar a modalização em grande quantidade, que insere ao texto uma ideia de possibilidade, percebe-se, também em grande quantidade nos textos analisados, a presença da modulação que traz uma ideia de comando, de indicação ao que se deve fazer. A modulação vai ao encontro ao caráter persuasivo do texto argumentativo, que busca converter as ideias do leitor nas que autor apresenta.

Os verbos com caráter de modulação que mais se encontram nos textos são “dever” e “poder”, nessa ordem quanto à quantidade de ocorrência nos textos. Além deles, aparecem a expressão “é possível”, largamente utilizada.

No exemplo, a seguir, encontra-se verbo modal “poder” conferindo à frase os dois significados, o que requer do leitor o conhecimento de cada significado.

*Em uma democracia, **não pode** haver justiça pelas mãos da sociedade, do contrário **podemos** sucumbir à guerra civil, ou pior, à barbárie medieval. [12]*

Na primeira ocorrência, “pode” apresenta a ideia de proibição, que significa a obrigação de não fazer, constituindo-se em ‘comando’, portanto em modulação. Nesse caso, a troca de “pode” por “deve” não alteraria o sentido do trecho. Entretanto, “podemos” não traz ideia de obrigação, mas de possibilidade, podendo ser substituído por “é possível”, levando o sujeito para o processo “sucumbir”.

‘Em uma democracia, **não deve** haver justiça pelas mãos da sociedade, do contrário **é possível** sucumbirmos à guerra civil, ou pior, à barbárie medieval.’

Essas categorias, como afirmam Fuzer e Cabral (2010), conferem julgamento, opinião, posicionamento do autor diante das ideias apresentadas. Por isso, esse recurso se faz tão necessário para a produção e análise de textos argumentativos.

Nos trechos, a seguir, é claramente possível perceber o posicionamento do autor.

- a) *A reação inicial na Europa sugere que os terroristas **podem** ter sucesso. [7] (Modalização)*
- b) ***É preciso** promover o desarmamento. **É necessário** tentar enxergar acima dos muros – e derrubá-los. [19a] (Modulação)*

Na letra “a”, percebe-se, pelo verbo modal “podem”, que o autor considera uma possibilidade real o sucesso dos terroristas, mas não expressa qualquer concordância com essa possibilidade, o que corrobora a ideia expressa em todo o texto 7.

Na letra “b”, “é preciso” traz não só uma ideia de que o autor concorda com o desarmamento, como ele acha necessário fazer algo para que isso ocorra. A mesma ideia de “se fazer algo em prol de” encontra-se em “é necessário”. Esses termos mostram que o autor entende que ações são mais do que importantes, elas são necessárias. Essa ideia confere à argumentação uma força maior de persuasão do que meramente dizer que algo é importante.

Thompson (2004: 69) reforça a importância e utilidade das categorias da modalidade, inclusive os graus de comprometimento do falante com a validade do que é dito: alto, médio e baixo, para a análises de textos, em que o escritor e leitor avaliam a declaração: se é apresentada como certa ou se está aberta a dúvidas.

4.2.3 Metafunção Textual

A metafunção textual se preocupa com a organização das ideias/orações, ganhando caráter de mensagem. Essa metafunção trabalha com a Estrutura Temática, TEMA e REMA, conferindo, ao primeiro elemento, o *status* de ideia ‘dada’ ou ‘antiga’ e, ao segundo, de ideia ‘nova’.

Quanto a essa metafunção, o que trará significativa contribuição para este estudo, em especial para o estudo do gênero, que será visto segundo a Escola de Sydney, é o Tema, os elementos em posição inicial no enunciado, isto é, o que o autor escolhe como ponto de partida da oração.

A posição inicial para se começar uma ideia configura-se como posição de destaque ou de importância para a exposição das ideias. O que se coloca no início é o que chama a atenção, portanto é o que se quer ressaltar.

No processo argumentativo, essa noção é importante, pois leva o autor/ leitor de um texto a pensar sobre esse aspecto tanto para a produção quanto a análise textual.

Os textos apresentam diversidade na Estrutura Temática, especialmente em relação ao Tema, que se apresenta de diversas formas: grupos nominais, adverbiais, verbais ou preposicionais.

- a) *O totalitarismo não tem lado – ceifa à esquerda e à direita com a mesma intensidade.* [1]
- b) *Trata-se de uma visão egocêntrica e rudimentar, que entretanto (sic) se transforma e diversifica à medida em que nos tornamos adultos.* [2]
- c) *Além dos óbvios aspectos político e econômico, há algo também na esfera da moralidade social que preocupa.* [3]
- d) *Para Melucci (1994), ser jovem não é tanto um destino, mas implica na escolha de transformar e dirigir a existência.* [5]
- e) *Porque não adianta fingir que ninguém viu, que passou despercebido.* [6]
- f) *Cresce, que eu saiba, o número de meninas de 12 a 14 anos grávidas.* [8]
- g) *Em vários países europeus, como esses três citados, agremiações anti-imigração, de extrema direita, estão em ascensão.* [7]
- h) *Por isso gostaria de, como cidadã, ver-me representada por Vossa Excelência.* [11]

O que está em negrito, o Tema, representaria uma informação ‘dada’, isto é, já conhecida, e o que não está em negrito seria a informação ‘nova’, o Rema. Entretanto, ao se observar a frase na letra “f”, logo se verá que o que está em posição temática não apresenta uma informação já conhecida, mas uma informação nova. O processo verbal “cresce” introduz uma ideia não conhecida: “o número de meninas de 12 a 14 anos grávidas. Dessa forma, é possível dizer que há temas que não seguem a ideia inicial proposta.

4.2.4 Metáfora Gramatical – Nominalização

Apesar de a Metáfora Gramatical fazer parte da metafunção ideacional, como visto na parte teórica deste trabalho, optou-se por colocar a análise dessa categoria em uma seção à parte, após a análise das três metafunções, pois ao se falar em nominalização, fala-se, por exemplo, não só de processos, participantes e circunstâncias, da metafunção ideacional, mas também de posição temática desses elementos, portanto, metafunção textual.

A argumentação faz parte das ações humanas que têm como finalidade persuadir por intermédio da convicção e da sedução (KITIS; MILAPIDES, 1997). Para se convencer, há passos no processo argumentativos, que se baseiam em elementos verificáveis, envolvendo a ativação e a participação do sistema cognitivo do leitor. Para se seduzir, recorre-se à emoção.

Latour e Woolgar (1979: 240) afirmam que “o resultado de uma persuasão retórica deve convencer os participantes de que não foram convencidos”. Dos recursos retóricos de persuasão, a nominalização é o foco desta seção de análise, uma vez que nos textos analisados, foram encontrados inúmeros casos.

Nos textos argumentativos, vários títulos apresentam nominalizações, como se percebe nos exemplos seguintes:

- a) *A responsabilidade dos formadores de opinião* [3]
- b) *Mídia e dever de imparcialidade* [4]
- c) *A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes* [5]
- d) *Um atentado que tem por objetivo semear intolerância* [7]
- e) *Educação em tempos de ‘Pokémon Go’* [9]
- f) *Justiça pelas próprias mãos é estado de barbárie* [12]
- g) *A publicidade deve ser proibida para crianças?* [15]

- h) *Elegância 1, Racismo 0* [17]
- i) *'Redução é inconstitucional', dizem entidades* [18]

As cartas argumentativas não apresentam título. Vários textos que não trazem nominalizações em seus títulos, apresentam-nos por meio de grupos nominais:

- a) *A imprensa no banco dos réus* [2]
- b) *O sexo triste dos jovens* [8]
- c) *Faces do futuro* [16]
- d) *Acima dos muros* [19]

Para Halliday (1994: 352), a nominalização é o melhor recurso para se criar uma metáfora gramatical. Por meio dele, processos, normalmente materializados por verbos, e propriedades, normalmente materializadas por adjetivos, são 'rematerializados' metaforicamente como substantivos, deixando de funcionar como processo ou atributo, para funcionar como 'uma coisa no grupo nominal'.

Segundo essa definição, a nominalização pode ser formada por verbos e adjetivos, o que se encontra em larga escala nos textos.

Exemplos de nominalizações provenientes de adjetivos:

- a) *No plano das opiniões, portanto, **imparcialidade**, significa **pluralidade** de discursos (...).* [4]
- b) *Uma das características de nossas sociedades contemporâneas está relacionada com a **velocidade** das mudanças (...)* [5]
- c) *Alguns episódios de destaque simbolizam as **dificuldades** inerentes a essa questão.* [7]
- d) *Uma **novidade** (para mim) espantosa, narrada e confirmada em mais de um lugar no país, é dessas que não quero assimilar.* [8]
- e) *(...) e um dia conheçam o sexo com **ternura**, na tensão de sua idade – forte e boa, imprevista e imprevisível, com seu grão de medo e **perigo**, **beleza** e segredo.* [8]
- f) *Entretanto, nada disso pode servir para legitimar tamanha **brutalidade**, sob o risco da banalização.* [13]

Exemplos de nominalizações provenientes de verbos:

- a) “*Em tempos de **ódio**, parece que nossa melhor **saída** é a **transgressão** pelo afeto*”. [1]
- b) (...) *o suposto **sofrimento** do aluno aumentaria em intensidade até a morte, e observar seu **comportamento** ao ser submetido à autoridade do pesquisador*. [3]
- c) *A **exigência** de imparcialidade/objetividade no **relato** de notícias é de natureza ética para esta modalidade de mídia (...)*. [4]
- d) *Diante da **repercussão** e em **defesa** da liberdade de **expressão**, vários jornais republicaram as charges*. [7]
- e) *Como consequência, tivemos a **migração** progressiva da população do campo para a cidade e a **transformação** do **trabalho** individual ou familiar na agricultura para o estilo fordista/taylorista de grandes massas nos ambientes das fábricas*. [9]
- f) *Nesse sentido, a **solução** para controlar o **consumismo** infantil é a **educação**, e não a **restrição***. [15]

Há inúmeros exemplos de nominalizações nos textos e dentro de parágrafos ou até períodos, como se pode observar nos exemplos dados. Halliday chama as nominalizações de realizações não congruentes, não esperadas. Em outras palavras, esses significados poderiam ter sido construídos de modo congruente, modo esperado, mais comum, por meio da utilização de processos e participantes, mas os autores escolheram construções lexicalmente densas: as nominalizações.

Apresenta-se o item “c” da lista anterior de exemplos para análise:

*A **exigência** de imparcialidade/objetividade no **relato** de notícias é de natureza ética para esta modalidade de mídia (...)*. [4]

Nesse trecho, há um empacotamento de ideias pelas diversas nominalizações encontradas, exigindo do leitor uma capacidade de abstração maior para o entendimento das informações. Quem está exigindo? Quem vai relatar? Ao desempacotar as ideias contidas nas nominalizações, o trecho poderia se apresentar da seguinte forma:

(Alguém) exige que (alguém) relate notícias de forma imparcial/objetiva.

Ao se desempacotar as informações, o trecho que antes estava nominalizado torna-se completo com participantes e processos. As ideias nele contidas estão claras e são de fácil entendimento, comparado ao trecho original, que exige suposições ou conhecimento prévio do que está sendo nominalizado. A forma incongruente, portanto, apresenta as ideias como dadas, já conhecidas, exigindo a memória discursiva do leitor, o que não ocorre na forma congruente. Além disso, a nominalização exige a projeção de novas ideias para que a ideia passe a ficar completa.

Assim, o segmento *A exigência de imparcialidade/objetividade no relato de notícias*, parte do trecho original, equivale a “(Alguém) exige que (alguém) relate notícias de forma imparcial/objetiva”, porém não é completa como esta, requerendo uma complementação, *é de natureza ética para esta modalidade de mídia*, sem a qual não haveria sentido.

Huston (1994) afirma que, para se mostrar objetividade e neutralidade em textos, o uso da nominalização é um recurso a que se deve recorrer, o que se percebe no trecho analisado e nos diversos exemplos dados anteriormente. Apesar de já se ter percebido o caráter subjetivo dos textos argumentativos apresentado nas análises das metafunções, sabe-se que os textos argumentativos buscam objetividade e imparcialidade para conferir crédito ao que se pretende argumentar. Encontram-se grande número de nominalizações nos textos estudados, pois buscam apresentar esse caráter formal, objetivo e imparcial.

- a) *A devida **apuração** dos fatos e a **punição** dos agressores são fundamentais para coibir a **repetição** do crime Brasil a fora (...). [12]*
- b) *Os **abusos** da publicidade contribuem para a **obesidade** infantil. [15]*
- c) *É no campo das formas de **expressão** que o **embate** se leva a efeito. [17]*

A nominalização, segundo Thompson (1994: 171), tratando-se da nominalização deverbal, perde, muitas vezes, o agente do processo, levando o processo a se tornar ‘objeto’ ou ‘coisa’. Além disso, segundo ele, os processos nominalizados não são finitos, o que significa que não apresentam relação de tempo e modo. Portanto, os elementos do MODO, Sujeito e Finito, desaparecem. Nesse caso, o uso das nominalizações objetiva estabelecer verdades gerais não ligadas ao tempo, recurso importante para a argumentação e percebido nos textos analisados.

- a) *Vivemos em dias em que o **discernimento** é pautado por aquilo que traz contentamento. (...). [2]*

- b) *As preocupações com a juventude ser orientam em grande medida pela percepção de que as próprias sociedades se inviabilizam com a interdição do futuro das gerações mais jovens.* [15]
- c) *A repressão a um sentimento, por mais odioso que seja, não o desarma.* [17]

Não se apresentam, nesses trechos, os agentes dos processos nominalizados. Quem discerne, preocupa-se, percebe, interdita, reprime e sente? A nominalização gera uma ideia de generalização em que se omite o agente. Além disso, essa generalização por meio do processo nominalizado coloca a ação “coisificada” como atemporal, pois nessa forma não se apresentam tempo e modo.

Pouquíssimas vezes, encontram-se nos textos nominalizações que apresentam o(s) participante(s) envolvidos na ação empacotada, em especial, o agente.

- a) Tais números até podem servir para expressar a **descrença de inúmeros brasileiros.** [11]
 - O trecho sublinhado equivale a ‘Inúmeros brasileiros descreem das tecnologias de ponta.’
 Agente
- b) (...) *as publicações de uma ex-mulher do pai do garoto foram rastreadas.* [13]
 - O trecho sublinhado equivale a ‘Uma ex-mulher do pai do garoto publicou (algo).’
 Agente
- c) *A utilização das tecnologias de ponta pelas polícias, por sua vez, aumenta a capacidade de prevenir e resolver crimes (...).* [16]
 - O trecho sublinhado equivale a ‘As polícias utilizam as tecnologias de ponta’
 Agente

Ressalta-se que o posicionamento do processo nominalizado é anterior ao(s) seu(s) participante(s) o que confere ao processo maior importância na ordem de apresentação da informação. Com base nessa ideia, processos nominalizados em posição temática apresentam-se como a base para as informações dadas na oração, isto é, o ponto principal considerado pelo autor ao organizar a mensagem.

Nos exemplos acima, em “b” e “c”, nota-se que, em posição temática estão “publicações” e “utilização”, respectivamente. Essa posição lhes confere papel de destaque nas orações. Mais importante do que quem faz a ação ou quem a sofre é a própria ação encapsulada. Há vários exemplos no texto como esses:

- a) *De qualquer forma, as **exigências** tratadas, no tocante a estes veículos, têm caráter apenas ético (...). [4]*
- b) *O **avanço** de partidos e ideias extremistas por lá pode logo ser importado, como já ocorreu no passado. [7]*
- c) *A **discussão** sobre esse assunto perde sentido sem uma reflexão sobre seu significado. [11]*

Observa-se quanto à essa primazia ou importância da informação, a seguinte oração:

*Ou seja, o **absurdo do erro** não diminuía a taxa de adesão do participante à alternativa do grupo. [3]*

O vocábulo “absurdo”, nesse caso a substantivação do adjetivo ‘absurdo’, apresenta-se como palavra principal do Tema. O trecho enfatiza ‘o absurdo’ e não ‘o erro’. Ao desempacotar essa estrutura, ‘erro’ passa a ser ressaltado.

*Ou seja, o **erro absurdo** não diminuía a taxa de adesão do participante à alternativa do grupo.*

Percebeu-se, também, em alguns textos, a presença de paralelismo em sequências nominalizadas:

- a) *O mundo ocidental vivenciou algo similar há aproximadamente dois séculos com o **início da Revolução Industrial**, especialmente com a **invenção de máquinas motorizadas** e com o **desenvolvimento da tecnologia de geração de energia elétrica**. [9]*
- b) *Mas é preciso manter a **cobrança**, o **protesto**, a **luta por investimentos reais** e **planejamento de políticas sociais** que visem transformar a segurança pública em um serviço eficaz. [12]*
- c) *Um acontecimento como este, não apenas se espalha pelo mundo, mas levanta **opiniões**, **visões** e **questionamentos** sobre o que aconteceu. [13]*

4.2.4.1 Algumas considerações

A nominalização é um tipo de metáfora gramatical que reorganiza todos os elementos da mensagem. Uma de suas funções é encapsular informações, o que faz, por exemplo, com o processo, elemento central na oração; outra é redefinir os outros elementos a partir de sua relação com eles quanto a forma e o posicionamento destes diante daquele. Quando um processo é expresso como uma coisa pela nominalização, os participantes podem ser expressos como atributos dessa coisa. Essa coisa se tornará, então, um participante abstrato metafórico.

Thompson (1994:172) afirma que, sem tempo e modo, o processo nominalizado se torna não negociável e que textos cooperativos tipicamente introduzem novos sentidos em forma de orações, uma vez que orações são negociáveis, pois representam reivindicações feitas pelo escritor que, em princípio, o leitor pode aceitar ou rejeitar.

As nominalizações congelam um evento e o tornam um sujeito que participa de eventos, além de transformar o evento em uma entidade que pode ser definida, relatada, descrita, caracterizada e classificada.

As nominalizações são importantes, portanto, e constantemente utilizadas em textos argumentativos como os analisados.

Os textos analisados apresentam nominalizações em larga escala, não só as provenientes de verbos como também de adjetivos, como visto, trazendo densidade aos textos e exigindo do leitor uma capacidade de abstração para compreendê-los.

As nominalizações ocupam posição temática nos textos analisados, mas também se encontram no Rema, criando grupos nominais. No *corpus*, há maior frequência de nominalização no Rema do que no Tema. Quando se encontra no Tema, nem sempre é a palavra principal, especialmente quando o elemento temático é constituído por oração subordinada ou por um substantivo (núcleo do Tema) não formado por nominalização.

- a) *Se seguirmos pelo caminho dos justiceiros (...), os números, que já superam nominalização países em guerra, serão bem piores.* [12]
- b) *O clima de exacerbação política, de maniqueísmo ideológico e de substatntivo nominalização (núcleo) irracionalidade discursiva deixa muito pouco espaço para a reflexão livre e honesta e para o debate baseado em ideias.* [3]

Várias vezes, quando esse tipo de metáfora gramatical aparece em posição temática, atrai para si o papel de ideia principal da oração.

- a) *O **massacre** na Charlie Hebdo não foi somente um ataque ao semanário satírico francês nem apenas um ataque à liberdade de expressão.* [7]
- b) *A **discussão** sobre esse assunto perde sentido sem uma reflexão sobre seu significado.* [11]
- c) *A **reação** de parte da sociedade, de alguns políticos e até mesmo de alguns profissionais da imprensa diante dos terríveis episódios de ações de justiceiros no País é lamentável, para não dizer assustadora.* [12]
- d) *A **manutenção** deste criadouro é realizada às minhas expensas sem nenhuma ajuda direta ou indireta do Governo.* [14]
- e) *A **conscientização** de uma criança nasce da boa orientação passada pelos pais, e não de uma norma imposta por decreto.* [15]

Geralmente, as nominalizações agregam outros elementos relacionados a elas, mas às vezes se apresentam de forma isolada, generalizando, por meio de artigos definidos ou indefinidos, ou por já ter sido anteriormente definida.

- a) *Toda atividade jornalística pressupõe a **produção** tanto de informações fáticas, quanto de opiniões a respeito desses mesmos fatos.* [4]
- b) *A **utilização** da tecnologia de ponta pelas polícias, por sua vez, aumenta a capacidade de prevenir e resolver crimes, ampliando a sensação de segurança da população.* [16]
- c) *A **repressão** a um sentimento, por mais odioso que seja, não o desarma.* [17]
- d) *Uma parte da categoria, porém, se rende a uma **ansiedade** por não apenas reportar, mas também analisar, avaliar e opinar.* [2]
- e) *Isso faz com que a identidade seja muito mais uma **escolha** do que uma **imposição.*** [5]
- f) *A **educação**, de maneira geral, é o maior patrimônio que um indivíduo pode adquirir durante a vida: é inalienável e imprescindível.* [10]
- g) *O **diálogo** é tão urgente que tem de ser provocado em todos os lugares.* [19a]

Muitas nominalizações são acompanhadas de adjetivos nos textos analisados.

- a) *Além dos óbvios aspectos político e econômico, há algo também na esfera da **moralidade social** que preocupa.* [3]
- b) *Por evidente, tais direitos são garantidos por tão **incisiva** **proteção** não para mero privilégio de seus titulares, mas como forma de garantia à **livre expressão** de notícias e opiniões nestes veículos.* [4]
- c) *Para Leccardi (2006), a **velocidade contemporânea** tem consequências marcantes, não só para a vida das instituições, mas também para **construções biográficas individuais** que são forçadas a uma **contínua mistura**.* [5]
- d) *O Islã proíbe a **mera representação visual** de Maomé.* [7]
- e) *Apoiar a **agressão física**, ou melhor, o **espancamento público** de pessoas que cometeram crimes revela a iminência de um estado de barbárie e demonstra a face cruel de uma sociedade que, amedrontada pela **violência urbana**, reage na mesma medida, se igualando, muitas vezes, àqueles que repudia.* [12]

Grande parte dos adjetivos que caracterizam as nominalizações não apresentam, aparentemente, emoções do autor, mas buscam defini-las, descrevê-las ou classificá-las, corroborando a intenção dos textos argumentativos.

Entretanto, encontram-se esses exemplos:

- a) *Além da **constatação perturbadora** de que a convicção de um grupo distorce nossa própria percepção e confiança, o teste também mostrou que a discrepância do erro não interferia no resultado.* [3]
- b) *Os índices de criminalidade assombram o cidadão, é claro, e ele não obtém **resposta imediata e satisfatória** do poder público.* [12]
- c) *A sociedade brasileira não pode ceder a **discursos irresponsáveis** como o da jornalista Raquel Sheherazade que faz apologia clara à violência e atacam (sic) a defesa dos direitos humanos.* [12]

Em “a”, “perturbadora” traz a ideia de que o objeto caracterizado incomodou alguém, o que não é definido no texto. Como o texto se encontra em 1ª pessoa, torna-se possível a ideia de que o próprio autor se sente perturbado pela ‘constatação’, posicionando-se, portanto. Na letra “b”, o autor trabalha com a ideia de ‘satisfação’ do cidadão, portanto, dele mesmo, como

cidadão, conferindo maior subjetividade ao texto. Em “c”, o autor claramente se posiciona e se coloca emocionalmente ao chamar os discursos da jornalista de ‘irresponsáveis’.

Os textos analisados mostram nominalizações que, muitas vezes, agregam outras nominalizações.

- a) *A exigência de imparcialidade/objetividade no relato de notícias é de natureza ética para esta modalidade de mídia (...).* [4]
- b) *Uma das características de nossas sociedades contemporâneas está relacionada com a velocidade das mudanças que ocorrem nas esferas da produção e reprodução da vida social.* [5]
- c) *Diante da repercussão e em defesa da liberdade de expressão, vários jornais europeus republicaram as charges.* [7]

As nominalizações, ao empacotarem um processo ou um adjetivo, transformando sua ideia em ‘coisa’, em algo estático, sem conferir a ideia de tempo, no caso do processo, muitas vezes, passaram a apresentar, nos textos, a força ‘da ação’ ou da ‘caracterização’, força de significado, revelando o posicionamento do autor.

- a) *Ou seja, o absurdo do erro não diminuí a taxa de adesão do participante à alternativa do grupo.* [3]
- b) *O massacre na Charlie Hebdo não foi somente um ataque ao semanário satírico francês, nem apenas um ataque à liberdade de expressão.* [7]
- c) *Apoiar a agressão física, ou melhor, o espancamento público de pessoas que cometeram crimes revela a iminência de um estado de barbárie e demonstra a face cruel de uma sociedade que, amedrontada pela violência urbana, reage na mesma medida, se igualando, muitas vezes, àqueles que repudia.* [12]
- d) *Os abusos da publicidade contribuem para a obesidade infantil.* [15]

No processo argumentativo, as nominalizações empacotam ideias, apagam participantes, por serem desnecessários ou por não querer o autor se comprometer com a informação dada. A forma não congruente, não comum ou esperada, de se dizer algo, nesse caso a nominalização, é mais complexa que sua forma desempacotada em que os processos aparecem e exigem o(s) participante(s).

Esse recurso metafórico confere aos textos argumentativos objetividade, imparcialidade e credibilidade, não permitindo a negociação das ideias, uma vez que se apresentam como verdade.

Textos que apresentam no processo argumentativo narrações de eventos tendem a usar processos em vez de nominalizações, uma vez que as ações e o tempo são importantes para a narrativa. As nominalizações congelam a ação, retirando dela a noção de tempo.

4.3 ANÁLISE DOS GÊNEROS TEXTUAIS

INTRODUÇÃO

As descrições e análises das metafunções Ideacional, Interpessoal e Textual contribuem para a identificação dos gêneros argumentativos que compõem o *corpus desta* dissertação, pois escolhas léxico-gramaticais são feitas, trazendo os significados do contexto de situação, por meio das variáveis de campo (o fato em questão), relações (a interação dos participantes) e modo (a configuração da mensagem). Cada gênero apresenta uma configuração de acordo com as variáveis de registro que o envolvem (MARTIN e ROSE, 2008: 16).

Muitos textos apresentam variáveis que podem representar vários tipos de gêneros em um mesmo texto, entretanto, o gênero predominante é o considerado. Para isso, inicialmente, deve-se perceber o propósito da mensagem, que definirá a que família o texto pertence. Vian Jr. (2005: 31-2) afirma que Martin (1992: 505) compreende o gênero como “um processo social orientado para um objetivo – teleológico, conseqüentemente -, organizado e realizado pelo registro”. Além disso Martin e Rose (2008: 17), afirmam as diversas culturas apresentam gêneros “potencialmente definíveis” e “reconhecíveis aos membros de uma cultura.” Martin e Rose (2012: 128) também declaram, em consonância com a afirmação já feita, que “Qualquer texto apresenta vários propósitos, mas o principal é o que determina a que família de gêneros ele pertence”.

De acordo com Martin e Rose (2012: 129), um propósito comum a todo texto é informar, por isso se deve focar na informação apresentada. Os textos escolhidos para análise pertencem à Família dos Argumentos, cujo propósito é avaliar, julgar, persuadir. “Os gêneros do argumento avaliam questões e pontos de vista” (ROSE e MARTIN, 2012: 129). Segundo eles, a Família dos Argumentos apresenta dois gêneros: Exposição, que defende um ponto de vista, e Discussão, que debate dois ou mais pontos de vista.

Os gêneros segundo a Escola de Sydney possuem ‘etapas’ e ‘fases’, que os estruturam. Segundo Muniz da Silva (2015: 31),

Etapas organizam a estrutura global de cada texto, mas fases organizam como o texto se desenvolve em sua estrutura global. Por essa razão, é importante ser capaz de identificar as fases em um texto, para ensinarmos aos nossos estudantes como ler o texto com compreensão, e escrever novos textos que utilizam padrões similares.

De acordo com Rose e Martin (2012), Etapas, que tipificam os gêneros, são mais estáveis, enquanto as fases são variáveis. As etapas da Exposição são Tese, Argumentos e Reiteração e as fases são variadas (argumento 1, 2, n...). As etapas da Discussão são Questão, Lados e Resolução e as fases são variadas (lado 1, 2, n...). Para a análise dos gêneros, a seguir, serão utilizadas não só as fases propostas por Martin e Rose e citadas na parte teórica deste trabalho, mas também as classificações propostas por Othon Garcia (1999), também já citadas.

A escolha dos textos se deve ao fato de esta pesquisa ter-se iniciado pela necessidade de se estudar um tipo de texto que apresenta grande dificuldade para os alunos no Ensino Médio: o texto argumentativo. Rose e Martin (2012: 110) afirmam que, no Ensino Médio, na Austrália, a ênfase está na interpretação de textos que apresentam julgamentos, avaliação, o que também acontece no Brasil. Assim, os estudos sobre textos argumentativos com base na perspectiva da Escola de Sydney podem auxiliar o ensino nas escolas brasileiras.

4.3.1 Análise

Do *corpus*, três textos apenas se configuram como textos do gênero Discussão, em que se discute dois ou mais pontos de vista: os textos 15, 16 e 18. A maioria deles, entretanto, discute apenas um ponto de vista, encaixando-se no gênero Exposição.

A seguir, trechos do *corpus* que mostram um ponto a ser discutido nos textos a que se referem, revelando que tais textos pertencem ao gênero Expositivo.

- a) *A sociedade brasileira encontra-se dividida em duas porções, a das pessoas que pensam como nós (os bons, inteligentes e honestos) e a das que pensam diferente de nós (os maus, burros e corruptos). A partir desse dualismo primário temos redefinido nossas amizades, amores e visão de mundo. Aceitar isso, no entanto, é trilhar o caminho pantanoso da mediocridade. [1]*
- b) *Não bastasse a crise interna da mídia quanto aos rumos que o setor deve tomar, hoje a imprensa é vista com descrédito, por muitos, como um negócio considerado de risco para investimentos e ainda acompanhado com ressalvas por parte do público. [2]*

- c) *A crise por que passa o Brasil é profunda. Além dos óbvios aspectos político e econômico, há algo também na esfera da moralidade social que preocupa.*[3]
- d) *O massacre na Charlie Hebdo não foi somente um ataque ao semanário satírico francês, nem apenas um ataque à liberdade de expressão. Foi um atentado da intolerância em favor da intolerância.* [7]
- e) *Apoiar a agressão física, ou melhor, o espancamento público de pessoas que cometeram crimes revela a iminência de um estado de barbárie e demonstra a face cruel de uma sociedade que, amedrontada pela violência urbana, reage na mesma medida, se igualando, muitas vezes, àqueles que repudia.* [12]

Os exemplos dados mostram o que cada texto propõe como discussão, um só ponto de vista a ser desenvolvido e discutido por meio de argumentos nos textos.

Os trechos do *corpus* apresentados a seguir revelam dois pontos a serem discutidos nos textos dos quais foram retirados, configurando-se como textos do gênero Discussão.

- a) *Alegando que essa overdose de publicidade é danosa para as crianças, um projeto em votação na Câmara dos Deputados quer proibir a propaganda voltada para jovens de até 12 anos na TV. Para os contrários à lei, a proibição é uma medida autoritária e inútil.* [15]
- b) *Se há um choque de princípios que marcará a sociedade nos próximos anos é aquele entre a comodidade e a segurança, de um lado, e a privacidade, de outro.* [16]

Com base na grande diferença entre textos de Exposição e Discussão no *corpus*, bem como na dificuldade de se encontrarem textos que discutam dois pontos de vista, parece, no Brasil, os textos argumentativos tendem a trabalhar com um único ponto de vista, apresentando a tese, desenvolvendo a argumentação e reiterando a tese ao final. Não é comum, portanto, encontrar textos com dois ou mais pontos de vista, em que se propõe para cada lado as devidas argumentações, com um posicionamento do autor no final, a Resolução.

As análises dos textos foram dispostas em quadros para melhor visualização e entendimento e se encontram no apêndice e no anexo desta dissertação. Cada quadro possui três colunas. Na primeira, apresentam-se as etapas do texto; na segunda, as fases; na terceira, o número do texto, quanto à disposição do *corpus* apresentada no apêndice e no anexo, o título (exceto as cartas, que foram chamadas de ‘carta argumentativa’) e o texto na terceira coluna.

Para compreensão dos quadros analisados, que se encontram no apêndice, são importantes as informações seguintes. Nos textos, encontram-se, em negrito, os elementos em posição temática, importantes para a análise das ‘fases’ de cada ‘etapa’ do texto. Considerou-se, para esta análise, apenas os elementos temáticos em início de períodos.

Quando há início de parágrafo, há o recuo no início do trecho. Quando não há recuo, como na segunda e terceira “células”, as frases fazem parte do mesmo parágrafo do trecho anterior.

Exemplo retirado do texto 9:

Embora parte desses recursos e ferramentas já esteja disponível há décadas , seu uso intensivo ainda está no seu início.
Os especialistas calculam que estamos falando de um mercado de centenas de bilhões de dólares anuais.
Em suma, daquilo que hoje é eventual e incipiente, migraremos muito rapidamente para usos generalizados e abrangentes.

Quando há presença de frases que se configuram como uma mesma ‘fase’, no mesmo campo semântico, elas permanecem juntas na mesma “célula”. Quando apresentam um novo significado, constitui-se uma nova fase.

Exemplo retirado do texto 6:

[Alguém vai] Interpretá-lo e formar uma opinião. As percepções serão múltiplas. As interpretações vão correr soltas. As opiniões formarão novas opiniões e multiplicarão comentários.
O silêncio , coitado, que só queria se preservar acabou alimentando uma rede de conversas a seu respeito.

O quadro a seguir mostra como foi feita a análise dos textos do *corpus* em etapas e fases, encontrados no Apêndice e no Anexo.

ETAPAS	FASES	TEXTO 11
		CARTA ARGUMENTATIVA
		Prezado Senhor Deputado Paulo Vasconcelos,
Tese	fato	Em breve o Congresso Nacional estará revendo a Constituição promulgada em 88. Entre os temas polêmicos que farão parte dessa revisão certamente estará a obrigatoriedade do voto.

	declaração	A discussão sobre esse assunto perde sentido sem uma reflexão sobre seu significado.
(Argumentos) Argumento 1	declaração (definição)	Durante anos a sociedade brasileira buscou reinstaurar a democracia, regime em que o voto tem papel decisivo, já que é canal privilegiado de expressão da vontade popular.
	explicação	Se a democracia plena está inevitavelmente vinculada à possibilidade de escolher , o próprio ato de votar deveria ser uma escolha.
	exemplo	É assim nos Estados Unidos, país considerado por muitos como exemplar modelo democrático.
Argumento 2	conclusão	Portanto, Excelência, é de se estranhar que, em uma democracia, o direito do voto transforme-se em obrigação.
	fato	Os votos nulos e brancos quase ganharam as eleições de 89 em algumas localidades do país.
	explicação	Boa parte dos eleitores desses votos apenas cumpriram uma obrigação para não sofrerem as penalidades da lei. Tais números até podem servir para expressar a descrença de inúmeros brasileiros.
	contraste	Mas, enquanto não ficar claro que voto é direito, expressão de uma vontade, não estaremos construindo um Estado verdadeiramente democrático.
	questionamento (conclusão)	O senhor não concorda que, apenas quando entendermos de fato ser o voto um direito, não obrigação, poderemos também entender o que significa direito à vida, à liberdade, à saúde e à educação, à igualdade de oportunidades e outros direitos garantidos pela Constituição, mas não pela prática social. (<i>sic</i>)
	conclusão	Por isso [eu] gostaria de, como cidadã, ver-me representada por Vossa Excelência.
Reiteração	declaração	[Eu] Conto com a lucidez que tem demonstrado para defender em plenário a não obrigatoriedade do voto.
	conclusão	Como eu, [eu] tenho certeza de que muitos outros brasileiros agradecem seu apoio e decidida vontade de contribuir para a construção de uma verdadeira democracia brasileira.
		Atenciosamente, C.S.S.

In: *Redação no vestibular*. São Paulo: Texto e ofício, s.d., p. 105 - adaptado.

Oliveira e Muniz da Silva (2017: 20) afirmam que, segundo Garcia (1999), os gêneros argumentativos podem apresentar, no início ou no fim do parágrafo, o tópico frasal, que é o resumo do pensamento do autor e pode realizar-se por uma declaração, uma definição, divisão, alusão histórica ou interrogação. De acordo com as autoras, o desenvolvimento do parágrafo do gênero expositivo se dá por intermédio de uma evidência: “fato, citação, enumeração de

detalhes, confronto, analogia e comparação, exemplo, causalidade, explanação, elaboração, comentário (GARCIA, 1999; HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014)”.

Para as análises do *corpus*, foram consideradas, também, outras categorias, segundo Garcia (1999), como fases: conclusão, dados estatísticos, testemunho, argumento de autoridade e ilustração hipotética. Além desses, consideraram-se análise, explicação, consequência, contraste, descrição, avaliação/julgamento e proposta.

Todos os textos analisados possuem, das etapas, a Tese e os Argumentos. A etapa da Tese, às vezes, se constitui de apenas um parágrafo.

(1) Exemplo²⁴ retirado do texto 2:

Tese	<i>tópico frasal</i> declaração	Não bastasse a crise interna da mídia quanto aos rumos que o setor deve tomar , hoje a imprensa é vista com descrédito, por muitos, como um negócio considerado de risco para investimentos e ainda acompanhado com ressalvas por parte do público.
------	------------------------------------	--

(2) Trecho do texto 10.

Tese	<i>tópico frasal</i> declaração	É lamentável reconhecer a fragilidade das estruturas educacionais do Instituto Estadual de Educação Ponche Verde e mesmo em nosso amado estado gaúcho, de maneira que se faz necessária a maior atenção à qualidade de ensino, à estrutura dos educandários e, em especial, ao referido Instituto.
------	------------------------------------	---

Obviamente, nesses casos, o único parágrafo da etapa constitui o tópico frasal. Nesses casos, o tópico frasal se apresenta por meio de *declaração*.

A etapa Tese, entretanto, pode contém mais de um parágrafo, como se percebe nos exemplos a seguir.

(3) Exemplo retirado do texto 5:

Tese	<i>tópico frasal</i> declaração	A “questão juvenil” vem ocupando, nas últimas duas décadas, um lugar de significativa relevância no contexto das grandes inquietações mundiais.
	explicação	Isso se expressa tanto em preocupações mais gerais relacionadas com a inserção dos jovens na vida adulta quanto em âmbitos específicos que relacionam os jovens com as famílias, a educação, o mundo do trabalho, a sexualidade, as novas tecnologias, as drogas e a violência, dentre outros aspectos.

²⁴ Todos os exemplos serão retirados dos Apêndice desta dissertação, pois nessa seção se apresentam os textos analisados, o que não ocorre com os textos do Anexo. Além disso, os exemplos seguem a seguinte sequência: na primeira coluna, “etapa”; segunda, “fase”; na terceira, “texto” ou parte dele.

No exemplo 3, o tópico frasal se encontra no primeiro parágrafo, o que acontece em outros textos, exemplificados a seguir.

(4) Trecho do texto 6:

Tese	<i>tópico frasal</i> declaração	Acredite se quiser. O silêncio tem voz. O silêncio fala.
	explicação	O que é perfeitamente normal no universo humano.
	questionamento	Ou você pensa que só o nosso falar, comunica?
	explicação	O silêncio também comunica. E muito. O silêncio pode dizer muita coisa sobre um líder, uma organização, uma crise, uma relação.

(5) Trecho do texto 7:

Tese	<i>tópico frasal</i> declaração	O massacre na <i>Charlie Hebdo</i> não foi somente um ataque ao semanário satírico francês, nem apenas um ataque à liberdade de expressão. [O massacre na <i>Charlie Hebdo</i>] Foi um atentado da intolerância em favor da intolerância.
	fato	Os atiradores , identificados por ora como cidadãos franceses muçulmanos de origem árabe, gritavam que queriam vingar o profeta, numa referência às charges que satirizam Maomé, consideradas ofensivas pela maioria dos muçulmanos.
	explicação	O Islã proíbe a mera representação visual de Maomé.

Entretanto, o tópico frasal nem sempre se encontra no primeiro parágrafo.

(6) Trecho do texto 1:

Tese	apresentação	A frase que encima essa coluna é de Iacyr Anderson Freitas, um dos maiores poetas brasileiros contemporâneos. Ela revela bem o estranho e perigoso momento que estamos vivendo, no qual posicionarmo-nos em relação a todo e qualquer assunto, dos mais singelos aos mais polêmicos, tornou-se um exercício complexo.
	<i>tópico frasal</i> declaração	A sociedade brasileira encontra-se dividida em duas porções, a das pessoas que pensam como nós (os bons, inteligentes e honestos) e a das que pensam diferente de nós (os maus, burros e corruptos).
	consequência	A partir desse dualismo primário temos redefinido nossas amizades, amores e visão de mundo.
	conclusão	Aceitar isso , no entanto, é trilhar o caminho pantanoso da mediocridade.

(7) Trecho do texto 11.

Tese	fato	Em breve o Congresso Nacional estará revendo a Constituição promulgada em 88. Entre os temas polêmicos que farão parte dessa revisão certamente estará a obrigatoriedade do voto.
	<i>tópico frasal</i> declaração	A discussão sobre esse assunto perde sentido sem uma reflexão sobre seu significado.

O texto 14, um editorial, ao falar da morte de um gorila, nos Estados Unidos, para salvar uma criança, utiliza-se de narrativa longa na etapa Tese até chegar ao tópico frasal, que se encontra não somente no último parágrafo, mas, também, é parte dele, apenas o último período.

(8) Trecho do texto 14.

Tese	fato	Tornou-se viral nas redes sociais e noticiado em toda a imprensa o “assassinato” de um gorila por funcionários de um zoológico nos Estados Unidos, no último sábado.
	descrição	O fato se deu quando uma criança de apenas quatro anos, após uma pequena distração de sua mãe, subiu na grade que separa as pessoas do recinto e caiu no fosso dos gorilas. Um dos animais passou a brincar com a criança por 10 minutos, chegando a arrastá-la pelos pés por um pequeno córrego artificial de água. A direção do zoológico , no intuito claro de salvar a vida humana, decidiu determinar que atirasse no animal com um rifle, o que levou a óbito, evitando-se uma tragédia maior, que o gorila viesse a ferir a criança ou mesmo matá-la.
	consequência	Com a morte do animal e o resgate do menor, a notícia se espalhou dando causa a várias manifestações contrárias ao “assassinato” do gorila, ao argumento que o animal não provocou o ato que tirou sua vida, outros culpavam a mãe da criança por seu minuto de distração, levantando, também a antiga discussão sobre a legalidade dos zoológicos.
	explicação	Deve-se lembrar de que, apesar de haver anestésicos eficazes, estes não fazem efeito de imediato, podendo levar o animal a um estresse e fúria repentina, o que colocaria em risco a vida da criança até que o gorila viesse a adormecer.
	declaração	Não há dúvida que se devam preservar todas as espécies de seres vivos, seja um simples gato ou cachorro de rua até uma espécie rara altamente ameaçada de extinção, mas o que está em discussão é a vida de um ser humano inocente, no caso uma criança de apenas quatro anos de idade, perante um animal de alta periculosidade.
	tópico frasal	Não há que se discutir a culpa, mas apenas e tão somente apenas a preservação de uma vida humana.

Apesar de as ‘fases’ das etapas serem tratadas mais adiante, vale ressaltar que o tópico frasal da etapa Tese nos textos analisados é expresso por meio de *declaração*, que se constitui em ‘fase’. Apenas no texto 17, o tópico frasal se apresenta como *questionamento*.

(9) Trecho do texto 17.

Tese	declaração	O paradoxo costuma rondar sistemas democráticos.
	tópico frasal questionamento	Até que ponto se pode tolerar a intolerância, ser liberal com quem pretende demolir as liberdades, assegurar os direitos dos que não os reconhecem?

A etapa Argumentos dos textos do gênero Expositivo apresenta mais de um argumento nos textos analisados.

(10) Trecho do texto 4.

Argumento 1	declaração	A primeira distinção que nos parece cabível é a dos planos informativo e opinativo inerentes à atividade jornalística.
Argumento 2	declaração	A questão a saber é se tal imparcialidade, seja pela objetividade máxima possível, requerida da descrição do fato noticiado ou pela pluralidade de opiniões no mesmo espaço comunicativo, é apenas um dever ético ou uma obrigação jurídica dos meios de comunicação.

(11) Trecho do texto 8.

Argumento 1	declaração	Talvez eles não precisem comer lixo, correr das balas dos bandidos, suportar brutalidades e incestos, tanto quanto os mais desvalidos.
Argumento 2	declaração	Nessas ocasiões pode rolar coisa assombrosa sob o signo da falta de informação, autoridade e ação paternas. Nem sempre, mas acontece.

(12) Trecho do texto 12.

Argumento 1	declaração	Em poucos dias , a reação em cadeia é alarmante.
Argumento 2	declaração	É inadmissível consentir tal comportamento em um Estado democrático de direito, onde os cidadãos e as instituições devem obediência à lei.
Argumento 3	declaração	São inaceitáveis as justificativas de “Estado omissivo”, lentidão do Judiciário e ineficiência da polícia.
Argumento 4	declaração	Os índices de criminalidade assombram o cidadão, é claro, e ele não obtém resposta imediata e satisfatória do poder público.

Como se percebe pelos exemplos dados quanto à etapa Argumentos, cada um deles é introduzido por *declaração*. Entretanto, é possível encontrar argumentos sendo introduzidos por outras categorias, responsáveis por significados diferentes.

(13) Trecho do texto 5.

Argumento 2	citação	Para Melucci (1994) , ser jovem não é tanto um destino, mas implica na escolha de transformar e dirigir a existência.
-------------	---------	--

(14) Trecho do texto 11.

Argumento 2	conclusão	Portanto, Excelência , é de se estranhar que, em uma democracia, o direito do voto transforme-se em obrigação.
-------------	-----------	---

(15) Trecho do texto 18.

Argumento 2	proposta	Outra alternativa seria mudar pontos do ECA, prevendo outras formas e períodos de punição aos menores de 18 anos.
-------------	----------	--

Quanto à etapa Reiteração, percebeu-se que a maioria dos textos apresenta a retomada da tese²⁵. Ela pode apresentar-se apenas por meio de uma fase.

(16) Trecho do texto 4.

Reiteração	conclusão	Por fim, também nos parece claro que é vedada qualquer forma de censura ou intimidação estatal à atividade livre do jornalismo de opinião ou de produção de notícias, em qualquer veículo impresso ou de rádio e televisão, mesmo quando realizados tais atos pelo Judiciário ou pelo Ministério Público, como observamos na ordem judicial contra o jornal O Estado de São Paulo ou na investigação aberta contra a revista Carta Capital, nos termos dos incisos IV e IX do artigo 5º e do artigo 220 de nossa Constituição.
------------	-----------	---

(17) Trecho do texto 9.

Reiteração	declaração	Nestas próximas semanas , quando <i>Pokémon Go</i> será lançado no Brasil, importante percebermos que inteligência artificial e realidade aumentada, em conjunto com metodologias educacionais compatíveis, podem viabilizar um ensino flexível e personalizado, que constituirão as bases de uma educação inovadora em construção.
------------	------------	--

Entretanto, na maioria dos textos, a Reiteração se apresenta com mais de uma fase.

(18) Trecho do texto 5.

Reiteração	declaração	A sociedade se vê atravessada por processos societários inéditos como consequência de mutações de natureza global.
	citação	Um tempo histórico de aceleração temporal estaria criando uma nova juventude (Leccardi, 2006).
	explicação	Essa se desenvolveria em contextos de novas alternativas de vida apresentadas pelo desenvolvimento científico-tecnológico e novos padrões culturais nos relacionamentos entre as gerações, mas também de riscos e incertezas de um processo de globalização marcado pela desigualdade de oportunidades e pela fragilização dos vínculos institucionais.
	citação	Para Leccardi (2006), a velocidade contemporânea tem consequências marcantes, não só para a vida das instituições, mas também para construções biográficas individuais que são forçadas a uma contínua mistura.

²⁵ Ao se falar em 'Tese', busca-se tratar da etapa Tese, que pode apresentar mais de um parágrafo, mas a referência à 'tese', como letra minúscula, refere-se ao tópico frasal da Tese, isto é, a ideia central a ser discutida, que se encontra na Tese.

(19) Trecho do texto 8.

Reiteração	proposta	A nós , adultos, cabe não desviar os olhos, mas trabalhar na esperança (caso a tenhamos) de que nossos adolescentezinhos, às vezes ainda crianças, vivam de maneira natural essa delicada fase, e um dia conheçam o sexo com ternura, na tensão de sua idade – forte e boa, imprevista e imprevisível, com seu grão de medo e perigo, beleza e segredo.
	declaração	Que essas criaturinhas sejam mais informadas e mais conscientes do que, muito mais protegidas que elas, nós éramos. Mas seguras e saudáveis , não precisando lesar sua bela e complexa intimidade com tamanha violência mascarada de liberdade ou brincadeira. Sobretudo, sem serem estimuladas a lidar de modo tão insensato com algo que pode lhes causar traumas profundos, ou anular um aspecto muito rico de sua vida.
	conclusão	É difícil, mas a gente precisaria inventar um movimento consciente, cuidadoso, responsável, contra essa onda sombria que quer transformar nossas crianças em duendes pornográficos, deixando feias cicatrizes, e fechando-lhes boa parte do caminho do crescimento e do aprendizado amoroso.

Como se percebe, pelos exemplos (16) e (19), nem sempre a Reiteração é introduzida por uma declaração. Diversos significados aparecem na Reiteração, como ‘fase’, além dos citados nos exemplos anteriores: *questionamento, fato, consequência e avaliação/julgamento*. Das fases encontradas, as que mais frequentes na Reiteração são *declaração, conclusão e proposta*.

Sobre os textos do gênero Discussão, como há apenas três textos que o representam, não se conseguiu estabelecer diferenças, exceto as conhecidas:

- a) É um tipo de texto que discute dois ou mais pontos de vista.
- b) As partes de textos desse gênero se configuram como Questão, e não Tese; Lados, e não Argumentos; Resolução/Solução, e não Reiteração.

O que se percebe é que o tópico frasal da etapa Questão, nos textos analisados, se realiza, também, por meio de uma *declaração*.

(20) Trecho do texto 15.

Questão	dados estatísticos	Pesquisas apontam que, no Brasil, as crianças influenciam em até 80% as decisões de consumo das famílias.
	consequência	E o mercado publicitário faz de tudo para vender toda sorte de produtos aos pequenos.
	<i>tópico frasal</i> declaração	Alegando que essa overdose de publicidade é danosa para as crianças , um projeto em votação na Câmara dos Deputados quer proibir a propaganda voltada para jovens de até 12 anos na TV.
	explicação	Para os contrários à lei, a proibição é uma medida autoritária e inútil.
	questionamento	E você, compra qual ideia?

(21) Trecho do texto 16.

Questão	<i>tópico frasal</i> declaração	Se há um choque de princípios que marcará a sociedade nos próximos anos é aquele entre a comodidade e a segurança, de um lado, e a privacidade, de outro.
	explicação	Como mostrou reportagem do jornal The New York Times reproduzida por esta Folha, avanços no campo do reconhecimento de faces por computador lançam novos dilemas.
	questionamento	Empresas podem reter dados faciais de seus clientes? Devem obter autorização para fazê-lo? E o que dizer do governo?

Quanto à etapa Lados, no primeiro texto do gênero Discussão, estes são introduzidos por *declaração*.

(22) Trecho do texto 15.

Lado 1	declaração	Sim As crianças não têm maturidade suficiente para se proteger da persuasão exercida pela publicidade, sendo facilmente seduzidas para o consumo.
Lado 2	declaração	Não Não se pode privar um jovem de informação, seja de que tipo for.

No segundo texto, os Lados são introduzidos, respectivamente, por *fato* e *contraste*.

(23) Trecho do texto 16.

Lado 1	declaração	Hoje em dia , algumas companhias conseguem, usando bancos de dados gigantescos e algoritmos relativamente simples, rastrear os hábitos dos consumidores a ponto de conhecer sua intimidade.
Lado 2	contraste	Questão de limites Reconheça-se , porém, que a maioria das pessoas se entrega voluntariamente a essa hipervigilância – para nada dizer da superexposição vista nas redes sociais.

A Resolução, em que o autor se posiciona em favor de um dos lados, isto é, ‘julga qual lado é válido’ (MUNIZ DA SILVA, 2015: 33), inicia-se por *declaração*, em ambos os textos.

(24) Trecho do texto 15.

Resolução	declaração	Ninguém questiona que as propagandas abusivas devam ser controladas.
	explicação	A questão é que já há mecanismos eficientes para isso no Brasil.
	evidência	O Conselho de Autorregulamentação Publicitária (Conar) tem uma resolução que trata do cuidado com público infantil, e nosso Código de Defesa do Consumidor é um dos mais avançados do mundo.

(25) Trecho do texto 16.

Resolução	declaração	Para que o cruzamento de ferramentas como grandes bancos de dados, reconhecimento facial, câmeras de vigilância e drones não se aproxime demais da distopia de George Orwell em 1984, é crucial que sejam criados limites.
	proposta	Um bom começo seria determinar que dispositivos dessa natureza só sejam usados com a ciência do cidadão, a quem cabe decidir se quer fazer parte da trama.

Nos exemplos acima, a Resolução se apresenta por meio de mais de um parágrafo. Isso talvez se deva ao fato de que, além de um posicionamento do autor, seja necessária uma justificativa desse posicionamento.

As fases encontradas nos textos analisados apresentam significados diversificados, como apresentados anteriormente, nesta seção. A divisão dos textos do *corpus* em fases, bem como em etapas, e as classificações delas, com base nos diferentes significados que apresentam, encontram-se no Apêndice deste trabalho.

De acordo com o recorte de textos analisados, os textos dos gêneros da Família da Argumentação apresentam diversas fases dentro dos argumentos, para comprovação destes, modificando-se conforme as intenções argumentativas, como também dentro das demais etapas, independente se os textos pertencem ao gênero Exposição ou Discussão.

Para análise das fases, buscaram-se os elementos em posição temática de cada período, o que facilita a análise de significados dessas pequenas porções de texto, as fases. De acordo com Martin e Rose (2008: 83), “mudanças de uma fase para outra são tipicamente assinaladas por uma significativa mudança do ponto inicial da frase, o Tema”.

Trecho retirado do texto 11²⁶.

declaração	Durante anos a sociedade brasileira buscou reinstaurar a democracia, regime em que o voto tem papel decisivo, já que é canal privilegiado de expressão da vontade popular.
explicação	Se a democracia plena está inevitavelmente vinculada à possibilidade de escolher , o próprio ato de votar deveria ser uma escolha.
exemplo	É assim nos Estados Unidos, país considerado por muitos como exemplar modelo democrático.

Provavelmente pela necessidade de articulação das informações em prol do convencimento, da persuasão dos argumentos propostos, por meio de significados/propósitos

²⁶ Os exemplos relacionados as fases, a partir deste ponto, terão apenas duas colunas, a referente às fases e a referente ao texto.

diferentes, haja tantas mudanças de fases, nos textos, a partir da mudança temática, conforme a observação de Martin e Rose (2008). Assim, de uma *declaração*, por exemplo, surge uma *explicação* (ou uma *conclusão*, *consequência*, entre outros) e um *exemplo*.

O excerto a seguir mostra, também, a importância da mudança do tema como marcador possível da mudança de fase.

(26) Trecho retirado do texto 11.

declaração	São inaceitáveis as justificativas de “Estado omissivo”, lentidão do Judiciário e ineficiência da polícia.
constatação	Os problemas existem sim e precisam ser enfrentados.
consequência	A população demonstra descrença nas leis, na Justiça e no aparato policial.
contraste	Entretanto, nada disso pode servir para legitimar tamanha brutalidade, sob o risco da banalização.
explicação	Em uma democracia , não pode haver justiça pelas mãos da sociedade, do contrário podemos sucumbir à guerra civil, ou pior, à barbárie medieval.
proposta	A devida apuração dos fatos e a punição dos agressores são fundamentais para coibir a repetição do crime Brasil a fora, e são exatamente essas as cobranças da OAB-GO junto às autoridades.

Entretanto, encontram-se vários exemplos em que a mudança de tema não gerou alteração de fase. Observou-se que, em fases com presença de várias informações, como *explicação*, *comparação*, *ilustração*, *descrição*, *alusão histórica*, *exemplo*, *fato*, *proposta*, *conclusão*, pode haver presença de períodos com temas diferentes.

(27) Trecho retirado do texto 3.

descrição	<p>O experimento (que acaba de virar filme) foi o seguinte: um anúncio de jornal convidava pessoas a participarem de um estudo que supostamente mediria os efeitos da punição nos processos de aprendizado. Uma vez no laboratório, era explicado aos participantes que alguns deles fariam o papel de professor e outros de aluno.</p> <p>Um questionário era aplicado pelos professores e, a cada resposta errada, ele deveria acionar um botão, que aplicaria uma carga elétrica no aluno na outra sala. Para demonstrar o funcionamento da máquina, um choque real de 45 volts era aplicado no voluntário. Os choques a serem dados no aluno cresceriam em intensidade a cada erro, de 45 volts, inofensivo, até 450 volts, potencialmente letal. Tudo isso era acompanhado por um suposto pesquisador, vestido em um jaleco de cientista.</p>
-----------	--

Observa-se, nesse trecho, que a fase pode constituir-se não só de mais de um período, mas também de mais de um parágrafo. Há outros exemplos.

(28) Trecho retirado do texto 7.

alusão histórica	A primeira grande polêmica ocorreu em setembro de 2005, quando o <i>Jylland-Posten</i> , da Dinamarca, publicou uma série de charges de Maomé. O jornal e os cartunistas foram ameaçados. Países islâmicos boicotaram produtos dinamarqueses e congelaram relações com o país. A embaixada da Dinamarca em Beirute foi incendiada. Diante da repercussão e em defesa da liberdade de expressão , vários jornais europeus republicaram as charges.
------------------	--

(29) Trecho retirado do texto 10.

proposta	Assim, o governo deve cuidar de assegurar aos gaúchos educandários bem estruturados, embora não luxuosos como algum gestor, há muitas décadas, supôs. Os investimentos devem ser sensatos e obedecer a verdadeiras necessidades, e não se vincular a estereótipos; aulas podem ser ministradas até em um galpão bem limpo e construído, mas jamais num prédio vetusto, porém com sala de informática de última geração abandonada “às traças”.
----------	--

(30) Trecho retirado do texto 13.

conclusão	O que sabemos é que um menino caiu no fosso de um gorila num zoológico. O menino está bem. O gorila está morto. Os pais estão assustados. A sociedade está louca. A vida segue. Ninguém sabe as respostas.
-----------	---

(31) Trecho retirado do texto 17.

explicação	Pode-se desencorajar , pela lei, certos comportamentos que o manifestem de forma explícita. Seu fundo de ressentimento e destrutividade permanece e pode até fermentar, depois de recalçado.
------------	--

(32) Trecho retirado do texto 19(a).

citação	Como disse Bruno Cava : “Me situo nesse lugar nada confortável de ser a esquerda que a direita gosta – e a direita que a esquerda gosta. Mas que, no fundo, ninguém gosta. Lugar de pensamento que ainda balbucia, mas que ainda pensa”. Ou, nas palavras de Bruno Torturra , que se apresenta como “desidentificado”: “Prefiro a vertigem da desidentificação do que o falso refúgio das bandeiras de sempre”.
---------	---

(33) Trecho retirado do texto 19(a).

consequência	Os muros dos condomínios fechados, as cercas eletrificadas ganharam as ruas. E ninguém mais se escuta, cada pessoa um muro em si mesma, um portão armado, um vidro blindado e com <i>insufilm</i> .
--------------	---

Em relação à fase *questionamento*, encontram-se os exemplos a seguir. Observa-se que o autor constrói sua argumentação também por meio de questionamentos que se constituem na mesma fase.

(34) Trecho retirado do texto 13.

questionamento	Como o menino caiu? Foi negligência dos pais? Falta de segurança do local? Foi culpa da criança? Uma criança pode ser culpada? Foi culpa do Zoológico? Por que existem zoológicos? Os gorilas não deveriam ficar em seus habitats naturais? Precisava matar o gorila? Por que não deram tranquilizante? Demora muito pra fazer efeito? Foi a melhor decisão? O menino vai ficar estigmatizado para sempre por ter gerado a morte do gorila? O gorila ia fazer mal pro menino? É possível responder a essa última pergunta? Adianta fazer abaixo-assinado contra o zoológico e as autoridades que executaram o Gorila? Todos os acidentes podem ser evitados ou é acidente é acidente e faz parte da aleatoriedade do universo?
----------------	--

questionamento	Será que ele precisava mesmo ser executado? Não dava pra jogar uma rede, uma anestesia forte e imediata? Existem (<i>sic</i>) essa anestesia ou estou fantasiando?
----------------	---

Quando não há mudança do tema, espera-se, inicialmente, com base nas considerações anteriores, que não haja mudança de fase, como nos exemplos a seguir.

(35) Trecho retirado do texto 1.

exemplo	O presidente Getúlio Vargas , que chegou ao poder por meio de um golpe de estado em 1930, renovado em 1937 com a instituição de uma ditadura, implementou sob seu governo uma legislação trabalhista e introduziu o Brasil na era industrial, criando as bases da nossa modernidade. O cognominado “pai dos pobres” administrou o país com mão de ferro, perseguindo os opositores – principalmente os comunistas – e entupindo as cadeias de presos políticos. Vargas tinha como lema “aos amigos, tudo, aos inimigos o rigor implacável da lei”, prática que parece revivida nos tempos que correm.
---------	--

(36) Trecho retirado do texto 2.

declaração	A imprensa não apenas traz a notícia. Ela também é notícia. A mídia está no banco dos réus frente a uma sociedade polarizada.
------------	--

(37) Trecho retirado do texto 7.

declaração	O massacre na <i>Charlie Hebdo</i> não foi somente um ataque ao semanário satírico francês, nem apenas um ataque à liberdade de expressão. [O massacre na <i>Charlie Hebdo</i>] Foi um atentado da intolerância em favor da intolerância.
------------	---

No exemplo acima, o tema se encontra elíptico no segundo período.

Em contraste com os exemplos anteriores, encontram-se nos textos exemplos de períodos com mesmo tema, mas em fases diferentes.

(38) Trecho retirado do texto 4.

explicação	No plano das opiniões , a imparcialidade, sempre tratada aqui como valor e não como técnica, não se dá pela objetividade ou universalidade do discurso, mas sim pela produção concorrente, no mesmo espaço, de discursos diversos, ou seja, pela noção de pluralismo, onde todos discursos diversos concorrem em igualdade de condições de convencimento.
conclusão	No plano das opiniões , portanto, imparcialidade significa pluralidade de discursos e não impedimento de determinadas conclusões ou formulações discursivas por qualquer critério que seja.

(39) Trecho retirado do texto 19(a).

apresentação ²⁷	Pablo Ortellado é filósofo, professor do curso de Gestão de Políticas Públicas na Universidade de São Paulo e coautor de <i>Vinte centavos: a luta contra o aumento</i> , entre outros.
fato	Ele testemunhou, como pesquisador, todas as manifestações contra e a favor do impeachment organizadas em São Paulo.

Encontrou-se, em um dos textos, um período que apresenta duas fases. Entende-se que essa constatação mostra a possibilidade de construção de dois períodos em vez de um, já que trazem propósitos enunciativos diferentes.

²⁷ A autora utiliza a *apresentação* para se referir à atitude de nomear alguém, bem como apresentar seus títulos, cargos, entre outros, diferindo-a de *declaração*.

(40) Trecho retirado do texto 13.

citação	Há especialistas em animais que dizem que ele não ia fazer mal ao garoto porque ele não ‘bateu no peito’,
contraste (questionamento) ²⁸	mas SABER , como ter certeza que ESTE gorila, assustado pelas pessoas gritando não ia fazer mal pro menino? Como ter certeza que o menino, tão pequeno, não ia fazer algo que irritasse o gorila? E se o menino se afogasse na água?

Esse trecho mostra que, às vezes, há dificuldade de análise das fases, especificamente na categorização de certos trechos como fase. Como se vê no exemplo, ao mesmo tempo em que se percebe a oposição de ideias introduzida pelo “mas”, nota-se que essa *oposição/contraste* constitui um *questionamento* reforçado por outros ‘questionamentos’. Assim, há dois propósitos comunicativos nesse trecho: opor-se à ideia anterior e questionar a ideia anterior.

Nesse sentido, encontra-se uma fase “apoiada” por outra, conforme o exemplo a seguir.

(41) Trecho retirado do texto 8.

	Efeito da pressão de uma sociedade imbecilizada pela ordem geral de que ser moderno é liberar-se cada vez mais, sem saber que dessa forma mais nos aprisionamos.
explicação (descrição)	Precisamos estar na crista da onda em tudo, tão longe ainda da nossa vida adulta: sendo as mais gostosas e os mais espertos, desprezando os professores e iludindo os pais, sendo melancolicamente precoces em algumas coisas e tão infantilizados e ignorantes em outras, nisso incluindo nosso próprio corpo, emoções, saúde e vitalidade.

O exemplo anterior refere-se à pressão que o jovem sofre para se adequar a um novo modelo de juventude e que o “aprisiona”, conforme diz o primeiro trecho do exemplo. No segundo período, há uma explicação de como o jovem se torna aprisionado. Para construir essa *explicação* o autor faz uso de uma *descrição*, por meio de enumeração, de como o jovem “precisa” ser para se adequar a essa nova visão de juventude. Dessa forma, encontramos a *explicação* apoiada pela *descrição*.

Encontrou-se, em um dos textos, dois trechos de mesmo propósito comunicativo, mesmo significado, porém em fases diferentes, uma vez que não se referem à mesma ideia.

²⁸ Quando se considerar a possibilidade de mais um significado importante na fase, esse outro significado será colocado entre parênteses abaixo do significado principal.

(42) Trecho retirado do texto 6.

	Afinal, não existem relações humanas sem comunicação. Sem conversa. São as pessoas que dão vida e voz às empresas, aos governos e às organizações. Mesmo dois mudos se comunicam por sinais e gestos.
conclusão 1	Portanto, o silêncio também fala. Mesmo que não queira dizer nada.
conclusão 2	Por isso, é preciso conversar. Saber o quê, quando, como falar. Saber ouvir. Saber responder. Interagir .

A conclusão 1 refere-se ao trecho anterior, que apresenta a ideia de que sempre há comunicação, mesmo entre dois mudos, concluindo que “o silêncio também fala”. A *conclusão* 2 refere-se à *conclusão* 1: já que o silêncio comunica, é preciso interagir, conversar.

Nos textos analisados, os pronomes demonstrativos, quando estão em posição temática, geralmente, introduzem a fase *explicação*.

(43) Trechos retirados do texto 5.

explicação	Isso se expressa tanto em preocupações mais gerais relacionadas com a inserção dos jovens na vida adulta quanto em âmbitos específicos que relacionam os jovens com as famílias, a educação, o mundo do trabalho, a sexualidade, as novas tecnologias, as drogas e a violência, dentre outros aspectos.
------------	--

explicação	Essa se desenvolveria em contextos de novas alternativas de vida apresentadas pelo desenvolvimento científico-tecnológico e novos padrões culturais nos relacionamentos entre as gerações, mas também de riscos e incertezas de um processo de globalização marcado pela desigualdade de oportunidades e pela fragilização dos vínculos institucionais.
------------	--

consequência	Isso faz com que a identidade seja muito mais uma escolha do que uma imposição.
--------------	--

(44) Trechos retirados do texto 6.

explicação (comparação)	Este é um mundo que clama por diálogo. Que demanda transparência. Assim como os mercados, os clientes e os consumidores. Assim como os cidadãos e os eleitores, mais do que nunca!
----------------------------	---

(45) Trecho retirado do texto 18.

explicação	Isso porque a maioria penal em 18 anos (estabelecida pelo artigo 228 da Constituição Federal) é considerada um direito fundamental dos adolescentes.
------------	---

(46) Trechos retirados do texto 19(a).

explicação	Estes são alguns dos nomes dados a quem não está em nenhum dos lados do Brasil polarizado. Não se alinha – muito menos se enfileira – nem na narrativa “#ImpeachmentJá” nem na “#NãoVaiTerGolpe”. Nem amarelo, nem vermelho.
------------	--

explicação	Estas , que já decoramos.
------------	----------------------------------

explicação	Isso também seria empobrecedor.
------------	--

Entretanto, também, podem gerar *consequência*.

(47) Trecho retirado do texto 5.

consequência	Isso faz com que a identidade seja muito mais uma escolha do que uma imposição.
--------------	--

4.3.2 Algumas considerações

A fase mais encontrada nos textos analisados foi a *declaração*, que inicia a maioria das etapas: Teses, Argumentos, Reiteraões; Questões, Lados, Resoluções. Entretanto essas etapas são encontradas sendo iniciadas, também, por outras fases, como *dados estatísticos, apresentação, fato, alusão histórica, citação, argumento de autoridade, conclusão, proposta* (as duas últimas especialmente na etapa Reiteração, mas não somente nela). O tópico frasal geralmente se configura como uma *declaração*.

Uma grande dificuldade encontrada refere-se ao texto 18, que, pela estrutura apresentada, parece não se estabelecer como texto do gênero Exposição nem como do gênero Discussão, apesar de ser um texto argumentativo.

O texto trata da discussão em torno da redução da maioria penal. Desde o início, ele estabelece uma ‘tese’ de que é “difícil que ocorram alterações na forma de punir adolescentes infratores no médio prazo”. Ao longo do texto, ele apresenta, em vários parágrafos, ‘argumentos de autoridades’, professora de Direito Constitucional da UFPR e doutor em sociologia, além de outros argumentos, em favor da ‘tese’ que inicia o texto, parecendo configurar-se como gênero Exposição.

Entretanto, no final do texto, no último parágrafo, o autor apresenta, um posicionamento/argumento contrário, o de um deputado, o que leva à ideia de que há dois pontos de vista a serem discutidos. O texto, porém, encerra-se com o posicionamento do

deputado. Assim, não se apresenta uma Resolução, considerando-se o texto como do gênero Discussão, nem uma Reiteração, se o considerarmos como Exposição. É possível que, na Discussão, a Resolução, isto é, o posicionamento do leitor diante dos pontos de vista, apareça no início do texto, na etapa Questão, antes da apresentação das partes contrárias?

O texto em questão²⁹, portanto, é de difícil análise, uma vez que não se configura segundo os gêneros da Família da Argumentação propostos pela Escola de Sydney. Poder-se-ia considerar, com base nesse texto, a possibilidade de que textos argumentativos, no Brasil, podem apresentar configurações diferentes das propostas por Martin e Rose (2008; 2010)? Ou essa ideia é possível ou deve-se considerar que o texto não foi escrito adequadamente.

Além do exposto, vale ressaltar a presença, no Apêndice e no Anexo, de dois textos aparentemente iguais, 19(a) e 19(b). O primeiro apresenta o texto integral e o segundo, texto trabalhado com os alunos em sala no CMB, traz apenas parte dele, um recorte, feito pelo professor ou coletado por este na forma em que se encontra.

Ao se fazer a comparação dos textos, imediatamente se percebe a quantidade de fases suprimidas no texto 19(b). Eis algumas fases suprimidas: *declaração*, *questionamento*, *apresentação*, *fato*, *contraste*, *conclusão* e *explicação*. Sem essas fases, o processo argumentativo é afetado pela falta desses significados, uma vez que não se mantêm todos os significados/fases que apoiam a tese do autor, ainda que, aparentemente, não tragam prejuízo à mensagem pretendida.

O texto não só se apresenta sem certas fases, mas também sem a etapa Reiteração, apresentada a seguir.

(48) Trecho retirado do texto 19(a).

Reiteração	declaração	A ideia , aqui, não é construir um terceiro discurso – ou um terceiro lado.
	explicação	Isso também seria empobrecedor. Não há homogeneidade.
	conclusão 1	E é mais interessante que ela não exista, que os discursos possam ser múltiplos.
	conclusão 2	Talvez, por isso, também seja difícil – ou mesmo impossível – nomear esse fora dentro. Ou esse além dos muros.
	proposta	A transgressão necessária , nesse momento tão delicado, é atravessar os muros com palavras.
	contraste/	Mas essas palavras têm várias direções.

²⁹ A análise desse texto encontrada no Apêndice foi feita com base no gênero Discussão, pela presença dos dois pontos de vista, ainda que um deles tenha sido “lançado” no final do texto, sem o desenvolvimento da ideia.

Todas as ideias apresentadas na Reiteração não puderam ser vistas pelos alunos, que não tiveram acesso à “conclusão” do autor, à proposta feita, nem a como essas ideias foram articuladas, organizadas ao se retomar a tese.

Não se tem, no segundo texto, o universo argumentativo criado pelo autor para promover a argumentação. Não se sabe que critérios foram utilizados para se retirarem tais fases e a Reiteração, nem se houve uma preocupação com a escolha de determinados argumentos em detrimento de outros. Outra questão é se os alunos, no processo de análise desse texto argumentativo, foram informados que o texto não estava completo. Será que sentiram falta de uma “conclusão”?

Talvez a presença de textos argumentativos “desmembrados” em sala de aula também seja motivo para a dificuldade de alunos conseguirem desenvolver uma argumentação sólida, retirando dela conclusões viáveis. Se, no contexto escolar, se encontram textos “mutilados”, que servem como base ou “modelo” para a produção dos alunos, provavelmente estes apresentarão produções textuais semelhantes. Logicamente, essa reflexão não pode basear-se apenas nos textos em questão, necessitando de pesquisas que se aprofundem no tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capítulo 1 apresentou um panorama sobre gêneros, com base especialmente em Bawarshi e Reiff (2013), discutindo as diversas abordagens ao longo do tempo. Assim, primeiramente, apresentaram-se as Tradições Literárias, com um breve resumo das abordagens Neoclássica, Estruturalista, Romântica e Pós-Romântica, além da Estética da Recepção. Em seguida, tratou-se das Tradições Linguísticas, com a síntese da Linguística de Corpus, Inglês para Fins Específicos e a Linguística Sistêmico-Funcional e a Escola de Sydney, retomadas estas ao longo do trabalho, por serem a base teórica desta dissertação. Apresentaram-se, então, as Tradições Retórica e Sociológica, com suas abordagens Comunicativa e Sociológica. Por fim, tratou-se resumidamente das Tradições Franco-Suíças, a partir da visão do Interacionismo Sociodiscursivo.

Esse panorama mostrou as implicações de cada abordagem no desenvolvimento da escrita, um dos propósitos deste trabalho. Percebeu-se que uma abordagem do texto em que o aluno o vê não só como objeto de observação de algo pronto, mas também compreende as situações de produção, contexto, interação e propósito o aproximam do texto para melhor produção textual.

O capítulo 2 apresentou a base teórica, os conceitos fundamentais desta pesquisa, que tratam também dos aspectos citados, anteriormente, que são facilitadores no processo de ensino e aprendizagem da escrita e dos gêneros. Assim, tratou-se da ideia de contexto, de situação e de cultura, noções importantes para se compreenderem os gêneros, e do conceito de linguagem como um complexo sistema semiótico, que carrega três significados, chamados de metafunções: representação do mundo físico e da consciência, representação das interações e a organização das informações em mensagem.

Esses conceitos são importantes para se compreenderem e se definirem os diversos gêneros, pois gêneros, dentro de uma cultura e em situações particulares, exigem escolhas léxico-gramaticais que os definem.

Abordou-se, ainda, a noção de ‘argumentação’ e a visão de gêneros argumentativos sob a perspectiva da Escola de Sydney. Todos os conceitos tratados no capítulo foram importantes para a análise dos textos da Família dos Argumentos.

No capítulo 3, apresentou-se o desenho metodológico da pesquisa. Esta é uma pesquisa social com abordagem qualitativa, pois se relaciona à aprendizagem, com enfoque no texto como gênero a ser trabalhado em sala de aula, envolvendo a comunidade escolar, em

conformidade com Flick (2008: 14), que afirma que o foco da pesquisa qualitativa são os textos especialmente. Pelos dados utilizados, documentos, esta pesquisa é descritiva quanto aos objetivos, e documental, quanto aos procedimentos. Apresentou-se, também o *corpus* da pesquisa, vinte textos trabalhados em sala de aula, no Ensino Médio do Colégio Militar de Brasília, bem como a forma de coleta.

Nesse capítulo, ainda, destacaram-se as questões de pesquisa para a análise de textos dos gêneros da família da Argumentação, proposta neste trabalho, apresentadas a seguir:

- a) Como os recursos léxico-gramaticais auxiliam na argumentação?
- b) Como a nominalização contribui para o processo argumentativo?
- c) Qual é a estrutura de gênero nos textos argumentativos examinados nesta pesquisa?
- d) Que estruturas são mais recorrentes nos textos argumentativos, considerando o propósito comunicativo?
- e) Como a perspectiva de gênero da Escola de Sydney pode contribuir para o ensino e aprendizagem de textos argumentativos?

No capítulo 4, foram apresentadas as descrições, bem como as análises do *corpus*. Os textos analisados apresentam aspectos diferentes quanto à temática e à forma de expressão (conotativo/ denotativo), revelando que, na construção da argumentação, a conotação foi muito utilizada pelos textos com aspecto literário, normalmente não utilizada em “dissertações” escolares, já revelando que a linguagem predominantemente conotativa em textos não elimina seu caráter argumentativo.

Quase metade dos textos foi escrita em primeira pessoa e o restante em terceira, o que aparentemente confere, aos primeiros, subjetividade e aos segundos objetividade e imparcialidade. Ao longo destas considerações, mostrar-se-á, como já visto, que a análise revela conclusão diferente. O uso da primeira pessoa é explicado pela grande presença de artigos de opinião.

Quanto aos aspectos da léxico-gramática, percebeu-se que os textos são formados primordialmente por orações declarativas, apresentando algumas orações interrogativas, como reforço de argumentação, perguntas retóricas, de grande força argumentativa, para as quais, na realidade, se espera que o leitor ‘responda’ conforme o direcionamento do autor. É como se houvesse uma conversa nas entrelinhas do texto, como se o autor perguntasse ao leitor: “Você não sabia disso?”, e o autor respondesse prontamente: “Claro que sei!”.

O uso de frases declarativas leva as informações ao patamar de verdades inquestionáveis em várias situações, mas, em outras, leva também à ideia de “obrigação”, “ordem”, um imperativo sem o uso da estrutura do modo imperativo, principalmente por meio do modal “deve” e das expressões “é preciso”, “é necessário”, revelando o caráter persuasivo dos textos.

A ordem direta das orações predomina nos textos, encontrando-se, no entanto, inversões, principalmente pelos grupos adverbiais e pela configuração da oração na voz passiva. A opção de se iniciarem orações por grupos adverbiais, isto é, colocá-los em posição de destaque, posição temática, faz com que o leitor tenha em mente uma determinada circunstância apresentada, para que, ao chegar à mensagem pretendida, já tenha condições de compreendê-la, de acordo com o direcionamento dado no início do enunciado.

Os textos se apresentam principalmente na voz ativa. Quanto à voz passiva, há maior frequência do uso da analítica nos textos que o da sintética. A voz passiva é utilizada, muitas vezes, para enfatizar um elemento textual ou apagar um participante, o qual ou não era necessário para contribuir com a argumentação, não era conhecido, ou era importante que ele desaparecesse nesse processo argumentativo. Percebe-se como o uso desse recurso é importante para a intenção argumentativa dos textos.

O estudo das metafunções e de seus sistemas foi significativo para se perceberem algumas escolhas léxico-gramaticais para a construção das configurações dos textos argumentativos analisados, bem como a relação do autor com o leitor diante das informações apresentadas, e a importância dos elementos em posição temática, na organização da mensagem para o estudo dos gêneros.

Os processos materiais foram os mais encontrados nos textos do *corpus*. Provavelmente, isso se deve ao fato de que eles representam as experiências do mundo físico e o da consciência. Portanto, não é uma surpresa sua grande frequência nos textos.

O que causou surpresa foi o fato de os processos relacionais aparecerem em segundo lugar, especialmente os atributivos. Costuma-se ensinar aos alunos do Ensino Médio, que estão se preparando para os processos de seleção, que não se devem utilizar muitos adjetivos, pois esse uso frequente traz subjetividade ao texto, o que não deve acontecer nos textos “dissertativos argumentativos” exigidos pelos processos seletivos. Assim, para não utilizarem atributos, ou usarem o mínimo possível, acrescenta-se aos alunos, em sala de aula, que os “verbos de ligação” devem ser evitados.

O que se percebe é que os textos argumentativos brasileiros, pelo menos os analisados, que não têm caráter científico, apresentam muitos atributos como recurso argumentativo.

Talvez, o Brasil, por ser um país cujo povo se relaciona por meio de muitas expressões verbais e não verbais que apresentam grande carga emocional, esteja trazendo para a própria argumentação, não apenas os mecanismos de convencimento, com o uso da lógica, da razão, mas também os de persuasão, por meio da emoção.

Será que os textos argumentativos australianos, não científicos, se comportam da mesma forma, com grande presença de processos relacionais? Caso a resposta seja negativa, poder-se-ia afirmar que se apresenta, com base no uso desses processos no Brasil, uma diferença cultural que promove, possivelmente, uma diferença na configuração dos gêneros argumentativos brasileiros? Isso certamente acontece, pelo menos, em comparação aos textos analisados nas obras de Martin e Rose (2008; 2012), que desenvolveram a pedagogia da Escola de Sydney. Como o foco desta pesquisa não era a comparação de textos argumentativos brasileiros e australianos, não é possível um posicionamento a respeito dessas questões.

Além desses processos, há grande frequência de uso de processos mentais e verbais. Os mentais geralmente projetam novas orações e os verbais normalmente apoiam os argumentos por meio de citações, argumentos de autoridade ou testemunho, conferindo credibilidade à argumentação pela presença de outras vozes no texto. O que se percebe é que, no processo argumentativo, todos os tipos diversificados de processos podem compor a argumentação. Os processos comportamentais são os que menos são utilizados no recorte de textos analisados.

Outros recursos muito utilizados no processo argumentativo dos textos analisados são a modalização e a modulação, que se encontram entre a polaridade positiva e a negativa. Nos textos, a polaridade principal utilizada é a positiva, isto é, sem o uso do “não” e equivalentes. Quanto à modalização, o elemento linguístico mais encontrado foi o modal “poder”, indicando possibilidade. Em relação à modulação, que se apresenta ainda mais frequente, o modal “dever” é o elemento principal, trazendo principalmente a ideia de obrigação, de certa imposição. Entretanto, em muitos casos, apresenta-se como uma “proposta” adequada à situação em questão, o que retira o caráter imperativo, ou melhor, suaviza-o.

Nos textos analisados, nominalizações, deverbais e adjetivais, são frequentes, trazendo densidade aos textos e exigindo do leitor uma capacidade de abstração para compreendê-los. Trazer complexidade ao texto passa, muitas vezes, a ideia de que se tem, diante de si, um texto confiável. Assim, o uso das nominalizações confere ao texto um caráter de credibilidade.

A nominalização congela um evento, uma ação e o transforma em sujeito da oração, que pode ser definido, descrito, caracterizado e classificado. Muitas nominalizações são acompanhadas por adjetivos que as caracterizam, o que corrobora o caráter subjetivo dos textos argumentativos analisados.

A escolha por nominalizar certos verbos ou adjetivos confere à nominalização força de ação ou de caracterização, revelando e enfatizando o posicionamento do autor, como se vê em “o absurdo”, “o massacre”, “a agressão”, “a barbárie”, que revelam, por exemplo, que o autor não apenas discorda do evento envolvido, mas que há um posicionamento fortemente contrário, até emocional, como se percebe pela carga que tais palavras carregam.

O empacotamento de ideias por meio da nominalização, nos textos do *corpus*, também causam o apagamento de participantes, em especial o do agente do processo, eventualmente, para o não comprometimento do autor com a responsabilidade atribuída a esse agente ou por desconhecimento dele, estratégia argumentativa importante em que se conta o fato, colocando-o como centro, foco, no processo argumentativo.

Há nos textos analisados trechos em que se narra um evento. Nessas situações, como o tempo é importante, os processos ganham espaço em vez das nominalizações, que apagam a noção de tempo.

É inegável, pelas análises, que as nominalizações se apresentam como parte importante e frequente da construção da argumentação e das configurações dos textos dos gêneros argumentativos.

Em relação às configurações dos textos da Família dos Argumentos em etapas e fases, vale ressaltar que os textos analisados não apresentam uma divisão tão definida como os apresentados nas obras de Martin e Rose (2008; 2012). As informações se entrelaçam de tal forma nos textos que, muitas vezes, não se sabe se uma nova etapa está iniciando em um determinado trecho ou se é apenas uma fase da etapa anterior. Sem dúvida, essa foi a primeira grande dificuldade nesse tipo de análise.

A tentativa de se solucionar esse problema inicialmente foi marcar os elementos de cada período encontrados em posição temática, o que ajudou na delimitação de certas fases, mas não eliminou totalmente o problema.

As etapas, com exceção da Reiteração, do gênero Exposição, e da Resolução, gênero Discussão, encontram-se presentes em todos os textos, o que revela que, nesses aspectos, os textos brasileiros se apresentam como propõe a Escola de Sydney.

Entretanto, as etapas que se configuram como exceção, Reiteração e Resolução, desaparecem em duas situações, uma em que o autor “deliberadamente” não “concluiu” o texto, no caso da Resolução (texto 18), e outra em que, por supressão de partes do texto, o que aconteceu por opção do professor que o utilizou em sala de aula, ou por outra pessoa, que o ‘publicou’ no espaço de onde o professor o coletou, no caso da Reiteração (texto 19b).

A descaracterização do texto, por meio de supressão de suas partes, afeta diretamente a visão que o leitor terá dele. Nesse sentido, cabe ressaltar a importância de se trabalharem, com alunos, textos reais e integral, para que o aluno possa compreender todos os recursos argumentativos escolhidos pelo autor do texto na construção de sua argumentação.

As etapas se apresentam em um ou vários parágrafos no texto. A etapa Tese nem sempre traz o tópico frasal no primeiro parágrafo. Às vezes, há uma certa reiteração da tese ao longo da etapa, nas fases, dificultando perceber o tópico frasal, o qual poderia se encontrar em qualquer uma das fases apresentadas.

A etapa Argumentos também apresentou alguma dificuldade quanto à delimitação dos argumentos, pois muitas vezes pareciam uma sequência de ideias subordinadas às anteriores, mas com certa independência, podendo se configurar como um novo argumento. Algumas decisões nesse sentido de tomar uma posição quanto a se considerar um novo argumento ou não tiveram que ser tomadas pela pesquisadora. Mais uma vez, percebe-se como os textos coletados de diversas fontes apresentam certa dificuldade de análise.

As Reiteraões e Resoluões encontradas nos textos trazem, especialmente, as fases *declaração*, *explicação*, *proposta* ou *conclusão*.

Quanto às fases, a mais encontrada ao longo dos textos analisados foi a *declaração*, que, muitas vezes, inicia as etapas e se configura como tópico frasal. Entretanto outras fases também iniciam etapas. Além das fases propostas pelos vários estudiosos citados nesta pesquisa, a pesquisadora percebeu vários significados, que foram apresentados, como fases, ao longo das análises presentes no Apêndice deste trabalho, como *apresentação*, *evidência* e *proposta*.

Notou-se que os pronomes demonstrativos em posição temática, ligam a ideia da fase iniciada por eles à anterior, geralmente, conferindo ao trecho que inicia o significado de *explicação* à fase, introduzindo, em outro momento, porém, um significado de *consequência*.

Percebeu-se que muitas fases apresentam mais de um significado. Às vezes, a predominância de um significado sobre o outro, por ser, por exemplo a ideia principal do trecho, levou à escolha desse significado como fase. Entretanto, em outros momentos, notou-se que os significados se apresentavam com igual importância, o que mais uma vez dificultou a análise.

Apesar das dificuldades apresentadas, entende-se que o estudo dos gêneros segundo o que propõe a Pedagogia da Escola de Sydney, o Ciclo de Aprendizagem (desconstrução, construção conjunta e construção individual), compreendendo-se as configurações dos gêneros, suas etapas e fases, seus significados, constitui uma metodologia importante e eficaz.

Essa metodologia, referindo-se especialmente à fase de “desconstrução” do texto, aproxima o aluno do gênero, levando-o não apenas a interpretar o texto, mas compreender como

ele foi construído, reconhecendo seu propósito como prática social e os significados das partes que o compõem. Entender o texto, articulando-o, desmontando-o, leva o aluno a reconhecer as partes, não apenas ouvindo que elas existem. Com esse manejo do texto, sem dúvida, fica mais fácil e produtivo vivenciar as demais etapas dessa metodologia.

Ao longo das análises, das seções intituladas “Algumas considerações” e desta seção, foi possível, portanto, responder às questões de pesquisa. Sem dúvida, este estudo não encerra todas as questões sobre os textos pertencentes aos gêneros da Família dos Argumentos, o que abre espaço para novas pesquisas nessa área.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Adriana Rodrigues de; NÓBREGA, Adriana Nogueira Accioly. Avaliação e argumentação: uma análise da produção textual no ensino médio. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 15, n. 2, p. 285-302, maio/ago. 2015.
- ARAÚJO, Antonia Dilamar. Mapping Genre Research in Brazil: An Exploratory Study. **Traditions of Writing Research**. Ed. Charles Bazerman et al. New York: Routledge, 2010. 44-57.
- BALTAR, Marcos; GASTALDELLO, Maria Eugênia T. and CAMELO, Marina A.. School Radio: Socio-Discursive Interaction Tool in the School. **L1—Educational Studies in Language and Literature** 9.2 (2009): 49-70.
- BAWARSHI, Anis S. & REIFF, Mary Jo; **Gênero: História, Teoria, Pesquisa, Ensino**, 1ª ed. – São Paulo: Parábola, 2013.
- BAZERMAN, C. Systems of genres and the enactment of social intentions. In Freedman A, Medway P (eds.) **Genre and the New Rhetoric**. Taylor & Francis, London, 1994, pp. 79–101.
- BAZERMAN, C. The Writing of Social Organization and the Literate Situating of Cognition: Extending Goody's Social Implications of Writing. In: Olson, D.; Cole, M (Eds.). **Technology, literacy and the evolution of society: Implications of the work of Jack Goody**. Mahwah, NJ: Erlbaum, 2006.
- _____; BONINI, A.; FIGUEIREDO, D. Editor's Introduction. In: BAZERMAN, C.; BONINI, A.; FIGUEIREDO, D. (Orgs.) (Orgs.). **Genre in a changing world**. Fort Collins: The WAC Clearinghouse and Parlor Press, 2009. p.ix-xiv.
- BLACK, Edwin. **Rhetorical Criticism: A Study in Method**. New York: Macmillan, 1965; pp. xi+177.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília/DF: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC, 2000.
- BRETON, P. **A argumentação na comunicação**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.
- BULMER, M. **Sociological research methods**. London: Macmillan, 1977.
- BURKE, K. **A rhetoric of motives**. Berkeley: University of California Press, 1969b.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

- CHRISTIE, F. Genre theory and ESL teaching: A systemic functional perspective. **TESOL Quarterly**, 33(4), 759-763, 1999. <http://www.jstor.org/stable/3587889>.
- CROCE, B. **Aesthetic**. Trad.: D. Ainslie. New York: Noonday, 1968
- DEAN, D. **Genre Theory: Teaching, Writing, and Being**. Urbana: NCTE, 2008.
- DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. **Retextualização de gêneros escritos**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Editores). **Handbook of qualitative research**. (2 Ed.). Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications. 2000.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DERRIDA, J. **The Law of Genre**. **Modern Genre Theory**, ed. D. Duff. London: Longman, 2000.
- DILLER, Hans-Jürgen. Genre in linguistic and related discourses. In: DILLER, Hans-Jürgen and Manfred Görlach (eds.). **Towards a History of English as a History of Genres**. Heidelberg: Winter, 2001.
- DRESCH, A. et al. **Método de Pesquisa para Avanço da Ciência e Tecnologia**. Bookman, 2015. VitalBook file. Porto Alegre: Bookman, 2015. Disponível em: < <http://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582602997>>. Acesso em: 28 jul. 2015.
- EGGINS, S. **An introduction to systemic functional linguistics**. London: Pinter Publishers, 1994.
- EGGINS, S. **An introduction to systemic functional linguistics**. London e Nova York: Continuum, 2004.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.
- FEEZ, S., & JOYCE, H. **Text-based syllabus design**. Sydney: National Centre for English Language Teaching and Research, Macquarie University, 1998.
- FISHELOV, David. **Metaphors of Genre: The Role of Analogies in Genre Theory**. University Park: Pennsylvania State University Press, 1993.
- FLEMING, David. **Rhetoric as a Course of Study**. *College English* 61.2, 1998:169-191. <http://www.jstor.org/stable/378878>.
- FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- FROW, John. **Genre**. London: Routledge, 2006.
- FONTANINI, Ingrid. Cartas ao editor: a linguagem como forma de identificação social e ideológica. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem**. Bauru, SP. Edusc, 2002.

- FRYE, N. **Anatomy of Criticism: Four Essays**. Princeton: Princeton University Press, 1957.
- FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em língua portuguesa**. Caderno Didático. Santa Maria: UFSM, 2010.
- GARCIA, Othon Moacir. **Comunicação em prosa moderna**. 17. ed., reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- GENETTE, Gérard. **The Architext. An Introduction**. Berkeley: University of California Press, 1992.
- GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos** Tradução Roberto Cataldo Costa; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Lorí Viali. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOUVEIA, Carlos A. M. Projecto Tel4ELE Formação de professores para o desenvolvimento da literacia na Europa. **Multilinguismo & Empregabilidade - Próximos desafios: A Europa e o Mundo**. Conferência AN Proalv, Universidade de Lisboa & Instituto de Linguística Teórica e Computacional, 3 de Dezembro 2013.
- HALLIDAY, M. A. K. **Notes on transitivity and theme in English**. *Journal of Linguistics*, v.3, n.2, p. 199-244, 1967.
- HALLIDAY, M. A. K. **Language as a Social Semiotic: The Social Interpretation of Language and Meaning**. London: Edward Arnold, 1978.
- _____. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Arnold.1985.
- _____. **An Introduction to Functional Grammar** (2ª ed.). London: Edward Arnold, 1994.
- HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R.: **Language, Context, and Text: Aspects of Language in a Social-Semiotic Perspective**. Geelong, Vic: Deakin University Press.Oxford: OUP.(2nd edn), 1989.
- HALLIDAY, M. A. K. **The Language of Science**. London. Continuum. 2004.
- HALLIDAY, M. A. K.; MARTIN, J. R. **Writing Science: Literacy and Discursive Power**. London: Falmer (Critical Perspectives on Literacy and Education), 1993.
- _____; MATHIESSEN C. M. I. M. **An introduction to function grammar**. 3. ed. London: Routledge, 2004.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Hodder Arnold, 2014.
- HASAN, R. The structure of a text the identity of text. In: HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University press, 1989. (Parte B).
- HUSTON, S. Evaluation and ideology in scientific writing. In GHADDESSY, M. (ed.), **Register Analysis: theory and practice**. London: Pinter, 57-73, 1994.

JAMESON, Fredric. **The Political Unconscious: Narrative as a Socially Symbolic Act**. Ithaca: Cornell University Press, 1981.

KITIS, E.; MILAPIDES, M. Read it and believe it: How metaphor constructs ideology in news discourse - A case study. **Journal of Pragmatics**, v. 28, p. 557-590, 1997.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

KOHNEN, T. Text Types as Catalysts for Language change: The Example of The Adverbial First Participle Construction. In: DILLER, Hans-Jürgen and Manfred Görlach (eds.). **Towards a History of English as a History of Genres**. Heidelberg: Winter, 2001.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **Laboratory life: The social construction of scientific facts**, Beverley Hills, CA: Sage, 1979.

LINCOLN, Y. S. **The American tradition in qualitative research**. Vol. II. Thousand Oaks, California: Sage Publications. 2001.

LIU, B. Little. More than the latest PC Buzzword for Modes: What GenreTheory Means to Composition. In: HARRINGTON, S. *et al.* **The Outcomes Book: Debates and Consensus after the WPA Outcomes Statement**. Logan: Utah State University Press, 2005.

LONGACRE, Robert E. The grammar of discourse. 2nd edition. **Topics in Language and Linguistics**. New York: Plenum. 1996.

MARTIN, J. R. **English text: system and structure**. Philadelphia/Amsterdam: John Benjamins, 1992.

_____. **Genre and literacy: Modeling context in educational linguistics**. Annual Review of Applied Linguistics, 1993.

_____. Analysing genre: Functional parameters. In: CHRISTIE, F; MARTIN, J.R. **Genres and institutions: Social processes in the workplace and school**. London: Cassell, 1997.

_____; ROSE, D. Working with discourse: meaning beyond the clause. London, New York: Continuum, 2003.

_____; ROSE, D. **Working with discourse: meaning beyond the clause**. London: Continuum, 2007.

_____; ROSE, D. **Genre Relations: mapping culture**. London: Equinox, 2008.

_____; CHRISTIE, F.; ROTHERY, J. Social Processes in Education: A reply to Sawyer and Watson (and others). In I. Reid (Ed.), **The place of genre in learning: Current debates**. Geelong, Australia: Deakin University Press, 1987, pp. 35–45.

MATTHIESSEN C.M.I.M., HALLIDAY M.A.K. **Systemic functional grammar: a first step into the theory**, Higher Education Press, 2009.

MILLER, C. R. Genre as social action. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Org.). **Genre and the new rhetoric**. London: Taylor & Francis 1994. p. 23-42. (Originalmente publicado em: *Quarterly Journal of Speech*, v. 70, p. 151-167, 1984.

MUNIZ DA SILVA, E.C. **Letramentos e Gêneros do Discurso no Ensino Fundamental**. Coleção: Linguagem & Sociedade Vol. 12 Campinas, SP: Pontes Editores, p. 207-229, 2015.

_____. Leitura e produção de gêneros textuais na escola. In: WAGNER Rodrigues e all, **Pesquisas e Língua(gem) e Demandas do Ensino Básico**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014, cap.10.

OLIVEIRA, K. C. N. D.; MUNIZ DA SILVA, E. C. Reflexões para o ensino de gêneros em língua portuguesa: contribuições da ‘Escola de Sydney’. **Diálogos e perspectivas nos estudos do léxico e formação de professores**, 2017.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999. 320 p.

ROSCH, E. Principles of categorization. In: ROSCH , E., LLOYD, B. (eds.) **Categorization and cognition** . N.J.: Hillsdale, 1978.

ROSE, D., MARTIN, J.R, **Learning to Write, Reading to Learn: Genre, Knowledge and Pedagogy in the Sydney School**. London: Equinox, 2012.

ROSE, D, Reading Genre: a new wave of analysis. In **Linguistics and the Human Sciences**. 2:2, 2007, 185–204 <http://www.equinoxpub.com>.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da; DAMACENO, Ana Daniella; MARTINS, Maria da Conceição Rodrigues; SOBRAL, Karine Martins; FARIAS, Isabel Maria Sabino de, **Pesquisa Documental: Alternativa investigativa na formação docente**. IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, 2009.

SWALES, John. **Genre Analysis: English in Academic and Research Settings**. Cambridge. University Press, 1990.

_____. **Research Genres: Explorations and Applications**. Cambridge. University Press, 2004.

THOMPSON, G. **Introducing Functional Grammar**. London: Arnold, 1996.

THOMPSON, Geoff. **Introducing Functional Grammar**. 3rd edition, London: 2004.

TODOROV, Tzvetan. **The Origin of Genres. Modern Genre Theory**. Ed. David Duff. NY: Longman, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIAN JR, O; LIMA-LOPES, R. A perspectiva teleológica de Martin para a análise de gêneros textuais. In: BONINI, A; MOTTA- ROTH, D; MEURER. J.L. (Orgs.) **Gêneros: Teorias, Métodos, Debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

VIAN JR., O. O artigo na família de gêneros acadêmicos: notas sobre aspectos tipológicos, topológicos e seu papel no ensino-aprendizagem de língua. In: BARBARA, L.; MOYANO, E. (Org.). **Textos e linguagem acadêmica: explorações sistêmico-funcionais em espanhol e português**. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 67-86.

APÊNDICE
Textos analisados.

ETAPAS	FASES	TEXTO 1
		<p>O maniqueísmo é o ópio dos tolos <i>O Brasil encontra-se dividido entre as pessoas que pensam como nós (os bons, inteligentes e honestos) e as que pensam diferente de nós (os maus, burros e corruptos)</i></p>
Tese	apresentação	<p>A frase que encima essa coluna é de Iacyr Anderson Freitas, um dos maiores poetas brasileiros contemporâneos. Ela revela bem o estranho e perigoso momento que estamos vivendo, no qual posicionarmo-nos em relação a todo e qualquer assunto, dos mais singelos aos mais polêmicos, tornou-se um exercício complexo.</p>
	declaração	<p>A sociedade brasileira encontra-se dividida em duas porções, a das pessoas que pensam como nós (os bons, inteligentes e honestos) e a das que pensam diferente de nós (os maus, burros e corruptos).</p>
	consequência	<p>A partir desse dualismo primário temos redefinido nossas amizades, amores e visão de mundo.</p>
	conclusão	<p>Aceitar isso, no entanto, é trilhar o caminho pantanoso da mediocridade.</p>
(Argumentos)		
Argumento 1	fato	<p>Recentemente, voltando de uma viagem de trabalho a Macau, ouvi, no trecho entre Dubai e São Paulo, um homem de seus trinta anos explicando à jovem argentina que regressava a Buenos Aires após o intercâmbio de um ano na Austrália, que a principal característica dos brasileiros era a tolerância.</p>
	explicação	<p>Decerto, ele buscava impressionar a moça com uma conversa mais intelectualizada e evocava a favor de seus argumentos todos aqueles estereótipos autocomplacentes que usamos para absolver as nossas mazelas, a “democracia racial”, a “alegria”, a “liberdade sexual”, a “diversidade da composição étnica”, etc.</p>
	questionamento	<p>Se pudesse interferir na conversa deles – o que não fiz – teria perguntado se podemos classificar de tolerante uma sociedade racista (que discrimina os descendentes de africanos e os índios), machista (cerca de cinco mil mulheres mortas por ano, o quinto maior índice de feminicídio do planeta), homofóbica (líder mundial de assassinatos de homossexuais), xenófoba (no caso, nossa intransigência é seletiva, apenas contra imigrantes pobres), e também, descobrimos há não muito tempo, fascista.</p>
	explicação	<p>Porque é uma atitude autoritária tentar impor nossas opiniões ao outro, e, quando frustrados, procurarmos desclassificar agressivamente nosso interlocutor.</p>
	conclusão	<p>O totalitarismo não tem lado – ceifa à esquerda e à direita com a mesma intensidade.</p>

Argumento 2	citação	O dramaturgo e cronista Nelson Rodrigues definiu certa vez o Brasil como a “pátria de chuteiras”. Dizia-se , na década de 1970, auge do futebol nacional, que éramos 90 milhões de técnicos, tal a paixão despertada pelo chamado esporte bretão.
	explicação	O país mudou, o futebol entrou em decadência, e transferimos e aprofundamos nosso ardor para a política. É no campo de batalha da internet que exercitamos hoje o papel de julgadores de nossos adversários, tornados de maneira sumária nossos inimigos. Envergando a toga da intolerância e sentados na cadeira das certezas absolutas, avaliamos implacáveis uns aos outros, condenando, cegos pelo ódio e pelo ressentimento, todo aquele que de nós ousar divergir, mesmo que minimamente.
	exemplo	O presidente Getúlio Vargas , que chegou ao poder por meio de um golpe de estado em 1930, renovado em 1937 com a instituição de uma ditadura, implementou sob seu governo uma legislação trabalhista e introduziu o Brasil na era industrial, criando as bases da nossa modernidade. O cognominado “pai dos pobres” administrou o país com mão de ferro, perseguindo os <u>opositores</u> – principalmente os comunistas – e entupindo as cadeias de presos <u>políticos</u> . Vargas tinha como lema “aos amigos, tudo, aos <u>inimigos</u> o rigor implacável da lei”, prática que parece revivida nos tempos que correm.
Reiteração da Tese	tópico frasal	Quando crianças , ainda despidos de uma bagagem emocional e intelectual mais sofisticada, tendemos a separar as coisas do mundo em pares antagônicos para melhor entendê-lo: o dia e a noite, o doce e o salgado, o frio e o quente, o mocinho e o bandido.
	avaliação	Trata-se de uma visão egocêntrica e rudimentar, que entretanto se transforma e diversifica à medida em que nos tornamos adultos.
	conclusão	O problema é que nós, os brasileiros, por algum motivo, permanecemos confinados a essa visão infantilizada e binária que nos impede de enxergar algo que até a autora de best-seller erótico Erika Leonard James já descobriu: entre o preto e o branco há pelo menos 50 tons de cinza...
	citação (proposta)	Comecei esse artigo evocando um poeta, termino citando o escritor Jeferson Tenório, que em artigo no jornal Zero Hora, sentenciou: “Em tempos de ódio, parece que nossa melhor saída é a transgressão pelo afeto”.

Luiz Ruffato , artigo de opinião –

http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/30/opinion/1459339584_372231.html

ETAPAS	FASES	TEXTO 2
		A imprensa no banco dos réus
Tese	declaração	Não bastasse a crise interna da mídia quanto aos rumos que o setor deve tomar , hoje a imprensa é vista com descrédito, por muitos, como um negócio considerado de risco para investimentos e ainda acompanhado com ressalvas por parte do público.
Argumento 1	declaração	A imprensa não apenas traz a notícia. Ela também é notícia. A mídia está no banco dos réus frente a uma sociedade polarizada.
	explicação	E não há muito que fazer. Parte se deve aos alunos formados e inseridos no mercado de trabalho como pães de forma – saem iguais e em série, ainda com formação calcada em modelos de outrora. Uma parte da categoria , porém, se rende a uma ansiedade por não apenas reportar, mas também analisar, avaliar e opinar.
	conclusão	O quadro é ruim. As poucas vagas de emprego que existiam na área se tornam quase inexistentes, a ponto de notícias de demissões nas redações já nem surpreenderem mais. O tempo necessário para reformulações também se torna artigo de luxo diante de uma demanda crescente na política brasileira. A função de reportar briga em muitos casos com interesses de alguns, em detrimento da necessidade de muitos em estarem informados.
Argumento 2	declaração	Entre apontar erros na imprensa, ou entre legendas, antes quero lançar luz à polarização. Se o país está dividido, como alguns apregoam, ou ainda que não esteja, fica difícil encontrar saída se existir apenas uma linha de raciocínio que beira a lógica dos ‘8 ou 80’.
	declaração (avaliação)	Mais matérias e menos colunas Pensar, discutir, postar e dialogar de forma polarizada , ou entre dois extremos, é estar sempre condenado por alguém. É inocência acreditar que trazer qualquer dado não atingirá alguma parte. E, ao atingir , desperta reações.
	declaração	Hoje se questiona tudo, juiz, Ministério Público, polícia, imprensa, sindicatos, ONG’s, líderes de qualquer setor, entre outros. Isso é válido.
	ressalva (condição)	Mas, desde que as perguntas sejam realmente fruto de questionamentos que precisem de respostas.
	conclusão	Ou seja, perguntar a partir de um compromisso com algo, ou alguém, e que não seja reflexo de dúvida, é se indispor com a verdade caso se contrariem as expectativas.
	declaração	Vivemos dias em que o discernimento é pautado por aquilo que traz contentamento.

	comparação	Antes , os mais ortodoxos comentavam o dito popular de que “a verdade dói”. Já o politicamente correto sugere que não se entre em questões delicadas, ou que possam propiciar um embate com alguém. Assim, ou se opta por futilidades, ou acaba-se tomando partido.
	declaração	Há profissionais que ainda surpreendem por se manterem na labuta e ofício antigo de reportar, independentemente de paixões pessoais.
	exemplo/ (comparação)	Destaco Ricardo Kotscho e Ricardo Boechat, que não deixaram que suas pré-disposições para algum dos polos sobressaíssem no trabalho do jornalista. Já outros , de igual tarimba e reconhecimento, sucumbem a uma disputa próxima a um Fla-Flu. Preferem não dar o braço a torcer e manter um discurso de donos da verdade.
Reiteração		O irônico é que, em tempos de redes sociais, as opiniões (como esta) proliferam. Será que não deveríamos chamar a atenção para a necessidade de mais reportagens e menos artigos, mais matérias e menos colunas? Em dias de vírgulas , é raro chegar a um ponto final.

Leonardo Rodrigues, artigo de opinião - <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a-imprensa-no-banco-dos-reus-2/>

ETAPAS	FASES	TEXTO 3
		A responsabilidade dos formadores de opinião
Tese	declaração	A crise por que passa o Brasil é profunda.
	explicação	Além dos óbvios aspectos político e econômico, há algo também na esfera da moralidade social que preocupa.
	declaração	A cultura da militância virtual ao mesmo tempo em que turbinou a participação política também ajudou a tirar das sombras o que há de mais tenebroso em nosso comportamento social.
	explicação	A falta de timidez com que a intolerância de toda sorte, o ódio de classe e de credo, o racismo, o machismo e outros ismos abomináveis circulam na internet ou nas ruas torna a comparação com a Europa do início do século passado quase inevitável.
	conclusão	O clima de exacerbação política, de maniqueísmo ideológico e de irracionalidade discursiva deixa muito pouco espaço para a reflexão livre e honesta e para o debate baseado em ideias.
(Argumentos) Argumento 1	declaração	Além da preocupação óbvia sobre onde tudo isso pode nos levar (e a história mostra que a resposta causa arrepios só de pensar), é importante também pensar no que pode ter nos trazido até aqui. Quem ou o que alimenta esse fascismo que agora rosna confiante?
	explicação	Obviamente que, como um fenômeno complexo, esse tipo de comportamento social tem causas diversas.
	causa	Tenho o palpite, no entanto, de que a mobilização dessa militância fascistoide tem muito a ver com os formadores de opinião e com a maneira como reagimos à influência dos outros e à autoridade dos especialistas.
	alusão histórica (evidência) (descrição)	Na década de 1950, o psicólogo social polonês Salomon Asch realizou um experimento que consistia no seguinte: sob o pretexto de participar de um teste de acuidade visual, o voluntário da experiência era colocado em um grupo com mais sete pessoas que tinham de responder a perguntas simples e com respostas óbvias, como escolher entre três linhas retas qual era a de maior comprimento.
	explicação	Ocorre que todos os demais participantes do grupo eram atores, instruídos para, propositadamente, escolherem uma alternativa claramente errada.
	conclusão 1	Por mais óbvia que fosse a resposta certa, o teste mostrou que 75% dos participantes escolhiam a resposta errada em pelo menos uma das catorze rodadas de perguntas apenas para se alinhar ao grupo; 37% dos voluntários erraram a maioria das perguntas.
	conclusão 2	26 dos 40 participantes aplicaram o choque letal

		resultado. Ou seja, o absurdo do erro não diminuía a taxa de adesão do participante à alternativa do grupo.
Argumento 2	alusão histórica	Outro experimento interessante foi feito uma década depois por um discípulo de Solomon Asch, o norte-americano Stanley Milgram, exatamente no ano em que o mundo se agitava em torno do julgamento de Adolf Otto Eichmann por seus crimes no comando da máquina de genocídio nazista.
	descrição (evidência)	O experimento (que acaba de virar filme) foi o seguinte: um anúncio de jornal convidava pessoas a participarem de um estudo que supostamente mediria os efeitos da punição nos processos de aprendizado. Uma vez no laboratório , era explicado aos participantes que alguns deles fariam o papel de professor e outros de aluno. Um questionário era aplicado pelos professores e, a cada resposta errada, ele deveria acionar um botão, que aplicaria uma carga elétrica no aluno na outra sala. Para demonstrar o funcionamento da máquina, um choque real de 45 volts era aplicado no voluntário. Os choques a serem dados no aluno cresceriam em intensidade a cada erro, de 45 volts, inofensivo, até 450 volts, potencialmente letal. Tudo isso era acompanhado por um suposto pesquisador, vestido em um jaleco de cientista.
	explicação	Ocorre que tanto o cientista quanto o aluno eram atores e os participantes do teste eram somente os professores que aplicariam os choques, e que também eram simulados.
	finalidade	Os verdadeiros objetivos da pesquisa eram ver em que momento o voluntário desistiria de participar do experimento, já que o suposto sofrimento do aluno aumentaria em intensidade até a morte, e observar seu comportamento ao ser submetido à autoridade do pesquisador.
	conclusão	Os resultados foram impressionantes. Nada menos que 26 dos 40 participantes (65%) foram até o final e aplicaram o choque letal de 450 volts.
	explicação	Mesmo com os protestos e urros de dor vindos da sala ao lado, que cresciam até o silêncio, os participantes simplesmente obedeciam aos comandos do pesquisador em seu jaleco cinza, que repetia frases padronizadas como “por favor, continue”, “é necessário que você continue para o sucesso do experimento” ou “os choques não causam nenhum dano permanente aos tecidos”.
	Reiteração da Tese	declaração
evidência		Em primeiro lugar, os estudos de psicologia social aqui referidos e a experiência histórica mostram que a linha que divide a civilidade e a barbárie moral e política é muito tênue, sobretudo em um contexto social de longa cultura autoritária, como o brasileiro.
conclusão		A autoridade exercida por figuras influentes do jornalismo ou da política, os grandes comunicadores, os formadores de

		opinião , têm efeito muito significativo em comandar e cancelar o fascismo que se avulta. Nem é preciso citar os nomes.
	tópico frasal	O silêncio, a complacência ou mesmo a militância das pessoas comuns que, inebriadas pelo clima de guerra e pela distorção cognitiva de achar que tudo se justifica, desde que ajude a derrotar o inimigo político do momento , também servem como vitamina para o monstro que estamos alimentando.
	conclusão	Como demonstra o estrago social, político e humanitário do nazi-fascismo europeu , não se deve brincar com certas coisas, pois o preço a se pagar é alto demais e nem de longe compensa o efêmero e mesquinho deleite de derrotar um inimigo eleitoral. A história , além disso, é implacável e não costuma perdoar os que, por conveniência momentânea, se permitem abraçar com o que há de mais sombrio na humanidade. Ainda há tempo para reagir.

Adilson Carvalho, artigo de opinião - <http://observatoriodaimprensa.com.br/discurso-do-odio/a-responsabilidade-dos-formadores-de-opiniao/>

ETAPAS	FASES	TEXTO 4
		<p align="center">Mídia e dever de imparcialidade</p> <p><i>O que ingressa num texto escrito ou falado não é fato em si, ocorrência do mundo ôntico, fenomênico, mas sim seu relato, sua versão</i></p>
Tese	declaração	Um dos aspectos mais relevantes trazido pelas eleições presidenciais no que tange à evolução e amadurecimento de nossas instituições democráticas é a questão da imparcialidade da mídia.
	finalidade	Sem querer neste artigo ingressar no mérito de tal parcialidade, de sua origem, natureza e consequências políticas, pretendemos nos cingir a seus aspectos jurídicos e éticos.
	explicação	Ou seja, responder à questão de se algum nível de imparcialidade é passível de ser exigido no plano jurídico e no plano ético-jornalístico.
(Argumentos) Argumento 1	declaração	A primeira distinção que nos parece cabível é a dos planos informativo e opinativo inerentes à atividade jornalística.
	tópico frasal	Toda atividade jornalística pressupõe a produção tanto de informações fáticas, quanto de opiniões a respeito desses mesmos fatos.
	explicação	Por evidente, o que ingressa num texto escrito ou falado não é fato em si, ocorrência do mundo ôntico, fenomênico, mas sim seu relato, sua versão. É a linguagem descritiva do fato que ingressa na produção jornalística. Como linguagem que é, passará o relato do fato por todo o universo subjetivo de percepção da pessoa que produz o referido relato, podendo ser distorcida em sua finalidade maior, qual seja a de descrever, logo, de coincidir discurso e realidade descrita.
	conclusão	Uma das mais relevantes tarefas da ética jornalística, a nosso ver, cinge-se exatamente a estabelecer procedimentos que aproximem o relato dos fatos da maior objetividade e imparcialidade possível, por mais que a total eliminação da álea natural de subjetividade seja impossível.
	contraste (definição)	As opiniões, ao contrário, pertencem ao território da mundividência de cada qual, sendo passíveis de avaliação segundo critérios próprios da teoria da argumentação, mas nunca de se exigir imparcialidade no sentido de terem suas conclusões necessariamente aprovadas por qualquer instância objetiva de juízo.
	explicação	No plano das opiniões, a imparcialidade, sempre tratada aqui como valor e não como técnica, não se dá pela objetividade ou universalidade do discurso, mas sim pela produção concorrente, no mesmo espaço, de discursos diversos, ou seja, pela noção de pluralismo, onde todos discursos diversos concorrem em igualdade de condições de convencimento.
	conclusão (definição)	No plano das opiniões, portanto, imparcialidade significa pluralidade de discursos e não impedimento de determinadas conclusões ou formulações discursivas por qualquer critério que seja.

Argumento 2	declaração	A questão a saber é se tal imparcialidade, seja pela objetividade máxima possível, requerida da descrição do fato noticiado ou pela pluralidade de opiniões no mesmo espaço comunicativo, é apenas um dever ético ou uma obrigação jurídica dos meios de comunicação.
	tópico frasal	A resposta é polêmica e necessariamente complexa, e a nosso ver, depende do regime jurídico do meio de comunicação em questão.
	declaração	Em nosso ponto de vista , diferem substancialmente os regimes jurídicos da mídia impressa e da mídia de Televisão e rádio.
	definição	O jornalismo impresso e por Internet são atividades submetidas à titularidade privada no plano jurídico, mantendo-se sob ampla proteção do direito constitucional a liberdade de expressão, podendo apenas, a nosso ver, sofrer consequências jurídicas quando implicarem evidente ofensa à honra e imagem pessoal, nos termos da legislação penal e cível comuns, e nos termos do inciso V do artigo 5º de nossa Constituição.
	explicação	A exigência de imparcialidade/objetividade no relato de notícias é de natureza ética para esta modalidade de mídia, sendo controlada pela crítica externa dos cidadãos e dos demais veículos, mas jamais passível de ser entendida como um dever jurídico. O dever de pluralismo de opiniões , a nosso ver, nos veículos de mídia impressa ou virtual é inexistente mesmo no plano ético. Nada impede que um veículo noticioso de caráter impresso seja constituído para veicular apenas opiniões de um determinado sentido, que tenha caráter partidário, ideológico ou afins. O que se exige em termos éticos , no tocante à dimensão opinativa desses veículos, é apenas a declaração de sua intenção.
	avaliação	Não nos parece ético que determinado veículo se venda ou se declare como imparcial ou pluralista e de fato só emita opiniões num determinado sentido. Não é ético querer "bater como advogado e apanhar como juiz", ou seja, emitir opiniões apenas num sentido, com a estatura de ser pluralista e imparcial para se escudar de críticas a seu comportamento parcial como veículo.
	conclusão	De qualquer forma, as exigências tratadas , no tocante a estes veículos, têm caráter apenas ético, não sendo dotadas de juridicidade, nem submetendo os veículos a qualquer obrigação de natureza jurídica, nos termos de nossa ordem constitucional, ressalvado, claro, a preservação da honra e imagem nos termos da legislação penal e cível comuns.
	declaração	O mesmo já não podemos afirmar com relação à comunicação por TV aberta ou rádio.
	definição	Essas atividades , nos termos do artigo 223 de nossa Constituição federal, são serviços públicos, prestados por concessão a particulares, mas titularizados sempre pelo Estado.
explicação	Ocorre , contudo, que nossa Constituição se preocupou com a independência que tais prestadores devem guardar do executivo-concedente na realização da atividade jornalística e, para tanto, outorgou aos referidos concessionários extrema proteção a seus direitos privados de concessão. Menos dificuldades encontra o Poder Público para desapropriar a moradia de qualquer cidadão do que não renovar um desses contratos de concessão, o que só	

		deve ocorrer por votação de maioria de dois quintos do Congresso Nacional (§2º do art. 223). Por evidente, tais direitos são garantidos por tão incisiva proteção não para mero privilégio de seus titulares, mas como forma de garantia à livre expressão de notícias e opiniões nestes veículos.
	conclusão	Obviamente, o regime jurídico referido busca garantir tais veículos para que não sejam constrangidos a emitir opiniões e manipular notícias em favor dos governos e não como um escudo a que estabeleçam outras formas também nocivas de parcialidade. Como serviço público que são , as atividades de rádio e televisão têm o dever constitucional de produzir suas notícias por procedimentos garantidores de sua máxima objetividade possível, bem como realizar em sua atividade opinativa a maior pluralidade possível de opiniões, consoante o princípio da pluralidade que serve de fundamento de nossa República, nos termos do inciso V do artigo 1º de nossa Carta.
Reiteração	conclusão	Por fim, também nos parece claro que é vedada qualquer forma de censura ou intimidação estatal à atividade livre do jornalismo de opinião ou de produção de notícias, em qualquer veículo impresso ou de rádio e televisão, mesmo quando realizados tais atos pelo Judiciário ou pelo Ministério Público, como observamos na ordem judicial contra o jornal O Estado de São Paulo ou na investigação aberta contra a revista Carta Capital, nos termos dos incisos IV e IX do artigo 5º e do artigo 220 de nossa Constituição.

Pedro Estevam Serrano, artigo de opinião - <http://www.cartacapital.com.br/politica/midia-e-dever-de-imparcialidade>

ETAPAS	FASES	TEXTO 5
		A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes
Tese	declaração	A “ questão juvenil ” vem ocupando, nas últimas duas décadas, um lugar de significativa relevância no contexto das grandes inquietações mundiais.
	Explicação	Isso se expressa tanto em preocupações mais gerais relacionadas com a inserção dos jovens na vida adulta quanto em âmbitos específicos que relacionam os jovens com as famílias, a educação, o mundo do trabalho, a sexualidade, as novas tecnologias, as drogas e a violência, dentre outros aspectos.
(Argumentos) Argumento 1	declaração	Uma das características de nossas sociedades contemporâneas está relacionada com a velocidade das mudanças que ocorrem nas esferas da produção e reprodução da vida social.
	explicação	Sem dúvida , os jovens são atores-chave desses processos e interagem com eles algumas vezes como protagonistas e beneficiários das mudanças
	contraste	e por outras vezes sofrem os prejuízos de processos de “modernização”, produtores de novas contradições e desigualdades sociais.
	explicação	As preocupações com a juventude se orientam em grande medida pela percepção de que as próprias sociedades se inviabilizam com a interdição do futuro das gerações mais jovens. Sobre esta juventude ameaçada se depositam também as esperanças da renovação, muitas vezes idealizando-se uma natural capacidade dos jovens para a participação, a transformação e a mudança.
Argumento 2	citação	Para Melucci (1994) , ser jovem não é tanto um destino, mas implica na escolha de transformar e dirigir a existência.
	declaração	É nesta perspectiva que os jovens são considerados a ponta de um iceberg que, se compreendida, pode explicar as linhas de força que alicerçarão as sociedades no futuro (Melucci, 2001 e 2004).
	evidência	Hoje , estes possuem um campo maior de autonomia frente às instituições do denominado “mundo adulto” para construir seus próprios acervos e identidades culturais. Há uma rua de mão dupla entre aquilo que os jovens herdaram e a capacidade de cada um construir seus próprios repertórios culturais.
	declaração	Sem desconsiderar os pesos específicos das estruturas e condicionamentos sociais , um dos princípios organizadores dos processos produtores das identidades contemporâneas diz respeito ao fato dos sujeitos selecionarem as diferenças com as quais querem ser reconhecidos socialmente.
	consequência	Isso faz com que a identidade seja muito mais uma escolha do que uma imposição.

	declaração	Uma das mais importantes tarefas das instituições , hoje, é contribuir para que os jovens possam realizar escolhas conscientes sobre suas trajetórias pessoais e constituir os seus próprios acervos de valores e conhecimentos que já não mais são impostos como heranças familiares ou institucionais.
	conclusão	O peso da tradição encontra-se diluído e os caminhos a seguir são mais incertos.
Reiteração	declaração	A sociedade se vê atravessada por processos societários inéditos como consequência de mutações de natureza global.
	citação	Um tempo histórico de aceleração temporal estaria criando uma nova juventude (Leccardi, 2006).
	explicação	Essa se desenvolveria em contextos de novas alternativas de vida apresentadas pelo desenvolvimento científico-tecnológico e novos padrões culturais nos relacionamentos entre as gerações, mas também de riscos e incertezas de um processo de globalização marcado pela desigualdade de oportunidades e pela fragilização dos vínculos institucionais.
	citação	Para Leccardi (2006) , a velocidade contemporânea tem consequências marcantes, não só para a vida das instituições, mas também para construções biográficas individuais que são forçadas a uma contínua mistura.

Paulo Carrano, artigo de opinião - http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSocial27_Carrano1.pdf

ETAPAS	FASES	TEXTO 6
		O silêncio é um grande tagarela
Tese	declaração	Acredite se quiser. O silêncio tem voz. O silêncio fala.
	explicação	O que é perfeitamente normal no universo humano.
	questionamento	Ou você pensa que só o nosso falar, comunica?
	explicação	O silêncio também comunica. E muito. O silêncio pode dizer muita coisa sobre um líder, uma organização, uma crise, uma relação.
(Argumentos) Argumento 1	declaração	Mesmo que a mudez seja uma ação estratégica , não adianta. Logo mais , alguém vai criar uma versão sobre aquele silêncio.
	explicação	[Alguém vai] Interpretá-lo e formar uma opinião. As percepções serão múltiplas. As interpretações vão correr soltas. As opiniões formarão novas opiniões e multiplicarão comentários.
	conclusão	O silêncio , coitado, que só queria se preservar acabou alimentando uma rede de conversas a seu respeito.
	explicação	Porque não adianta fingir que ninguém viu, que passou despercebido.
	conclusão	Não passou. Nada passa despercebido – nem o silêncio.
	consequência	A rádio corredor então, é imediata. Na roda do café, no almoço, no happy-hour.
	explicação	Todos os empregados vão comentar o que perceberam com aquele silêncio oficial, com o que ficou sem uma resposta. Com o que ficou no ar. Com a falta da comunicação interna.
Argumento 2	declaração	E as redes sociais , com suas vastidões de blogs, chats, comunidades e demais canais vão falar, vão comentar e construir uma imagem a respeito do silêncio.
	explicação	Porque o silêncio , que não se defende porque não emite sua versão oficial – perde uma grande oportunidade de esclarecer, de dar a volta por cima e mudar percepções, influenciar.
	contraste	Porque se a palavra liberta , conecta, une; o silêncio perde, esconde, confunde, sonega.
	análise	Afinal, não existem relações humanas sem comunicação. Sem conversa. São as pessoas que dão vida e voz às empresas, aos governos e às organizações. Mesmo dois mudos se comunicam por sinais e gestos.
	conclusão 1	Portanto, o silêncio também fala. Mesmo que [o silêncio] não queira dizer nada.
	conclusão 2	Por isso, é preciso conversar. Saber o quê, quando, como falar. Saber ouvir. Saber responder. Interagir.
	explicação (comparação)	Este é um mundo que clama por diálogo. Que demanda transparência. Assim como os mercados, os clientes e os consumidores. Assim como os cidadãos e os eleitores, mais do que nunca!
Reiteração	declaração	E o silêncio é uma voz ruidosa.

	explicação	[O silêncio] Nunca foi bom conselheiro. Desde a briga de namorados. Até as suspeitas de escândalos financeiros, fraudes, desastres ambientais, acidentes de trabalho.
	declaração	O silêncio é um canto de sereia.
	explicação	[O silêncio] Só parece uma boa solução, porque a voz do silêncio é um grito com enorme poder de eco.
	explicação	E se você não gosta do que está ouvindo, preste atenção no que está emitindo. Pois de qualquer maneira, sempre [você] vai comunicar alguma coisa. Quer [você] queira, quer não. De maneira planejada, sendo previdente. Ou apagando incêndios, com enormes custos para a organização, o valor da marca, a motivação dos empregados e o próprio futuro do negócio.
	conclusão	Enfim, o silêncio nem parece, mas é um grande tagarela.

Luiz Antônio Gaulia - <http://gaulia.blogspot.com.br/2009/12/o-silencio-e-um-grande-tagarela.html>

ETAPAS	FASES	TEXTO 7
		Um atentado que tem por objetivo semear intolerância
Tese	declaração	O massacre na <i>Charlie Hebdo</i> não foi somente um ataque ao semanário satírico francês, nem apenas um ataque à liberdade de expressão. Foi um atentado da intolerância em favor da intolerância.
	fato	Os atiradores , identificados por ora como cidadãos franceses muçulmanos de origem árabe, gritavam que queriam vingar o profeta, numa referência às charges que satirizam Maomé, consideradas ofensivas pela maioria dos muçulmanos.
	Explicação	O Islã proíbe a mera representação visual de Maomé.
(Argumentos) Argumento 1	declaração	Mas há anos charges assim são veiculadas pela mídia na Europa.
	alusão histórica	A primeira grande polêmica ocorreu em setembro de 2005, quando o <i>JyllandPosten</i> , da Dinamarca, publicou uma série de charges de Maomé. O jornal e os cartunistas foram ameaçados. Países islâmicos boicotaram produtos dinamarqueses e congelaram relações com o país. A embaixada da Dinamarca em Beirute foi incendiada. Diante da repercussão e em defesa da liberdade de expressão , vários jornais europeus republicaram as charges.
	questionamento	Por que, então, esse ataque agora? E por que a <i>Charlie Hebdo</i>?
	conclusão	Certamente não é coincidência que o atentado tenha ocorrido num momento de forte tensão política e social na Europa com relação à imigração islâmica.
Argumento 2	declaração	Há décadas o tema da integração de grandes comunidades muçulmanas nas sociedades ocidentais é alvo de debate e fricção em países europeus.
	alusão histórica	Alguns episódios de destaque simbolizam as dificuldades inerentes a essa questão. Em 2009 , após um plebiscito, a Suíça proibiu a construção de novos minaretes. Em 2010 , o governo da França proibiu o uso de qualquer peça de vestuário que escondesse o rosto das pessoas em público, sendo acusado pelos muçulmanos de mirar especificamente o uso de burca e de véus pelas mulheres muçulmanas.
	consequência	Mas, talvez em parte como decorrência da crise econômica na Europa, parece haver agora um sentimento crescente, ou pelo menos cada vez mais visível, de islamofobia.
	fato (enumeração)	Na Alemanha , foi criado em outubro do ano passado o grupo Patriotas Europeus Contra a Islamização do Ocidente (PEGIDA, na sigla em alemão), que vem organizando manifestações pelo país. Na Suécia , três mesquitas foram alvo de ataques nas últimas semanas. O livro atual mais comentado na França , <i>Soumission</i>

		<p>(<i>Submissão</i>), é uma ficção sobre a islamização do país num futuro próximo, que incluiria a eleição, em 2022, do primeiro presidente muçulmano.</p> <p>Em vários países europeus, como esses três citados, agremiações anti-imigração, de extrema direita, estão em ascensão.</p>
	evidência	<p>A líder da Frente Nacional, Marine Le Pen, lidera as pesquisas de intenção de voto para a Presidência na França. O partido foi o mais votado nas eleições do ano passado para o Parlamento Europeu.</p>
Reiteração	declaração (avaliação)	<p>Questão relevante</p> <p>O que os atiradores da <i>Charlie Hebdo</i> no fundo desejavam era justamente fomentar essa tensão, dificultar ao máximo a convivência pacífica entre cristãos e muçulmanos e favorecer grupos e partidos políticos europeus que defendem a intolerância, a xenofobia, o preconceito, o ódio, as sociedades fechadas, a limitação das liberdades, o autoritarismo e a violência.</p>
	conclusão	<p>Os atiradores querem transformar os outros, sejam cristãos ou muçulmanos, em intolerantes iguais a eles.</p>
	evidência	<p>Para isso, atacaram o país, a cidade onde se desenvolveram os valores iluministas que há três séculos dominam a cultura política do Ocidente.</p>
	declaração	<p>A reação inicial na Europa sugere que os terroristas podem ter sucesso.</p>
	evidência (fato)	<p>Ontem, por exemplo, Marine Le Pen propôs um plebiscito sobre a volta da pena de morte na França. O secretário geral da italiana Liga Norte, Matteo Salvini, criticou o papa Francisco por ele querer dialogar com o Islã. E locais islâmicos foram atacados em diversas partes da França.</p>
	conclusão	<p>É incerto se essa onda anti-islâmica renderá mais votos e se vai se traduzir em poder político.</p>
	declaração	<p>Um sinal virá em maio, com a eleição legislativa britânica. O Partido da Independência do Reino Unido (Ukip) é abertamente contra a imigração, ainda que a sua principal proposta seja retirar o país da União Europeia.</p>
	conclusão	<p>Responder a isso será um tremendo desafio para o <i>establishment</i> político europeu, já abalado pela grave crise econômica e o elevado desemprego que assolam a região.</p>
	declaração	<p>Para o Brasil, essa questão não é irrelevante.</p>
	explicação	<p>O país está sujeito à influência do debate político e cultural na Europa.</p>
conclusão	<p>O avanço de partidos e ideias extremistas por lá pode logo ser importado, como já ocorreu no passado.</p>	

ETAPAS	FASES	TEXTO 8
		O sexo triste dos jovens "A nós, adultos, cabe não desviar os olhos, mas trabalhar na esperança de que um dia nossos adolescentes conheçam o sexo com ternura"
Tese	declaração	Procuro ser aberta ao novo, ao que me agrada no novo e também ao que exige um certo tempo para ser assimilado.
	contraste	Às vezes há o que não vale a pena ser assimilado, então, vou buscar outras paisagens.
	explicação	Eventualmente não sabemos se vale ou não, então, a gente fica humilde e espera.
	declaração	Uma novidade (para mim) espantosa, narrada e confirmada em mais de um lugar no país, é dessas que não quero assimilar. Se possível , enterrava numa cova funda, varrida para baixo de mil tapetes, fazia de conta que não existia: o sexo (ou simulacro de sexo) sem encanto, sem afeto, sem tesão, o sexo triste ao qual são coagidos pré-adolescentes, quase crianças, em famílias de classe média e alta. Essas que pensamos estar menos expostas às crueldades da vida.
(Argumentos) Argumento 1	declaração	Talvez eles não precisem comer lixo, correr das balas dos bandidos, suportar brutalidades e incestos, tanto quanto os mais desvalidos.
	constatação/	Seu mal vem sob outro pretexto: o de ser moderno e livre, ser aceito numa tribo, causar admiração ou inveja.
	fato	Cresce , que eu saiba, o número de meninas de 12 a 14 anos grávidas.
	explicação (descrição)	O impensável ocorre muitas vezes em festinhas nas quais se servem bebidas alcoólicas (que elas tomam, ou pagariam mico diante das amigas, e com essa desculpa convencem os pais confusos), não há nenhum adulto por perto (seria outro mico, e assim elas chantageiam os pais omissos), e ninguém imaginaria o que ia rolar.
Argumento 2	declaração/	Nessas ocasiões pode rolar coisa assombrosa sob o signo da falta de informação, autoridade e ação paternas. Nem sempre , mas acontece.
	descrição	Crianças bêbadas no chão do banheiro de clubes chiques, adultos cuidando para não sujar o sapato no vômito não são novidade (ambulância na porta, porque algumas dessas meninas ou meninos passam mal de verdade); quantas meninas consigo beijar na boca numa festinha dessas? (...)
	consequência	Sexo que vai congelando as emoções ou traz uma doença venérea, quem sabe uma absurda gravidez – interrompida num aborto, de sérias consequências nessa idade, ou mantida numa criança que vai parir outra criança.
Argumento 3	Argumento de autoridade	“Roubaram a sexualidade desses meninos”, me diz uma experiente terapeuta.

	explicação	Não deixaram tesão nem emoção, mas uma espécie de agoniado espanto, nessas criaturas inexperientes que descobrem seu corpo da pior maneira, ou aprendem a ignorá-lo, estimuladas ou coagidas por incredulidade ou fragilidade familiar, pelo bombardeio de temas escatológicos que nos assola na TV e na internet, com cenas grotescas, gracejos grosseiros em torno do assunto – “valores” e “pudor”, palavras hoje tão arcaicas.
	causa	Efeito da pressão de uma sociedade imbecilizada pela ordem geral de que ser moderno é liberar-se cada vez mais, sem saber que dessa forma mais nos aprisionamos.
	explicação (descrição)	Precisamos estar na crista da onda em tudo, tão longe ainda da nossa vida adulta: sendo as mais gostosas e os mais espertos, desprezando os professores e iludindo os pais, sendo melancolicamente precoces em algumas coisas e tão infantilizados e ignorantes em outras, nisso incluindo nosso próprio corpo, emoções, saúde e vitalidade.
Reiteração	proposta	A nós , adultos, cabe não desviar os olhos, mas trabalhar na esperança (caso a tenhamos) de que nossos adolescentezinhos, às vezes ainda crianças, vivam de maneira natural essa delicada fase, e um dia conheçam o sexo com ternura, na tensão de sua idade – forte e boa, imprevisível e imprevisível, com seu grão de medo e perigo, beleza e segredo.
	declaração	Que essas criaturinhas sejam mais informadas e mais conscientes do que, muito mais protegidas que elas, nós éramos. Mas [Que essas criaturinhas sejam] seguras e saudáveis , não precisando lesar sua bela e complexa intimidade com tamanha violência mascarada de liberdade ou brincadeira. Sobretudo, sem [essas criaturinhas] serem estimuladas a lidar de modo tão insensato com algo que pode lhes causar traumas profundos, ou anular um aspecto muito rico de sua vida.
	conclusão	É difícil, mas a gente precisaria inventar um movimento consciente, cuidadoso, responsável, contra essa onda sombria que quer transformar nossas crianças em duendes pornográficos, deixando feias cicatrizes, e fechando-lhes boa parte do caminho do crescimento e do aprendizado amoroso.

Lya Luft, artigo de opinião - Revista Veja >> Edição 2166 / 26 de maio de 2010.

ETAPAS	FASES	TEXTO 9
		<p align="center">Educação em tempos de ‘Pokémon Go’</p> <p align="center"><i>No campo educacional, cabe um destaque especial às possibilidades decorrentes do uso ilimitado dessas tecnologias digitais</i></p>
Tese	declaração	O aplicativo Pokémon Go , lançado há poucas semanas nos Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia, já é o jogo mais baixado da história da internet.
	explicação	Ele marca, simbolicamente, o ingresso definitivo em um contexto inédito de utilização em grande escala de simulações, realidade aumentada e inteligência artificial.
(Argumentos) Argumento 1	declaração	Alguns podem entendê-lo simplesmente como um jogo de sucesso e não estarão errados, mas certamente não terão capturado a real dimensão em termos de impactos associados em todas as demais áreas.
	exemplo	Por exemplo, as consequências educacionais do uso intensivo de realidade aumentada e de inteligência artificial são ainda preliminares, mas serão profundas e duradouras.
	conclusão	Um novo capítulo será aberto quanto à preparação de profissionais para atuarem neste novo mercado, fruto de mudanças em grande escala nos modelos de negócios e de gestão.
Argumento 2	declaração	Embora parte desses recursos e ferramentas já esteja disponível há décadas, seu uso intensivo ainda está no seu início.
	explicação	Os especialistas calculam que estamos falando de um mercado de centenas de bilhões de dólares anuais.
	conclusão	Em suma, daquilo que hoje é eventual e incipiente, [nós] migraremos muito rapidamente para usos generalizados e abrangentes.
	exemplo	No campo educacional, cabe um destaque especial às possibilidades decorrentes do uso ilimitado dessas tecnologias digitais, incluindo a impressora tridimensional, integrando informações virtuais a visualizações do mundo real, confundindo ambas e gerando múltiplas e inimagináveis possibilidades.
Argumento 3	alusão histórica	O mundo ocidental vivenciou algo similar há aproximadamente dois séculos com o início da Revolução Industrial, especialmente com a invenção de máquinas motorizadas e com o desenvolvimento da tecnologia de geração de energia elétrica.
	consequência	Como consequência, [nós] tivemos a migração progressiva da população do campo para a cidade e a transformação do trabalho individual ou familiar na agricultura para o estilo fordista/taylorista de grandes massas nos ambientes das fábricas.
	explicação	Na verdade, aquele foi o capítulo preliminar das transformações em etapas do trabalho humano, inicialmente

		mediado por máquinas, depois plenamente substituído por elas e, atualmente, interagindo com máquinas que aprendem.
	alusão histórica	No período que começou no século XIX e perdurou ao longo do século XX , o trabalho braçal, pouco especializado e não dependente de instrução escolar específica, gradativamente perdeu espaço para a exigência de profissionais mais especializados, preparados via um ensino compatível com tais necessidades. O modelo industrial clássico e os serviços associados moldaram a escola e as metodologias educacionais do século XX.
	analogia	De forma análoga, adentrar uma sociedade com alto nível de automação, agora conjugada a máquinas que aprendem, e onde a informação está totalmente acessível, instantaneamente disponibilizada e gratuita impõe mudanças profundas no que educar passa a significar.
	comparação	Nos séculos XIX e XX , ensinar estava basicamente associado a transmitir informações, técnicas e procedimentos compatíveis com as demandas do mundo do trabalho contemporâneo àquela época. Nos tempos atuais, educar passa a significar, principalmente, aquilo que permanece depois que esquecemos o que nos foi ensinado.
	conclusão	O aprender a aprender e o saber trabalhar em equipe mostram-se nos recentes contextos mais relevantes do que propriamente o conteúdo objeto do ensino.
Reiteração	declaração	Nestas próximas semanas , quando <i>Pokémon Go</i> será lançado no Brasil, importante percebermos que inteligência artificial e realidade aumentada, em conjunto com metodologias educacionais compatíveis, podem viabilizar um ensino flexível e personalizado, que constituirão as bases de uma educação inovadora em construção.

Ronaldo Mota, artigo de opinião - <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaao/artigos/educacao-em-tempos-de-pokemon-go-ddv3vs2tooi2o7orqgd6azm1v>

ETAPAS	FASES	TEXTO 10
		CARTA ARGUMENTATIVA
		Piratini, 13 de dezembro de 2013.
		Senhor governador Tarso Genro,
Tese	declaração	É lamentável reconhecer a fragilidade das estruturas educacionais do Instituto Estadual de Educação Ponche Verde e mesmo em nosso amado estado gaúcho, de maneira que se faz necessária a maior atenção à qualidade de ensino, à estrutura dos educandários e, em especial, ao referido Instituto.
(Argumentos) Argumento 1	declaração	A educação , de maneira geral, é o maior patrimônio que um indivíduo pode adquirir durante a vida: é inalienável e imprescindível.
	contraste	O saber formal , contudo, é a base para a ascensão social e espiritual de cada cidadão, como também para o desenvolvimento científico e tecnológico de qualquer país,
	conclusão	logo, quanto maior a qualidade instrutiva desse saber , maior será a qualidade dos serviços e das condições de vida de um Estado; poder-se-ia dizer, grosso modo, que o IDH está diretamente ligado à questão educacional.
	explicação	Destarte , é a educação de seu povo o melhor instrumento para auferir-se o desenvolvimento do Brasil e, dentro deste, do aprimoramento de cada unidade federativa, de forma que se presume serem as unidades mais relevantes e influentes aquelas cuja qualidade educacional é maior.
Argumento 2	declaração	Nesse tocante, o governo estadual gaúcho passa a ter não somente o compromisso legal de assegurar um sistema educacional de alta qualidade, como também o dever moral – e mesmo certo interesse político junto à União – de fazê-lo.
	explicação	Para tanto , é necessário não apenas uma política educacional bem desenvolvida e aplicada, com métodos atuais e pautada por parâmetros internacionais, ao invés de metodologias arcaicas e falidas, como também de ambientes de estudo seguros e confortáveis.
	proposta	Assim, o governo deve cuidar de assegurar aos gaúchos educandários bem estruturados, embora não luxuosos como algum gestor, há muitas décadas, supôs. Os investimentos devem ser sensatos e obedecer a verdadeiras necessidades, e não se vincular a estereótipos; aulas podem ser ministradas até em um galpão bem limpo e construído, mas jamais num prédio vetusto, porém com sala de informática de última geração abandonada “às traças”.
	fato	Não obstante , é, com certa alegria, que recebi há poucas semanas, por intermédio da mídia televisiva, a informação de que o governo concluiu cerca de 1.100 reformas de escolas públicas.
	declaração	Assim, espero que o Instituto Ponche Verde seja também galardoado com a mesma investidura,

	explicação (comparação)	pois se trata de um prédio quase centenário, o qual durante mais de 85 anos foi o único a abrigar uma escola de Ensino Médio em todo o município de Piratini, concatenando em seu pouco espaço físico o homérico número de alunos tanto da rede pública municipal de ensino, quanto da rede pública estadual, cujas instituições não abrigavam mais que o Ensino Fundamental. Hodierno encontra-se decadente, com cerca de quatro salas de aula interditadas pelo Corpo de Bombeiros porque parte do telhado desabou, sem falar no assoalho em farrapos e nas aberturas comprometidas, tanto quanto se pode perceber da estrutura pelos remendos e rachaduras visíveis às paredes.
	conclusão	O Instituto corre o risco de ter mais âmbitos interditados pela autoridade civil, de modo que seu funcionamento e o porvir de centenas de alunos quedam a perigo.
Reiteração	declaração	Porquanto, compreende-se que, apesar da imensa dedicação e dos esforços admiráveis da atual gestora, Maria Lúcia M. Corral, de sua equipe diretiva e mesmo do quadro geral de servidores em manter o educandário e proporcionar aos alunos um ambiente confortável e seguro, a revitalização do I.E.E. Ponche Verde faz-se emergencial.
	enumeração de fatos	No ano corrente , pelo que sabe as aulas somente não foram interrompidas devido aos inspetores de segurança haverem permitido o funcionamento parcial de algumas instalações que, todavia, não passarão em nova devassa. Atualmente até mesmo o auditório está servindo de sala de aulas para duas turmas, estando dividido ao meio pelos armários de zinco da sala dos professores, a qual foi igualmente transformada em sala de aula. Os professores estão dividindo sala no intervalo com o SOE e com o Almojarifado.
	conclusão	Trata-se não apenas de uma questão política/econômica como supracitado, mas também – e preponderantemente – de uma questão de segurança pública de excepcional interesse do povo e, por conseguinte, do governo, como também uma obrigação legal e moral deste para com seus representados.
		Atenciosamente,
		Mateus Silva Farias Aluno do Ensino Médio

<http://livredialogo.blogspot.com.br/2013/12/carta-argumentativa-ao-exm-sr.html>

ETAPAS	FASES	TEXTO 11
		CARTA ARGUMENTATIVA
		Prezado Senhor Deputado Paulo Vasconcelos,
Tese	fato	Em breve o Congresso Nacional estará revendo a Constituição promulgada em 88. Entre os temas polêmicos que farão parte dessa revisão certamente estará a obrigatoriedade do voto.
	declaração	A discussão sobre esse assunto perde sentido sem uma reflexão sobre seu significado.
(Argumentos) Argumento 1	declaração (definição)	Durante anos a sociedade brasileira buscou reinstaurar a democracia, regime em que o voto tem papel decisivo, já que é canal privilegiado de expressão da vontade popular.
	explicação	Se a democracia plena está inevitavelmente vinculada à possibilidade de escolher , o próprio ato de votar deveria ser uma escolha.
	exemplo	É assim nos Estados Unidos, país considerado por muitos como exemplar modelo democrático.
Argumento 2	conclusão	Portanto, Excelência, é de se estranhar que, em uma democracia, o direito do voto transforme-se em obrigação.
	fato	Os votos nulos e brancos quase ganharam as eleições de 89 em algumas localidades do país.
	explicação	Boa parte dos eleitores desses votos apenas cumpriram uma obrigação para não sofrerem as penalidades da lei. Tais números até podem servir para expressar a descrença de inúmeros brasileiros.
	contraste	Mas, enquanto não ficar claro que voto é direito, expressão de uma vontade, não estaremos construindo um Estado verdadeiramente democrático.
	questionamento (conclusão)	O senhor não concorda que, apenas quando entendermos de fato ser o voto um direito, não obrigação, poderemos também entender o que significa direito à vida, à liberdade, à saúde e à educação, à igualdade de oportunidades e outros direitos garantidos pela Constituição, mas não pela prática social. (<i>sic</i>)
	conclusão	Por isso [eu] gostaria de, como cidadã, ver-me representada por Vossa Excelência.
	Reiteração	declaração
conclusão		Como eu, [eu] tenho certeza de que muitos outros brasileiros agradecem seu apoio e decidida vontade de contribuir para a construção de uma verdadeira democracia brasileira.
		Atenciosamente,
		C.S.S.

ETAPAS	FASES	TEXTO 12
		Justiça pelas próprias mãos é estado de barbárie
		<i>Leia o artigo do presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio, publicado na edição desta sexta-feira (21), no jornal Correio Braziliense.</i>
Tese	avaliação	A reação de parte da sociedade, de alguns políticos e até mesmo de alguns profissionais da imprensa diante dos terríveis episódios de ações de justiceiros no País é lamentável, para não dizer assustadora.
	declaração	Apoiar a agressão física, ou melhor, o espancamento público de pessoas que cometeram crimes revela a iminência de um estado de barbárie e demonstra a face cruel de uma sociedade que, amedrontada pela violência urbana, reage na mesma medida, se igualando, muitas vezes, àqueles que repudia.
(Argumentos) Argumento 1	declaração (avaliação)	Em poucos dias , a reação em cadeia é alarmante.
	evidência	Pelo menos cinco Estados brasileiros relataram agressões públicas a pessoas que teriam cometido algum tipo de delito: Rio de Janeiro, Santa Catarina, Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul.
Argumento 2	declaração (avaliação)	É inadmissível consentir tal comportamento em um Estado democrático de direito, onde os cidadãos e as instituições devem obediência à lei.
	explicação	Todos nós , independente de classe social, cor da pele ou poder aquisitivo, somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, com direito ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório, segundo a Constituição Federal.
Argumento 3	declaração (avaliação)	São inaceitáveis as justificativas de “Estado omissivo”, lentidão do Judiciário e ineficiência da polícia.
	constatação	Os problemas existem sim e precisam ser enfrentados.
	consequência	A população demonstra descrença nas leis, na Justiça e no aparato policial.
	contraste	Entretanto, nada disso pode servir para legitimar tamanha brutalidade, sob o risco da banalização.
	explicação	Em uma democracia, não pode haver justiça pelas mãos da sociedade, do contrário podemos sucumbir à guerra civil, ou pior, à barbárie medieval.
	proposta	A devida apuração dos fatos e a punição dos agressores são fundamentais para coibir a repetição do crime Brasil afora, e são exatamente essas as cobranças da OAB-GO junto às autoridades.
Argumento 4	declaração	Os índices de criminalidade assombram o cidadão, é claro, e ele não obtém resposta imediata e satisfatória do poder público.
	contraste (proposta)	Mas é preciso manter a cobrança, o protesto, a luta por investimentos reais e planejamento de políticas sociais que visem transformar a segurança pública em um serviço eficaz.

	fato	Neste ano de 2014 , o Brasil aumentou sua participação no ranking de 50 cidades com maior índice de homicídios do mundo da ONG mexicana Conselho Cidadão Para a Segurança Pública e Justiça Penal. O relatório anual divulgado em janeiro contém 16 cidades brasileiras no ranking, infelizmente.
	conclusão	Se seguirmos pelo caminho dos justiceiros e não combatermos isso prontamente , os números, que já superam países em guerra, serão bem piores.
Reiteração	declaração	A sociedade brasileira não pode ceder a discursos irresponsáveis como o da jornalista Raquel Sheherazade que faz apologia clara à violência e atacam a defesa dos direitos humanos.
	explicação	Concordar com esse tipo de opinião é o caminho mais curto para o caos, principalmente quando a agressão é cometida por pessoas que se classificam como “cidadão de bem”.
	declaração	As políticas de segurança pública vêm se mostrando ineficazes há muito tempo,
	conclusão	por isso mesmo é preciso reagir urgentemente por meio de uma força tarefa que envolva todas as esferas.
	declaração (proposta)	A sociedade clama por respostas e é dever do poder público assumir a responsabilidade da situação com ações efetivas, que, com certeza, não passam por questões como redução da maioria penal, Lei Antiterrorismo ou até mesmo leis que dão poderes à Polícia Militar para autorizar ou não eventos públicos.
	conclusão	Esse tipo de proposta apenas demonstra a pouca vontade política de nossos representantes em realizar mudanças reais, que demandam planejamento, tempo, investimento e, acima de tudo, compromisso.
	declaração	O que a sociedade quer de verdade é o respeito e o cumprimento da legislação existente, é poder exercer seus direitos de ir e vir, de manifestação, de acesso à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, o básico, enfim.
	conclusão	A insegurança da sociedade e a impunidade fomentam o cenário de guerra.
	proposta	É preciso frear a ação dos justiceiros rapidamente e mostrar à população brasileira que as instituições têm que ser respeitadas.

Henrique Tibúrcio, artigo de opinião - <http://www.oabgo.org.br/oab/noticias/artigo/25-02-2014-justica-pelas-proprias-maos-e-estado-de-barbarie-por-henrique-tiburcio/>

ETAPAS	FASES	TEXTO 13
		A vida não é teoria e ninguém sabe as respostas: o caso do gorila executado
Tese	fato	Sábado passado o menino Isaiah, de quatro anos, caiu na jaula de um gorila num zoológico em Cincinnati. Harambe , o gorila de 17 anos, foi abatido. Uma testemunha gravou este vídeo, publicado no YouTube e exibido em redes de TV em todo o mundo.
	avaliação	A cena é assustadora e chocante, não dá pra saber se o gorila está brincando, agredindo ou protegendo o garotinho de 3 para 4 anos. O final é trágico para o gorila, que foi executado a tiros por autoridades do zoológico.
	declaração	Um acontecimento como este, não apenas se espalha pelo mundo, mas levanta opiniões, visões e questionamentos sobre o que aconteceu. Para cada pergunta, muitas outras perguntas podem se desdobrar, das mais práticas até as mais filosóficas.
	questionamento (exemplo)	Como o menino caiu? Foi negligência dos pais? Falta de segurança do local? Foi culpa da criança? Uma criança pode ser culpada? Foi culpa do Zoológico? Por que existem zoológicos? Os gorilas não deveriam ficar em seus habitats naturais? Precisava matar o gorila? Por que não deram tranquilizante? Demora muito pra fazer efeito? Foi a melhor decisão? O menino vai ficar estigmatizado para sempre por ter gerado a morte do gorila? O gorila ia fazer mal pro menino? É possível responder a essa última pergunta? Adianta fazer abaixo-assinado contra o zoológico e as autoridades que executaram o Gorila? Todos os acidentes podem ser evitados ou é acidente é acidente e faz parte da aleatoriedade do universo?
(Argumentos) Argumento 1	citação	Há especialistas em animais que dizem que ele não ia fazer mal ao garoto porque ele não ‘bateu no peito’,
	contraste (questionamento)	mas SABER , como ter certeza que ESTE gorila, assustado pelas pessoas gritando não ia fazer mal pro menino? Como ter certeza que o menino, tão pequeno, não ia fazer algo que irritasse o gorila? E se o menino se afogasse na água?
	citação (testemunho)	Há um depoimento do homem que há 17 anos convive com o ‘Gigante Gentil’, como ele chama o gorila, dizendo que ele não faria mal nenhum.
	questionamento	Será que ele precisava mesmo ser executado? Não dava pra jogar uma rede, uma anestesia forte e imediata? Existem essa anestesia ou estou fantasiando?
Argumento 2	declaração	E, claro, há algo REAL: todo o ódio contra os pais que já foram encontrados no Facebook e estão recebendo ameaças de morte por redes sociais.
	descrição (apresentação)	Os pais , Michelle Gregg e Deonne Dickerson, têm quatro filhos.
	citação (testemunho)	A mãe disse que sua filha pequena estava chorando e enquanto ela foi atender a menina o pequeno Isaiah subiu

	(Othon Garcia)	numa mureta, entrou por baixo de uma grade e caiu no fosso. O pai diz que foi um acidente.
	avaliação	Cada um diz uma coisa.
Argumento 3	conclusão	Fato é que tem <i>tweet</i> dizendo que o gorila deveria ter sido salvo e deveriam ter abatido a mãe (!).
	descrição	Há posts mostrando toda a vida do casal, onde moram, onde trabalham, o que postavam no Facebook, outros comentários de pessoas. Até mesmo as publicações de uma ex-mulher do pai do garoto foram rastreadas.
	citação	Pessoas que acompanharam a cena dizem que a mãe e o pai não foram buscar ajuda, mas gritavam para o filho ficar calmo, que o amavam muito, enquanto outros visitantes chamaram autoridades do zoo.
	declaração	É evidente que ninguém queria que o gorila fosse executado. Como também [nós] não queríamos que ele vivesse num zoológico. Como [nós] não queríamos que o menino caísse.
	conclusão	Agora que vivemos (quase) todos em rede , poderemos decidir que sociedade queremos, o que a maioria considera certo ou errado, adequado ou não.
Reiteração	declaração	Mas, por enquanto, o que vemos é que qualquer coisa, qualquer notícia, imediatamente levanta ondas de ódio e perseguição. Todo mundo já assume um lado, uma posição e, depois de um primeiro julgamento apressado, já sai atacando e acusando o lado oposto.
	questionamento	E o que sabemos , com certeza, até aqui? Quais são as respostas para todas as perguntas?
	conclusão	O que sabemos é que um menino caiu no fosso de um gorila num zoológico. O menino está bem. O gorila está morto. Os pais estão assustados. A sociedade está louca. A vida segue. Ninguém sabe as respostas.

Rosana Hermann, artigo de opinião - <http://vida-estilo.estadao.com.br/blogs/querido-leitor/a-vida-nao-e-teoria-e-ninguem-sabe-as-respostas-o-caso-do-gorila-executado/> - acesso em 29/09/2016

ETAPAS	FASES	TEXTO 14
		<u>GORILA É MORTO APÓS CRIANÇA CAIR NA JAULA</u>
Tese	fato	Tornou-se viral nas redes sociais e noticiado em toda a imprensa o “assassinato” de um gorila por funcionários de um zoológico nos Estados Unidos, no último sábado.
	descrição	O fato se deu quando uma criança de apenas quatro anos, após uma pequena distração de sua mãe, subiu na grade que separa as pessoas do recinto e caiu no fosso dos gorilas. Um dos animais passou a brincar com a criança por 10 minutos, chegando a arrastá-la pelos pés por um pequeno córrego artificial de água. A direção do zoológico , no intuito claro de salvar a vida humana, decidiu determinar que atirasse no animal com um rifle, o que levou a óbito, evitando-se uma tragédia maior, que o gorila viesse a ferir a criança ou mesmo matá-la.
	consequência	Com a morte do animal e o resgate do menor, a notícia se espalhou dando causa a várias manifestações contrárias ao “assassinato” do gorila, ao argumento que o animal não provocou o ato que tirou sua vida, outros culpavam a mãe da criança por seu minuto de distração, levantando, também a antiga discussão sobre a legalidade dos zoológicos.
	explicação	Deve-se lembrar de que, apesar de haver anestésicos eficazes, estes não fazem efeito de imediato, podendo levar o animal a um estresse e fúria repentina, o que colocaria em risco a vida da criança até que o gorila viesse a adormecer.
	declaração	Não há dúvida que se devam preservar todas as espécies de seres vivos, seja um simples gato ou cachorro de rua até uma espécie rara altamente ameaçada de extinção, mas o que está em discussão é a vida de um ser humano inocente, no caso uma criança de apenas quatro anos de idade, perante um animal de alta periculosidade.
	tópico frasal	Não há que se discutir a culpa, mas apenas e tão somente apenas a preservação de uma vida humana.
(Argumentos) Argumento 1	declaração	[É] Importante frisar que a maioria dos críticos não sabe a importância dos zoológicos para preservação das espécies, que, em vários casos, possuem programas de reprodução, evitando a extinção de várias espécies.
	evidência	Algumas espécies somente não foram extintas em razão da reprodução em cativeiro, a exemplo da ararinha-azul e o mico-leão-dourado, conforme matéria publicada há vários anos na revista científica Science. O Zoo de Sam Diego nos EUA possui um banco genético de mais de 1.000 espécies ameaçadas de extinção, em maior ou menor grau.
	constatação	[É] Lógico que todas estas ações de preservação das espécies têm um custo alto e para ajudar nesta manutenção, os Zoológicos do mundo abrem o espaço para visitação.
Argumento 2	declaração	Lado outro, fico à vontade em defender a postura do coordenador do Zoológico em determinar o abatimento do

		animal, possui um criadouro de animais (onças, macacos, araras e etc.), todos frutos de apreensão, por maus tratos e do tráfico de animais, pelas autoridades competentes.
	explicação	A grande maioria destes animais não pode ser reintroduzida à natureza, seja pelo excesso de contato com ser humano, por não ter aprendido a se alimentar sozinho, ou mesmo por ter alguma deformação que o impediriam de sobreviver em seu habitat natural.
	declaração	A manutenção deste criadouro é realizada às minhas expensas sem nenhuma ajuda direta ou indireta do Governo.
Reiteração	declaração	Antes de sermos ambientalistas, no meu caso apaixonado pela causa dos animais, [nós] devemos ser humanistas, entre a vida de um gorila e o risco de vida de um ser humano inocente, preserva-se a vida da criança.
		NOTA REDAÇÃO: [Eu] Lamento profundamente a morte do gorila e o acidente envolvendo a criança. Até quando [nós] vamos achar normal que animais, em especial os grandes primatas, continuem confinados em pequenos espaços em favor do nosso prazer sórdido? A humanidade nasceu para escravizar, desde sempre.

Bady Curi Neto, artigo de opinião - <http://saudedomeio.com.br/opiniao-gorila-e-morto-apos-crianca-cair-na-jaula/> acesso em 28/9/2016

ETAPAS	FASES	TEXTO 15
		A publicidade deve ser proibida para crianças?
Questão	dados estatísticos	Pesquisas apontam que, no Brasil, as crianças influenciam em até 80% as decisões de consumo das famílias.
	efeito	E o mercado publicitário faz de tudo para vender toda sorte de produtos aos pequenos.
	declaração	Alegando que essa overdose de publicidade é danosa para as crianças, um projeto em votação na Câmara dos Deputados quer proibir a propaganda voltada para jovens de até 12 anos na TV.
	explicação	Para os contrários à lei, a proibição é uma medida autoritária e inútil.
	questionamento	E você , compra qual ideia?
(Lados) Lado 1	declaração	Sim As crianças não têm maturidade suficiente para se proteger da persuasão exercida pela publicidade, sendo facilmente seduzidas para o consumo.
	proposta	O Estado tem a obrigação de interferir para defender o público infantil dessa lavagem cerebral publicitária. Ainda mais quando esse estímulo é feito por meio de uma concessão pública, que é a televisão.
	declaração	Os abusos da publicidade contribuem para a obesidade infantil.
	constatação	Pesquisas comprovam a relação entre os comerciais de alimentos e o sobrepeso infantil.
	evidência (fato)	Um estudo do National Bureau of Economic Research , nos EUA, mostrou que, se os anúncios de redes de <i>fast food</i> fossem eliminados, o número de crianças gordinhas seria quase 20% menor.
	conclusão	Com campanhas milionárias, repetidas à exaustão, a publicidade acaba anulando a autoridade dos pais, que ficam reféns das demandas consumistas criadas nos filhos.
	consequência	O resultado são crianças frustradas e em conflito com a figura paterna.
	declaração	A necessidade de regulamentar a publicidade infantil é um consenso mundial.
	constatação	E a maioria dos países desenvolvidos já adotou legislações restritivas.
	exemplo	Na Suécia , por exemplo, é vetado qualquer tipo de propaganda para crianças. Inglaterra, Alemanha, Espanha e Canadá também têm leis severas contra o oba-oba publicitário.
Lado 2	declaração	Não Não se pode privar um jovem de informação, seja de que tipo for.
	explicação	Ele só terá maturidade se for educado para ter uma visão crítica sobre tudo com o que entra em contato, como uma propaganda.

	proposta	Nesse sentido, a solução para controlar o consumismo infantil é a educação, e não a restrição.
	conclusão	Se o mal fosse a exposição de produtos , deveríamos proibir também as vitrines em lojas.
	declaração	Em um sistema democrático, não pode ser delegado ao Estado o poder de decidir sobre os hábitos de consumo de um indivíduo.
	explicação	A conscientização de uma criança nasce da boa orientação passada pelos pais, e não de uma norma imposta por decreto.
	declaração	A obesidade não é causada pela propaganda, mas, sim, por uma série de fatores, desde socioculturais até genéticos.
	constatação	O que falta é uma boa educação alimentar.
	conclusão	Não adianta impedir a publicidade de alimentos gordurosos se, em casa, a galera vê os pais enchendo a pança de frituras.
Resolução	declaração	Ninguém questiona que as propagandas abusivas devam ser controladas.
	explicação	A questão é que já há mecanismos eficientes para isso no Brasil.
	enumeração de detalhes	O Conselho de Autorregulamentação Publicitária (Conar) tem uma resolução que trata do cuidado com público infantil, e nosso Código de Defesa do Consumidor é um dos mais avançados do mundo.

Fernanda Salla, artigo de opinião - <http://mundoestranho.abril.com.br/cotidiano/a-publicidade-deve-ser-proibida-para-criancas> - acesso em 20/9/2016

ETAPAS	FASES	TEXTO 16
		FACES DO FUTURO
Questão	declaração	Se há um choque de princípios que marcará a sociedade nos próximos anos é aquele entre a comodidade e a segurança, de um lado, e a privacidade, de outro.
	explicação	Como mostrou reportagem do jornal The New York Times reproduzida por esta Folha, avanços no campo do reconhecimento de faces por computador lançam novos dilemas.
	questionamento	Empresas podem reter dados faciais de seus clientes? [Empresas] Devem obter autorização para fazê-lo? E o que dizer do governo?
(Lados) Lado 1	fato	Hoje em dia , algumas companhias conseguem, usando bancos de dados gigantescos e algoritmos relativamente simples, rastrear os hábitos dos consumidores a ponto de conhecer sua intimidade.
	exemplo	Uma rede de varejo norte-americana , por exemplo, desenvolveu um método para detectar a gravidez de suas clientes.
	consequência	Com a informação vieram ofertas irresistíveis.
	explicação	Investidas como essas se sobrepõem a outros avanços tecnológicos, como câmeras de vigilância mais potentes e chips de cartões bancários capazes de revelar quanto o cidadão gastou e onde ele esteve. A isso se somam os drones , que localizam, e eventualmente liquidam, até quem se esconde nas áreas mais remotas do planeta.
	declaração	Agências governamentais não hesitam em usar tais métodos para a bisbilhotice em massa.
Lado 2	contraste	Questão de limites Reconheça-se , porém, que a maioria das pessoas se entrega voluntariamente a essa hipervigilância – para nada dizer da superexposição vista nas redes sociais.
	contraste	Cadastros na internet podem trazer, como contrapartida, ofertas personalizadas por e-mail, que representam inegável conforto.
	declaração	A utilização da tecnologia de ponta pelas polícias , por sua vez, aumenta a capacidade de prevenir e resolver crimes, ampliando a sensação de segurança da população.
Resolução	proposta	Para que o cruzamento de ferramentas como grandes bancos de dados, reconhecimento facial, câmeras de vigilância e drones não se aproxime demais da distopia de George Orwell em 1984, é crucial que sejam criados limites.
	explicação (detalhamento)	Um bom começo seria determinar que dispositivos dessa natureza só sejam usados com a ciência do cidadão, a quem cabe decidir se quer fazer parte da trama.

ETAPAS	FASES	TEXTO 17
		ELEGÂNCIA 1, RACISMO 0
Tese	declaração	O paradoxo costuma rondar sistemas democráticos.
	questionamento	Até que ponto se pode tolerar a intolerância, ser liberal com quem pretende demolir as liberdades, assegurar os direitos dos que não os reconhecem?
	declaração	Em alguns casos, a dúvida se resolve facilmente.
	enumeração	Criminaliza-se a tentativa de derrubar pela força um governo legítimo. Atentados terroristas recebem sanções severas, não importando a fundamentação política que possam ter.
	contraste/ declaração	Nos chamados crimes de opinião , todavia, o debate se torna mais complexo.
(Argumentos) Argumento 1	explicação	Poucas coisas são mais repugnantes e estúpidas do que o preconceito racial, e têm sido frequentes manifestações desse tipo nos estádios de futebol.
	fato	Do Reino Unido ao Peru, do Japão ao Brasil , registram-se atos de insulto a jogadores afrodescendentes por parte de alguns (ou muitos) torcedores que estão prontos a aplaudir o jogador negro ou mulato quando estes fazem gols para seus times de predileção.
	declaração	Várias iniciativas se tomam para punir os responsáveis.
	exemplos	Uma equipe peruana foi condenada a pagar multa (meros US\$ 12 mil) depois de seus torcedores terem emitido gritos de "macaco" para agredir o jogador Tinga, do Cruzeiro. No Brasil , um time gaúcho perdeu nove pontos e foi rebaixado pelo fato de seus fãs terem atirado bananas contra um árbitro.
	questionamento	A questão é saber se punições como essas cumprem um papel determinante, pedagógico e civilizatório, no sentido de modificar a mentalidade do torcedor racista.
	Argumento 2	declaração
explicação		Pode-se desencorajar , pela lei, certos comportamentos que o manifestem de forma explícita. Seu fundo de ressentimento e destrutividade permanece e pode até fermentar, depois de recalçado.
fato (avaliação)		Não poderia ser mais educativa – no que teve de superioridade, humor e indiferença– a reação do brasileiro Daniel Alves, que soberanamente comeu a banana que lhe fora atirada.
consequência		Uma agência publicitária tomou daí a inspiração, a pedido do atacante Neymar, também hostilizado nos campos espanhóis, para campanha contra o racismo.
citação		"Somos todos macacos" , diz o slogan, obtendo a adesão de inúmeras celebridades.
consequência		Torna-se moda, nas redes sociais, divulgar fotos com a fruta em mãos; o insulto se neutraliza, o agressor se desconcerta, o símbolo inverte o sentido.

Reiteração	conclusão	<p>É no campo das formas de expressão que o embate se leva a efeito. Gesto contra gesto, solidariedade contra particularismo, ironia contra estupidez: ainda que essa luta jamais tenha fim, é bom que seu lado mais inteligente tenha, também, as armas mais inteligentes a seu dispor.</p>
------------	-----------	---

Editorial Folha de S.Paulo, 1 de maio de 2014.

ETAPAS	FASES	TEXTO 18
		REDUÇÃO É INCONSTITUCIONAL, DIZEM ENTIDADES
Questão	declaração	Apesar do apoio popular , é bastante difícil que ocorram alterações na forma de punir adolescentes infratores no médio prazo.
	explicação	Isso porque a maioria penal em 18 anos (estabelecida pelo artigo 228 da Constituição Federal) é considerada um direito fundamental dos adolescentes.
(Lados) Lado 1	conclusão	Por isso, Ministério Público Federal, Ordem dos Advogados do Brasil e especialistas argumentam que o artigo se trata de uma cláusula pétrea, que não pode ser alterada.
	argumento de autoridade	“ [O artigo] É uma cláusula imutável. Para alterar a maioria penal seria necessário fazer uma nova constituição”, diz Melina Fachin, professora de Direito Constitucional da UFPR.
	avaliação	Ainda que Câmara e Senado tenham interpretações diferentes e aprovem uma das Propostas de Emenda à Constituição (PECs), alterando o artigo 228 da Carta Magna , a decisão se estenderia ao Supremo Tribunal Federal.
	proposta	Outra alternativa seria mudar pontos do ECA, prevendo outras formas e períodos de punição aos menores de 18 anos.
	fato	MPF e OAB também já se manifestaram contra a hipótese.
	argumento de autoridade	“ O ECA é uma norma infraconstitucional. Então, sua alteração também seria inconstitucional, porque haveria conflito com o que a Constituição disciplina”, observa Melina.
	declaração	Além do viés constitucional, o doutor em sociologia e coordenador do Núcleo de Estudos de Violência da UFPR, Pedro Bodê , defende o ECA e questiona as intenções de alteração na legislação.
	argumento de autoridade (Garcia)	“ Mais uma vez, o jovem é tornado em bode expiatório da derrocada dos governos e falência das políticas públicas que eles representam. É transformar a vítima em réu”, afirma.
Lado 2	declaração	O deputado Fernando Francischini (PEN) discorda e se apega ao clamor público para justificar a redução. “ A Constituição é feita para proteger a população.
	explicação	A gente não pode dizer que a Constituição é imutável, se a própria população quer mudá-la.”

<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/90-apoiam-reducao-da-idade-penal-c8e24o0vlosyway5n00aryvi>

ETAPAS	FASES	TEXTO 19 (a) – Texto integral
		ACIMA DOS MUROS <i>Nem de um lado nem de outro: o que dizem aqueles que têm, como posição, uma recusa às narrativas de adesão</i>
Tese	enumeração	Em cima do muro. Isentão. Colaboracionista do golpe. Covarde. Omisso. Ingênuo. Burro.
	declaração	Estes são alguns dos nomes dados a quem não está em nenhum dos lados do Brasil polarizado.
	explicação	Não se alinha – muito menos se enfileira – nem na narrativa “#ImpeachmentJá” nem na “#NãoVaiTerGolpe”. Nem amarelo, nem vermelho.
	conclusão	E, assim, é achincalhado pelos dois lados, como traidor de ambos.
	citação	Como disse Bruno Cava: “Me situo nesse lugar nada confortável de ser a esquerda que a direita gosta – e a direita que a esquerda gosta. Mas que, no fundo, ninguém gosta. Lugar de pensamento que ainda balbucia, mas que ainda pensa”. Ou, nas palavras de Bruno Torturra, que se apresenta como “desidentificado”: “Prefiro a vertigem da desidentificação do que o falso refúgio das bandeiras de sempre”.
(Argumentos) Argumento 1	declaração	Como [eu] afirmei em meu artigo anterior, não estar em nenhum dos lados é posição. E forte.
	conclusão	Silenciá-la, pela desqualificação, é uma perda num momento em que, mais do que nunca, as vozes precisam ser ampliadas e não reduzidas. Muito menos caladas.
	citação	“ Os discursos partidários, pronunciados por muitos e sempre da mesma forma, tem sufocado, com sua abundância repetitiva, os discursos independentes”, diz Pablo Ortellado. Ou, na expressão de Moysés Pinto Neto: “É como um vórtice bipolar, sugando tudo para seu interior e reduzindo todas as posições às suas referências”.
Argumento 2	declaração	O país está, aparentemente, dividido por muros que impedem qualquer contato que não seja aos gritos. Ou que se realiza pelo espancamento, na tentativa de deletar literalmente o outro do espaço público.
	consequência	Os muros dos condomínios fechados, as cercas eletrificadas ganharam as ruas. E ninguém mais se escuta, cada pessoa um muro em si mesma, um portão armado, um vidro blindado e com <i>insufilm</i> .
	proposta	É preciso promover o desarmamento. É necessário tentar enxergar acima dos muros – e derrubá-los. Não a marretadas, mas pelo instrumento mais subversivo desse momento histórico: o diálogo.
	explicação	A conversa que só pode acontecer pelo reconhecimento do outro como alguém que pensa diferente, não como um inimigo a ser eliminado.
Argumento 3	declaração	É muito duro sustentar o lugar de <i>não saber</i> .

	avaliação	[Eu] Penso que é com essa dificuldade que também nos deparamos. [Eu] Tenho dúvidas se não é por isso que uma parte das pessoas, à direita e à esquerda, prefere aderir ao conforto de uma das narrativas, para pelo menos se iludir que há uma resposta, que há alguém que sabe. Aderir como tentativa de estancar a angústia de sentir-se sem chão. Talvez seja o momento de suportar o <i>não saber</i> e acolher as incertezas. Mas em movimento, no movimento da busca.
	declaração	No que se refere ao campo das esquerdas, também [eu] tenho dúvidas se não há, de novo, mais uma exortação ao “menos pior”, à eterna esperança da tal guinada à esquerda. Ou algo correspondente ao “voto útil” aplicado às manifestações. Mais uma conclamação, como se viu em eleições recentes e especialmente na última.
	questionamento	Será que os dias seguintes não mostraram, de forma bastante eloquente, que isso já não deu certo? Que isso só alargou o abismo e que já passou da hora de encarar o buraco e enfrentar os conflitos, por mais duro que seja, para que pelo menos exista uma chance de criar possibilidades?
Argumento 4	declaração	O diálogo é tão urgente que tem de ser provocado em todos os lugares.
	constatação	[Eu] Percebi que, neste momento, nem na minha própria coluna de opinião posso falar sozinha.
	fato (declaração)	[Eu] Convidei para este espaço, para nos ajudar a nos movermos, para além do que cada um acredita, algumas pessoas que têm ousado pensar e escrever, em geral em blogs e nas redes, sobre esse momento tão movediço, em que poucos se arriscam a dizer além do já dito. E a pensar fora das narrativas de adesão de um e outro lado.
	explicação	Estas , que já decoramos.
	declaração	[Eu] Trago para este espaço as vozes abafadas, as daqueles que não estão “em cima do muro”, mas “acima dos muros”, no plural.
	apresentação	Moysés Pinto Neto é escritor, professor da Universidade Luterana do Brasil, graduado em direito e doutor em filosofia.
	fato	Sua leitura do Brasil pode ser acompanhada no blog <i>O Ingovernável</i> .
	apresentação	Bruno Torturra se dedica a experimentar novos caminhos para a participação política e para o jornalismo, a partir das possibilidades de hiperconexão.
	fato	[Ele] Fundou a Mídia Ninja, essencial na cobertura de Junho de 2013, e se distanciou dela a partir do final daquele ano. Hoje , toca o Estúdio Fluxo.
	apresentação	Pablo Ortellado é filósofo, professor do curso de Gestão de Políticas Públicas na Universidade de São Paulo e coautor de <i>Vinte centavos: a luta contra o aumento</i> , entre outros.
	fato	Ele testemunhou, como pesquisador, todas as manifestações contra e a favor do impeachment organizadas em São Paulo.
	apresentação	Bruno Cava , autor de <i>A multidão foi ao deserto</i> , entre outros livros, e blogueiro do <i>Quadrado dos Loucos</i> , também é um

		atento investigador das ruas, pesquisador de lutas e movimentos urbanos há 11 anos, associado à Universidade Nômade.
	fato	Eles responderam, por e-mail, a três perguntas propostas por mim.
	contraste	Embora esses quatro interlocutores estejam próximos do campo das esquerdas , há diferenças consideráveis no seu modo de compreender esse momento.
	constatação	E há quem considere o conceito de esquerda, assim como o de direita, superados, insuficientes e redutores.
	conclusão	De modos diferentes, os quatro são observadores atentos de Junho de 2013 – o ponto de inflexão que não parece ter sido compreendido por protagonistas de ambos os lados.
Reiteração	declaração	A ideia , aqui, não é construir um terceiro discurso – ou um terceiro lado.
	explicação	Isso também seria empobrecedor.
	constatação	Não há homogeneidade.
	avaliação	E é mais interessante que ela não exista, que os discursos possam ser múltiplos.
	conclusão	Talvez, por isso, também seja difícil – ou mesmo impossível – nomear esse fora dentro. Ou esse além dos muros.
	explicação	A transgressão necessária , nesse momento tão delicado, é atravessar os muros com palavras.
	contraste	Mas essas palavras têm várias direções.

Eliane Brum, artigo de opinião -

http://brasil.elpais.com/brasil/2012/03/28/opinion/1459169340_306339.html

ETAPAS	FASES	TEXTO 19 (b) – Texto parcial
		ACIMA DOS MUROS <i>Nem de um lado nem de outro: o que dizem aqueles que têm, como posição, uma recusa às narrativas de adesão</i>
Tese	enumeração	Em cima do muro. Isentão. Colaboracionista do golpe. Covarde. Omissor. Ingênuo. Burro.
	declaração	Estes são alguns dos nomes dados a quem não está em nenhum dos lados do Brasil polarizado.
	explicação	Não se alinha – muito menos se enfileira – nem na narrativa “#ImpeachmentJá” nem na “#NãoVaiTerGolpe”. Nem amarelo, nem vermelho.
	conclusão	E, assim, é achincalhado pelos dois lados, como traidor de ambos.
	citação	Como disse Bruno Cava: “Me situo nesse lugar nada confortável de ser a esquerda que a direita gosta – e a direita que a esquerda gosta. Mas que, no fundo, ninguém gosta. Lugar de pensamento que ainda balbucia, mas que ainda pensa”. Ou, nas palavras de Bruno Torturra, que se apresenta como “desidentificado”: “Prefiro a vertigem da desidentificação do que o falso refúgio das bandeiras de sempre”.
(Argumentos) Argumento 1	declaração	Como [eu] afirmei em meu artigo anterior, não estar em nenhum dos lados é posição. E forte.
	conclusão	Silenciá-la, pela desqualificação, é uma perda num momento em que, mais do que nunca, as vozes precisam ser ampliadas e não reduzidas. Muito menos caladas.
	citação	“ Os discursos partidários, pronunciados por muitos e sempre da mesma forma, tem sufocado, com sua abundância repetitiva, os discursos independentes”, diz Pablo Ortellado. Ou, na expressão de Moysés Pinto Neto: “É como um vórtice bipolar, sugando tudo para seu interior e reduzindo todas as posições às suas referências”.
Argumento 2	declaração	O país está, aparentemente, dividido por muros que impedem qualquer contato que não seja aos gritos. Ou que se realiza pelo espancamento, na tentativa de deletar literalmente o outro do espaço público.
	consequência	Os muros dos condomínios fechados, as cercas eletrificadas ganharam as ruas. E ninguém mais se escuta, cada pessoa um muro em si mesma, um portão armado, um vidro blindado e com <i>insufilm</i> .
	proposta	É preciso promover o desarmamento. É necessário tentar enxergar acima dos muros – e derrubá-los. Não a marretadas, mas pelo instrumento mais subversivo desse momento histórico: o diálogo.
	explicação	A conversa que só pode acontecer pelo reconhecimento do outro como alguém que pensa diferente, não como um inimigo a ser eliminado.
Argumento 3	declaração	É muito duro sustentar o lugar de <i>não saber</i> .
	avaliação	[Eu] Penso que é com essa dificuldade que também nos deparamos. [Eu] Tenho dúvidas se não é por isso que uma

		parte das pessoas, à direita e à esquerda, prefere aderir ao conforto de uma das narrativas, para pelo menos se iludir que há uma resposta, que há alguém que sabe. Aderir como tentativa de estancar a angústia de sentir-se sem chão. Talvez seja o momento de suportar o <i>não saber</i> e acolher as incertezas. Mas em movimento, no movimento da busca.
	declaração	(Parágrafos suprimido.)
	questionamento	
Argumento 4	declaração	O diálogo é tão urgente que tem de ser provocado em todos os lugares.
	constatação	[Eu] Percebi que, neste momento, nem na minha própria coluna de opinião posso falar sozinha.
	fato (declaração)	[Eu] Convidei para este espaço, para nos ajudar a nos movermos, para além do que cada um acredita, algumas pessoas que têm ousado pensar e escrever, em geral em blogs e nas redes, sobre esse momento tão movediço, em que poucos se arriscam a dizer além do já dito. E a pensar fora das narrativas de adesão de um e outro lado.
	explicação	Estas , que já decoramos.
	declaração	[Eu] Trago para este espaço as vozes abafadas, as daqueles que não estão “em cima do muro”, mas “acima dos muros”, no plural.
	apresentação	Moysés Pinto Neto é escritor, professor da Universidade Luterana do Brasil, graduado em direito e doutor em filosofia.
	fato	Sua leitura do Brasil pode ser acompanhada no blog <i>O Ingovernável</i> .
	apresentação	Bruno Torturra se dedica a experimentar novos caminhos para a participação política e para o jornalismo, a partir das possibilidades de hiperconexão.
	fato	[Ele] Fundou a Mídia Ninja, essencial na cobertura de Junho de 2013, e se distanciou dela a partir do final daquele ano. (Parte da fase suprimida.)
	apresentação	(Restante do parágrafo suprimido.)
	fato	
	apresentação	
	fato	(Parágrafo suprimido.)
	contraste	
constatação		
conclusão		
Reiteração	declaração	(Parágrafo suprimido.)
	explicação	
	constatação	
	avaliação	
	conclusão	
	explicação	(Parágrafo suprimido.)
	contraste	

Eliane Brum, artigo de opinião -

http://brasil.elpais.com/brasil/2012/03/28/opinion/1459169340_306339.html

ANEXO

Textos sem análise.

Texto 1: O MANIQUEÍSMO É O ÓPIO DOS TOLOS

O Brasil encontra-se dividido entre as pessoas que pensam como nós (os bons, inteligentes e honestos) e as que pensam diferente de nós (os maus, burros e corruptos)

A frase que encima essa coluna é de Iacyr Anderson Freitas, um dos maiores poetas brasileiros contemporâneos. Ela revela bem o estranho e perigoso momento que estamos vivendo, no qual posicionarmo-nos em relação a todo e qualquer assunto, dos mais singelos aos mais polêmicos, tornou-se um exercício complexo. A sociedade brasileira encontra-se dividida em duas porções, a das pessoas que pensam como nós (os bons, inteligentes e honestos) e a das que pensam diferente de nós (os maus, burros e corruptos). A partir desse dualismo primário temos redefinido nossas amizades, amores e visão de mundo. Aceitar isso, no entanto, é trilhar o caminho pantanoso da mediocridade.

Recentemente, voltando de uma viagem de trabalho a Macau, ouvi, no trecho entre Dubai e São Paulo, um homem de seus trinta anos explicando à jovem argentina que regressava a Buenos Aires após o intercâmbio de um ano na Austrália, que a principal característica dos brasileiros era a tolerância. Decerto, ele buscava impressionar a moça com uma conversa mais intelectualizada e evocava a favor de seus argumentos todos aqueles estereótipos autocomplacentes que usamos para absolver as nossas mazelas, a “democracia racial”, a “alegria”, a “liberdade sexual”, a “diversidade da composição étnica”, etc.

Se pudesse interferir na conversa deles – o que não fiz – teria perguntado se podemos classificar de tolerante uma sociedade racista (que discrimina os descendentes de africanos e os índios), machista (cerca de cinco mil mulheres mortas por ano, o quinto maior índice de feminicídio do planeta), homofóbica (líder mundial de assassinatos de homossexuais), xenófoba (no caso, nossa intransigência é seletiva, apenas contra imigrantes pobres), e também, descobrimos há não muito tempo, fascista. Porque é uma atitude autoritária tentar impor nossas opiniões ao outro, e, quando frustrados, procurarmos desclassificar agressivamente nosso interlocutor. O totalitarismo não tem lado – ceifa à esquerda e à direita com a mesma intensidade.

O dramaturgo e cronista Nelson Rodrigues definiu certa vez o Brasil como a “pátria de chuteiras”. Dizia-se, na década de 1970, auge do futebol nacional, que éramos 90 milhões de técnicos, tal a paixão despertada pelo chamado esporte bretão. O país mudou, o futebol entrou em decadência, e transferimos e aprofundamos nosso ardor para a política. É no campo de batalha da internet que exercitamos hoje o papel de julgadores de nossos adversários, tornados de maneira sumária nossos inimigos. Envergando a toga da intolerância e sentados na cadeira das certezas absolutas, avaliamos implacáveis uns aos outros, condenando, cegos pelo ódio e pelo ressentimento, todo aquele que de nós ousar divergir, mesmo que minimamente.

O presidente Getúlio Vargas, que chegou ao poder por meio de um golpe de estado em 1930, renovado em 1937 com a instituição de uma ditadura, implementou sob seu governo uma legislação trabalhista e introduziu o Brasil na era industrial, criando as bases da nossa modernidade. O cognominado “pai dos pobres” administrou o país com mão de ferro, perseguindo os opositores – principalmente os comunistas – e entupindo as cadeias de presos políticos. Vargas tinha como lema “aos amigos, tudo, aos inimigos o rigor implacável da lei”, prática que parece revivida nos tempos que correm.

Quando crianças, ainda despidos de uma bagagem emocional e intelectual mais sofisticada, tendemos a separar as coisas do mundo em pares antagônicos para melhor entendê-lo: o dia e a noite, o doce e o salgado, o frio e o quente, o mocinho e o bandido. Trata-se de uma visão egocêntrica e rudimentar, que entretanto se transforma e diversifica à medida em que nos tornamos adultos. O problema é que nós, os brasileiros, por algum motivo, permanecemos confinados a essa visão infantilizada e binária que nos impede de enxergar algo que até a autora de best-seller erótico Erika Leonard James já descobriu: entre o preto e o branco há pelo menos 50 tons de cinza...

Comecei esse artigo evocando um poeta, termino citando o escritor Jeferson Tenório, que em artigo no jornal Zero Hora, sentenciou: “Em tempos de ódio, parece que nossa melhor saída é a transgressão pelo afeto”.

Luiz Ruffato – http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/30/opinion/1459339584_372231.html

Texto 2: A IMPRENSA NO BANCO DOS RÉUS

Não bastasse a crise interna da mídia quanto aos rumos que o setor deve tomar, hoje a imprensa é vista com descrédito, por muitos, como um negócio considerado de risco para investimentos e ainda acompanhado com ressalvas por parte do público.

A imprensa não apenas traz a notícia. Ela também é notícia. A mídia está no banco dos réus frente a uma sociedade polarizada. E não há muito que fazer. Parte se deve aos alunos formados e inseridos no mercado de trabalho como pães de forma – saem iguais e em série, ainda com formação calcada em modelos de outrora. Uma parte da categoria, porém, se rende a uma ansiedade por não apenas reportar, mas também analisar, avaliar e opinar.

O quadro é ruim. As poucas vagas de emprego que existiam na área se tornam quase inexistentes, a ponto de notícias de demissões nas redações já nem surpreenderem mais. O tempo necessário para reformulações também se torna artigo de luxo diante de uma demanda crescente na política brasileira. A função de reportar briga em muitos casos com interesses de alguns, em detrimento da necessidade de muitos em estarem informados.

Entre apontar erros na imprensa, ou entre legendas, antes quero lançar luz à polarização. Se o país está dividido, como alguns apregoam, ou ainda que não esteja, fica difícil encontrar saída se existir apenas uma linha de raciocínio que beira a lógica dos ‘8 ou 80’.

Mais matérias e menos colunas

Pensar, discutir, postar e dialogar de forma polarizada, ou entre dois extremos, é estar sempre condenado por alguém. É inocência acreditar que trazer qualquer dado não atingirá alguma parte. E, ao atingir, desperta reações.

Hoje se questiona tudo, juiz, Ministério Público, polícia, imprensa, sindicatos, ONG’s, líderes de qualquer setor, entre outros. Isso é válido. Mas, desde que as perguntas sejam realmente fruto de questionamentos que precisem de respostas. Ou seja, perguntar a partir de um compromisso com algo, ou alguém, e que não seja reflexo de dúvida, é se indispor com a verdade caso se contrariem as expectativas.

Vivemos dias em que o discernimento é pautado por aquilo que traz contentamento. Antes, os mais ortodoxos comentavam o dito popular de que “a verdade dói”. Já o politicamente correto sugere que não se entre em questões delicadas, ou que possam propiciar um embate com alguém. Assim, ou se opta por futilidades, ou acaba-se tomando partido.

Há profissionais que ainda surpreendem por se manterem na labuta e ofício antigo de reportar, independentemente de paixões pessoais. Destaco Ricardo Kotscho e Ricardo Boechat, que não deixaram que suas pré-disposições para algum dos polos sobressaíssem no trabalho do jornalista. Já outros, de igual tarimba e reconhecimento, sucumbem a uma disputa próxima a um Fla-Flu. Preferem não dar o braço a torcer e manter um discurso de donos da verdade.

O irônico é que, em tempos de redes sociais, as opiniões (como esta) proliferam. Será que não deveríamos chamar a atenção para a necessidade de mais reportagens e menos artigos, mais matérias e menos colunas? Em dias de vírgulas, é raro chegar a um ponto final.

Texto 3: A RESPONSABILIDADE DOS FORMADORES DE OPINIÃO

A crise por que passa o Brasil é profunda. Além dos óbvios aspectos político e econômico, há algo também na esfera da moralidade social que preocupa. A cultura da militância virtual ao mesmo tempo em que turbinou a participação política também ajudou a tirar das sombras o que há de mais tenebroso em nosso comportamento social. A falta de timidez com que a intolerância de toda sorte, o ódio de classe e de credo, o racismo, o machismo e outros ismos abomináveis circulam na internet ou nas ruas torna a comparação com a Europa do início do século passado quase inevitável. O clima de exacerbação política, de maniqueísmo ideológico e de irracionalidade discursiva deixa muito pouco espaço para a reflexão livre e honesta e para o debate baseado em ideias.

Além da preocupação óbvia sobre onde tudo isso pode nos levar (e a história mostra que a resposta causa arrepios só de pensar), é importante também pensar no que pode ter nos trazido até aqui. Quem ou o que alimenta esse fascismo que agora rosna confiante?

Obviamente que, como um fenômeno complexo, esse tipo de comportamento social tem causas diversas. Tenho o palpite, no entanto, de que a mobilização dessa militância fascistoide tem muito a ver com os formadores de opinião e com a maneira como reagimos à influência dos outros e à autoridade dos especialistas.

Na década de 1950, o psicólogo social polonês Salomon Asch realizou um experimento que consistia no seguinte: sob o pretexto de participar de um teste de acuidade visual, o voluntário da experiência era colocado em um grupo com mais sete pessoas que tinham de responder a perguntas simples e com respostas óbvias, como escolher entre três linhas retas qual era a de maior comprimento.

Ocorre que todos os demais participantes do grupo eram atores, instruídos para, propositadamente, escolherem uma alternativa claramente errada. Por mais óbvia que fosse a resposta certa, o teste mostrou que 75% dos participantes escolhiam a resposta errada em pelo menos uma das catorze rodadas de perguntas apenas para se alinhar ao grupo; 37% dos voluntários erraram a maioria das perguntas.

26 dos 40 participantes aplicaram o choque letal

Além da constatação perturbadora de que a convicção de um grupo distorce nossa própria percepção e confiança, o teste também mostrou que a discrepância do erro não interferia no resultado. Ou seja, o absurdo do erro não diminuía a taxa de adesão do participante à alternativa do grupo.

Outro experimento interessante foi feito uma década depois por um discípulo de Solomon Asch, o norte-americano Stanley Milgram, exatamente no ano em que o mundo se agitava em torno do julgamento de Adolf Otto Eichmann por seus crimes no comando da máquina de genocídio nazista. O experimento (que acaba de virar filme) foi o seguinte: um anúncio de jornal convidava pessoas a participarem de um estudo que supostamente mediria os efeitos da punição nos processos de aprendizado. Uma vez no laboratório, era explicado aos participantes que alguns deles fariam o papel de professor e outros de aluno.

Um questionário era aplicado pelos professores e, a cada resposta errada, ele deveria acionar um botão, que aplicaria uma carga elétrica no aluno na outra sala. Para demonstrar o funcionamento da máquina, um choque real de 45 volts era aplicado no voluntário. Os choques

a serem dados no aluno cresceriam em intensidade a cada erro, de 45 volts, inofensivo, até 450 volts, potencialmente letal. Tudo isso era acompanhado por um suposto pesquisador, vestido em um jaleco de cientista.

Ocorre que tanto o cientista quanto o aluno eram atores e os participantes do teste eram somente os professores que aplicariam os choques, e que também eram simulados. Os verdadeiros objetivos da pesquisa eram ver em que momento o voluntário desistiria de participar do experimento, já que o suposto sofrimento do aluno aumentaria em intensidade até a morte, e observar seu comportamento ao ser submetido à autoridade do pesquisador.

Os resultados foram impressionantes. Nada menos que 26 dos 40 participantes (65%) foram até o final e aplicaram o choque letal de 450 volts. Mesmo com os protestos e urros de dor vindos da sala ao lado, que cresciam até o silêncio, os participantes simplesmente obedeciam aos comandos do pesquisador em seu jaleco cinza, que repetia frases padronizadas como “por favor, continue”, “é necessário que você continue para o sucesso do experimento” ou “os choques não causam nenhum dano permanente aos tecidos”.

O preço a se pagar é alto demais

O que tudo isso tem a ver com os nossos fascistas? Em primeiro lugar, os estudos de psicologia social aqui referidos e a experiência histórica mostram que a linha que divide a civilidade e a barbárie moral e política é muito tênue, sobretudo em um contexto social de longa cultura autoritária, como o brasileiro. A autoridade exercida por figuras influentes do jornalismo ou da política, os grandes comunicadores, os formadores de opinião, têm efeito muito significativo em comandar e cancelar o fascismo que se avulta. Nem é preciso citar os nomes.

O silêncio, a complacência ou mesmo a militância das pessoas comuns que, inebriadas pelo clima de guerra e pela distorção cognitiva de achar que tudo se justifica, desde que ajude a derrotar o inimigo político do momento, também servem como vitamina para o monstro que estamos alimentando.

Como demonstra o estrago social, político e humanitário do nazi-fascismo europeu, não se deve brincar com certas coisas, pois o preço a se pagar é alto demais e nem de longe compensa o efêmero e mesquinho deleite de derrotar um inimigo eleitoral. A história, além disso, é implacável e não costuma perdoar os que, por conveniência momentânea, se permitem abraçar com o que há de mais sombrio na humanidade. Ainda há tempo para reagir.

Adilson Carvalho - <http://observatoriodaimprensa.com.br/discurso-do-odio/a-responsabilidade-dos-formadores-de-opinioao/>

Texto 4: MÍDIA E DEVER DE IMPARCIALIDADE

O que ingressa num texto escrito ou falado não é fato em si, ocorrência do mundo ôntico, fenomênico, mas sim seu relato, sua versão

Um dos aspectos mais relevantes trazido pelas eleições presidenciais no que tange à evolução e amadurecimento de nossas instituições democráticas é a questão da imparcialidade da mídia. Sem querer neste artigo ingressar no mérito de tal parcialidade, de sua origem, natureza e consequências políticas, pretendemos nos cingir a seus aspectos jurídicos e éticos. Ou seja, responder à questão de se algum nível de imparcialidade é passível de ser exigido no plano jurídico e no plano ético-jornalístico.

A primeira distinção que nos parece cabível é a dos planos informativo e opinativo inerentes à atividade jornalística. Toda atividade jornalística pressupõe a produção tanto de informações fáticas, quanto de opiniões a respeito desses mesmos fatos.

Por evidente, o que ingressa num texto escrito ou falado não é fato em si, ocorrência do mundo ôntico, fenomênico, mas sim seu relato, sua versão. É a linguagem descritiva do fato que ingressa na produção jornalística. Como linguagem que é, passará o relato do fato por todo o universo subjetivo de percepção da pessoa que produz o referido relato, podendo ser distorcida em sua finalidade maior, qual seja a de descrever, logo, de coincidir discurso e realidade descrita.

Uma das mais relevantes tarefas da ética jornalística, a nosso ver, cinge-se exatamente a estabelecer procedimentos que aproximem o relato dos fatos da maior objetividade e imparcialidade possível, por mais que a total eliminação da álea natural de subjetividade seja impossível. As opiniões, ao contrário, pertencem ao território da mundividência de cada qual, sendo passíveis de avaliação segundo critérios próprios da teoria da argumentação, mas nunca de se exigir imparcialidade no sentido de terem suas conclusões necessariamente aprovadas por qualquer instância objetiva de juízo.

No plano das opiniões, a imparcialidade, sempre tratada aqui como valor e não como técnica, não se dá pela objetividade ou universalidade do discurso, mas sim pela produção concorrente, no mesmo espaço, de discursos diversos, ou seja, pela noção de pluralismo, onde todos discursos diversos concorrem em igualdade de condições de convencimento. No plano das opiniões, portanto, imparcialidade significa pluralidade de discursos e não impedimento de determinadas conclusões ou formulações discursivas por qualquer critério que seja.

A questão a saber é se tal imparcialidade, seja pela objetividade máxima possível, requerida da descrição do fato noticiado ou pela pluralidade de opiniões no mesmo espaço comunicativo, é apenas um dever ético ou uma obrigação jurídica dos meios de comunicação. A resposta é polêmica e necessariamente complexa, e a nosso ver, depende do regime jurídico do meio de comunicação em questão.

Em nosso ponto de vista, diferem substancialmente os regimes jurídicos da mídia impressa e da mídia de Televisão e rádio. O jornalismo impresso e por Internet são atividades submetidas à titularidade privada no plano jurídico, mantendo-se sob ampla proteção do direito constitucional a liberdade de expressão, podendo apenas, a nosso ver, sofrer consequências jurídicas quando implicarem evidente ofensa à honra e imagem pessoal, nos termos da legislação penal e cível comuns, e nos termos do inciso V do artigo 5º de nossa Constituição.

A exigência de imparcialidade/objetividade no relato de notícias é de natureza ética para esta modalidade de mídia, sendo controlada pela crítica externa dos cidadãos e dos demais veículos, mas jamais passível de ser entendida como um dever jurídico. O dever de pluralismo de opiniões, a nosso ver, nos veículos de mídia impressa ou virtual é inexistente mesmo no plano ético. Nada impede que um veículo noticioso de caráter impresso seja constituído para veicular apenas opiniões de um determinado sentido, que tenha caráter partidário, ideológico ou afins.

O que se exige em termos éticos, no tocante à dimensão opinativa desses veículos, é apenas a declaração de sua intenção. Não nos parece ético que determinado veículo se venda ou se declare como imparcial ou pluralista e de fato só emita opiniões num determinado sentido. Não é ético querer "bater como advogado e apanhar como juiz", ou seja, emitir opiniões apenas num sentido, com a estatura de ser pluralista e imparcial para se escudar de críticas a seu comportamento parcial como veículo.

De qualquer forma, as exigências tratadas, no tocante a estes veículos, têm caráter apenas ético, não sendo dotadas de juridicidade, nem submetendo os veículos a qualquer obrigação de natureza jurídica, nos termos de nossa ordem constitucional, ressalvado, claro, a preservação da honra e imagem nos termos da legislação penal e cível comuns.

O mesmo já não podemos afirmar com relação à comunicação por TV aberta ou rádio. Essas atividades, nos termos do artigo 223 de nossa Constituição federal, são serviços públicos, prestados por concessão a particulares, mas titularizados sempre pelo Estado. Ocorre, contudo, que nossa Constituição se preocupou com a independência que tais prestadores devem guardar do executivo-concedente na realização da atividade jornalística e, para tanto, outorgou aos referidos concessionários extrema proteção a seus direitos privados de concessão. Menos dificuldades encontra o Poder Público para desapropriar a moradia de qualquer cidadão do que não renovar um desses contratos de concessão, o que só deve ocorrer por votação de maioria de dois quintos do Congresso Nacional (§2º do art. 223). Por evidente, tais direitos são garantidos por tão incisiva proteção não para mero privilégio de seus titulares, mas como forma de garantia à livre expressão de notícias e opiniões nestes veículos.

Obviamente, o regime jurídico referido busca garantir tais veículos para que não sejam constrangidos a emitir opiniões e manipular notícias em favor dos governos e não como um escudo a que estabeleçam outras formas também nocivas de parcialidade. Como serviço público que são, as atividades de rádio e televisão têm o dever constitucional de produzir suas notícias por procedimentos garantidores de sua máxima objetividade possível, bem como realizar em sua atividade opinativa a maior pluralidade possível de opiniões, consoante o princípio da pluralidade que serve de fundamento de nossa República, nos termos do inciso V do artigo 1º de nossa Carta.

Por fim, também nos parece claro que é vedada qualquer forma de censura ou intimidação estatal à atividade livre do jornalismo de opinião ou de produção de notícias, em qualquer veículo impresso ou de rádio e televisão, mesmo quando realizados tais atos pelo Judiciário ou pelo Ministério Público, como observamos na ordem judicial contra o jornal O Estado de São Paulo ou na investigação aberta contra a revista Carta Capital, nos termos dos incisos IV e IX do artigo 5º e do artigo 220 de nossa Constituição.

Pedro Estevam Serrano - <http://www.cartacapital.com.br/politica/midia-e-dever-de-imparcialidade>

Texto 5: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DE JOVENS NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTUDOS RECENTES

A juventude na contemporaneidade

A “questão juvenil” vem ocupando, nas últimas duas décadas, um lugar de significativa relevância no contexto das grandes inquietações mundiais. Isso se expressa tanto em preocupações mais gerais relacionadas com a inserção dos jovens na vida adulta quanto em âmbitos específicos que relacionam os jovens com as famílias, a educação, o mundo do trabalho, a sexualidade, as novas tecnologias, as drogas e a violência, dentre outros aspectos.

Uma das características de nossas sociedades contemporâneas está relacionada com a velocidade das mudanças que ocorrem nas esferas da produção e reprodução da vida social. Sem dúvida, os jovens são atores-chave desses processos e interagem com eles algumas vezes como protagonistas e beneficiários das mudanças e por outras vezes sofrem os prejuízos de processos de “modernização”, produtores de novas contradições e desigualdades sociais.

As preocupações com a juventude se orientam em grande medida pela percepção de que as próprias sociedades se inviabilizam com a interdição do futuro das gerações mais jovens. Sobre esta juventude ameaçada se depositam também as esperanças da renovação, muitas vezes idealizando-se uma natural capacidade dos

jovens para a participação, a transformação e a mudança.

Para Melucci (1994), ser jovem não é tanto um destino, mas implica na escolha de transformar e dirigir a existência. É nesta perspectiva que os jovens são considerados a ponta de um iceberg que, se compreendida, pode explicar as linhas de força que alicerçarão as sociedades no futuro (Melucci, 2001 e 2004). Hoje, estes possuem um campo maior de autonomia frente às instituições do denominado “mundo adulto” para construir seus próprios acervos e identidades culturais. Há uma rua de mão dupla entre aquilo que os jovens herdaram e a capacidade de cada um construir seus próprios repertórios culturais.

Sem desconsiderar os pesos específicos das estruturas e condicionamentos sociais, um dos princípios organizadores dos processos produtores das identidades contemporâneas diz respeito ao fato dos sujeitos selecionarem as diferenças com as quais querem ser reconhecidos socialmente. Isso faz com que a identidade seja muito mais uma escolha do que uma imposição. Uma das mais importantes tarefas das instituições, hoje, é contribuir para que os jovens possam realizar escolhas conscientes sobre suas trajetórias pessoais e constituir os seus próprios acervos de valores e conhecimentos que já não mais são impostos como heranças familiares ou institucionais. O peso da tradição encontra-se diluído e os caminhos a seguir são mais incertos.

A sociedade se vê atravessada por processos societários inéditos como consequência de mutações de natureza global. Um tempo histórico de aceleração temporal estaria criando uma nova juventude (Leccardi, 2006). Essa se desenvolveria em contextos de novas alternativas de vida apresentadas pelo desenvolvimento científico-tecnológico e novos padrões culturais nos relacionamentos entre as gerações, mas também de riscos e incertezas de um processo de globalização marcado pela desigualdade de oportunidades e pela fragilização dos vínculos institucionais.

Para Leccardi (2006), a velocidade contemporânea tem conseqüências marcantes, não só para a vida das instituições, mas também para construções biográficas individuais que são forçadas a uma contínua mistura.

Paulo Carrano - http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSocial27_Carrano1.pdf

Texto 6: O SILÊNCIO É UM GRANDE TAGARELA

Acredite se quiser. O silêncio tem voz. O silêncio fala. O que é perfeitamente normal no universo humano. Ou você pensa que só o nosso falar, comunica? O silêncio também comunica. E muito. O silêncio pode dizer muita coisa sobre um líder, uma organização, uma crise, uma relação.

Mesmo que a mudez seja uma ação estratégica, não adianta. Logo mais, alguém vai criar uma versão sobre aquele silêncio. Interpretá-lo e formar uma opinião. As percepções serão múltiplas. As interpretações vão correr soltas. As opiniões formarão novas opiniões e multiplicarão comentários. O silêncio, coitado, que só queria se preservar acabou alimentando uma rede de conversas a seu respeito. Porque não adianta fingir que ninguém viu, que passou despercebido. Não passou. Nada passa despercebido – nem o silêncio.

A rádio corredor então, é imediata. Na roda do café, no almoço, no happy-hour. Todos os empregados vão comentar o que perceberam com aquele silêncio oficial, com o que ficou sem uma resposta. Com o que ficou no ar. Com a falta da comunicação interna.

E as redes sociais, com suas vastidões de blogs, chats, comunidades e demais canais vão falar, vão comentar e construir uma imagem a respeito do silêncio. Porque o silêncio, que não se defende porque não emite sua versão oficial – perde uma grande oportunidade de esclarecer, de dar a volta por cima e mudar percepções, influenciar. Porque se a palavra liberta, conecta, une; o silêncio perde, esconde, confunde, sonega.

Afinal, não existem relações humanas sem comunicação. Sem conversa. São as pessoas que dão vida e voz às empresas, aos governos e às organizações. Mesmo dois mudos se comunicam por sinais e gestos. Portanto, o silêncio também fala. Mesmo que não queira dizer nada.

Por isso, é preciso conversar. Saber o quê, quando, como falar. Saber ouvir. Saber responder. Interagir. Este é um mundo que clama por diálogo. Que demanda transparência. Assim como os mercados, os clientes e os consumidores. Assim como os cidadãos e os eleitores, mais do que nunca! E o silêncio é uma voz ruidosa. Nunca foi bom conselheiro. Desde a briga de namorados. Até as suspeitas de escândalos financeiros, fraudes, desastres ambientais, acidentes de trabalho.

O silêncio é um canto de sereia. Só parece uma boa solução, porque a voz do silêncio é um grito com enorme poder de eco. E se você não gosta do que está ouvindo, preste atenção no que está emitindo. Pois de qualquer maneira, sempre vai comunicar alguma coisa. Quer queira, quer não. De maneira planejada, sendo previdente. Ou apagando incêndios, com enormes custos para a organização, o valor da marca, a motivação dos empregados e o próprio futuro do negócio.

Enfim, o silêncio nem parece, mas é um grande tagarela.

Luiz Antônio Gaulia - <http://gaulia.blogspot.com.br/2009/12/o-silencio-e-um-grande-tagarela.html>

Texto 7: UM ATENTADO QUE TEM POR OBJETIVO SEMEAR INTOLERÂNCIA

O massacre na *Charlie Hebdo* não foi somente um ataque ao semanário satírico francês, nem apenas um ataque à liberdade de expressão. Foi um atentado da intolerância em favor da intolerância. Os atiradores, identificados por ora como cidadãos franceses muçulmanos de origem árabe, gritavam que queriam vingar o profeta, numa referência às charges que satirizam Maomé, consideradas ofensivas pela maioria dos muçulmanos. O Islã proíbe a mera representação visual de Maomé.

Mas há anos charges assim são veiculadas pela mídia na Europa. A primeira grande polêmica ocorreu em setembro de 2005, quando o *JyllandPosten*, da Dinamarca, publicou uma série de charges de Maomé. O jornal e os cartunistas foram ameaçados. Países islâmicos boicotaram produtos dinamarqueses e congelaram relações com o país. A embaixada da Dinamarca em Beirute foi incendiada. Diante da repercussão e em defesa da liberdade de expressão, vários jornais europeus republicaram as charges.

Por que, então, esse ataque agora? E por que a *Charlie Hebdo*? Certamente não é coincidência que o atentado tenha ocorrido num momento de forte tensão política e social na Europa com relação à imigração islâmica.

Há décadas o tema da integração de grandes comunidades muçulmanas nas sociedades ocidentais é alvo de debate e fricção em países europeus. Alguns episódios de destaque simbolizam as dificuldades inerentes a essa questão. Em 2009, após um plebiscito, a Suíça proibiu a construção de novos minaretes.

Em 2010, o governo da França proibiu o uso de qualquer peça de vestuário que escondesse o rosto das pessoas em público, sendo acusado pelos muçulmanos de mirar especificamente o uso de burca e de véus pelas mulheres muçulmanas. Mas, talvez em parte como decorrência da crise econômica na Europa, parece haver agora um sentimento crescente, ou pelo menos cada vez mais visível, de islamofobia.

Na Alemanha, foi criado em outubro do ano passado o grupo Patriotas Europeus Contra a Islamização do Ocidente (PEGIDA, na sigla em alemão), que vem organizando manifestações pelo país. Na Suécia, três mesquitas foram alvo de ataques nas últimas semanas. O livro atual mais comentado na França, *Soumission (Submissão)*, é uma ficção sobre a islamização do país num futuro próximo, que incluiria a eleição, em 2022, do primeiro presidente muçulmano.

Em vários países europeus, como esses três citados, agremiações anti-imigração, de extrema direita, estão em ascensão. A líder da Frente Nacional, Marine Le Pen, lidera as pesquisas de intenção de voto para a Presidência na França. O partido foi o mais votado nas eleições do ano passado para o Parlamento Europeu.

Questão relevante

O que os atiradores da *Charlie Hebdo* no fundo desejavam era justamente fomentar essa tensão, dificultar ao máximo a convivência pacífica entre cristãos e muçulmanos e favorecer grupos e partidos políticos europeus que defendem a intolerância, a xenofobia, o preconceito, o ódio, as sociedades fechadas, a limitação das liberdades, o autoritarismo e a violência.

Os atiradores querem transformar os outros, sejam cristãos ou muçulmanos, em intolerantes iguais a eles. Para isso, atacaram o país, a cidade onde se desenvolveram os valores iluministas que há três séculos dominam a cultura política do Ocidente.

A reação inicial na Europa sugere que os terroristas podem ter sucesso. Ontem, por exemplo, Marine Le Pen propôs um plebiscito sobre a volta da pena de morte na França. O secretário geral da italiana Liga Norte, Matteo Salvini, criticou o papa Francisco por ele querer dialogar com o Islã. E locais islâmicos foram atacados em diversas partes da França.

É incerto se essa onda anti-islâmica renderá mais votos e se vai se traduzir em poder político. Um sinal virá em maio, com a eleição legislativa britânica. O Partido da Independência do Reino Unido (Ukip) é abertamente contra a imigração, ainda que a sua principal proposta seja retirar o país da União Europeia.

Responder a isso será um tremendo desafio para o *establishment* político europeu, já abalado pela grave crise econômica e o elevado desemprego que assolam a região.

Para o Brasil, essa questão não é irrelevante. O país está sujeito à influência do debate político e cultural na Europa. O avanço de partidos e ideias extremistas por lá pode logo ser importado, como já ocorreu no passado.

http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed833_um_atentado_que_tem_por_objetivo_semeiar_intolerancia

Texto 8: O SEXO TRISTE DOS JOVENS

"A nós, adultos, cabe não desviar os olhos, mas trabalhar na esperança de que um dia nossos adolescentes conheçam o sexo com ternura"

Procuro ser aberta ao novo, ao que me agrada no novo e também ao que exige um certo tempo para ser assimilado. Às vezes há o que não vale a pena ser assimilado, então, vou buscar outras paisagens. Eventualmente não sabemos se vale ou não, então, a gente fica humilde e espera. Uma novidade (para mim) espantosa, narrada e confirmada em mais de um lugar no país, é dessas que não quero assimilar. Se possível, enterrava numa cova funda, varrida para baixo de mil tapetes, fazia de conta que não existia: o sexo (ou simulacro de sexo) sem encanto, sem afeto, sem tesão, o sexo triste ao qual são coagidos pré-adolescentes, quase crianças, em famílias de classe média e alta. Essas que pensamos estar menos expostas às crueldades da vida.

Talvez eles não precisem comer lixo, correr das balas dos bandidos, suportar brutalidades e incestos, tanto quanto os mais desvalidos. Seu mal vem sob outro pretexto: o de ser moderno e livre, ser aceito numa tribo, causar admiração ou inveja. Cresce, que eu saiba, o número de meninas de 12 a 14 anos grávidas. O impensável ocorre muitas vezes em festinhas nas quais se servem bebidas alcoólicas (que elas tomam, ou pagariam mico diante das amigas, e com essa desculpa convencem os pais confusos), não há nenhum adulto por perto (seria outro mico, e assim elas chantageiam os pais omissos), e ninguém imaginaria o que ia rolar.

Nessas ocasiões pode rolar coisa assombrosa sob o signo da falta de informação, autoridade e ação paternas. Nem sempre, mas acontece. Crianças bêbadas no chão do banheiro de clubes chiques, adultos cuidando para não sujar o sapato no vômito não são novidade (ambulância na porta, porque algumas dessas meninas ou meninos passam mal de verdade); quantas meninas consigo beijar na boca numa festinha dessas? Em quantos meninos consigo fazer sexo oral? Sexo que vai congelando as emoções ou traz uma doença venérea, quem sabe uma absurda gravidez – interrompida num aborto, de sérias consequências nessa idade, ou mantida numa criança que vai parir outra criança.

"Roubaram a sexualidade desses meninos", me diz uma experiente terapeuta. Não deixaram tesão nem emoção, mas uma espécie de agoniado espanto, nessas criaturas inexperientes que descobrem seu corpo da pior maneira, ou aprendem a ignorá-lo, estimuladas ou coagidas por incredulidade ou fragilidade familiar, pelo bombardeio de temas escatológicos que nos assola na TV e na internet, com cenas grotescas, gracejos grosseiros em torno do assunto – "valores" e "pudor", palavras hoje tão arcaicas. Efeito da pressão de uma sociedade imbecilizada pela ordem geral de que ser moderno é liberar-se cada vez mais, sem saber que dessa forma mais nos aprisionamos. Precisamos estar na crista da onda em tudo, tão longe ainda da nossa vida adulta: sendo as mais gostosas e os mais espertos, desprezando os professores e iludindo os pais, sendo melancolicamente precoces em algumas coisas e tão infantilizados e ignorantes em outras, nisso incluindo nosso próprio corpo, emoções, saúde e vitalidade.

A nós, adultos, cabe não desviar os olhos, mas trabalhar na esperança (caso a tenhamos) de que nossos adolescentezinhos, às vezes ainda crianças, vivam de maneira natural essa delicada fase, e um dia conheçam o sexo com ternura, na tesão de sua idade – forte e boa, imprevista e imprevisível, com seu grão de medo e perigo, beleza e segredo. Que essas criaturinhas sejam mais informadas e mais conscientes do que, muito mais protegidas que elas, nós éramos. Mas seguras e saudáveis, não precisando lesar sua bela e complexa intimidade com tamanha violência mascarada de liberdade ou brincadeira. Sobretudo, sem serem estimuladas a lidar de modo tão insensato com algo que pode lhes causar traumas profundos, ou anular um aspecto muito rico de sua vida. É difícil, mas a gente precisaria inventar um movimento consciente, cuidadoso, responsável, contra essa onda sombria que quer transformar nossas crianças em duendes pornográficos, deixando feias cicatrizes, e fechando-lhes boa parte do caminho do crescimento e do aprendizado amoroso.

Lya Luft – Revista *Veja* – Edição 2166 / 26 de maio de 2010

Texto 9: EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE ‘POKÉMON GO’

No campo educacional, cabe um destaque especial às possibilidades decorrentes do uso ilimitado dessas tecnologias digitais

O aplicativo *Pokémon Go*, lançado há poucas semanas nos Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia, já é o jogo mais baixado da história da internet. Ele marca, simbolicamente, o ingresso definitivo em um contexto inédito de utilização em grande escala de simulações, realidade aumentada e inteligência artificial.

Alguns podem entendê-lo simplesmente como um jogo de sucesso e não estarão errados, mas certamente não terão capturado a real dimensão em termos de impactos associados em todas as demais áreas. Por exemplo, as consequências educacionais do uso intensivo de realidade aumentada e de inteligência artificial são ainda preliminares, mas serão profundas e duradouras. Um novo capítulo será aberto quanto à preparação de profissionais para atuarem neste novo mercado, fruto de mudanças em grande escala nos modelos de negócios e de gestão.

Embora parte desses recursos e ferramentas já esteja disponível há décadas, seu uso intensivo ainda está no seu início. Os especialistas calculam que estamos falando de um mercado de centenas de bilhões de dólares anuais. Em suma, daquilo que hoje é eventual e incipiente, migraremos muito rapidamente para usos generalizados e abrangentes. No campo educacional, cabe um destaque especial às possibilidades decorrentes do uso ilimitado dessas tecnologias digitais, incluindo a impressora tridimensional, integrando informações virtuais a visualizações do mundo real, confundindo ambas e gerando múltiplas e inimagináveis possibilidades.

O mundo ocidental vivenciou algo similar há aproximadamente dois séculos com o início da Revolução Industrial, especialmente com a invenção de máquinas motorizadas e com o desenvolvimento da tecnologia de geração de energia elétrica. Como consequência, tivemos a migração progressiva da população do campo para a cidade e a transformação do trabalho individual ou familiar na agricultura para o estilo fordista/taylorista de grandes massas nos ambientes das fábricas. Na verdade, aquele foi o capítulo preliminar das transformações em etapas do trabalho humano, inicialmente mediado por máquinas, depois plenamente substituído por elas e, atualmente, interagindo com máquinas que aprendem.

No período que começou no século XIX e perdurou ao longo do século XX, o trabalho braçal, pouco especializado e não dependente de instrução escolar específica, gradativamente perdeu espaço para a exigência de profissionais mais especializados, preparados via um ensino compatível com tais necessidades. O modelo industrial clássico e os serviços associados moldaram a escola e as metodologias educacionais do século XX. De forma análoga, adentrar uma sociedade com alto nível de automação, agora conjugada a máquinas que aprendem, e onde a informação está totalmente acessível, instantaneamente disponibilizada e gratuita impõe mudanças profundas no que educar passa a significar.

Nos séculos XIX e XX, ensinar estava basicamente associado a transmitir informações, técnicas e procedimentos compatíveis com as demandas do mundo do trabalho contemporâneo àquela época. Nos tempos atuais, educar passa a significar, principalmente, aquilo que permanece depois que esquecemos o que nos foi ensinado. O aprender a aprender e o saber trabalhar em

equipe mostram-se nos recentes contextos mais relevantes do que propriamente o conteúdo objeto do ensino.

Nestas próximas semanas, quando *Pokémon Go* será lançado no Brasil, importante percebermos que inteligência artificial e realidade aumentada, em conjunto com metodologias educacionais compatíveis, podem viabilizar um ensino flexível e personalizado, que constituirão as bases de uma educação inovadora em construção.

Ronaldo Mota - <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/educacao-em-tempos-de-pokemon-go-ddv3vs2tooi2o7orqgd6azm1v>

Texto 10: CARTA ARGUMENTATIVA (1)

Piratini, 13 de dezembro de 2013.

Senhor governador Tarso Genro,

É lamentável reconhecer a fragilidade das estruturas educacionais do Instituto Estadual de Educação Ponche Verde e mesmo em nosso amado estado gaúcho, de maneira que se faz necessária a maior atenção à qualidade de ensino, à estrutura dos educandários e, em especial, ao referido Instituto.

A educação, de maneira geral, é o maior patrimônio que um indivíduo pode adquirir durante a vida: é inalienável e imprescindível. O saber formal, contudo, é a base para a ascensão social e espiritual de cada cidadão, como também para o desenvolvimento científico e tecnológico de qualquer país, logo, quanto maior a qualidade instrutiva desse saber, maior será a qualidade dos serviços e das condições de vida de um Estado; poder-se-ia dizer, grosso modo, que o IDH está diretamente ligado à questão educacional. Destarte, é a educação de seu povo o melhor instrumento para auferir-se o desenvolvimento do Brasil e, dentro deste, do aprimoramento de cada unidade federativa, de forma que se presume serem as unidades mais relevantes e influentes aquelas cuja qualidade educacional é maior.

Nesse tocante, o governo estadual gaúcho passa a ter não somente o compromisso legal de assegurar um sistema educacional de alta qualidade, como também o dever moral – e mesmo certo interesse político junto à União – de fazê-lo. Para tanto, é necessário não apenas uma política educacional bem desenvolvida e aplicada, com métodos atuais e pautada por parâmetros internacionais, ao invés de metodologias arcaicas e falidas, como também de ambientes de estudo seguros e confortáveis. Assim, o governo deve cuidar de assegurar aos gaúchos educandários bem estruturados, embora não luxuosos como algum gestor, há muitas décadas, supôs. Os investimentos devem ser sensatos e obedecer a verdadeiras necessidades, e não se vincular a estereótipos; aulas podem ser ministradas até em um galpão bem limpo e construído, mas jamais num prédio vetusto, porém com sala de informática de última geração abandonada “às traças”.

Não obstante, é, com certa alegria, que recebi há poucas semanas, por intermédio da mídia televisiva, a informação de que o governo concluiu cerca de 1.100 reformas de escolas públicas. Assim, espero que o Instituto Ponche Verde seja também galardoado com a mesma investidura, pois se trata de um prédio quase centenário, o qual durante mais de 85 anos foi o único a abrigar uma escola de Ensino Médio em todo o município de Piratini, concatenando em seu pouco espaço físico o homérico número de alunos tanto da rede pública municipal de ensino, quanto da rede pública estadual, cujas instituições não abrigavam mais que o Ensino Fundamental. Hodierno encontra-se decadente, com cerca de quatro salas de aula interditadas pelo Corpo de Bombeiros porque parte do telhado desabou, sem falar no assoalho em farrapos e nas aberturas comprometidas, tanto quanto se pode perceber da estrutura pelos remendos e rachaduras visíveis às paredes. O Instituto corre o risco de ter mais âmbitos interditados pela autoridade civil, de modo que seu funcionamento e o porvir de centenas de alunos quedam a perigo.

Porquanto, compreende-se que, apesar da imensa dedicação e dos esforços admiráveis da atual gestora, Maria Lúcia M. Corral, de sua equipe diretiva e mesmo do quadro geral de servidores em manter o educandário e proporcionar aos alunos um ambiente confortável e seguro, a revitalização do I.E.E. Ponche Verde faz-se emergencial. No ano corrente, pelo que sabe as aulas somente não foram interrompidas devido aos inspetores de segurança haverem permitido o funcionamento parcial de algumas instalações que, todavia, não passarão em nova devassa. Atualmente até mesmo o auditório está servindo de sala de aulas para duas turmas, estando dividido ao meio pelos armários de zinco da sala dos professores, a qual foi igualmente transformada em sala de aula. Os professores estão dividindo sala no intervalo com o SOE e com o Almojarifado. Trata-se não apenas de uma questão política/econômica como supracitado, mas também – e preponderantemente – de uma questão de segurança pública de excepcional interesse do povo e, por conseguinte, do governo, como também uma obrigação legal e moral deste para com seus representados.

Atenciosamente,

Mateus Silva Farias

<http://livredialogo.blogspot.com.br/2013/12/carta-argumentativa-ao-exm-sr.html>

Texto 11: CARTA ARGUMENTATIVA (2)

São Paulo, 6 de setembro de 2009.

Prezado Senhor Deputado Paulo Vasconcelos,

Em breve o Congresso Nacional estará revendo a Constituição promulgada em 88. Entre os temas polêmicos que farão parte dessa revisão certamente estará a obrigatoriedade do voto.

A discussão sobre esse assunto perde sentido sem uma reflexão sobre seu significado. Durante anos a sociedade brasileira buscou reinstaurar a democracia, regime em que o voto tem papel decisivo, já que é canal privilegiado de expressão da vontade popular.

Se a democracia plena está inevitavelmente vinculada à possibilidade de escolher, o próprio ato de votar deveria ser uma escolha. É assim nos Estados Unidos, país considerado por muitos como exemplar modelo democrático.

Portanto, Excelência, é de se estranhar que, em uma democracia, o direito do voto transforme-se em obrigação. Os votos nulos e brancos quase ganharam as eleições de 89 em algumas localidades do país. Boa parte dos eleitores desses votos apenas cumpriram uma obrigação para não sofrerem as penalidades da lei. Tais números até podem servir para expressar a descrença de inúmeros brasileiros. Mas, enquanto não ficar claro que voto é direito, expressão de uma vontade, não estaremos construindo um Estado verdadeiramente democrático.

O senhor não concorda que, apenas quando entendermos de fato ser o voto um direito, não obrigação, poderemos também entender o que significa direito à vida, à liberdade, à saúde e à educação, à igualdade de oportunidades e outros direitos garantidos pela Constituição, mas não pela prática social.

Por isso gostaria de, como cidadã, ver-me representada por Vossa Excelência. Conto com a lucidez que tem demonstrado para defender em plenário a não obrigatoriedade do voto. Como eu, tenho certeza de que muitos outros brasileiros agradecem seu apoio e decidida vontade de contribuir para a construção de uma verdadeira democracia brasileira.

Atenciosamente,

C.S.S.

Redação no vestibular. São Paulo: Texto e ofício, s.d., p. 105 - adaptado.

Texto 12: JUSTIÇA PELAS PRÓPRIAS MÃOS É ESTADO DE BARBÁRIE, POR HENRIQUE TIBÚRCIO

Leia o artigo do presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio, publicado na edição desta sexta-feira (21), no jornal Correio Braziliense.

A reação de parte da sociedade, de alguns políticos e até mesmo de alguns profissionais da imprensa diante dos terríveis episódios de ações de justiceiros no País é lamentável, para não dizer assustadora. Apoiar a agressão física, ou melhor, o espancamento público de pessoas que cometeram crimes revela a iminência de um estado de barbárie e demonstra a face cruel de uma sociedade que, amedrontada pela violência urbana, reage na mesma medida, se igualando, muitas vezes, àqueles que repudia.

Em poucos dias, a reação em cadeia é alarmante. Pelo menos cinco Estados brasileiros relataram agressões públicas a pessoas que teriam cometido algum tipo de delito: Rio de Janeiro, Santa Catarina, Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul.

É inadmissível consentir tal comportamento em um Estado democrático de direito, onde os cidadãos e as instituições devem obediência à lei. Todos nós, independente de classe social, cor da pele ou poder aquisitivo, somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, com direito ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório, segundo a Constituição Federal.

São inaceitáveis as justificativas de “Estado omissivo”, lentidão do Judiciário e ineficiência da polícia. Os problemas existem sim e precisam ser enfrentados. A população demonstra descrença nas leis, na Justiça e no aparato policial. Entretanto, nada disso pode servir para legitimar tamanha brutalidade, sob o risco da banalização. Em uma democracia, não pode haver justiça pelas mãos da sociedade, do contrário podemos sucumbir à guerra civil, ou pior, à barbárie medieval. A devida apuração dos fatos e a punição dos agressores são fundamentais para coibir a repetição do crime Brasil afora, e são exatamente essas as cobranças da OAB-GO junto às autoridades.

Os índices de criminalidade assombram o cidadão, é claro, e ele não obtém resposta imediata e satisfatória do poder público. Mas é preciso manter a cobrança, o protesto, a luta por investimentos reais e planejamento de políticas sociais que visem transformar a segurança pública em um serviço eficaz.

Neste ano de 2014, o Brasil aumentou sua participação no ranking de 50 cidades com maior índice de homicídios do mundo da ONG mexicana Conselho Cidadão Para a Segurança Pública e Justiça Penal. O relatório anual divulgado em janeiro contém 16 cidades brasileiras no ranking, infelizmente. Se seguirmos pelo caminho dos justiceiros e não combatermos isso prontamente, os números, que já superam países em guerra, serão bem piores.

A sociedade brasileira não pode ceder a discursos irresponsáveis como o da jornalista Raquel Sheherazade que faz apologia clara à violência e atacam a defesa dos direitos humanos. Concordar com esse tipo de opinião é o caminho mais curto para o caos, principalmente quando a agressão é cometida por pessoas que se classificam como “cidadão de bem”.

As políticas de segurança pública vêm se mostrando ineficazes há muito tempo, por isso mesmo é preciso reagir urgentemente por meio de uma força tarefa que envolva todas as esferas. A sociedade clama por respostas e é dever do poder público assumir a responsabilidade da

situação com ações efetivas, que, com certeza, não passam por questões como redução da maioria penal, Lei Antiterrorismo ou até mesmo leis que dão poderes à Polícia Militar para autorizar ou não eventos públicos.

Esse tipo de proposta apenas demonstra a pouca vontade política de nossos representantes em realizar mudanças reais, que demandam planejamento, tempo, investimento e, acima de tudo, compromisso. O que a sociedade quer de verdade é o respeito e o cumprimento da legislação existente, é poder exercer seus direitos de ir e vir, de manifestação, de acesso à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, o básico, enfim.

A insegurança da sociedade e a impunidade fomentam o cenário de guerra. É preciso frear a ação dos justiceiros rapidamente e mostrar à população brasileira que as instituições têm que ser respeitadas.

<http://www.oabgo.org.br/oab/noticias/artigo/25-02-2014-justica-pelas-proprias-maos-e-estado-de-barbarie-por-henrique-tiburcio/>

Texto 13: A VIDA NÃO É TEORIA E NINGUÉM SABE AS RESPOSTAS: O CASO DO GORILA EXECUTADO

Sábado passado o menino Isaiah, de quatro anos, caiu na jaula de um gorila num zoológico em Cincinnati. Harambe, o gorila de 17 anos, foi abatido. Uma testemunha gravou este vídeo, publicado no YouTube e exibido em redes de TV em todo o mundo.

A cena é assustadora e chocante, não dá pra saber se o gorila está brincando, agredindo ou protegendo o garotinho de 3 para 4 anos. O final é trágico para o gorila, que foi executado a tiros por autoridades do zoológico.

Um acontecimento como este, não apenas se espalha pelo mundo, mas levanta opiniões, visões e questionamentos sobre o que aconteceu.

Para cada pergunta, muitas outras perguntas podem se desdobrar, das mais práticas até as mais filosóficas.

Como o menino caiu? Foi negligência dos pais? Falta de segurança do local? Foi culpa da criança? Uma criança pode ser culpada? Foi culpa do Zoológico? Por que existem zoológicos? Os gorilas não deveriam ficar em seus habitats naturais? Precisava matar o gorila? Por que não deram tranquilizante? Demora muito pra fazer efeito? Foi a melhor decisão? O menino vai ficar estigmatizado para sempre por ter gerado a morte do gorila? O gorila ia fazer mal pro menino? É possível responder a essa última pergunta? Adianta fazer abaixo-assinado contra o zoológico e as autoridades que executaram o Gorila? Todos os acidentes podem ser evitados ou é acidente é acidente e faz parte da aleatoriedade do universo?

Há especialistas em animais que dizem que ele não ia fazer mal ao garoto porque ele não ‘bateu no peito’, mas SABER, como ter certeza que ESTE gorila, assustado pelas pessoas gritando não ia fazer mal pro menino? Como ter certeza que o menino, tão pequeno, não ia fazer algo que irritasse o gorila? E se o menino se afogasse na água?

Há um depoimento do homem que há 17 anos convive com o ‘Gigante Gentil’, como ele chama o gorila, dizendo que ele não faria mal nenhum. Será que ele precisava mesmo ser executado? Não dava pra jogar uma rede, uma anestesia forte e imediata? Existem essa anestesia ou estou fantasiando?

E, claro, há algo REAL: todo o ódio contra os pais que já foram encontrados no Facebook e estão recebendo ameaças de morte por redes sociais.

Os pais, Michelle Gregg e Deonne Dickerson, têm quatro filhos. A mãe disse que sua filha pequena estava chorando e enquanto ela foi atender a menina o pequeno Isaiah subiu numa mureta, entrou por baixo de uma grade e caiu no fosso. O pai diz que foi um acidente. Cada um diz uma coisa.

Fato é que tem tweet dizendo que o gorila deveria ter sido salvo e deveriam ter abatido a mãe (!). Há posts mostrando toda a vida do casal, onde moram, onde trabalham, o que postavam no Facebook, outros comentários de pessoas. Até mesmo as publicações de uma ex-mulher do pai do garoto foram rastreadas. Pessoas que acompanharam a cena dizem que a mãe e o pai não

foram buscar ajuda, mas gritavam para o filho ficar calmo, que o amavam muito, enquanto outros visitantes chamaram autoridades do zoo.

É evidente que ninguém queria que o gorila fosse executado. Como também não queríamos que ele vivesse num zoológico. Como não queríamos que o menino caísse. Agora que vivemos (quase) todos em rede, poderemos decidir que sociedade queremos, o que a maioria considera certo ou errado, adequado ou não.

Mas, por enquanto, o que vemos é que qualquer coisa, qualquer notícia, imediatamente levanta ondas de ódio e perseguição. Todo mundo já assume um lado, uma posição e, depois de um primeiro julgamento apressado, já sai atacando e acusando o lado oposto.

E o que sabemos, com certeza, até aqui?

Quais são as respostas para todas as perguntas?

O que sabemos é que um menino caiu no fosso de um gorila num zoológico.

O menino está bem.

O gorila está morto.

Os pais estão assustados.

A sociedade está louca.

A vida segue.

Ninguém sabe as respostas.

Estadão - Portal do Estado de S. Paulo - Rosana Hermann - Vida & Estilo» <http://vidaestilo.estadao.com.br/blogs/querido-leitor/a-vida-nao-e-teoria-e-ninguem-sabe-as-respostas-o-caso-do-gorila-executado/> - acesso em 29/09/2016

Texto 14: GORILA É MORTO APÓS CRIANÇA CAIR NA JAULA

Tornou-se viral nas redes sociais e noticiado em toda a imprensa o “assassinato” de um gorila por funcionários de um zoológico nos Estados Unidos, no último sábado.

O fato se deu quando uma criança de apenas quatro anos, após uma pequena distração de sua mãe, subiu na grade que separa as pessoas do recinto e caiu no fosso dos gorilas. Um dos animais passou a brincar com a criança por 10 minutos, chegando a arrastá-la pelos pés por um pequeno córrego artificial de água. A direção do zoológico, no intuito claro de salvar a vida humana, decidiu determinar que atirasse no animal com um rifle, o que levou a óbito, evitando-se uma tragédia maior, que o gorila viesse a ferir a criança ou mesmo matá-la.

Com a morte do animal e o resgate do menor, a notícia se espalhou dando causa a várias manifestações contrárias ao “assassinato” do gorila, ao argumento que o animal não provocou o ato que tirou sua vida, outros culpavam a mãe da criança por seu minuto de distração, levantando, também a antiga discussão sobre a legalidade dos zoológicos. Deve-se lembrar de que, apesar de haver anestésicos eficazes, estes não fazem efeito de imediato, podendo levar o animal a um estresse e fúria repentina, o que colocaria em risco a vida da criança até que o gorila viesse a adormecer.

Não há dúvida que se devam preservar todas as espécies de seres vivos, seja um simples gato ou cachorro de rua até uma espécie rara altamente ameaçada de extinção, mas o que está em discussão é a vida de um ser humano inocente, no caso uma criança de apenas quatro anos de idade, perante um animal de alta periculosidade. Não há que se discutir a culpa, mas apenas e tão somente apenas a preservação de uma vida humana.

Importante frisar que a maioria dos críticos não sabe a importância dos zoológicos para preservação das espécies, que, em vários casos, possuem programas de reprodução, evitando a extinção de várias espécies.

Algumas espécies somente não foram extintas em razão da reprodução em cativeiro, a exemplo da ararinha-azul e o mico-leão-dourado, conforme matéria publicada há vários anos na revista científica Science. O Zoo de Sam Diego nos EUA possui um banco genético de mais de 1.000 espécies ameaçadas de extinção, em maior ou menor grau.

Lógico que todas estas ações de preservação das espécies têm um custo alto e para ajudar nesta manutenção, os Zoos do mundo abrem o espaço para visitação.

Lado outro, fico à vontade em defender a postura do coordenador do Zoológico em determinar o abatimento do animal, possuo um criadouro de animais (onças, macacos, araras e etc.), todos frutos de apreensão, por maus tratos e do tráfico de animais, pelas autoridades competentes. A grande maioria destes animais não pode ser reintroduzida à natureza, seja pelo excesso de contato com ser humano, por não ter aprendido a se alimentar sozinho, ou mesmo por ter alguma deformação que o impediriam de sobreviver em seu habitat natural. A manutenção deste criadouro é realizada às minhas expensas sem nenhuma ajuda direta ou indireta do Governo.

Antes de sermos ambientalistas, no meu caso apaixonado pela causa dos animais, devemos ser humanistas, entre a vida de um gorila e o risco de vida de um ser humano inocente, preserve-se a vida da criança.

=====

NOTA REDAÇÃO: Lamento profundamente a morte do gorila e o acidente envolvendo a criança. Até quando vamos achar normal que animais, em especial os grandes primatas, continuem confinados em pequenos espaços em favor do nosso prazer sórdido? A humanidade nasceu para escravizar, desde sempre

Bady Curi Neto - <http://saudedomeio.com.br/opiniao-gorila-e-morto-apos-crianca-cair-na-jaula/>
acesso em 28/9/2016

Texto 15: A PUBLICIDADE DEVE SER PROIBIDA PARA CRIANÇAS?

Pesquisas apontam que, no Brasil, as crianças influenciam em até 80% as decisões de consumo das famílias. E o mercado publicitário faz de tudo para vender toda sorte de produtos aos pequenos. Alegando que essa overdose de publicidade é danosa para as crianças, um projeto em votação na Câmara dos Deputados quer proibir a propaganda voltada para jovens de até 12 anos na TV. Para os contrários à lei, a proibição é uma medida autoritária e inútil. E você, compra qual ideia?

Sim

As crianças não têm maturidade suficiente para se proteger da persuasão exercida pela publicidade, sendo facilmente seduzidas para o consumo. O Estado tem a obrigação de interferir para defender o público infantil dessa lavagem cerebral publicitária. Ainda mais quando esse estímulo é feito por meio de uma concessão pública, que é a televisão

Os abusos da publicidade contribuem para a obesidade infantil. Pesquisas comprovam a relação entre os comerciais de alimentos e o sobrepeso infantil. Um estudo do National Bureau of Economic Research, nos EUA, mostrou que, se os anúncios de redes de fast food fossem eliminados, o número de crianças gordinhas seria quase 20% menor

Com campanhas milionárias, repetidas à exaustão, a publicidade acaba anulando a autoridade dos pais, que ficam reféns das demandas consumistas criadas nos filhos. O resultado são crianças frustradas e em conflito com a figura paterna

A necessidade de regulamentar a publicidade infantil é um consenso mundial. E a maioria dos países desenvolvidos já adotou legislações restritivas. Na Suécia, por exemplo, é vetado qualquer tipo de propaganda para crianças. Inglaterra, Alemanha, Espanha e Canadá também têm leis severas contra o oba-oba publicitário

Não

Não se pode privar um jovem de informação, seja de que tipo for. Ele só terá maturidade se for educado para ter uma visão crítica sobre tudo com o que entra em contato, como uma propaganda. Nesse sentido, a solução para controlar o consumismo infantil é a educação, e não a restrição. Se o mal fosse a exposição de produtos, deveríamos proibir também as vitrines em lojas

A obesidade não é causada pela propaganda, mas, sim, por uma série de fatores, desde socioculturais até genéticos. O que falta é uma boa educação alimentar. Não adianta impedir a publicidade de alimentos gordurosos se, em casa, a galera vê os pais enchendo a pança de frituras

Em um sistema democrático, não pode ser delegado ao Estado o poder de decidir sobre os hábitos de consumo de um indivíduo. A conscientização de uma criança nasce da boa orientação passada pelos pais, e não de uma norma imposta por decreto. A obesidade não é causada pela propaganda, mas, sim, por uma série de fatores, desde socioculturais até genéticos. O que falta é uma boa educação alimentar. Não adianta impedir a publicidade de alimentos gordurosos se, em casa, a galera vê os pais enchendo a pança de frituras.

Ninguém questiona que as propagandas abusivas devam ser controladas. A questão é que já há mecanismos eficientes para isso no Brasil. O Conselho de Autorregulamentação Publicitária (Conar) tem uma resolução que trata do cuidado com público infantil, e nosso Código de Defesa do Consumidor é um dos mais avançados do mundo.

Texto 16: FACES DO FUTURO

Se há um choque de princípios que marcará a sociedade nos próximos anos é aquele entre a comodidade e a segurança, de um lado, e a privacidade, de outro.

Como mostrou reportagem do jornal **The New York Times** reproduzida por esta **Folha**, avanços no campo do reconhecimento de faces por computador lançam novos dilemas. Empresas podem reter dados faciais de seus clientes? Devem obter autorização para fazê-lo? E o que dizer do governo?

Hoje em dia, algumas companhias conseguem, usando bancos de dados gigantescos e algoritmos relativamente simples, rastrear os hábitos dos consumidores a ponto de conhecer sua intimidade. Uma rede de varejo norte-americana, por exemplo, desenvolveu um método para detectar a gravidez de suas clientes. Com a informação vieram ofertas irresistíveis.

Investidas como essas se sobrepõem a outros avanços tecnológicos, como câmeras de vigilância mais potentes e chips de cartões bancários capazes de revelar quanto o cidadão gastou e onde ele esteve. A isso se somam os **drones**, que localizam, e eventualmente liquidam, até quem se esconde nas áreas mais remotas do planeta.

Agências governamentais não hesitam em usar tais métodos para a bisbilhotice em massa.

Questão de limites

Reconheça-se, porém, que a maioria das pessoas se entrega voluntariamente a essa hipervigilância – para nada dizer da superexposição vista nas redes sociais.

Cadastros na internet podem trazer, como contrapartida, ofertas personalizadas por e-mail, que representam inegável conforto. A utilização da tecnologia de ponta pelas polícias, por sua vez, aumenta a capacidade de prevenir e resolver crimes, ampliando a sensação de segurança da população.

Para que o cruzamento de ferramentas como grandes bancos de dados, reconhecimento facial, câmeras de vigilância e **drones** não se aproxime demais da distopia de George Orwell em **1984**, é crucial que sejam criados limites.

Um bom começo seria determinar que dispositivos dessa natureza só sejam usados com a ciência do cidadão, a quem cabe decidir se quer fazer parte da trama.

Texto 17: ELEGÂNCIA 1, RACISMO 0

O paradoxo costuma rondar sistemas democráticos. Até que ponto se pode tolerar a intolerância, ser liberal com quem pretende demolir as liberdades, assegurar os direitos dos que não os reconhecem?

Em alguns casos, a dúvida se resolve facilmente. Criminaliza-se a tentativa de derrubar pela força um governo legítimo. Atentados terroristas recebem sanções severas, não importando a fundamentação política que possam ter.

Nos chamados crimes de opinião, todavia, o debate se torna mais complexo. Poucas coisas são mais repugnantes e estúpidas do que o preconceito racial, e têm sido frequentes manifestações desse tipo nos estádios de futebol.

Do Reino Unido ao Peru, do Japão ao Brasil, registram-se atos de insulto a jogadores afrodescendentes por parte de alguns (ou muitos) torcedores que estão prontos a aplaudir o jogador negro ou mulato quando estes fazem gols para seus times de predileção.

Várias iniciativas se tomam para punir os responsáveis. Uma equipe peruana foi condenada a pagar multa (meros US\$ 12 mil) depois de seus torcedores terem emitido gritos de "macaco" para agredir o jogador Tinga, do Cruzeiro. No Brasil, um time gaúcho perdeu nove pontos e foi rebaixado pelo fato de seus fãs terem atirado bananas contra um árbitro.

A questão é saber se punições como essas cumprem um papel determinante, pedagógico e civilizatório, no sentido de modificar a mentalidade do torcedor racista.

A repressão a um sentimento, por mais odioso que seja, não o desarma. Pode-se desencorajar, pela lei, certos comportamentos que o manifestem de forma explícita. Seu fundo de ressentimento e destrutividade permanece e pode até fermentar, depois de recalçado.

Não poderia ser mais educativa –no que teve de superioridade, humor e indiferença– a reação do brasileiro Daniel Alves, que soberanamente comeu a banana que lhe fora atirada.

Uma agência publicitária tomou daí a inspiração, a pedido do atacante Neymar, também hostilizado nos campos espanhóis, para campanha contra o racismo. "Somos todos macacos", diz o slogan, obtendo a adesão de inúmeras celebridades. Torna-se moda, nas redes sociais, divulgar fotos com a fruta em mãos; o insulto se neutraliza, o agressor se desconcerta, o símbolo inverte o sentido.

É no campo das formas de expressão que o embate se leva a efeito. Gesto contra gesto, solidariedade contra particularismo, ironia contra estupidez: ainda que essa luta jamais tenha fim, é bom que seu lado mais inteligente tenha, também, as armas mais inteligentes a seu dispor.

Texto 18: REDUÇÃO É INCONSTITUCIONAL, DIZEM ENTIDADES

Apesar do apoio popular, é bastante difícil que ocorram alterações na forma de punir adolescentes infratores no médio prazo. Isso porque a maioria penal em 18 anos (estabelecida pelo artigo 228 da Constituição Federal) é considerada um direito fundamental dos adolescentes. Por isso, Ministério Público Federal, Ordem dos Advogados do Brasil e especialistas argumentam que o artigo se trata de uma cláusula pétrea, que não pode ser alterada.

“É uma cláusula imutável. Para alterar a maioria penal seria necessário fazer uma nova constituição”, diz Melina Fachin, professora de Direito Constitucional da UFPR.

Ainda que Câmara e Senado tenham interpretações diferentes e aproveem uma das Propostas de Emenda à Constituição (PECs), alterando o artigo 228 da Carta Magna, a decisão se estenderia ao Supremo Tribunal Federal.

Outra alternativa seria mudar pontos do ECA, prevendo outras formas e períodos de punição aos menores de 18 anos. MPF e OAB também já se manifestaram contra a hipótese. “O ECA é uma norma infraconstitucional. Então, sua alteração também seria inconstitucional, porque haveria conflito com o que a Constituição disciplina”, observa Melina.

Além do viés constitucional, o doutor em sociologia e coordenador do Núcleo de Estudos de Violência da UFPR, Pedro Bodê, defende o ECA e questiona as intenções de alteração na legislação. “Mais uma vez, o jovem é tornado em bode expiatório da derrocada dos governos e falência das políticas públicas que eles representam. É transformar a vítima em réu”, afirma.

O deputado Fernando Francischini (PEN) discorda e se apega ao clamor público para justificar a redução. “A Constituição é feita para proteger a população. A gente não pode dizer que a Constituição é imutável, se a própria população quer mudá-la.”

<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/90-apoiam-reducao-da-idade-penal-c8e24o0vlosyway5n00aryvi>

Texto 19 (a): Texto integral**ACIMA DOS MUROS**

Nem de um lado nem de outro: o que dizem aqueles que têm, como posição, uma recusa às narrativas de adesão

Em cima do muro. Isentão. Colaboracionista do golpe. Covarde. Omissor. Ingênuo. Burro.

Estes são alguns dos nomes dados a quem não está em nenhum dos lados do Brasil polarizado. Não se alinha – muito menos se enfileira – nem na narrativa #ImpeachmentJá nem na “#NãoVaiTerGolpe. Nem amarelo, nem vermelho. E, assim, é achincalhado pelos dois lados, como traidor de ambos.

Como disse Bruno Cava: “Me situo nesse lugar nada confortável de ser a esquerda que a direita gosta – e a direita que a esquerda gosta. Mas que, no fundo, ninguém gosta. Lugar de pensamento que ainda balbucia, mas que ainda pensa”. Ou, nas palavras de Bruno Torturra, que se apresenta como “desidentificado”: “Prefiro a vertigem da desidentificação do que o falso refúgio das bandeiras de sempre”.

Como afirmei em meu artigo anterior, não estar em nenhum dos lados é posição. E forte. Silenciá-la, pela desqualificação, é uma perda num momento em que, mais do que nunca, as vozes precisam ser ampliadas e não reduzidas. Muito menos caladas. “Os discursos partidários, pronunciados por muitos e sempre da mesma forma, tem sufocado, com sua abundância repetitiva, os discursos independentes”, diz Pablo Ortellado. Ou, na expressão de Moysés Pinto Neto: “É como um vórtice bipolar, sugando tudo para seu interior e reduzindo todas as posições às suas referências”.

O país está, aparentemente, dividido por muros que impedem qualquer contato que não seja aos gritos. Ou que se realiza pelo espancamento, na tentativa de deletar literalmente o outro do espaço público. Os muros dos condomínios fechados, as cercas eletrificadas ganharam as ruas. E ninguém mais se escuta, cada pessoa um muro em si mesma, um portão armado, um vidro blindado e com *insufilm*.

É preciso promover o desarmamento. É necessário tentar enxergar acima dos muros – e derrubá-los. Não a marretadas, mas pelo instrumento mais subversivo desse momento histórico: o diálogo. A conversa que só pode acontecer pelo reconhecimento do outro como alguém que pensa diferente, não como um inimigo a ser eliminado.

É muito duro sustentar o lugar de *não saber*. Penso que é com essa dificuldade que também nos deparamos. Tenho dúvidas se não é por isso que uma parte das pessoas, à direita e à esquerda, prefere aderir ao conforto de uma das narrativas, para pelo menos se iludir que há uma resposta, que há alguém que sabe. Aderir como tentativa de estancar a angústia de sentir-se sem chão. Talvez seja o momento de suportar o *não saber* e acolher as incertezas. Mas em movimento, no movimento da busca.

No que se refere ao campo das esquerdas, também tenho dúvidas se não há, de novo, mais uma exortação ao “menos pior”, à eterna esperança da tal guinada à esquerda. Ou algo correspondente ao “voto útil” aplicado às manifestações. Mais uma conclamação, como se viu em eleições recentes e especialmente na última. Será que os dias seguintes não mostraram, de forma bastante eloquente, que isso já não deu certo? Que isso só alargou o abismo e que já

passou da hora de encarar o buraco e enfrentar os conflitos, por mais duro que seja, para que pelo menos exista uma chance de criar possibilidades?

O diálogo é tão urgente que tem de ser provocado em todos os lugares. Percebi que, neste momento, nem na minha própria coluna de opinião posso falar sozinha. Convidei para este espaço, para nos ajudar a nos movermos, para além do que cada um acredita, algumas pessoas que têm ousado pensar e escrever, em geral em blogs e nas redes, sobre esse momento tão movediço, em que poucos se arriscam a dizer além do já dito. E a pensar fora das narrativas de adesão de um e outro lado. Estas, que já decoramos.

Trago para este espaço as vozes abafadas, as daqueles que não estão “em cima do muro”, mas “acima dos muros”, no plural. Moysés Pinto Neto é escritor, professor da Universidade Luterana do Brasil, graduado em direito e doutor em filosofia. Sua leitura do Brasil pode ser acompanhada no blog *O Ingovernável*. Bruno Torturra se dedica a experimentar novos caminhos para a participação política e para o jornalismo, a partir das possibilidades de hiperconexão. Fundou a Mídia Ninja, essencial na cobertura de Junho de 2013, e se distanciou dela a partir do final daquele ano. Hoje, toca o Estúdio Fluxo. Pablo Ortellado é filósofo, professor do curso de Gestão de Políticas Públicas na Universidade de São Paulo e coautor de *Vinte centavos: a luta contra o aumento*, entre outros. Ele testemunhou, como pesquisador, todas as manifestações contra e a favor do impeachment organizadas em São Paulo. Bruno Cava, autor de *A multidão foi ao deserto*, entre outros livros, e blogueiro do *Quadrado dos Loucos*, também é um atento investigador das ruas, pesquisador de lutas e movimentos urbanos há 11 anos, associado à Universidade Nômade.

Eles responderam, por e-mail, a três perguntas propostas por mim. Embora esses quatro interlocutores estejam próximos do campo das esquerdas, há diferenças consideráveis no seu modo de compreender esse momento. E há quem considere o conceito de esquerda, assim como o de direita, superados, insuficientes e redutores. De modos diferentes, os quatro são observadores atentos de Junho de 2013 – o ponto de inflexão que não parece ter sido compreendido por protagonistas de ambos os lados.

A ideia, aqui, não é construir um terceiro discurso – ou um terceiro lado. Isso também seria empobrecedor. Não há homogeneidade. E é mais interessante que ela não exista, que os discursos possam ser múltiplos. Talvez, por isso, também seja difícil – ou mesmo impossível – nomear esse fora dentro. Ou esse além dos muros.

A transgressão necessária, nesse momento tão delicado, é atravessar os muros com palavras. Mas essas palavras têm várias direções.

http://brasil.elpais.com/brasil/2012/03/28/opinion/1459169340_306339.html

Texto 19 (b): Texto parcial**ACIMA DOS MUROS**

Nem de um lado nem de outro: o que dizem aqueles que têm, como posição, uma recusa às narrativas de adesão

Em cima do muro. Isentão. Colaboracionista do golpe. Covarde. Omissor. Ingênuo. Burro.

Estes são alguns dos nomes dados a quem não está em nenhum dos lados do Brasil polarizado. Não se alinha – muito menos se enfileira – nem na narrativa #ImpeachmentJá nem na “#NãoVaiTerGolpe. Nem amarelo, nem vermelho. E, assim, é achincalhado pelos dois lados, como traidor de ambos.

Como disse Bruno Cava: “Me situo nesse lugar nada confortável de ser a esquerda que a direita gosta – e a direita que a esquerda gosta. Mas que, no fundo, ninguém gosta. Lugar de pensamento que ainda balbucia, mas que ainda pensa”. Ou, nas palavras de Bruno Torturra, que se apresenta como “desidentificado”: “Prefiro a vertigem da desidentificação do que o falso refúgio das bandeiras de sempre”.

Como afirmei em meu artigo anterior, não estar em nenhum dos lados é posição. E forte. Silenciá-la, pela desqualificação, é uma perda num momento em que, mais do que nunca, as vozes precisam ser ampliadas e não reduzidas. Muito menos caladas. “Os discursos partidários, pronunciados por muitos e sempre da mesma forma, tem sufocado, com sua abundância repetitiva, os discursos independentes”, diz Pablo Ortellado. Ou, na expressão de Moysés Pinto Neto: “É como um vórtice bipolar, sugando tudo para seu interior e reduzindo todas as posições às suas referências”.

O país está, aparentemente, dividido por muros que impedem qualquer contato que não seja aos gritos. Ou que se realiza pelo espancamento, na tentativa de deletar literalmente o outro do espaço público. Os muros dos condomínios fechados, as cercas eletrificadas ganharam as ruas. E ninguém mais se escuta, cada pessoa um muro em si mesma, um portão armado, um vidro blindado e com *insufilm*.

É preciso promover o desarmamento. É necessário tentar enxergar acima dos muros – e derrubá-los. Não a marretadas, mas pelo instrumento mais subversivo desse momento histórico: o diálogo. A conversa que só pode acontecer pelo reconhecimento do outro como alguém que pensa diferente, não como um inimigo a ser eliminado.

É muito duro sustentar o lugar de *não saber*. Penso que é com essa dificuldade que também nos deparamos. Tenho dúvidas se não é por isso que uma parte das pessoas, à direita e à esquerda, prefere aderir ao conforto de uma das narrativas, para pelo menos se iludir que há uma resposta, que há alguém que sabe. Aderir como tentativa de estancar a angústia de sentir-se sem chão. Talvez seja o momento de suportar o *não saber* e acolher as incertezas. Mas em movimento, no movimento da busca.

(...)

O diálogo é tão urgente que tem de ser provocado em todos os lugares. Percebi que, neste momento, nem na minha própria coluna de opinião posso falar sozinha. Convidei para este espaço, para nos ajudar a nos movermos, para além do que cada um acredita, algumas pessoas que têm ousado pensar e escrever, em geral em blogs e nas redes, sobre esse momento

tão movediço, em que poucos se arriscam a dizer além do já dito. E a pensar fora das narrativas de adesão de um e outro lado. Estas, que já decoramos.

Trago para este espaço as vozes abafadas, as daqueles que não estão “em cima do muro”, mas “acima dos muros”, no plural. Moysés Pinto Neto é escritor, professor da Universidade Luterana do Brasil, graduado em direito e doutor em filosofia. Sua leitura do Brasil pode ser acompanhada no blog *O Ingovernável*. Bruno Torturra se dedica a experimentar novos caminhos para a participação política e para o jornalismo, a partir das possibilidades de hiperconexão. Fundou a Mídia Ninja, essencial na cobertura de Junho de 2013, e se distanciou dela a partir do final daquele ano. (...)

(...)

(...)

(...)

Eliane Brum - http://brasil.elpais.com/brasil/2012/03/28/opinion/1459169340_306339.html - adaptado